

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS

DAVID ARIOCH DA SILVA ALVES BARCELOS

**VEGANISMO OU VEGANISMOS? TENSÕES DISCURSIVAS SOBRE CONSUMO E
POLÍTICA NO MOVIMENTO VEGANO**

AQUIDAUANA

2024

David Ariocho da Silva Alves Barcelos

**VEGANISMO OU VEGANISMOS? TENSÕES DISCURSIVAS SOBRE CONSUMO E
POLÍTICA NO MOVIMENTO VEGANO**

Dissertação apresentada sob orientação da prof^a. Dr^a.
Patrícia Zaczuk Bassinello como requisito para
obtenção do grau de mestre em Estudos Culturais pela
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

AQUIDAUANA

2024

FOLHA DE APROVAÇÃO

David Ariocho da Silva Alves Barcelos

VEGANISMO OU VEGANISMOS? TENSÕES DISCURSIVAS SOBRE CONSUMO E POLÍTICA NO MOVIMENTO VEGANO

Dissertação apresentada sob orientação da prof^a. Dr^a.
Patrícia Zaczuk Bassinello como requisito para
obtenção do grau de mestre em Estudos Culturais pela
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Patrícia Zaczuk Bassinello
Orientadora/PPGCULT/UFMS

Prof. Dr. Miguel Rodrigues de Sousa Neto
Examinador interno/PPGCULT/UFMS

Prof^a. Dr^a. Isabela Candeloro Campoi
Examinadora externa//UNESPAR

AGRADECIMENTOS

À minha família e à professora Dr^a. Patrícia Zaczuk Bassinello pela orientação ao longo de dois anos, estando sempre disposta a tirar minhas dúvidas e a me guiar de acordo com as minhas preocupações e objetivos em relação ao tema. Também a agradeço pela oportunidade de participar por um semestre como estagiário da disciplina de “Estudo interdisciplinar: negócios sociais no turismo”, que foi uma experiência nova e enriquecedora, além de possibilitar que eu abordasse o veganismo em relação com a disciplina. Também sou grato ao PPGCult pela acolhida do tema da minha pesquisa e à atenção que recebi ao longo deste mestrado. Não posso também deixar de agradecer aos professores e professoras pelas aulas no primeiro ano do mestrado e que possibilitaram que tivéssemos contato também com temas e autores tão diversos. Tudo isso vem a somar na compreensão dos Estudos Culturais como um campo de investigação em que a riqueza está nessa interação baseada na diversidade e na interdisciplinaridade. Agradeço também ao professor Dr. Miguel Rodrigues de Sousa Neto e à professora Dr^a. Isabela Candeloro Campoi pelo interesse na minha pesquisa que é sobre um tema ainda pouco explorado no Brasil, que é o veganismo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

Esta pesquisa propõe uma reflexão sobre o movimento tenso e discursivo do denominado movimento vegano contemporâneo e como é estabelecida a disputa pelos sentidos do veganismo na perspectiva do consumo e da política. Avaliamos essa disputa tensiva principalmente entre o veganismo popular e o veganismo pragmático. Para isso, buscamos compreender primeiro o surgimento e influências do veganismo, assim como suas especificidades no Brasil. Para fazer emergir tais mudanças e pluralidades discursivas no movimento vegano, nos apoiamos nos pressupostos dos Estudos Culturais, levantando inicialmente como tais discursos vão se movimentando e tomando força no contexto do colonialismo. Por meio do diálogo com os estudos de Néstor García Canclini (2015) e Jesús Martín-Barbero (2008), entendemos que tais conflitos discursivos se materializam a partir de negociações e mediações que, se visam favorecer o crescimento do veganismo, também visam favorecer um movimento em detrimento de outro. Como aproximação para essa análise, percebemos que no que tange ao consumo os movimentos apresentam diferenças na percepção e relação com o hegemônico e que decorrem das diferenças na percepção do político. Assim as disputas entre os movimentos também deixam de ser somente sobre o que consumir em oposição à exploração animal e passam a ser também sobre de onde consumir, já que um movimento (popular), por sua posição anticapitalista, revela uma posição mais intransigente do que o outro (pragmático). Acreditamos que tal pesquisa também traz avanços para se pensar os conflitos no movimento vegano em relação à libertação animal mais como uma questão de meios do que de fins, já que as diferenças envolvem principalmente os meios utilizados para aproximar as pessoas do veganismo, podendo servir como subsídio para outras pesquisas que apontam para essa discussão. Também concluímos que o movimento vegano em si já é um movimento de mediadores socioculturais, ponderando o interesse, independentemente da abordagem, na ampliação dos sentidos do consumo e da política ao não pensá-los somente na relação do ser humano com o ser humano. Com base no que é apresentado nesta pesquisa, e considerando a importância de uma interseccionalidade que seja voltada de outras causas para o veganismo, como as de justiça social e direitos humanos, também propomos uma atenção ao reconhecimento dos animais não humanos como excluídos de uma consideração como oprimidos por interesses humanos por meio da exploração, de outros usos e impactos.

Palavras-chave: veganismo; estudos culturais; veganismo pragmático; veganismo popular; veganismo interseccional

ABSTRACT

This research proposes a reflection on the tense and discursive movement of the so-called contemporary vegan movement and how the dispute over the meanings of veganism is established from the perspective of consumption and politics. We evaluate this tense dispute mainly between popular veganism and pragmatic veganism. To do this, we first seek to understand the emergence and influences of veganism, as well as its specificities in Brazil. In order for such changes and discursive pluralities to emerge in the vegan movement, we rely on the assumptions of Cultural Studies, initially identifying how such discourses move and gain strength in the context of colonialism. Through dialogue with the studies of Néstor García Canclini (2015) and Jesús Martín-Barbero (2008), we understand that such discursive conflicts materialize through negotiations and mediations that, if they aim to favor the growth of veganism, also aim to favor a movement to the detriment of another. As an approximation for this analytics, we realize that with regard to consumption, movements present differences in perception and relationship with the hegemonic and that these result from differences in the perception of politics. In this way, disputes between movements also stop being just about what to consume as opposed to animal exploitation and also start to be about where to consume, since a (popular) movement, due to its anti-capitalist position, reveals a more intransigent attitude position than the other (pragmatic). We believe that such research also brings advances in thinking about conflicts in the vegan movement in relation to animal liberation more as a question of means than of ends, since the differences mainly involve the means used to bring people closer to veganism, and can serve as subsidy for other research that points to this discussion. We also conclude that the vegan movement in itself is already a movement of sociocultural mediators, considering the interest, regardless of the approach, in expanding the meanings of consumption and politics by not thinking about them only in the relationship between human beings and human beings. Based on what is presented in this research, and considering the importance of an intersectionality that is focused on other causes for veganism, such as social justice and human rights, we also propose attention to the recognition of non-human animals as excluded from consideration as oppressed by human interests through exploitation, other uses and impacts.

Keywords: veganism; cultural studies; pragmatic veganism; popular veganism; intersectional veganism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Página principal do site da JBS	76
Figura 2 – Página principal do site da JBS	76
Figura 3 – Creme de leite plant-based da marca NoMoo	76
Figura 4 – Chocolate plant-based da marca Harald.....	76
Figura 5 – Carne de frango vegetal da marca Verdali	87
Figura 6 – Prato do Vegano Periférico	134
Figura 7 – Change.org e causa animal.....	143
Figura 8 – Iniciativa de apoio a projetos veganos na periferia.....	149

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
I. UMA TRAJETÓRIA DAS POSIÇÕES CONTRÁRIAS À VIOLÊNCIA, MORTE E USOS PELOS HUMANOS, OU, UMA ARQUEOLOGIA ANTIESPECISTA	19
1.1. Veganismo com a Vegan Society e antes da Vegan Society	21
1.2 Na Grécia e fora do Ocidente	28
1.3 José Oiticica e Carlos Dias Fernandes	37
1.4 Do anarcopunk ao <i>vegan straight edge</i>	41
1.5 Ressonância por meio da música e <i>straight edge</i> no Brasil.....	48
1.6 Novas articulações para a conscientização vegana.....	59
II. EIS QUE SURGE O VEGANISMO CONTEMPORÂNEO	62
2.1 Sentidos do consumo e da política e sua importância no veganismo	66
2.2 Práticas discursivas mais plurais.....	71
2.3. Definições e interpretações sobre ser vegetariano, vegano ou <i>plant-based</i>	82
2.4 Veganismo abolicionista e conflitos pragmáticos	95
2.5 <i>Straight edge</i> , causas humanas e não humanas.....	102
2.6 Interseccionalidade e veganismo interseccional	108
3. MOVIMENTO EM DISPUTA: ESTRATÉGIAS, ASTÚCIAS, TRAMPOLINAGENS E APROPRIAÇÕES	121
3.1 Veganismo popular	126
3.2 Veganismo pragmático ou estratégico	136
3.3 Mudanças na atuação, poder econômico, organizações, intransigências e negociações	143
3.3.1 Mercy For Animals	147
3.3.2. Veganismo liberal ou que não é pela libertação animal.....	151
3.3.3. Peter Singer e uma abordagem pragmática: humanos e não humanos	156
3.3.4 Uma análise de conflitos	159
3.4 Embates sobre consumo, acesso, outros conflitos e conciliações	164
3.4.1 Projetos de lei e uma questão de acesso	165
3.4.2 Antagonismo às transnacionais e boicote.....	168
3.4.3 Grandes empresas não estão preocupadas com os animais.....	170

3.4.4 Empresas evitam termos associados ao veganismo	172
3.4.5 Uma consideração ambiental e a dependência de produtos de origem animal	173
3.4.6 Sem facilitação do acesso e resistência	175
3.4.7 JBS e as alternativas à carne	178
3.4.8 Menos veganos e mais veganos	179
3.4.9 Valorização do local	180
3.4.10 A “demonização” da soja	181
3.4.11 De onde falam os veganos	182
3.4.12 Participação do consumidor	183
3.4.13 O que chega para as pessoas sobre o veganismo	184
3.4.14 Diversidade, julgamento e contradições	185
3.4.15 Disputa pelo sentido de uma fácil transição para o veganismo	186
3.4.16 A apropriação do saudável	189
3.4.17. FPA e a superação dos produtos de origem animal	190
3.4.18 Uso do hegemônico para favorecer o não hegemônico	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
REFERÊNCIAS	202

INTRODUÇÃO

Nosso interesse em abordar o veganismo como tema da dissertação tem relação com a minha vivência, já que sou vegano, jornalista e tenho um site dedicado ao veganismo (vegazeta.com.br). Como a Vegazeta existe também como um espaço para expor o que é diverso em relação ao veganismo, esse trabalho me permitiu estar em contato com diferentes realidades e abordagens que envolvem o veganismo.

Notamos que no Brasil há tensões entre diferentes posições no movimento vegano e uma disputa sobre os sentidos do veganismo. Percebemos que por meio dos Estudos Culturais podemos abordar diferenças e conflitos, explorar as contradições e o que é questionável sobre a conclusão de que no veganismo há uma abordagem certa e uma abordagem errada. Como eu já considerava essa perspectiva discutível, encontramos um caminho para refletir sobre isso a partir dos estudos de Néstor García Canclini (2015) e Jesús Martín-Barbero (2008).

Acreditamos que crer na defesa de que há um movimento certo e outro errado é um reducionismo de uma realidade complexa. Ainda assim, é algo que ocorre hoje. Há uma afirmação de que existe um verdadeiro veganismo e um falso veganismo, ou um veganismo mais verdadeiro do que o outro, sendo que as diferenças se dão pelos meios e não pelos fins voltados aos objetivos do veganismo¹. Portanto apresentar e problematizar essa percepção sobre meios e fins é um dos nossos objetivos com esta pesquisa, assim como mostrar onde diferentes abordagens se encontram mesmo quando não há um processo de reconhecimento.

Esses conflitos no movimento vegano estão relacionados ao consumo e à política, e são mais perceptíveis nas diferenças estabelecidas entre o veganismo popular e o veganismo pragmático², sendo o primeiro autoidentificado como anticapitalista e de esquerda, enquanto o segundo não tem esse tipo de forma definida, o que justifica também o nosso interesse em trazê-los para a pesquisa. Isso também explica a referência “veganismos” no título, porém não limita-se a essas duas posições, embora sejam priorizadas. É uma preocupação nossa também trazer outras posições – ou posições que estão em correlação – para uma melhor compreensão da diversidade no movimento vegano e de outros conflitos e convergências que surgem nesse meio. Por isso, colocamos em discussão também o veganismo interseccional³, considerando

¹ A oposição à exploração e uso de animais e a defesa da libertação animal.

² Sobre os quais serão apresentadas as definições a partir de seus próprios sujeitos.

³ Que reivindica atenção também às causas humanas a partir do veganismo e que também é representado pelo veganismo popular.

também o que é proposto sobre a interseccionalidade por Sirma Bilge e Patricia Hill Collins (2021). A interseccionalidade (em um movimento de causas humanas para não humanas) também é trazida para a continuidade de um questionamento apresentado desde o início da pesquisa sobre o reconhecimento de que a opressão não é uma experiência estritamente humana. Também trago essa diversidade porque, como sugere Canclini, o eixo da análise deve ser deslocado para a heterogeneidade, já que quem realiza Estudos Culturais deve falar a partir das interseções (2015, p. 23).

Não começamos esta pesquisa abordando as diferenças dentro do movimento vegano porque reconhecemos a importância de trazer não apenas como o veganismo surgiu como também o que existia antes do veganismo. Assim nos referimos ao que já se apresentava como oposição à exploração ou uso de animais, mesmo que não de forma tão abrangente como ocorreria com o veganismo. Também decidimos trazer alguns sujeitos que não são muito conhecidos quando se fala na oposição ao consumo de animais porque é algo que tem relação com a menor ou maior influência que os sujeitos têm dependendo do lugar de onde falam. Logo a finalidade é dar atenção à perspectiva de sujeitos de vários lugares e diferentes períodos sobre questionamentos que teriam continuidade e se estenderiam, ou se aperfeiçoariam, com o veganismo.

Em relação à história, não é nosso objetivo com esta pesquisa trazer o maior número possível de nomes nem apresentar algo detalhado, mas sim aqueles que consideramos mais relevantes no período de realização da pesquisa e/ou com quem percebemos também relação com o que será discutido mais adiante. Uma das relevâncias também em mostrar como os questionamentos que vão ao encontro dos interesses do veganismo tiveram início há muito tempo está no reconhecimento de que hoje ainda há muitas pessoas que creem que as críticas ao uso de animais para fins de consumo são recentes, assim como há pessoas que acreditam que o movimento vegano é um movimento passageiro.

No Brasil, ainda há pouco entendimento sobre as bases e as influências do veganismo, o que também valida a importância dessa abordagem. Mas, diferentemente do período em que viveram os sujeitos que trazemos para refletirmos sobre a consideração da oposição ao consumo de animais e à exploração animal, é perceptível que hoje há uma maior expressão dessa oposição por haver muito mais pessoas envolvidas e mais articulações, principalmente a partir do movimento vegano. Isso também é favorecido por uma maior diversidade de meios disponíveis para abordar o veganismo e que serviram também para o estabelecimento das diferenças conforme os usos e interações feitos pelos sujeitos. Esse também é um motivo pelo

qual hoje é importante refletir sobre as tensões que não podem ser pensadas em desconexão com o crescimento do veganismo.

Também discutimos o sentido dos termos em associação com o veganismo, pelos conflitos que existem hoje em relação a eles, assim como as confusões que são feitas entre ser vegano, ser vegetariano estrito ou *plant-based*⁴. Para muitas pessoas, mesmo hoje, pode não estar claro o que significa ser vegano, já que mesmo veganos podem ter uma interpretação discordante. Abordamos também o aspecto contraditório do conflito semântico em relação a esses termos porque há ressignificações e apropriações de termos com a finalidade de gerar uma aproximação das pessoas com o que é relevante ao veganismo ou de uma aproximação com outros interesses. Então surge um debatível dilema em relação a esses usos e que também integra a pesquisa. A importância em trazer isso está também em servir como referência para pensar depois as disputas sobre o sentido do veganismo dentro do movimento vegano. Nisso, o que nos interessa também são as apropriações que surgem visando favorecer um movimento em detrimento de outro.

Para pensar as tensões sobre consumo e política no movimento vegano, assim como a interseccionalidade, apresentamos e analisamos, conforme proposto por Néstor García Canclini (2015) e Jesús Martín-Barbero (2008), como ocorrem as negociações e as mediações envolvendo diferentes abordagens do veganismo, tanto na relação entre veganos quanto na relação de veganos com não veganos. Se as negociações e as mediações ocorrem visando o desenvolvimento do veganismo, também é por meio delas que surgem as tensões discursivas e os conflitos entre veganos, já que as mediações são marcadas também por uma disputa pelos sentidos do veganismo.

Segundo Canclini, a negociação é um componente-chave para o funcionamento dos campos socioculturais (2015, p. 202). É também uma interação pela mudança e o que permite transformações que hoje dependem de uma “ordem negociada”. Considerando que muitos dos conflitos entre as abordagens do veganismo estão relacionados às diferenças sobre como veganos percebem que tipo de interação pode ser estabelecida com o hegemônico, também uso como referência, como sugere Martín-Barbero (2008, p. 113), citando Canclini, o entendimento de que, embora o hegemônico seja o que é culturalmente dominante, a relação com o hegemônico não deve ser observada como se consistisse somente em um exercício de domínio de um lado (hegemônico) e do outro somente um exercício de resistência (não hegemônico). Crer nisso é reduzir uma complexa relação a um simples confronto bipolar (CANCLINI, 2015,

⁴ As definições em torno desses conflitos serão apresentadas no segundo capítulo.

p. 200) e ignorar os processos de negociação e mediação em relação que podem favorecer o não hegemônico. Nisso, a relevância para nós de se pensar o hegemônico está na sua forma como mídia, grandes meios de comunicação e mercado.

A ideia de que só pode haver um “confronto bipolar” também entra em conflito com os exemplos trazidos nesta pesquisa que envolvem o veganismo pragmático e o veganismo popular, mesmo que tenham suas diferenças na relação com o hegemônico e que se concentram no que diz respeito principalmente ao consumo e como o consumo é percebido a partir da percepção política de cada movimento. Ou seja, essas diferenças envolvem principalmente quais meios devem ser envolvidos ou com os quais os veganos devem contar nas relações de consumo para promover as transformações favoráveis ao veganismo. Isso ocorre mesmo que os dois movimentos defendam, às suas maneiras, a abolição da exploração animal.

Segundo Martín-Barbero, as mediações surgem como resultados das interações que decorrem dos processos de comunicação, assim como da relação de transformação nos espaços de produção com as mudanças nos espaços da cultura (2008, p. 80). Também definida como o lugar onde se dá o sentido da comunicação, a mediação também nos interessa na pesquisa como resultado da interação do movimento vegano com os meios e vice-versa, já que a mediação é também a articulação como deslocamento das práticas de comunicação para os movimentos sociais.

Conforme será apresentado nesta pesquisa, o movimento vegano é um movimento em que seus sujeitos visam ressignificar o sentido do consumo e da política com base na oposição à exploração e uso de animais, e dessa forma introduzir novos sentidos do social. Também encontramos processos de mediação nas transformações que levaram ao surgimento do veganismo, do *straight edge*⁵ e de sua relação também com o veganismo. Isso ocorre porque os movimentos constituem-se, transformam-se e modificam suas atuações com base na comunicação, nas interações de sentido negociado, de significação e ressignificação. Esse é um dos motivos pelos quais as mediações também levam às diferenças, conflitos e disputas que são estabelecidas dentro dos movimentos que se articulam a partir do movimento vegano.

⁵ Estilo de vida que surge em um contexto musical hardcore punk como uma reação aos excessos no cenário punk. O *straight edge* baseia-se na oposição ao consumo de bebidas alcoólicas, tabaco, outros tipos de fumo e drogas ilícitas. Traz um discurso voltado à sobriedade como um meio de “viver de forma mais consciente”. Também surge no contexto *straight edge* a defesa da abstenção do consumo de carne e a promoção do vegetarianismo e do veganismo, que é o que nos interessa nesta pesquisa. A relação com o veganismo resulta em um termo como especificidade – o *vegan straight edge*, que é uma forma de ratificar essa relação. Isso ocorre também porque, além do termo ajudar a promover o veganismo, nem todo *straight edge* é vegano, vegetariano ou abdica do consumo de carne. Ainda assim, no Brasil, a Verdurada, evento iniciado em 1996 e que se tornou mais emblemático do movimento *straight edge*, ficaria conhecida por promover o vegetarianismo e o veganismo.

Os movimentos fazem novos usos dos meios e constroem diferentes perspectivas em relação aos sentidos do consumo e da política, como ocorre a partir do veganismo popular e do veganismo pragmático. É também a diferença em relação à percepção do político que estabelece as diferenças em relação ao consumo. Logo a mediação é também nova produção de sentidos a partir da recepção e interpretação decorrentes dos processos de comunicação.

No veganismo a mediação aparece também em forma de atenção e reconhecimento, quando transformações fora desse movimento ocorrem pelo que está em relação com os interesses do movimento. Isso é perceptível não apenas nos exemplos que serão apresentados envolvendo os espaços que passam a ser ocupados pelo movimento vegano nos meios de comunicação, mas também nas mudanças que envolvem o mercado – o que também tem relação com a mediação como mudança nos espaços de produção a partir das mudanças nos espaços da cultura. Como lembra-nos Martín-Barbero a mediação se desenvolve com os meios de comunicação de massa, porém não surge com eles nem limita-se a eles (2008, p. 197).

Como a abordagem pragmática do veganismo é bastante criticada por defender negociações que são antagonizadas pelo veganismo popular, já que o veganismo pragmático não antagoniza o envolvimento de quem hoje obtém grande lucro com a exploração animal nas mudanças que possam favorecer novas relações de consumo sem o uso de animais, outro objetivo com esta pesquisa é analisar a validade dessas críticas, assim como as razões pelas quais os sujeitos do veganismo pragmático defendem tais negociações.

Esta pesquisa surge também de um interesse em avaliar quais são as mudanças que favorecem ou podem favorecer o desenvolvimento do veganismo no Brasil, e onde as articulações do veganismo podem ser consideradas inclusivas e excludentes. Enfim, o que está sendo feito e o que pode ser feito para que o veganismo, ou o que pode favorecer o veganismo, esteja mais próximo do maior número possível de pessoas e que sejam vistos por elas como algo a se apoiar e/ou viver.

Para pensar questões pertinentes ao veganismo, e também de conflito que envolvem diferentes posições no movimento vegano, um autor recorrente nesta pesquisa é o filósofo Peter Singer (2013, 2018 e 2020). Ele é utilizado não apenas por ser o autor de um livro que se tornou a referência primeira para se pensar a libertação animal na contemporaneidade, que é sua obra homônima, “Libertação Animal”⁶ (2013), mas também por ser alguém que é referenciado por diferentes movimentos dentro do movimento vegano, como poderá ser percebido nesta pesquisa. Singer é relevante também para pensarmos os conflitos que envolvem diferentes

⁶ O livro foi lançado em 1975, mas usamos como referência a versão brasileira de 2013, até porque nosso objetivo também é referenciar a especificidade que há nessa obra em relação ao Brasil.

abordagens do veganismo e onde os movimentos se encontram ou podem se encontrar mesmo diante da constante afirmação das diferenças e dos antagonismos. Ele também tem uma postura em relação às mudanças no veganismo que ajuda a pensar as negociações e as mediações em que utilizamos como referência os estudos de Canclini (2015) e Martín-Barbero (2008) no reconhecimento das inerentes contradições da realidade em que estamos inseridos.

O que também queremos evidenciar com esta pesquisa é que o movimento vegano, independentemente de abordagem, é formado por mediadores socioculturais que objetivam o reconhecimento de novos sentidos do consumo e da política e buscam ampliar essa percepção entre a população. Assim, outra preocupação é chamar atenção para a realidade de que a opressão como é reconhecida pelo movimento vegano por um processo de mediação é ignorada ou pouco considerada por outros movimentos, como os que discutem a opressão contra seres humanos pela ótica da justiça social e dos direitos humanos.

Para esta dissertação, utilizamos materiais bibliográficos (livros, teses, dissertações e artigos), sites, documentários e publicações audiovisuais e textuais em mídias sociais, além de músicas.

Logo abaixo trazemos uma breve descrição do que é tratado em cada capítulo:

A pesquisa traz no primeiro capítulo alguns elementos históricos e personagens para a compreensão do que, a partir de relações de fronteira⁷, influenciaria o surgimento do vegetarianismo e do veganismo. Também apresenta as considerações que eram feitas por quem pensava a questão da exploração ou opressão contra animais não humanos, evidenciando também que essa já era uma preocupação séculos antes do surgimento dos termos vegetarianismo e veganismo no Ocidente.

O olhar também das causas humanas para a causa animal não humana surge, a partir de vários personagens apresentados, como uma extensão da consideração de interesses sobre diversas formas de opressão. “Se não devemos oprimir um humano, devemos oprimir um não humano? Por quê?”, é uma questão que ganha voz por atores de diferentes lugares do mundo, incluindo o Brasil do início do século XX.

O movimento *straight edge*, por vezes referenciado como sXe, também é citado no capítulo por seu papel na difusão do veganismo no Brasil principalmente nas décadas de 1990 e primeira década de 2000. Nesse período, surge uma interação entre música, vegetarianismo e

⁷ Nesse caso, compreendidas como as relações de sujeitos de determinados lugares com sujeitos de outros lugares.

veganismo com outras questões políticas e de justiça social a partir do diálogo com outros movimentos sociais, assim como sujeitos externos à realidade e vivência do veganismo e do vegetarianismo.

A relevância em apresentar o *straight edge*, influenciado em um primeiro momento pelo anarcopunk, surge por sua precedência no Brasil às iniciativas organizadas de específica promoção do veganismo. Se há grupos, coletivos e organizações não governamentais que hoje são bem conhecidos entre veganos, vegetarianos e simpatizantes, nos anos 1990 e início dos anos 2000 sequer existiam, quando o *straight edge* já falava em veganismo e o promovia. Mais tarde, também pela multiplicidade de meios para promoção do veganismo, incluindo as redes sociais, o veganismo ganha expressão a partir de outras articulações e sujeitos. Nisso, o que nos interessa também são as mediações.

O segundo capítulo, que apresenta os sentidos do consumo e da política e sua importância no veganismo, externa algumas contradições históricas e percepções conflitantes, a partir de uma tradição filosófica e pelo que é preterido em relação à exploração animal como opressão. Também é abordado o reconhecimento do especismo, que é parte da história, mas é definido sob o termo somente em 1970, como parte de uma tradição de danos normalizados e inconsiderados porque é sobre outras espécies.

Com o tempo, as práticas discursivas que passam a ser referenciadas como favoráveis ao veganismo também tornam-se mais plurais, podendo ou não valer-se de uma abordagem antropocêntrica. Chamam atenção para questões que envolvem meio ambiente, mudanças climáticas, insegurança alimentar, fome e saúde. Isso ocorre como meio de estimular uma mudança envolvendo quem não vê a exploração animal como um motivo para uma mudança.

Discutíveis também são as diferentes definições e interpretações sobre ser vegetariano, vegano ou *plant-based*, e que também são motivos de tensões pelos usos que são feitos desses termos. Por apropriação, podem incorrer em mudanças de sentido e reducionismo, sendo ressignificadas de acordo com determinados interesses. Assim podem ou não ser expressão de seu sentido original quando um termo, por exemplo, é tratado como equivalente ou mesmo sinônimo de outro, embora sejam diferentes.

Também é apresentada a abordagem abolicionista do veganismo e quais conflitos são estabelecidos a partir dela em relação ao que é pragmático. O movimento *straight edge* brasileiro também é referenciado novamente por sua identidade local e como o olhar para a questão animal e as resultantes interseções, que também decorrem das mediações, surgem motivadas pelos anseios por uma ampla expressão política em oposição às injustiças.

Se a interseção do veganismo com outras causas é uma reivindicação posterior dentro do veganismo, a pesquisa retoma, referenciando alguns autores, que a preocupação com questões humanas ao longo da história também motivou um olhar para a realidade de outros animais. E se o movimento vegano ainda é pequeno, mais relevante ao movimento é chamar atenção de pessoas de outras causas para o veganismo ou o oposto? A interseccionalidade no veganismo também leva a outros conflitos, como aqueles em que podem ser apontados que os interesses dos animais não humanos estão sendo preteridos em relação aos interesses humanos em determinados contextos.

Em um recorte mais específico sobre as posições envolvendo consumo e política, o terceiro capítulo, “Movimentos em disputa: estratégias, astúcias, trampolinagens e apropriações”, tem como foco as diferenças discursivas entre o veganismo popular, que se posiciona como anticapitalista e de esquerda, logo interseccional, e o veganismo pragmático ou estratégico, que não se posiciona como anticapitalista e também estabelece relação com a interseccionalidade, embora não como condicionante como ocorre a partir do veganismo popular. O veganismo pragmático também faz críticas ao capitalismo, como será mostrado, o que também entra em conflito com as afirmações feitas contra esse movimento.

Apresentamos o que alguns sujeitos dos dois movimentos falam sobre suas próprias posições e outras posições, quais são seus antagonismos e quais negociações são estabelecidas a partir de cada movimento.

É no terceiro capítulo que fica mais claro a partir dos exemplos utilizados como as diferenças entre um movimento e outro estão relacionadas aos meios para se alcançar os objetivos do veganismo, e não aos fins, mesmo que haja uma rejeição desse entendimento por uma disputa sobre o sentido do veganismo. Isso ocorre porque as negociações estabelecidas por um movimento são antagonizadas por outro.

Enquanto para o veganismo popular o mercado está “cooptando” o veganismo, para o veganismo pragmático o veganismo pode gerar transformações no mercado. Colocamos em discussão a passividade que o movimento pelo veganismo popular atribui ao consumidor nessa relação com o mercado, enquanto que para o movimento pelo veganismo pragmático o que ocorre é exatamente o oposto. Ou seja, uma mudança na relação com o mercado e que surge como consequência de novas mediações.

Analisamos também a mediação e a negociação, com base no que é proposto por Martín-Barbero (2008) e Canclini (2015), para compreender a maior visibilidade do veganismo pragmático em meios hegemônicos, ainda que o veganismo popular não possa afirmar que sua

visibilidade e popularização não esteja sendo beneficiada também por uma crescente participação e abertura nesses meios.

Colocamos em discussão, utilizando Bilge e Collins (2021) e Tarrow (2009), o ativismo on-line e a profissionalização do movimento vegano, que é um tema bastante controverso pelos conflitos que são estabelecidos com o poder econômico ao mesmo tempo em que o desenvolvimento dessa articulação também é determinada pelo fator econômico. É algo que leva a novas possibilidades de transformação da realidade ao mesmo tempo em que há o estabelecimento de outros limites. Isso é avaliado considerando o dilema da questão idealismo-pragmatismo.

Para pensar uma realidade específica sobre a articulação profissional nesse contexto, e que surge a partir de uma abordagem pragmática, usamos como exemplo a organização Mercy For Animals Brasil que estabelece negociações que não são admitidas por defensores do veganismo popular. O interesse em usá-la nesta pesquisa surge porque o alcance dessa entidade está relacionado a uma posição em que se acredita no uso do hegemônico para beneficiar o que é não hegemônico. Isso vai ao encontro da superação da ideia de um confronto bipolar de que fala Canclini (2015).

Referenciamos Singer a partir de Leenaert (2017) para repensar o veganismo pragmático como um “não veganismo” ou um movimento pela “não libertação animal”, como afirmado pelo Movimento Vegano Anticapitalista (MOVA). Para isso, referenciamos também o que é trazido sob uma perspectiva pragmática sobre consumo, solidariedade e cidadania, levando em conta o que Canclini (2015) propõe sobre essa relação como ato de reprodução social.

A mediação também é pensada no terceiro capítulo a partir de dois projetos de lei federais, 534/2020 e 2556/2019, que voltam-se à facilitação do acesso aos produtos veganos e as diferenças que são estabelecidas entre eles pela relação que seus autores têm com o veganismo. Essas propostas também são trazidas porque situam-se no embate que persiste entre o veganismo pragmático e o veganismo popular mesmo quando diz respeito a produtos que não envolvem o uso de animais. Isso ocorre também pelas diferenças como os movimentos percebem as empresas que oferecem esses produtos, retomando uma diferente percepção e posição em relação ao mercado.

Outros quatro projetos de lei federais, 10556/2018, 2876/2019, 5499/2020, 508/2022, que antagonizam o mercado de produtos veganos ou *plant-based* e surgem a partir de membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), são trazidos para se discutir uma questão de apropriação contra as alternativas aos alimentos de origem animal, ou seja, produtos que favorecem os interesses do movimento vegano, mas que também não devem ser pensados como

somente voltados aos veganos. O objetivo então é analisar como essas iniciativas reproduzem um mesmo discurso e são uma reação contrária a um interesse público, mesmo sob uma afirmação de defesa de interesse público.

Depois abordamos o relativismo e as contradições que surgem envolvendo o consumo e como há afirmações e crenças que se propõem a sustentar uma posição inegociável no meio vegano. Isso ocorre mesmo que o crescimento do veganismo, ou do que pode ser favorável ao veganismo, dependa da multiplicidade das interações veganas-não veganas e das relações contraditórias que são estabelecidas. Afinal, também são parte das mudanças hoje possíveis em relação à produção e consumo.

I. UMA TRAJETÓRIA DAS POSIÇÕES CONTRÁRIAS À VIOLÊNCIA, MORTE E USOS PELOS HUMANOS, OU, UMA ARQUEOLOGIA ANTIESPECISTA

No primeiro capítulo apresentamos como as influências foram construídas até chegarmos ao veganismo, ao *straight edge* e à relação entre os dois. Também levantamos um questionamento sobre o que possibilitou que alguns sujeitos tivessem mais visibilidade do que outros nas suas contribuições à abstenção do consumo de animais, ao vegetarianismo e ao veganismo, mas sem o objetivo de minimizar a importância do trabalho daqueles que alcançaram maior influência.

Este capítulo é relevante para o que será apresentado em outros capítulos porque mostra que o que está em evidência hoje nas discussões relacionadas ao veganismo também já foi motivo de preocupação de pensadores e autores que viveram em diferentes épocas, como o romântico Percy Shelley, que traz uma percepção política da abstenção do consumo de animais no ensaio “*A Vindication of Natural Diet*” (2012), que citamos logo no início principalmente por Shelley ser uma das principais referências da Vegan Society, que criou e definiu os termos *vegan* e *veganism*.

Shelley é influenciado por filósofos gregos que criticavam o consumo de animais, em um constante aperfeiçoamento iniciado com Pitágoras. Isso nos leva a refletir não apenas sobre o que retoma os gregos, mas também o que está fora da Grécia, como a relação estabelecida com outros sujeitos, como trazido por François Hartog (1999 e 2004), e a relevância desse reconhecimento, sobre o qual também usamos Voltaire (2021) como referência, além de corroborações a partir de outros autores.

Abū al-‘Alā’ al-Ma‘arrī, Sadegh Hedayat e Vydūnas são três nomes de períodos diferentes, uma referência árabe, uma persa e uma báltica, selecionados para mostrar, com base em livros, publicações acadêmicas e sites, que o que eles expressaram sobre a contestação da exploração animal pode ser menos visibilizado internacionalmente, mesmo entre quem reprova tais práticas, dependendo dos lugares desses pensadores e autores e de quais línguas são utilizadas. Al-Ma‘arrī também é trazido como exemplo de vivência de um tipo de veganismo precedente ao veganismo, o que mostra que uma prática que hoje seria chamada de veganismo já era vivida no mundo árabe no século XI.

O reformador social Henry Salt é apresentado por ter dado continuidade e aperfeiçoado o que foi iniciado por Shelley, na relação do ético-político com a reprovação do uso de animais e a defesa da abstenção do consumo de produtos de origem animal, e o fez enquanto também defendia mudanças favoráveis às causas humanas.

José Oiticica e Carlos Dias Fernandes são referenciados porque são dois nomes que no início do século XX promoviam a abstenção do consumo de animais no Brasil, ao mesmo tempo em que chamavam a atenção para outras causas – a proletária, por Oiticica; e a dos direitos das mulheres, por Fernandes.

As referências no primeiro capítulo são breves e também tem como objetivo mostrar que houve uma grande diversidade de sujeitos que refletiram sobre o consumo de animais em diferentes épocas, e de uma forma que não deixa de ser atual, mesmo em relação aos conflitos que estão em evidência hoje no veganismo ou em relação com o veganismo.

No mesmo capítulo, abordamos a história do *straight edge* a partir de diferentes referências e de sujeitos de diferentes locais. O *straight edge* surge influenciado pelo anarcopunk, até a sua chegada e desenvolvimento no Brasil, sendo um tipo de “outro punk”, mesmo que com a intenção de uma dissociação com o punk. Também abordamos como foi estabelecida a relação desse movimento com as críticas e oposição ao consumo e uso de animais, assumindo uma forma ética-política. Usamos como referência documentários, vídeos de canais no YouTube, reportagens, publicações acadêmicas, artigos publicados em sites e músicas, já que há uma carência de livros sobre o *straight edge* brasileiro.

A relação do *straight edge* com o veganismo no Brasil é marcada também por uma identificação de seus sujeitos com a esquerda, uma herança do anarcopunk, mas com uma postura mais conciliatória, e leva a um diálogo com outras causas, abrindo espaço para sujeitos não *straight edge*. Isso ocorre pelo menos a partir de São Paulo (SP), que passa a ser referência em *straight edge* no Brasil e também pela viabilização de um evento, a Verdurada, que reproduz essa posição ética-política.

A decisão de abordar o *straight edge* surge estritamente pela sua relação com o veganismo no Brasil, por ter sido o meio pelo qual muitos jovens conheceram o veganismo nas décadas de 1990 e de 2000. É um período que precede outras articulações, e que se modificaria com o surgimento e acesso a outros meios e iniciativas voltadas à promoção do veganismo. Algumas iniciativas serão citadas nesta pesquisa apenas como referências e outras serão exploradas nos capítulos seguintes por estarem também envolvidas nas tensões que hoje envolvem os sentidos e a visibilização do veganismo. Além disso, esse recorte do *straight edge* relacionado a 1990 e 2000 refere-se às décadas de maior desenvolvimento do movimento *straight edge* no Brasil.

1.1. Veganismo com a Vegan Society e antes da Vegan Society

Como movimento moderno em oposição à exploração de animais para consumo e outras finalidades, o veganismo teve início em novembro de 1944 na Inglaterra com a fundação da Vegan Society, uma iniciativa do carpinteiro Donald Watson e de outros vegetarianos como Dorothy Morgan, Elsie Shrigley, George A. Henderson e Fay K. Henderson, conforme informações disponíveis no site da entidade⁸. O termo “vegano” surgiu como palavra que representa “o início e o fim do vegetariano”, já que vegano, com a exclusão do “etari”, é uma contração de vegetariano e foi cunhado por Watson a partir de uma sugestão de George e Fay Henderson.

Embora a dieta vegana tenha sido definida no início da Vegan Society em 1944, por Donald Watson e nossos membros fundadores, foi ainda em 1949 que Leslie J Cross apontou que faltava à sociedade uma definição de veganismo e sugeriu ‘[o] princípio da emancipação dos animais da exploração pelo homem’. Isso foi posteriormente esclarecido como ‘buscar o fim do uso de animais para alimentação, commodities, trabalho, caça, vivisseção e todos os outros usos que envolvam a exploração da vida animal pelo homem’ (VEGAN SOCIETY, 2022, tradução nossa).⁹

O grupo, inspirado por defensores de um vegetarianismo que ia além da abstenção do consumo de carne, como o poeta romântico Percy Bysshe Shelley, autor de *A Vindication of Natural Diet* (Uma Defesa da Dieta Natural), de 1813, e *On the Vegetable System of Diet* (Sobre o Sistema Vegetal da Dieta), publicação póstuma de 1929, viu com insatisfação a Sociedade Vegetariana do Reino Unido não defender a abstenção do consumo de outros alimentos de origem animal, o que motivou a criação de um novo movimento a partir de uma nova entidade.

O homem e os animais a quem ele infectou com sua sociedade, ou os depravou por meio de seu domínio, estão sozinhos e doentes. O porco selvagem, o muflão, o bisão e o lobo são perfeitamente isentos de doenças e, invariavelmente, morrem de violência externa ou de velhice. Mas os porcos domésticos, as ovelhas, os bovinos e os cães estão sujeitos a uma incrível variedade de enfermidades e, como os corruptores da natureza, há médicos que prosperam com suas misérias (SHELLEY, 2012, p. 13, tradução nossa).¹⁰

⁸ <https://www.vegansociety.com>.

⁹ Although the vegan diet was defined early on in The Vegan Society's beginnings in 1944, by Donald Watson and our founding members. It was as late as 1949 before Leslie J Cross pointed out that the society lacked a definition of veganism. He suggested “[t]he principle of the emancipation of animals from exploitation by man”. This is later clarified as “to seek an end to the use of animals by man for food, commodities, work, hunting, vivisection, and by all other uses involving exploitation of animal life by man”.

¹⁰ Man and the animals whom he has infected with his society, or depraved by his dominion, are alone diseased. The wild hog, the mouflon, the bison, and the wolf are perfectly exempt from malady, and invariably die either from external violence or natural old age. But the domestic hog, the sheep, the cow, and the dog are subject to an

Influenciado por Plutarco, a quem cita ao declarar que se nascemos para nos alimentarmos de animais, devemos fazê-lo como fazem os verdadeiros carnívoros (2012, p. 13), Shelley evoca uma reforma não apenas nos hábitos alimentares, mas no sistema alimentar, antecipando o que está em discussão hoje sobre o impacto ambiental da produção de alimentos e a insegurança alimentar. “Talvez sua característica mais notável seja encontrada nas observações muito pertinentes sobre a influência do vegetarianismo nas questões de economia e reforma social [...]”, consta no prefácio de uma edição de 2012 do ensaio *A Vindication of Natural Diet*.

O comedor monopolizador de carne animal não destruiria mais sua constituição devorando um acre em uma refeição [...]. A quantidade de matéria vegetal nutritiva consumida na engorda da carcaça de um boi daria dez vezes mais sustento, sem depravação de fato, e incapaz de gerar doenças, se colhida imediatamente do seio da terra. Os distritos mais férteis do globo habitável são agora realmente cultivados pelos homens para os animais, com um atraso e desperdício de alimentos absolutamente incapazes de calcular. Somente os ricos podem, em grande medida, mesmo agora, satisfazer o desejo antinatural de carne morta, e eles pagam pela maior licença do privilégio, pela sujeição a doenças supranumerárias (SHELLEY, 2012, p. 20-21, tradução nossa).¹¹

Os interesses de Shelley, nome conhecido do Romantismo britânico, coincidem com a necessidade de uma outra percepção sobre o Romantismo, segundo Jesús Martín-Barbero, que analisa que poucos períodos foram tão preconceituosamente vistos a partir da modernidade.

Acusa-se o Romantismo de haver-nos deformado a Idade Média, mas poucos períodos por sua vez foram tão preconceituosamente vistos a partir da modernidade quanto este Romantismo, reduzido a “escola” literária ou musical, e em definitivo a um adjetivo que se confunde com o melodramático e sentimental. Hoje surge outra leitura histórica que permite valorizar a ruptura que o movimento romântico introduz no espaço da política e da cultura (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 35-36).

incredible variety of distempers; and, like the corrupters of their nature, have physicians who thrive upon their miseries

¹¹ The monopolising eater of animal flesh would no longer destroy his constitution by devouring an acre at a meal [...]. The quantity of nutritious vegetable matter consumed in fattening the carcase of an ox, would afford ten times the sustenance, undepraving indeed, and incapable of generating disease, if gathered immediately from the bosom of the earth. The most fertile districts of the habitable globe are now actually cultivated by men for animals, at a delay and waste of aliment absolutely incapable of calculation. It is only the wealthy that can, to any great degree, even now, indulge the unnatural craving for dead flesh, and they pay for the greater licence of the privilege, by subjection to supernumerary diseases.

O romantismo, uma influência para o movimento vegano ocidental é, conforme Martín-Barbero, uma reação política contra a fé racionalista e o utilitarismo burguês. “O movimento romântico tem não poucos laços com o socialismo utópico e seu protesto contra a ausência de uma verdadeira sociedade” (2008, p. 36). No mesmo ensaio em que promove a abstenção do consumo de animais, Percy Shelley afirma que é a influência direta do monopólio comercial que torna mais ampla e invencível a distância entre o homem mais rico e o homem mais pobre, externando preocupação com o grande poder econômico e suas consequências.

A odiosa e repugnante aristocracia da riqueza é construída sobre as ruínas de tudo o que há de bom no cavalheirismo ou no republicanismo; e o luxo é o precursor de uma barbárie dificilmente curável. É impossível realizar um estado de sociedade onde todas as energias do homem sejam direcionadas para a produção de sua sólida felicidade? Certamente, se essa vantagem (objeto de toda especulação política) for atingível em algum grau, é atingível apenas por uma comunidade que não ofereça incentivos factícios à avareza e ambição de poucos, e que é internamente organizada para a liberdade, segurança e conforto de muitos. Não se deve confiar poder a ninguém (e o dinheiro é a espécie mais completa de poder) que não se comprometa a usá-lo exclusivamente para o benefício geral (SHELLEY, 2012, p. 21-22, tradução nossa).¹²

No ensaio favorável à abstenção de alimentos de origem animal, ele qualifica uma reforma alimentar também como uma mudança em direção à justiça social, o que também coincide com o que se discute hoje com a finalidade de desestimular uma dieta que envolve o uso de animais.

A vantagem de uma reforma na dieta é obviamente maior que a de qualquer outra. Atinge o mal pela raiz. Remediar os abusos da legislação, antes de aniquilarmos as propensões pelas quais são produzidos, é supor que, ao retirar o efeito, a causa deixará de operar. Mas a eficácia desse sistema depende inteiramente do proselitismo dos indivíduos e fundamenta seus méritos, em benefício da comunidade, na mudança total dos hábitos dietéticos de seus membros (SHELLEY, 2012, p. 22-23, tradução nossa).¹³

¹² The odious and disgusting aristocracy of wealth, is built upon the ruins of all that is good in chivalry or republicanism; and luxury is the forerunner of a barbarism scarce capable of cure. Is it impossible to realize a state of society, where all the energies of man shall be directed to the production of his solid happiness? Certainly, if this advantage (the object of all political speculation) be in any degree attainable, it is attainable only by a community which holds out no factitious incentives to the avarice and ambition of the few, and which is internally organized for the liberty, security, and comfort of the many. None must be entrusted with power (and money is the completest species of power) who do not stand pledged to use it exclusively for the general benefit.

¹³ The advantage of a reform in diet is obviously greater than that of any other. It strikes at the root of the evil. To remedy the abuses of legislation, before we annihilate the propensities by which they are produced, is to suppose, that by taking away the effect, the cause will cease to operate. But the efficacy of this system depends entirely on the proselytism of individuals, and grounds its merits, as a benefit to the community, upon the total change of [Pg 23] the dietetic habits in its members.

A partir dessas influências e maneiras de pensar, o veganismo foi além de um vegetarianismo identificado como “abstenção do consumo de carne”, que hoje é chamado de ovolactovegetarianismo (por incluir ovos e laticínios), e de um vegetarianismo ético que limitava-se ao não consumo de alimentos de origem animal (como ovos, laticínios e mel, além de carne), não excluindo outros produtos, ingeríveis ou não. Com isso, o veganismo tornou-se referência em oposição ao consumo e uso de animais, voltando-se para o que foi percebido como um aperfeiçoamento mais convergente à defesa dos animais, ao propor um olhar para outras formas de exploração animal, estabelecendo o que pode ser chamado de “novos reconhecimentos”.

No livro *Animal Liberation* (Libertação Animal), de 1975, o filósofo utilitarista australiano Peter Singer, que foi influenciado pelo filósofo britânico Jeremy Bentham, destacando a senciência, ou seja, a capacidade de sentir, como critério para a consideração de interesses de outros animais, cita o reformador social Henry Salt, que publicou sobre os direitos animais no século XIX e identificava-se como socialista, pacifista e humanitarista, como um dos poucos à época que não apenas fazia críticas à exploração animal como vivia essa oposição.

Quando digo que vou morrer, como tenho vivido, racionalista, socialista, pacifista e humanitarista, devo deixar claro o meu propósito. Não acredito na religião presentemente estabelecida. Mas tenho uma fé religiosa muito firme – um credo de parentesco que eu chamo; uma crença de que nos próximos anos haverá um reconhecimento da fraternidade entre homem e homem, nação e nação, humano e subumano, o que vai transformar um estado de semi-selvageria, como o temos em nossa civilização, em um estado onde não haverá tal barbaridade como a guerra, o roubo dos pobres pelos ricos, ou o uso de animais inferiores pela humanidade (SALT, 1939 apud HENDRICK, 1977, p. 5-6, tradução nossa).¹⁴

O que é apresentado acima coincide também com o que é citado sobre Henry Salt pelo historiador Keith Thomas em “O Homem e o Mundo Natural”. Ele cita que no fim do século XIX a Liga Humanitária, que teve Salt como fundador, apresentou um programa de reforma das prisões, das punições, dos salários, da lei dos pobres e defendendo a condição feminina como parte de “uma doutrina abrangente do humanitarismo, a ser aplicada a todos os seres sensíveis” (2010, p. 263).

¹⁴ When I say I shall die, as I have lived, rationalist, socialist, pacifist, and humanitarian, I must make my meaning clear. I wholly disbelieve in the present established religion; but I have a very firm religious faith of my own—a Creed of Kinship I call it—a belief that in years yet to come there will be a recognition of brotherhood between man and man, nation and nation, human and subhuman, which will transform a state of semi-savagery, as we have it, into one of civilisation, when there will be no such barbarity of warfare, or the robbery of the poor by the rich, or the ill-usage of the lower animals by mankind.

Salt é autor de *Animals' Rights: Considered in Relation to Social Progress* (Direitos Animais: Considerados em Relação ao Progresso Social), de 1892, em que traz uma abordagem também política da defesa dos direitos animais, e *The Logic of Vegetarianism* (A Lógica do Vegetarianismo), de 1899, em que volta-se para as razões para uma mudança alimentar contrária à violência contra os animais. Mas ele não considerava somente a importância de uma mudança na dieta:

Tomemos o caso do couro, por exemplo, um material que é de uso quase universal e pode, nas atuais circunstâncias, ser razoavelmente descrito como necessário. O que devemos fazer sem couro? Foi, de fato, uma pergunta feita com muita frequência aos vegetarianos durante os primeiros e imaturos anos do movimento de reforma alimentar, até que se descobriu que o couro vegetal poderia ser empregado com sucesso na fabricação de botas [...] (SALT, 2021, p. 61, tradução nossa)¹⁵

Observações como as de Salt e dos fundadores da Vegan Society revelaram preocupação com uma mudança mais extensiva, que ia além dos limites então estabelecidos por um senso comum compartilhado à época em relação ao vegetarianismo, embora alguns discursos contra a exploração animal não deixassem de destacar diferenças a partir de uma percepção ainda influenciada pelo antropocentrismo ocidental – como a divisão de espécies entre superiores e inferiores.

Darwin também refere-se aos animais não humanos como inferiores em “A Expressão das Emoções no Homem e nos Animais”, embora não da mesma maneira que quem usa o antropocentrismo e a crença de uma existência separada do ser humano em relação às outras espécies apenas com o objetivo de justificar o uso dos animais. “Sem dúvida, enquanto considerarmos o homem e todos os outros animais como criações independentes, não avançaremos em nosso desejo natural de investigar até onde for possível as causas da Expressão” (2021, p. 18-19).

É citável que a influência antropocêntrica também no discurso contra o uso de animais para diversos fins remete a uma outra época, que difere da atual em relação à percepção que se tem dos animais a partir do veganismo. Por sua diferenciação em relação aos tipos de vegetarianismo, o veganismo tornou-se um imperativo moral entendido como mais emblemático da oposição ao uso de animais e ultrapassou as fronteiras do Reino Unido.

¹⁵ Take the case of leather, for instance, a material which is in almost universal use, and may, under present circumstances, be fairly described as a necessary. What should we do without leather? was, in fact, a question very frequently asked of vegetarians during the early and callow years of the food-reform movement, until it was found that vegetable leather could be successfully employed in boot-making [...].

Isso não significa que antes do surgimento do veganismo na Inglaterra e fora do Ocidente não existissem pessoas que vivessem o veganismo, a oposição ao uso de animais para os mais diversos fins. O que Donald Watson e os outros fizeram foi criar um termo que definiu e normatizou o “ser vegano”. Com a influência do Reino Unido no mundo, isso permitiu o fortalecimento da associação da origem do veganismo com os britânicos, além de facilitar mais tarde o alcance global do veganismo definido pela Vegan Society.

Muito antes do surgimento do movimento moderno vegano no Ocidente, o filósofo e poeta sírio Abū al-‘Alā’ al-Ma‘arrī escreveu no século XI um poema intitulado, em tradução livre, “Já Não Roubo da Natureza”, publicado em inglês em 1921 pelo pesquisador inglês Reynold A. Nicholson no livro *Studies in Islamic Poetry* (Estudos em Poesia Islâmica). Ou seja, 23 anos antes da fundação da Vegan Society. No poema que integra originalmente o livro *Al-Luzūmiyyāt* (As Necessidades Desnecessárias ou Obrigação do que Não é Obrigatório), que reúne 1,6 mil poemas curtos, al-Ma‘arrī advoga o que seria definido séculos depois como veganismo:

Venha a mim para que você possa ouvir alguma verdade/Não coma injustamente o peixe que a água sublevoú/E não deseje como alimento a carne de animais abatidos/Ou o leite branco das mães que pretendiam alimentar seus bebês, não senhoras nobres/Não aflija as inocentes aves tomando-lhes os ovos/Pois a injustiça é o pior dos crimes/E poupe o mel que as abelhas obtêm industriosamente das flores de plantas perfumadas/Porque elas não o resguardaram para que pudesse pertencer a outros/Nem o recolheram em troca de presentes ou recompensa/Lavei minhas mãos de tudo isso; E gostaria de ter descoberto o meu caminho antes do meu cabelo ter ficado grisalho (NICHOLSON, 1921, p. 134-135, tradução nossa).¹⁶

“Outras obras de al-Ma‘arrī colocam questões tão preocupantes, ou pelo menos pintam quadros de cores vivas de uma perspectiva não humana – e visivelmente pacifista e vegana” (BLANKINSHIP, 2020, p. 6). Como Mahavira e os jainistas, ele, que muito antes de Henry Salt também não acreditava nas “religiões presentemente estabelecidas”, sendo identificado também como ateu e pré-anarquista, acreditava na santidade da vida e definia como um ato de imoralidade causar danos aos animais. Então se tornou um opositor da exploração animal, inclusive do uso de animais para vestuário. Vivendo com 20 dinares por ano, suas fontes de

¹⁶ Come to me, that you may hear something of sound truth/Do not unjustly eat fish the water has given up/And do not desire as food the flesh of slaughtered animals/Or the white milk of mothers who intended its pure draught for their young, not noble ladies/And do not grieve the unsuspecting birds by taking eggs/For injustice is the worst of crimes/And spare the honey which the bees get industriously from the flowers of fragrant plants/For they did not store it that it might belong to others/Nor did they gather it for bounty and gifts/I washed my hands of all this; And wish that I perceived my way before my hair went gray.

proteínas eram feijões e lentilhas, de acordo com Kanishk Tharoor e Maryam Maruf (BBC, 2016).

O historiador turco Şalāḥ al-Dīn al-Şafadī (1296-1363) registrou no livro *Kitāb al-Wāfi bi-l-Wafīyyāt* (O Abrangente Livro de Vidas e Mortes) que figos eram a sobremesa de Abū al-‘Alā’ al-Ma‘arrī, que suas roupas eram feitas de algodão e seus tapetes de papiro (1993, p. 78), conforme tradução de Salma Harland¹⁷. “Por dever moral, al-Ma‘arrī usava apenas roupas simples e seguia uma dieta estrita na qual se abstinha de todos os tipos de carne, frutos do mar, ovos, leite e mel, apenas para listar alguns” (HARLAND, 2022). Por causa de suas limitações em decorrência da deficiência visual, al-Ma‘arrī contava com um ajudante, a quem permitia decidir quanto deveria pagar por seus serviços, ficando o poeta e filósofo apenas com o suficiente para a sua alimentação (THAROOR; MARUF, 2016).

Por trinta anos, ele permaneceu vegetariano, vivendo a vida de um asceta. Esse modo de vida levou seus inimigos a acusá-lo de renunciar ao Islã e abraçar o bramanismo, um dos princípios que proíbe o abate de animais. [...] e além disso, por sua veemente denúncia da prática bárbara de matar animais para alimentação ou esporte (AL-MA‘ARRĪ, 2015, p.16, tradução nossa).¹⁸

No artigo *On Abū al-‘Alā’ al-Ma‘arrī, or What it Means to Be Blind and Vegan during the Islamic Middle Ages* (Sobre Abū al-‘Alā’ al-Ma‘arrī, ou O que Significa Ser Cego e Vegano durante a Idade Média Islâmica), publicado no site do periódico *Modern Poetry in Translation* (MPT), Harland (2022) sustenta que “o que agora é conhecido e aceito como veganismo era considerado na época de al-Ma‘arrī uma forma de ascetismo (*zuhd*)”.

Porém é preciso dizer que ele não reconhecia a si mesmo como um asceta. A associação entre abstenção e ascese pode ser problemática porque tende a uma redução da rejeição de determinados hábitos a uma questão espiritual, o que conflitua por minimização com a própria visão de mundo de al-Ma‘arrī quando discorre sobre o mal contra os animais para os animais. De outra forma, sua percepção não diferiria de uma consideração antropocêntrica em que o mal contra um animal deve ser evitado pelo que é ou pode ser um mal para o ser humano – coincidindo com a controversa consideração por deveres indiretos.

¹⁷ Salma Harland é uma tradutora de origem egípcia e mestre em literatura e filosofia pela Universidade de Sussex, na Inglaterra.

¹⁸ For thirty years he remained a vegetarian, living the life of an ascetic. This mode of living led his enemies to accuse him of renouncing Islam and embracing Brahminism, one of the tenets of which forbids the slaughter of animals. The accusation was rather sustained by the dispassionate attitude he held towards it, and, furthermore, by his vehement denunciation of the barbarous practice of killing animals for food or for sport.

Notável também é a interseção das relações de consumo que já norteavam a vida do poeta sírio e seu olhar sobre o que deveria ou não ser um produto, o que também expressa uma postura política. Quando viveu em Bagdá, ele teria se decepcionado ao testemunhar poetas “se rebaixando por causa de dinheiro”, dedicando-se a escrever panegíricos, ou seja, ode aos seus ricos patronos, e que tinham como motivação a ascensão econômica e social.

Aos onze ou doze anos, já dominava a poesia antes de seguir para outras áreas do conhecimento, como linguística, história e hermenêutica. Em 1007, uma visita de dezoito meses a Bagdá foi decisiva para a maneira como al-Ma‘arrī escolheu levar a maior parte de sua vida adulta. Onde a elite culta abássida exibia sua riqueza realizando banquetes luxuosos e vestindo roupas ornamentadas, al-Ma‘arrī se orgulhava de seu comportamento modesto e humilde: ‘Onde os ignorantes exibem suas melhores roupas’, diz ele, ‘estou contente com meus trapos de algodão comum’ (HARLAND, 2022, tradução nossa)¹⁹.

A postura de al-Ma‘arrī revela uma resistência e rejeição ao que, para ele, eram excessos, e que externavam e fortaleciam um grande contraste entre os cidadãos de sua época a partir das configurações de poder. Além disso, a referência endossa sua rejeição ao vestuário baseado na exploração e/ou abate de animais.

1.2 Na Grécia e fora do Ocidente

Mesmo as reconhecidas bases que influenciaram o vegetarianismo que mais tarde seria motivo para o surgimento do veganismo vieram a partir de outras fronteiras. Na Grécia Antiga, por exemplo, primeiro por meio de Pitágoras, eternizado por seus biógrafos Diógenes Láercio, autor de “Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres” e Jâmblico, autor de “A Vida de Pitágoras”, além de Ovídio, por meio de “Metamorfoses”, que traz o capítulo “Os Ensinamentos de Pitágoras”. Eram dois romanos e um assírio.

Pitágoras é associado a diferentes tipos de “não consumo de animais”, também citados como “vegetarianismos” e estabelecidos mais tarde como conceitos de diferenciação, sendo referenciados mais comumente como o “místico” e o “ético”. O místico pela sua relação com a metempsicose (transmigração de almas), que teve sua origem na Índia, mas que supostamente chegou à Grécia por meio de Pitágoras, que também esteve no Egito. Isso diz respeito à crença

¹⁹ By the age of eleven or twelve, he had already mastered poetry before pursuing other fields of knowledge, including linguistics, history, and hermeneutics. In 1007, an eighteen-month visit to Baghdad proved decisive to the way al-Ma‘arrī chose to lead most of his adult life. Where the Abbasid cultured elite flaunted their wealth by holding lavish banquets and wearing ornate clothes, al-Ma‘arrī took pride in his modest, humble demeanour: ‘Where the benighted flaunt their best garments’, he says, ‘I am content with my common cotton rags’.

do reencarnar não apenas na forma de um humano, mas também de outro animal, como também citado na biografia de Pitágoras publicada na *Stanford Encyclopedia of Philosophy* (2005).

Acredita-se, a partir de alguns biógrafos de Pitágoras, que ele preocupava-se que ao causar ou contribuir para que um mal fosse causado a um animal, uma pessoa poderia renascer como esse animal. Porém há quem sustente que as reprovações de Pitágoras à matança e ao consumo de animais são baseadas na “sua recusa em fazer distinção da carne e do sangue de humanos e animais” (VIOLIN, 1990, p. 125). A observação é convergente ao que é identificado como “vegetarianismo ético”, amparado na oposição ao derramamento de sangue dos animais por considerá-lo um mal em si, que depende da morte dos animais.

Ovídio também retratou Pitágoras como um filósofo que recomendou que demonstrassem compaixão pelo sofrimento de todos os seres sencientes. Além das menções a ele na obra “Metamorfoses”, outro exemplo é uma história narrada pelo filósofo neoplatônico Jâmblico e mais tarde publicada na biografia “A Vida de Pitágoras”. Porém, se os gregos influenciaram a abstenção do consumo de carne e os “vegetarianismos” no Ocidente, ainda há pouco reconhecimento sobre a vivência e influência não ocidentais principalmente sob uma perspectiva não mística ou espiritual dessa abstenção.

O veganismo, na associação palavra-prática, não existia antes de 1944, com o surgimento da Vegan Society. Mas, isso, com base no que já foi citado, não significa que a prática do veganismo, sem pensar na construção do termo, tenha sido iniciada pelos britânicos, embora a tenham normatizado como movimento moderno. Acreditar que a vivência do veganismo, não definida por termo, e fundamentada em um imperativo moral, não existisse fora da Europa, pode fortalecer uma ideia que ignora experiências não europeias.

Ademais, os gregos que costumam ser identificados como os primeiros a criticarem a exploração animal no Ocidente, não tiveram como referência apenas o próprio espaço geográfico. Suas posições também foram fundamentadas ou influenciadas a partir de relações com outros povos, o que retoma o que referenciamos antes como relações de fronteira:

Com efeito, segundo uma tradição, Pitágoras (como também Sólon, como também Tales) viajou ao Egito, uma vez em sua vida, para instruir-se junto dos egípcios, os homens mais antigos do mundo ou, em todo caso, os mais antigos após os frígios. Sua antiguidade lhes assegura, portanto, um acréscimo de sabedoria com relação às populações mais jovens. Pitágoras é discípulo dos sacerdotes egípcios (HARTOG, 1999, p. 117).

Em “Pensamentos Vegetarianos”, Voltaire, que encontra referências para a abstenção do consumo de animais fora da Europa, afirma que os brâmanes foram os primeiros a impor a “lei de não comer nenhum animal”. “Sabe-se que Pitágoras, que estudou com eles a geometria e a moral, adotou essa doutrina humana e a transportou para a Itália. Seus discípulos a seguiram durante muito tempo: os célebres filósofos Plotino, Jâmblico e Porfírio a recomendaram e até a praticaram [...]” (VOLTAIRE, 2021, p. 35-36). No capítulo “O diálogo entre um capão e uma franga”, Voltaire vale-se de um personagem para dizer que, conforme dois abades, Pitágoras, tendo viajado entre os povos justos, trouxe da Índia a ideia da abstenção do consumo de animais, que foi seguida por seus discípulos (2021, p. 70-71).

Quem também pontua outra questão de fronteira é o filósofo político britânico Rod Preece no livro *Sins of the Flesh: A History of Ethical Vegetarian Thought* (Pecados da Carne: Uma História do Pensamento Vegetariano Ético), de 2008, ao citar que o filósofo neoplatônico Plotino nasceu no Egito. Seu discípulo, Porfírio, é o autor de *De Abstinentia ab Esu Animalium* (Da Abstinência do Alimento Animal), também considerada uma obra importante da Grécia Antiga em crítica ao consumo de animais.

“Foi em vão a proposta de Porfírio de apresentar como modelos os brâmanes e os magos persas da primeira classe, que tinham horror ao costume de engolir em suas entranhas as entranhas de outras criaturas; atualmente, ele é seguido apenas pelos padres da Trappe” (VOLTAIRE, 2021, p. 37).

Esses exemplos mostram como a resistência ao consumo de animais no mundo grego é influenciada pelo mundo não grego. Também fica claro que não atingir um grande público em outras localidades e em seu tempo não quer dizer não influenciar aqueles que passariam a ter influência no Ocidente e valendo-se desse contato e mudança na maneira de pensar a relação humana-não humana.

Porfírio, segundo Voltaire, então “olha os animais como nossos irmãos porque eles são animados como nós, têm os mesmos princípios de vida e, como nós, têm ideias, sentimento, memória, habilidade”. O que era argumentado por Porfírio na reprovação do consumo de animais com base no que ele reconheceu a partir dos brâmanes e persas é também o que hoje é comumente utilizado como argumento em oposição à exploração animal, como a capacidade de sentir.

Voltaire começa a se interessar pela Índia apenas no começo de 1760, ou seja, muito tarde. Porém, sua curiosidade é tão grande que lê em poucos meses todas as obras e

relatórios sobre o país dos brâmanes. Ele conclui que a civilização indiana é a mais antiga do mundo e que a teologia judaico-cristã é apenas uma recente imitação das verdades sublimes contidas nas vedas. Em seu livro, *A filosofia da história*, publicado em 1765, Voltaire examina, entre outras coisas, o regime alimentar dos hindus. O vegetarianismo adotado por eles há milênios [...] seria também, e principalmente, uma prova antropológica da antiguidade dessa civilização (VOLTAIRE, 2021, p. 45).

Ao desenvolver uma nova percepção sobre os animais e um olhar crítico sobre a relação estabelecida com eles por meio do consumo, Voltaire concentra suas referências no que é precedente ao que se desenvolve no Ocidente e no que se desenvolve no Ocidente em relação com essa precedência.

Plotino, também influenciado por Pitágoras, observa nas “Enéadas” que os animais sentem dor, prazer e têm sentimentos. Na perspectiva de Plotino, a dor é a *aisthesis*, a percepção do corpo despojado. Ele usa o conceito de *pathos* como representação da empatia, do sentimento e da ligação afetiva quando diz que, conscientes, somos sensibilizados diante de uma situação em que a vítima morre ou sofre de forma desnecessária. Essa percepção também é resultado de uma influência outra dos não gregos.

No livro “Coma com Consciência: Uma Análise Sobre a Moralidade do Consumo de Animais” (2014), Gary Francione e Anna Charlton²⁰ citam que os jainistas da Índia reconheceram outros animais como indivíduos há muito tempo (2016, p. 68): “Todos os seres valorizam suas vidas, gostam do prazer, odeiam a dor, evitam a morte, gostam da vida, anseiam viver. Para todos, a vida é preciosa.” A citação foi retirada pelos autores do “Acaranga Sutra”, as leis do jainismo, religião que já existia cerca de 500 anos antes do cristianismo.

Como podemos perceber com base no que foi apresentado, iniciativas e sujeitos do Ocidente podem ocupar uma posição de maior influência e ressonância sobre mudanças de hábitos de consumo em oposição ao uso de animais, e principalmente pela projeção global conquistada a partir do século 20. Por outro lado, não podemos negar a influência não ocidental como parte da formação e desenvolvimento do estímulo a uma outra consciência sobre a relação entre humanos e não humanos. Também não pode ser limitada a uma vinculação com o místico ou espiritual, embora o próprio lugar dessa percepção seja resultado de um costume ocidental de ver a diferença como abstraída de razão com base no Oriente como mistificação.

Um exemplo interessante para analisar isso é uma afirmação de Voltaire, de que “os pastores gangárides, nascidos todos iguais, são os donos dos inumeráveis rebanhos que cobrem

²⁰ Professores de direito da Universidade Estadual de Nova Jersey (Rutgers) e referências na abordagem abolicionista dos direitos animais.

seus campos eternamente floridos. Nunca os matam. É um crime horrível, na região do Ganges, matar e comer seu semelhante” (2021, p. 60).

Um olhar sobre o que é observado por Voltaire permite reconhecer que a justificativa que envolve não matar nem comer um animal não pode ser reduzida a uma percepção mística sobre o “semelhante”, como numa atribuição do “humano” que há no “não humano”, com base na crença da metempsicose ou transmigração das almas. O motivo é que há um reconhecimento de que o que compartilhamos com outros animais é a animalidade, da qual também fazemos parte; algo que também foi explorado pelos gregos, como os que aperfeiçoaram a percepção pitagórica dos animais, e depois por Darwin.

Para Plutarco, no ensaio “Do Consumo da Carne”, que integra a obra “Moralia”, aqueles que buscam “uma formação humana mais civilizada” devem seguir os ensinamentos de Pitágoras e Empédocles. São pensadores que, segundo ele, “incitam os seres humanos a aproximarem-se dos outros membros da criação” – o que também coincide com a ideia dos animais como uma “criação não separada”, defendida por Darwin (2021) e referenciada por Peter Singer (2013). E fizeram isso influenciados pelos valores de outros povos. Em “Retórica”, Aristóteles também cita que Empédocles era contra a matança de animais – em termos de uma lei universal (*nominon*).

No livro “O que os animais nos ensinam sobre política”, o filósofo canadense e pesquisador do campo dos Estudos Culturais Brian Massumi conclui que expressar o pertencimento singular do humano ao continuum animal tem implicações políticas, assim como toda questão de pertencimento. Ele propõe irmos além de nosso antropomorfismo quanto a nós mesmos. “Nossa imagem de nós mesmos como estando humanamente apartados dos outros animais; nossa inveterada vaidade no que se refere à nossa assumida identidade de espécie, baseada em razões especulativas de nossa exclusiva propriedade sobre linguagem, pensamento e criatividade” (2021, p. 14).

A crítica feita por Massumi dialoga com o que foi citado em relação a outros autores e pensadores, incluindo os que viveram muito antes da era comum. Eles reconheceram em outros animais, e muito antes do surgimento do veganismo e da própria definição de vegetarianismo, não um meio ou mero meio, mas um fim em si mesmos, e que hoje ainda mantém-se predominantemente pouco considerado pela conveniente manutenção da moralidade especista.

Plutarco sustenta que desde que o ser humano teve acesso a uma praticamente inesgotável fonte de alimentos de origem vegetal é inaceitável o consumo da carne de animais que não seria possível sem mascarar o sabor do sangue com especiarias. A contrariedade do filósofo, que mais tarde influenciaria o vegetarianismo ético no Ocidente, também era baseada

em uma recusa moral, já que sua rejeição à carne como alimento é uma consequência da ponderação de que o consumo de carne depende da morte de animais, logo uma desconsideração do valor da vida não humana não como um fim no ser humano – pensamento antropocêntrico predominante em Kant sobre os animais.

Pesquisador da questão animalista na Grécia Antiga, o filósofo estadunidense Stephen Newmyer assinala no livro *Animals, Rights and Reason in Plutarch and Modern Ethics* (Animais, Direitos e Razão em Plutarco e na Ética Moderna), de 2005, que a compaixão pelos animais como criaturas sofredoras inspirou Teofrasto a desenvolver o conceito de *oikeiotes*, que combina ideias de pertencimento, parentesco e relacionamento, e está em evidência no tratamento que Porfírio dá aos animais. Nisso, há outro exemplo do que é observado a partir desses filósofos e que também já era reconhecido na Índia.

Para Teofrasto, segundo Porfírio em “Da Abstinência”, a humanidade tem uma dívida de justiça para com os animais e o futuro depende do equilíbrio entre humanos e outros animais, o que exige também que os seres humanos se abstenham de desnecessariamente sacrificá-los e comê-los. A posição empática de Teofrasto é usada como referência pelo filósofo moral estadunidense Tom Regan²¹, autor do livro em defesa dos direitos animais “Jaulas Vazias” (2006), para argumentar que a morte dos animais é moralmente errada porque é uma forma de privação da oportunidade de experimentar qualquer escolha futura.

A percepção de Teofrasto, que sugere um outro olhar em relação ao não humano, atravessou fronteiras cronológicas e geográficas e também foi influenciada por questões de alteridade e de percepções sobre territórios e povos não gregos:

Teofrasto, que, por seu lado, sucede Aristóteles à frente do Liceu, faz o elogio da mesma atitude, mas, dessa feita, ao sul, entre os egípcios: “O povo mais sábio do mundo, que habita a terra mais sagrada”, também se abstém de todo ser vivo.” Seu tratado sobre a piedade estabelecia que o sacrifício animal não é nem natural, nem justo. Os que habitam lugares longínquos e os confins dão mostras de mais piedade (HARTOG, 2004, p. 115).

Também encontramos uma perspectiva questionadora envolvendo o consumo de animais a partir do que o escritor escocês Robert Louis Stevenson registrou em seu livro *In the South Seas* (Nos Mares do Sul), de 1896, sobre suas viagens pelas Ilhas Marquesas, Tuamotu, Kiribati, Taiti e Havaí, em que ele conheceu uma outra relação com os animais entre esses insulares, baseada em um tipo de consideração que para ele era novidade:

²¹ Também uma referência na abordagem abolicionista dos direitos animais.

Nada, poderíamos argumentar plausivelmente, irá degradar tão duramente as mentes daqueles que o praticam quanto o canibalismo. No entanto, temos [por consumir carne] a mesma aparência [dos canibais] aos olhos do budista e do vegetariano. Consumimos as carcaças de criaturas de apetites, paixões e órgãos como nós mesmos. Alimentamo-nos de bebês, embora não dos nossos; e o matadouro ressoa diariamente gritos de horror e medo. [...] Muitos insulares vivem com seus porcos como fazemos com nossos cães. Ambos se aglomeram ao redor da fogueira com igual liberdade; e o porco da ilha é um companheiro de atividades, iniciativas e sentidos. Ele descasca seus próprios cocos e (disseram-me) rola-os ao sol para estourá-los [...] (STEVENSON, 1996, p. 99).²²

No ensaio²³, Stevenson sai em defesa dos canibais do Pacífico, considerados “bárbaros” pelos “civilizados”. “Eles [os canibais] não eram cruéis. Para além desse costume, são uma raça das mais gentis; corretamente falando, cortar a carne de um homem depois de morto é menos odiável do que oprimi-lo enquanto ele vive” (1996, p. 101). É notório o viés de crítica social no argumento de Stevenson, que aponta para o que ele vê como um grande problema na civilização ocidental e na sua crença de ser exemplar em relação a outros povos. Diferenças no comportamento dos animais criados de acordo com os costumes do Ocidente em relação a outros povos também foram avaliadas pelo geógrafo e anarquista francês Élisée Reclus quando esteve no Brasil em 1893:

Que contraste existe entre os dois tipos de civilização que eu tive a oportunidade de ver uma vez em uma plantação no Brasil. Dois touros comprados a alto preço no velho mundo constituíam o orgulho do proprietário. Um deles, vindo de Jersey, puxava uma corrente que passava através de suas narinas, mugindo, esfumaçando, cavucando a terra com seus cascos, apontando seus chifres, observando seu guardião com um olhar maligno; o outro, um zebu, importado da Índia, nos seguia como um cão, implorando carícias com seus olhos doces (RECLUS, 2010, p. 09).

Nesse exemplo, a comparação feita por Reclus leva à conclusão de que o comportamento dos animais resulta do tratamento dado a eles. Sua avaliação também coincide com outros exemplos que foram apresentados sobre a forma como os animais são vistos e tratados em determinadas culturas, e se é coerente afirmar que o tratamento dado a eles no

²² Nothing more strongly arouses our disgust than cannibalism, nothing so surely unmortars a society; nothing, we might plausibly argue, will so harden and degrade the minds of those that practise it. And yet we ourselves make much the same appearance in the eyes of the Buddhist and the vegetarian. We consume the carcasses of creatures of like appetites, passions, and organs with ourselves; we feed on babes, though not our own; and the slaughterhouse resounds daily with screams of pain and fear. [...] Many islanders live with their pigs as we do with our dogs; both crowd around the hearth with equal freedom; and the island pig is a fellow of activity, enterprise, and sense. He husks his own cocoa-nuts, and (I am told) rolls them into the sun to burst [...].

²³ O ensaio “*Long-Pig – A Cannibal High Place*” integra o capítulo 11 do livro “*In the South Seas*”.

Ocidente é realmente mais “civilizado”, considerando que a observação foi feita pelo autor no século XIX.

Assim como al-Ma‘arrī, outro nome pouco conhecido no Ocidente e que se tornaria uma influência para o vegetarianismo e veganismo iraniano, vividos a partir dos termos ou desconectados deles, é o escritor Sadeq Hedayat, considerado o pai da literatura moderna persa, que em 1924 lançou o livro *Ensān o ḥaywān* (Homens e Animais).

Em 1927, ele publicou *Fawāyed-e giāh-kārī* (Os Benefícios do Vegetarianismo); e *Boof-e koor* (A Coruja Cega), em 1936, considerada sua obra-prima e que faz referências ao budismo e ao hinduísmo, religiões conhecidas por contarem com um número significativo de adeptos da abstenção do consumo de animais, embora não seja uma unanimidade e motive controvérsias também por suas ramificações e pluralizações ao longo do tempo. Mas, como lembra-nos Peter Singer, os hindus rigorosos são vegetarianos há mais de dois mil anos (2013, p. 263).

Mas por que, diferentemente do Reino Unido, onde o veganismo surgiu nos anos 1940, como uma reação inspirada nos românticos em relação ao vegetarianismo influenciado pelos gregos, obras de autores como al-Ma‘arrī e Hedayat não atraíram grande atenção em outras partes do mundo? Sobre isso, é pensável o que diz o semiólogo e professor de literatura Walter Mignolo em “O Lado Mais Obscuro do Renascimento” (2003). Ele pontua que escrever em outras línguas pode significar a marginalidade em relação às línguas que não são o inglês, alemão e francês, refletindo o papel dominante de influência de determinadas nações. Embora al-Ma‘arrī e Hedayat tenham sido publicados em inglês e alemão, isso não tornou seus trabalhos e ideias influentes fora do Oriente Médio quando se pensa em vegetarianismo e veganismo em comparação com autores ocidentais e suas influências também em localidades não ocidentais.

Experiência semelhante teve o filósofo, poeta e humanista lituano Vydūnas (Vilhelmas Storostas) que, pouco conhecido fora da Lituânia, onde produzia conteúdo principalmente em uma “língua estranha ao Ocidente”, fez uma declaração em 1912 que marcaria a crítica ao consumo de animais no país e nos bálticos: “Não é uma coisa terrível matar um animal e comer a sua carne?” (JAUNIMAS, 1912, p. 16).

À época, fazia mais de 20 anos que Vydūnas deixou de comer animais. De acordo com o livro *1939: The Year that Changed Everything in Lithuania's History* (1939: O ano que Mudou Tudo na História da Lituânia), de Šarūnas Liekis, Vydūnas, não voltou a comer animais mesmo após ser preso pelos alemães em março de 1938, perto de completar 70 anos (2010, p. 68-69). Ele é autor de um livro publicado em alemão em 1932, *Sieben Hundert Jahren Deutsch-Litauischer Beziehung* (Setecentos Anos de Relações Germano-Lituanas), em que aborda

também o impacto da colonização alemã na Lituânia e o genocídio dos prussianos pelos germânicos. Vydūnas foi libertado em 5 de maio de 1939 graças a uma campanha internacional da Sociedade Lituana de Escritores.

Ele considerou como o mais importante objetivo de suas atividades não o desenvolvimento de suas próprias teorias filosóficas nem o esclarecimento intelectual de seus compatriotas, mas sim estimular as pessoas “a aspirarem por um ideal mais humano [mais compassivo]” [...] (BAGDONAVICIUS, 2000, p. 64, tradução nossa).²⁴

Em *Sąmonė* (Consciência), uma de suas obras mais famosas, lançada em 1936, Vydūnas fala que apenas por meio da consciência a humanidade é capaz de alcançar uma visão verdadeiramente expressa da realidade. Assim como outros defensores da abstenção do consumo de animais e do vegetarianismo, Vydūnas foi influenciado pela filosofia indiana, por sua relação com culturas não europeias.

Para descrever a influência da filosofia indiana na visão de mundo de Vydūnas, devemos também lembrar que ele traduziu para o lituano o livro mais lido na Índia – ‘Bhagavad Gita’. Desse livro, Vydūnas adotou a avaliação do estado do pensamento. Ele especialmente enfatiza a importância do pensamento e da compreensão em todas as esferas da vida: ‘Cultive o pensamento, então você também cultivará a ação. E o que é o pensamento será a ação.’ A influência do ‘Bhagavad Gita’ em Vydūnas pode ser vista mais claramente nos temas e na arquitetura de sua filosofia (ŠAULAUSKAS, 1988, p. 33, tradução nossa).²⁵

Vydūnas, que tornou-se uma referência para o vegetarianismo e veganismo nos bálticos (ANDRIJAUSKAITĖ, 2013) também publicou algumas de suas obras em alemão, já que para ter mais visibilidade era necessário recorrer às línguas dominantes (MIGNOLO, 2009). Essa adoção também é influenciada pelo impacto do eurocentrismo, que também favorece alguns países em detrimento de outros na Europa, conforme Aníbal Quijano:

²⁴ He considered the most important goal of his activities to be neither the development of his own philosophical theories nor the intellectual enlightenment of his fellow countrymen, but stimulating people "to aspire to a more ideal humaneness" [...].

²⁵ Norėdami apibūdinti Indijos filosofijos įtaką Vydūno pasaulėžiūrai, turime prisiminti ir tai, jog jis į lietuvių kalbą išvertė bene labiausiai Indijoje skaitomą knygą - „Bhagavadgītą“. Iš šios knygos Vydūnas perėmė minties statuso vertinimą. Jis ypač pabrėžia minties, supratimo svarbą visose gyvenimo sferose: „Augink mintį, tuomi auginsi ir veiki. Ir kokias esti mintis, toks bus ir veikalas“. „Bhagavadgītą“ po-veikis Vydūnui ryškiausiai matyti iš jo filosofijos tematikos bei archi-tektonikos.

Não se trata, em consequência, de uma categoria que implica toda a história cognoscitiva em toda a Europa, nem na Europa Ocidental em particular. Em outras palavras, não se refere a todos os modos de conhecer de todos os europeus e em todas as épocas, mas a uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo (QUIJANO, 2005, p. 115).

Hoje as referências mais antigas e ao mesmo tempo conhecidas sobre a abstenção do consumo de animais mais comumente remetem aos gregos, no entanto há questionamentos sobre a origem grega e influência não grega de Pitágoras, que costuma ser um dos mais citados quando se fala em referências históricas do vegetarianismo e do veganismo.

Em “Memória de Ulisses: Narrativas Sobre a Fronteira na Grécia Antiga”, o historiador francês François Hartog, especialista em historiografia grega, diz que Pitágoras, reconhecido pela tradição como um grande viajante: impaciente em deixar Samos, sua ilha natal, visitou o Egito, parou em Creta, frequentou os caldeus e os magos, antes de aportar na Magna Grécia. “Mas, segundo outros biógrafos, ele seria de origem tirrena ou mesmo síria” (HARTOG, 2004, p. 15).

1.3 José Oiticica e Carlos Dias Fernandes

Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil já possuía seus representantes do vegetarianismo. O filólogo e anarquista mineiro José Oiticica identificava-se como vegetariano em 1912, manifestando preocupação com o consumo de animais, conforme introdução do amigo e anarquista Roberto das Neves no livro “Ação Direta: Meio Século de Pregação Libertária”, de Oiticica, lançado em 1970.

“Oiticica converte-se então ao vegetarianismo e a abstinência e combate ao álcool e o tabaco, discorrendo em muitas conferências para os operários sobre esses vícios sociais” (JUNIOR, 2009, p. 33). No Reino Unido, Percy Shelley também criticou o consumo de álcool no já citado ensaio “Uma Defesa da Dieta Natural”, de 1813, simultaneamente à reprovação do consumo de animais (SHELLEY, 2012, p. 13 e p. 15).

A posição de José Oiticica é precedente ao movimento urbano *straight edge*, que abordarei mais adiante e surge nos EUA no início dos anos 1980 e em um contexto punk, e defende o mesmo que Oiticica, ou seja, a oposição aos vícios, incluindo também drogas recreativas, mas com uma diferença de muitas décadas.

As adesões de José Oiticica ao vegetarianismo, pela medicina natural e pela homeopatia se consumaram no decorrer da vida. Nos encarceramentos a partir de 1918, a sua alimentação era baseada em frutas, especialmente bananas, e vegetais, além disso, eram campanhas da imprensa libertária que combatiam os vícios presentes no capitalismo, como o tabagismo, alcoolismo, jogos de azar, etc. Nos anos 1930, quando Oiticica começou a frequentar a Fraternidade Rosa Cruz, os estudos decorrentes dessa inserção ocuparam maior espaço em seu cotidiano fortalecendo essas adesões e, também, a sua disciplina com exercícios de concentração e meditação. Esses hábitos aliaram-se às críticas políticas, ao trabalho dos laboratórios farmacêuticos, aos interesses econômicos, que ao seu juízo estavam comprometidos com o lucro e pouco interessados na cura dos pacientes. Essas concepções se expressaram na educação dos filhos, todos tratados com a medicina homeopática, e também em sua produção literária (apud FIGUEIRA, 2008, p. 28).

A base anarquista de Oiticica o levou a estabelecer uma relação entre questões políticas e sociais com hábitos de consumo; a reconhecer esses hábitos como mais do que problemas que devem ser considerados somente no seu pessoal, justificando o seu interesse em palestrar sobre o tema para a classe operária. Se a questão é levada ao debate público é também pela urgência que ele reconhece em motivar uma outra percepção sobre consumos e mudanças possíveis quando as pessoas assumem uma posição ativa em oposição às implicações do que é considerado em relação a determinados hábitos. Oiticica dá-lhes o que pensar também em relação ao consumo para que percebam que pelo consumo é possível estabelecer uma forma de resistência, de expressar contrariedade e, assim, de evocar o que também é político nessa reprovação. Encontramos semelhanças nas posições anarquistas de Reclus e Tolstói, embora esses se sobressaíssem na consideração que envolve a violência contra os animais e o sofrimento deles.

Contemporâneo de Oiticica, o jornalista e escritor paraibano Carlos Dias Fernandes, além de promover o vegetarianismo nas primeiras décadas do século XX, e de ser colaborador do periódico português “O Vegetariano”, que conforme a Associação Vegetariana Portuguesa (2021) circulou entre 1909 e 1935, chamou a atenção, de forma crítica, para o domínio exercido tanto sobre as mulheres quanto sobre os animais não humanos. Um exemplo em relação às mulheres é o seu romance “A Renegada”, publicado em 1908, que narra a história de uma mulher que viveu uma relação lésbica na juventude, mas que foi obrigada pelo pai a casar-se com um homem mais velho. Resistente a submeter-se às convenções do casamento e da sociedade, ela comete adultério e abandona o marido (GALVÍNCIO, 2013, p. 123).

“O feminino, no romance de Dias Fernandes, corresponde à sociedade que a puniu, ora pelas leis da ciência e da igreja, ora por sua própria consciência que não deixava escapar do sentimento de culpa por ter transgredido a norma” (GALVÍNCIO, 2013, p. 124). Assim

concluimos que a “própria consciência” citada é consequência de uma consciência dominante que estabelece quais são as formas aceitas socialmente de se viver.

O sentimento da protagonista exemplifica a condição de subalternidade da mulher, quando o sentimento de culpa, que surge como consequência de uma ação resultante de imposição social, pode ser interpretado como uma transferência de “consciência dominante”, que favorece a crença na impossibilidade da felicidade pelos próprios termos femininos em uma sociedade dominada por homens que determinam como uma mulher deve viver.

A abordagem da opressão humana motivou Dias Fernandes a abordar outras formas de opressão, como a não humana, o que aponta um olhar da condição humana à não humana, do machismo/patriarcalismo ao especismo – assunto explorado mais tarde pela escritora, feminista e ativista dos direitos animais estadunidense Carol J. Adams no livro “A Política Sexual da Carne: Uma Teoria Crítica Feminista”²⁶.

Na obra, a autora frisa que escritores como Percy Shelley, George Bernard Shaw e Henry Salt exploraram as questões dos animais e da alteridade feminina. O mesmo foi feito por Dias Fernandes no Brasil, embora o alcance internacional de seu ativismo tenha chegado somente até Portugal. A repercussão internacional do livro de Carol J. Adams, que também traz críticas ao capitalismo, revela como a literatura produzida nos EUA tem mais possibilidades de alcance global, tanto por ser em inglês, que é uma língua dominante, quanto por ser um livro produzido em um país que influencia o mundo como exportador de produtos culturais e referência capitalista.

Em 1914, Dias Fernandes lançou “Proteção aos Animais” e, com um discurso romanesco e relativamente purista, enalteceu a abstenção do consumo de animais em “O Regime Alimentar”, considerando-a satisfatória em todos os sentidos:

Aproximamo-nos da perfeição pelo vegetarianismo; alcançamos também por ele a saúde e a beleza do nosso corpo; realizamos por ele a nossa concórdia com todos os outros seres da criação, que não vieram ao mundo para servir de pábulo a nossa fome de escravos, a nossa tirania [...] Renúnciai à carne, a bem do vosso corpo, da vossa moral e do vosso espírito, tendo sempre em vista a nossa identificação com os brutos, pela unidade de plano em que assentam, por mais díspares que se mostrem todas as obras da criação (FERNANDES, 1918 apud SENA, 2017, p. 295).

²⁶ Lançado originalmente em 1990, o livro foi publicado no Brasil em duas edições da Editora Alaúde, de 2012 e 2018.

Ao enaltecer o que é benéfico para o ser humano sem deixar de referenciar o que é nocivo aos outros animais, Fernandes une o não ético e o ético, o não político e o político em uma percepção que tem como fim aproximar outras pessoas de um ou de todos os sentidos que justificam essa abstenção.

Em 1917, ele celebrou a fundação da Sociedade Vegetariana Brasileira, sediada no Rio de Janeiro, publicando que “vai ganhando surto em todo mundo civilizado o regime vegetariano como solução prática do problema moral, economico e therapeutico dos povos” (O VEGETARIANISMO, 1917 apud GALVÍNCIO, 2013, p. 53). Pode-se perceber uma percepção política da abstenção do consumo de animais por parte do escritor e jornalista, em que o dietético não é apenas sobre o indivíduo e para o indivíduo.

Quando Dias Fernandes promovia o vegetarianismo, assim como Oiticica, e os dois por meio de interseções, ser vegetariano não era entendido como a rejeição ao consumo de todos os alimentos de origem animal, e sim de carnes. Compartilhava-se a mesma percepção estabelecida no Reino Unido, o que motivou o surgimento do movimento vegano ocidental a partir da Vegan Society, fundada dois anos após o falecimento do jornalista e escritor paraibano.

Como o colonialismo e a colonialidade favoreceram o alcance da literatura europeia, Fernandes, privilegiado por ser um homem das letras em um país onde 71,2% da população era analfabeta em 1920 (FERREIRA; CARVALHO, 2014, p. 5-6), tinha influências em comum com os vegetarianos e veganos ingleses, como o poeta romântico Lord Byron e o filósofo Jean-Jacques Rousseau. “Foi somente depois da época de Rousseau [...] que o vegetarianismo começou a se declarar um sistema, um argumento fundamentado contra a alimentação baseada na carne. Nesse sentido, ele foi um novo princípio ético” (SALT, 1914 apud ADAMS, p. 169, 2018).

Quando Henry Salt fala em “vegetarianismo como um sistema”, ele olha para o Ocidente, o que é um sistema na perspectiva ocidental, o que não significa uma ausência fora do Ocidente. Isso também reflete que mesmo entre aqueles que visavam promover mudanças como reformadores sociais, eles não conseguiam se desvencilhar da ideia de que o vegetarianismo, se assumia uma forma ética, isso deveria ser visto como consequência do que é ocidentalmente ético.

Em “A Origem da Desigualdade Entre os Homens”, de 1755, Rousseau observa que “os tristes mugidos do gado ao entrar num matadouro anunciam a impressão que ele recebe do horrível espetáculo que o choca” (2017, p. 60). Há um reconhecimento de que se o animal participa disso não é por outro motivo senão por um ato arbitrário em que anula-se o animal pelo objetivo almejado, o que seria endossado por Fernandes.

Outra influência para o escritor paraibano foi o escritor Liev Tolstói, que tornou-se uma das maiores influências do vegetarianismo ético russo após a publicação do ensaio “O Primeiro Passo”, de 1892, em que aborda e denuncia a realidade dos matadouros na região de Tula. Segundo ele, já que se come carne é preciso ver como são mortos os bois. “[...] Sem falar no estímulo às paixões provocado por esse tipo de alimento, seu consumo é verdadeiramente imoral, já que exige um ato contrário ao nosso senso moral: o assassinato [...]” (TOLSTÓI, 2011, p. 30). Na afirmação, ele rejeita o que, por ser considerado legal, não é reconhecido como assassinato, mas que não deixa de sê-lo se baseia-se na intencional privação de vida. A consciência de Tolstói em oposição à subjugação de animais também surge a partir da oposição à subjugação humana, que ganhou maior importância em sua vida quando começou a rejeitar seus valores aristocráticos.

O povo oprimido, desprovido, miserável, ignorante, morre. Por quê? Porque a terra está nas mãos dos ricos, o povo está subjogado em fábricas, usinas, salários, pois dele arrancam impostos, derrubam o valor de seu trabalho e aumentam o valor do que ele precisa. Como se livrar disso? Tomando a terra dos ricos? Mas, se você fizer isso, vêm os soldados, matam os rebeldes e os jogam na prisão. Tomando as fábricas, as usinas? Acontecerá o mesmo. Organizando e sustentando uma greve? Mas isso nunca terá êxito. Os ricos resistirão mais tempo do que os trabalhadores, o exército estará sempre do lado dos capitalistas. O povo nunca sairá dessa indigência na qual é mantido enquanto o exército estiver em poder das classes dominantes (TOLSTÓI, 2012, p. 82).

1.4 Do anarcopunk ao *vegan straight edge*

Críticas como a feita por Tolstói, que também é citado por Oiticica no livro “Ação Direta: Meio Século de Pregação Libertária”, tem análogos no movimento anarcopunk do final da década de 1970, precedente ao movimento urbano *straight edge*, quando o Crass, por exemplo, que é uma banda inglesa que faz críticas ao capitalismo, defende os direitos animais e o meio ambiente, lança uma música intitulada “*System*”, que faz parte do seu segundo álbum, “*Stations of the Crass*”, de 1979. “Surgido na década de 1970 nos Estados Unidos e na Inglaterra, o Movimento Punk foi um fenômeno social marcado por sua forte ideologia de contestação do sistema capitalista, sendo identificado como um movimento de contracultura” (CASTRO; CASTRO; OLIVEIRA, 2015, p. 25). Na letra, a banda transmite uma mensagem de que vivemos em um sistema que é moldado para impedir que enxerguemos uma saída e que cedamos a uma concepção fatalista da realidade:

I'm not gonna change the system/They're not gonna change the system/We're not gonna change the system/Where does that leave you?/Where does that leave me?/Jumping up and down to a bunch of tools/The organisation treat us like fools/They can't help it, they didn't make the rules/It's just the system again, BOLLOCKS! (CRASS, 1979)²⁷

Sergio Vega, ex-baixista da banda de metal alternativo Deftones, conta no artigo “*Why I Love Crass*”, publicado pela revista eletrônica *Louder*, que virou vegano por causa do Crass. “O Crass moldou minha dieta e refinou minha visão de mundo, que permanece comigo até hoje. Sou vegano por causa do Crass” (2016, tradução nossa)²⁸. A manifestação de Vega, que é membro do Quicksand, uma banda de pós-hardcore formada por Walter Schreifels, nome conhecido no cenário *straight edge* por sua história com as bandas Youth of Today e Gorilla Biscuits, é um exemplo da influência do Crass. Isso é resultado do que Néstor García Canclini (2019) define como um hibridismo cultural que resulta ou é fortalecido pela expansão urbana, já que é principalmente nos grandes centros que essas iniciativas e transformações ganham maior expressão, por serem os locais de maior profusão da mistura.

Enquanto The Clash e outras bandas da primeira onda do punk assinaram contrato com grandes gravadoras corporativas (PEDDIE, 2011, p. 33), o Crass adotou uma abordagem *do it yourself*, gravando e lançando suas músicas por conta própria e compartilhando recursos e conhecimentos para encorajar outros a fazerem o mesmo. Nisso há tanto uma resistência em rejeição aos ditames da grande indústria fonográfica em definir quem merece ou não ser ouvido quanto em relação ao que representa essa indústria.

Essa articulação do Crass por meio do anarcopunk e do que isso representa politicamente a partir da banda também é resultante das transformações na socialidade, do reencontro com o comunitário e do que está mais relacionado a mudanças profundas na sensibilidade e na subjetividade (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 18), porque se o anarcopunk surge com um viés contestatório é porque mudanças são reivindicadas, começando pela não aceitação da inviabilização de sua própria mensagem em reação ao *statu quo*.

²⁷ Eu não vou mudar o sistema/Eles não vão mudar o sistema/Nós não vamos mudar o sistema/Onde isso te deixa?/Onde isso me deixa? Pulando para cima e para baixo com uma porção de ferramentas. A companhia nos trata como tolos. Eles não conseguem evitar, eles não criaram as regras/É só o sistema de novo, MERDA! (CRASS, 1979, tradução nossa)

²⁸ Crass shaped my diet and refined my worldview, which has stayed with me to this day. I'm a vegan because of Crass.

No documentário “*Punk Rock Vegan Movie*” (2023)²⁹, dirigido por Moby, Captain Sensible, da banda punk britânica The Damned, relata que o Crass tinha “a anarquia no sangue e que “era mais que só algumas palavras em uma música”. Ele cita como exemplo ter sido convidado para juntar-se ao Crass na comuna da banda em Epping Forest, no condado de Essex, na Inglaterra. “Fiquei lá uma semana. Eles me alimentaram. Jantávamos juntos todos os dias e tínhamos discussões, esse tipo de coisa. Na verdade, antes de os conhecer, eu era um rebelde sem causa. Mas depois daquela semana eu me tornei vegetariano, eu me tornei um anarcossocialista” (PUNK, 2023). Quando Captain Sensible fala “vegetariano” e em seguida “anarcossocialista”, ele externa uma associação política, já que a realidade que ele conheceu motiva e fundamenta essa percepção. É notória a preocupação do Crass em ocupar espaços não somente por meio da música, o que seria também uma característica da politização no anarcopunk e do “viver o que se canta”.

Para Paul D. Hudson, mais conhecido como H.R. (Human Rights, ou seja, Direitos Humanos), vocalista do Bad Brains, uma das bandas pioneiras e influentes do hardcore punk, o que chamou sua atenção, conforme o documentário, foi que o Crass também falava em seus discos sobre “viver do trabalho na terra”. À época, como os membros da banda viviam em uma comunidade intencional, ao expressar uma busca por formas alternativas de se viver, isso condiz também com uma ação de resistência por parte de sujeitos das classes populares.

Vocalista do Crass, Steve Ignorant tornou-se punk depois de assistir a um show da banda londrina The Clash:

Para mim e para muita gente o punk rock foi uma mudança completa. Parte da mudança era a luta para sobreviver com o mínimo de sofrimento possível. E parte disso é ver o que se come. [...] É seu dever ser um ativista. É seu dever se rebelar, desde que não seja de forma violenta. [...] Eu não queria ver animais sendo feridos. Isso veio daí. Fazíamos a ligação entre a carne nos campos de batalha e a carne no prato. Quando isso começou, isso se tornou parte do movimento punk. Fomos úteis em dar início a isso. Era parte do que fazíamos (PUNK, 2023).

Essa relação estabelecida por Ignorant já havia sido feita pelo geógrafo e anarquista Élisée Reclus no ensaio *À Propos du Végétarisme* (1901). Embora o Clash tenha influenciado o vocalista do Crass, sua decisão de não consumir animais não tem relação com o Clash, já que foram as bandas anarcopunks que surgiram na Inglaterra que começaram a defender a abstenção do consumo de animais e a questionar as práticas de consumo em geral e seus impactos. O que

²⁹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=W9qIIdazY8>

isso mostra é que o movimento punk criou um cenário em que se por um lado havia pessoas voltando-se para a diversão, para a ideia de apenas pertencer a um grupo ou para o nihilismo, outras voltaram-se para uma postura politicamente ativa sobre a realidade, para as implicações de suas escolhas, ações e inações. Como observado por Martín-Barbero (2008), outros modos de participação surgem e se fortalecem com a degradação da política e a descrença em suas instituições.

As articulações em torno do anarcopunk e posteriormente do *straight edge* são também uma forma de representar o vínculo entre os sujeitos, recuperar e visibilizar o sentimento de pertencer a uma comunidade no enfrentamento à erosão da ordem coletiva (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 15). Se os jovens não se viam representados, eles criavam seus próprios meios de representação.

O anarcopunk, que se desenvolveu na Inglaterra do final dos anos 1970 aos 1980, como uma reação à descrença no sistema político-econômico vigente, e que chegaria a outros países motivando o surgimento de iniciativas locais, cresceu quando a primeira-ministra do Reino Unido era Margaret Thatcher, do Partido Conservador, que comandou o governo de 1979 a 1990.

Thatcher parece não ter percebido que uma sociedade civil vívida e saudável não pode florescer espontaneamente apenas como resultado direto da expansão dos mecanismos de mercado. Pelo contrário, a ênfase do governo nas ideias de livre mercado e escolha individual foi provavelmente a principal causa dos problemas sociais crescentes que ela teve de enfrentar a partir da metade dos anos 1980 (MASCETTE, 2022, p. 129).

Além do Crass, Conflict é outra banda anarcopunk inglesa que se posicionou, por meio de suas letras, tanto contra a opressão humana quanto não humana, identificando-as como normalizadas e fortalecidas por discursos hegemônicos, ou seja, dominantes. O Conflict lançou em 1983 a música “*Meat Means Murder*”, dois anos antes do The Smiths lançar a música “*Meat is Murder*”, que teria maior alcance pelo fato de ser uma banda com sonoridade mais comercial, além de contar com mais recursos por sua inserção em uma gravadora que já era uma subsidiária de uma transnacional – a Warner.

Em entrevista a Niall McGuirk (2013)³⁰, o vocalista Colin Jerwood relata que logo se envolveu com o movimento britânico de ação direta Animal Liberation Front (ALF), conhecido por ações contra grandes corporações e por invadir lojas, laboratórios e fazendas para libertar

³⁰ Publicada pelo The Thumped em 5 de maio de 2013.

animais vítimas de crueldade. Mais tarde, a ALF se expandiu para mais de 40 países, ganhando forma global. Na tese “*An Investigation into the Emergence of the Anarcho-Punk Scene of the 1980s*”³¹, que investiga a emergência do anarcopunk nos anos 1980, o autor Mike Dines observa que muito do material do Conflict é um “chamado” à luta contra matadouros e contra as estruturas do governo (2004, p. 232-233, tradução nossa). Na música “*This is the A.L.F.*” do disco The Ungovernable Force, de 1986, Colin Jerwood questiona na letra: “O que significa ação direta?” Então ele continua: “Isso significa que você não está mais preparado para ficar sentado e permitir que coisas terríveis e cruéis ocorram. [...] Ação direta nos direitos animais significa causar danos econômicos aos que abusam e lucram com a exploração” (tradução nossa).³²

Quando o *straight edge*³³ incorpora o veganismo que os EUA importaram do Reino Unido, também identificado como *vegan straight edge*, e estende-se por muitos outros países, o movimento ganha mais polifonia e ressignificações a partir do hardcore punk, ampliando e tornando comum as críticas à exploração humana e não humana.

O movimento *straight edge* tem como marco a música “*Straight Edge*”, do EP “*Minor Threat*”, lançado em 1981 pela banda Minor Threat, liderada por Ian MacKaye. Ele foi um dos responsáveis não apenas pelo surgimento do *straight edge*, mas também, em parceria com o Bad Brains, pelo surgimento do punk hardcore nos EUA no final dos anos 1970, influenciado por bandas punks britânicas como UK Subs e The Damned (PUNK, 2023). É interessante notar que as principais influências para o Minor Threat, que também promoveria a abstenção do consumo de animais, veio de quem reconhece o Crass como pioneiro na Inglaterra na crítica à exploração animal.

No website da Dischord Records, gravadora fundada por MacKaye e Jeff Nelson, do Minor Threat, eles revelam no curto texto “*Teen Idles*”, nome da primeira banda punk que fundaram e que se transformaria no Minor Threat, que foram inspirados pelo Bad Brains, banda ligada ao movimento rastafári. Isso reflete um hibridismo cultural como processo que se combina para gerar novas estruturas e práticas, sendo frequentemente resultante da criatividade individual e coletiva (CANCLINI, 2019).

³¹ Publicada pela Universidade de Salford, no Reino Unido.

³² What does direct action mean? It means that you are no longer prepared to sit back and allow terrible cruel things to happen. [...] Direct action in animal rights means causing economic damage to those who abuse and make profits from exploitation.

³³ Em tradução livre, costuma ser referenciado como “caminho reto”, que também entre seus adeptos leva a uma ideia de “caminho correto”.

Vários autores concordam que o movimento Rastafári tem um papel preponderante na valorização da herança africana e a construção da identidade e consciência negra na Jamaica. Tanto Norris (1962) quanto Barrett (1968), assim como diversos outros autores confirmam seu papel preponderante nesse processo de ruptura com os padrões britânicos e construção e reconstrução de um novo conceito identitário para a nação. Barrett (1968, p. 170) afirma que “a sensação de identidade pessoal é um fator sem precedentes no apelo e no impacto que o movimento [Rastafári] exerce sobre a sociedade jamaicana.” Ao tentar valorizar exatamente aquilo que era desmerecido na visão de mundo europeia, os Rastafáris estavam rompendo com o ciclo de inferiorização dos elementos africanos presentes na cultura jamaicana, tais como a cor da pele, os cabelos, as roupas ou as tradições religiosas (BEZERRA, 2022, p. 44).

Na contramão das generalizações feitas sobre o cenário punk, envolvendo bebidas, fumo e uso de substâncias ilícitas, o Minor Threat faz críticas ao uso de drogas: “*I'm a person just like you, but I've got better things to do than sit around and fuck my head, hang out with the living dead, snort white shit up my nose, pass out at the shows. I don't even think about speed, that's something I just don't need*” (STRAIGHT EDGE, 1981).³⁴

O que começa como um “desabafo musicalizado”, uma manifestação individual de Ian MacKaye, e que converge também com a posição de José Oiticica no Brasil das primeiras décadas do século XX, quando classifica vícios e abusos de consumo como problemas sociais, ganha ressonância coletiva quando o título da música torna-se homônimo de um movimento que surge a partir do movimento punk.

Mas “a perspectiva de MacKaye reflete sua própria crença filosófica e ele nunca pretendeu que sua filosofia e ações se tornassem um movimento ideológico dentro do punk” (WILLIAMS, 2016, p. 19, tradução nossa).³⁵ É notório que esse exemplo ratifica que o impacto e a recepção da música de Ian MacKaye estavam além do seu controle. Quando diz que não havia tal objetivo, ele ao mesmo tempo reconhece o poder da recepção e que a importância atribuída a uma mensagem será dada pelo público. Logo o alcance da mensagem é validado pela interpretação do público. Assim MacKaye atribui ao público a percepção de que o individual, se beneficia o coletivo, não há razão para não ser coletivo.

Em outra entrevista, concedida à *Satya Mag* (2006), Ian MacKaye diz que tornou-se vegetariano em 1984 e um *punk rocker* em 1979. “Acredito absolutamente que o meu interesse na contracultura, no underground, me levou a aplicar o mesmo tipo de pensamento crítico em

³⁴ Ian MacKaye canta que é uma pessoa como quem ouve a sua música, e que tem melhores coisas a fazer do que usar drogas e desmaiar em shows. “Eu nem penso sobre speed [metanfetamina], que é algo que não preciso” (tradução nossa). MacKaye recorre à rima “speed-need” para reforçar com mais facilidade a sua posição ao público jovem.

³⁵ Mackaye’s perspective reflected his own philosophical belief and he never intended that his philosophy and actions would become an ideological movement within punk.

tudo que eu fazia” (SATYA MAG, 2006, tradução nossa).³⁶ Independentemente das intenções de Ian MacKaye, o *straight edge* representa uma ruptura ao contestar práticas associadas aos punks, mas que não eram de identificação geral. Os que já discordavam acabam aproximando-se do movimento *straight edge*, que é também um meio de explicitar contestação de forma coletiva e atribuir polissemia ao punk. Se as culturas não se agrupam em grupos fixos e estáveis (CANCLINI, 2019, p. 304), o *straight edge* desenvolve-se como uma espécie de “outro punk”, que não perde sua relação com o punk, mesmo quando o objetivo é o estabelecimento das diferenças.

Em meados e final dos anos 1980, o sXe tornou-se mais preocupado com os direitos dos animais e as causas ambientais. Líderes influentes em algumas bandas clamaram por um fim da crueldade contra animais e por uma percepção geral para a ecodestruição (...). O veganismo tornou-se uma parte significativa do sXe no final dos anos 1990, quando muitos *straightedgers* passaram a se importar tanto quanto se importavam com a libertação da influência das drogas e do álcool. Muitos sXe vegans passaram a se identificar como ‘vegan *straightedge*’ e algumas bandas passaram a se identificar como ‘vegan *straightedge*’, ao invés de simplesmente *straightedge* (HAENFLER, 2006 apud REIA, 2013, p. 91-92).

O movimento *straight edge*, que surge a partir do punk, identificado também como espaço de críticas sociais e do “pessoal como político”, é representado principalmente por meio da sonoridade hardcore punk, que surge nos EUA e é bem mais veloz do que o punk rock britânico. A velocidade é também o que distingue musicalmente o *straight edge*, e o que também é usado para dar à sua mensagem um caráter mais agressivo em evocação à urgência em ser ouvido e ter sua mensagem considerada.

O *straight edge* dá continuidade ao que começou com o anarcopunk de bandas como Crass e Conflict, como as críticas ao capitalismo e suas hegemonias e também à opressão humana e não humana (que são abordadas em associação ou não com o capitalismo). O *straight edge* ganha identidade a partir de um hibridismo que é marca de sua constituição como movimento.

Para entender as bases do anarcopunk que influenciariam o *straight edge* é citável o que diz Nicky Garratt, do UK Subs. Sua banda já estava estabelecida quando o Crass surgiu, mas ele ressalta que o Crass era uma banda mais anarquista, o que é referenciado também como “uma banda mais política”:

³⁶ I became a vegetarian in 1984, a punk rocker in 1979. But I absolutely believe that my interest in counterculture, in the underground, led me to eventually apply the same kind of critical thinking to what I was participating in.

Iam mais para o aspecto político das coisas. Não se tratava de moda. [...] Havia conflitos no sentido de carreira, pessoas céticas dos trabalhos sem sentido que tinham que fazer. [...] Identidade sobre a aceitação da face da beleza para as mulheres, a igreja. Tudo isso estava sendo questionado. Havia um movimento cético. Outra coisa que estava sendo questionada era a maneira de comer. Punk rock não é assim para todos. Acho que há uma corrente do punk rock que é assim. Ela provavelmente é mais estadunidense do que britânica (PUNK, 2023).

Podemos concluir que são as insatisfações e os questionamentos em torno dessas insatisfações que levam à necessidade de articulação de novas formas de expressão. Se não encontram espaço nos meios hegemônicos ou na política institucionalizada, que também passa a ser desacreditada, há jovens que buscam isso na música. Ao ser ouvido, a mensagem pode ser compartilhada e gerar algum tipo de impacto, o que é mais importante ainda quando há um objetivo definido. Quando não há, também não afasta a possibilidade de ter sua relevância reconhecida.

Ray Cappo, que liderou bandas conhecidas pelos *straight edge* no Brasil, como Youth of Today e Shelter, conclui que o Crass, precedente ao *straight edge*, estava bem à frente do seu tempo. “Na Inglaterra, havia um grande movimento vegano antes de qualquer um. Estávamos sempre buscando alternativas, e o convencional não parecia ser sensato” (PUNK, 2023).

Comparando a fala de Garratt com a de Cappo, é perceptível que o primeiro destaca a importância do que veio depois (nos EUA) na relação do punk com a abstenção do consumo de animais e o outro o que veio antes (no Reino Unido) – o que é resultante das percepções de cada um no contexto de suas gerações. Logo há uma atribuição de valores precedentes e sucedentes em interação.

A posterior adoção e promoção do veganismo no contexto *straight edge* representa o estabelecimento de novas interações culturais, já que o *straight edge* consolidou-se também como um meio de representatividade de um movimento (vegano) a partir de outro movimento (*straight edge*). Isso explica também por que pode haver comum associação com o veganismo.

1.5 Ressonância por meio da música e *straight edge* no Brasil

Com o *straight edge*, o veganismo ganhou ressonância por meio da música, e o hardcore punk, comum ao *straight edge*, tornou-se meio ressignificado de mobilização, crítica social/política e mudança de consciência por meio da arte. “Por exemplo, o veganismo como

instrumento de transformação social foi amplamente difundido, particularmente por bandas como Earth Crisis, e acabaram ganhando inúmeros adeptos dentro do sXe” (REIA, 2013, p. 9).

No documentário “*Punk Rock Vegan Movie*” (2023), Earth Crisis, uma influência no meio *straight edge* brasileiro, é citado como uma banda que levou o ativismo em defesa dos animais e a promoção do veganismo por meio da música a um novo nível. Wesley Eisold, do Cold Cave, ouviu a palavra “*vegan*” pela primeira vez por meio do Earth Crisis. Andy Hurley, do Fall Out Boy, classifica a banda como a que trouxe mais peso na conciliação do hardcore com o *straight edge* e o veganismo. Para Tim McIlrath, do Rise Against, o Earth Crisis sobressaiu-se por abordar de forma direta o veganismo e torná-lo central em suas composições, diferentemente de outras bandas que têm uma ou poucas músicas abordando o assunto.

Nunca pensamos que o Earth Crisis seria popular como foi. Quando começamos, como a maioria das bandas, queríamos impressionar os amigos. Uma chave virou e percebemos que aquilo era popular e que estava ficando mais popular. Tínhamos um dever. Estávamos em uma missão. Educaríamos as pessoas sobre os direitos animais. Porém, quando começamos, não era tanto uma missão. Era: “Vai ser divertido.” Vamos celebrar o veganismo juntos, com amigos, nesses shows, e vamos ter músicas viscerais sobre os direitos animais. Mas, por volta de 1993, começamos a levar isso mais a sério. Entendemos o peso, o impacto e a responsabilidade que tínhamos. E levamos realmente a sério (PUNK, 2023).

É notório que a seriedade com que é tratada a música do Earth Crisis é o que motiva a banda a mudar o seu olhar sobre a própria música, porque “ser levado a sério” culmina em uma responsabilidade que é reconhecida pela banda em relação ao seu público, composto por pessoas que concordam com a sua mensagem ou que podem passar a concordar. Com isso, sua mensagem não é ouvida e rapidamente esquecida. É ouvida e gera ressonância porque traz algo que leva a uma reflexão que resulta em transformação, mesmo que em um nível pessoal. Mas do pessoal também como político, nessa relação da banda com o ouvinte, em que a atribuição de valor depende do receptor.

Para o documentarista Keegan Kuhn, que dirige principalmente filmes que apresentam motivos para os espectadores considerarem o veganismo, a música desempenha um papel importante. Ele conheceu o veganismo por meio do álbum “*All Out War*”, do Earth Crisis, que traz no encarte a frase: “*Go Vegan!*”, que incita o público a tornar-se vegano. “Um panfleto tem limitações, uma conversa leva tempo, mas a mídia, compartilhada em massa, é um jeito efetivo de trazer mudança. Vemos isso nos movimentos sociais” (PUNK, 2023).

Se os meios massivos desempenham um papel de impulsionadores de identidades sociais, (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 255), é preciso ponderar também que nem todos

sentiam-se representados por esses meios. É uma lógica análoga à da produção independente de música, de articular-se para buscar alternativas. A insatisfação, por exemplo, de pessoas que não se viam representadas pelos meios de comunicação tradicionais, e por questionarem uma realidade em convergência com o modelo econômico e político vigente, foi também o que motivou o surgimento e desenvolvimento de um movimento como o punk. “O punk rock foi criado porque pessoas sentiam que não estavam representadas na mídia. Para achar seu santuário, criaram algo”, afirma Tim McIlrath (2023), da banda Rise Against. Isso significa uma reação à marginalização.

O jornalista José Arbex Junior, que ministrou palestra na Verdurada, o mais conhecido evento *straight edge* do Brasil e que começou a ser realizado em São Paulo (SP) em 1996, defende no documentário “Verdurada – A Face Sóbria do Punk” (2007)³⁷ que a “questão do poder” deve ser colocada a todo momento pelo movimento. A posição de Arbex Junior pode ser relacionada à observação de Martín-Barbero (2008), de que a luta política deve assumir as expressões e os modos do popular. Ele lembra que os anarquistas militaram por uma “arte em situação”, concepção decorrente da transposição para o espaço estético do seu conceito político de “ação direta”, o que é encontrável também no anarcopunk. “[...] o que faz autêntica uma arte é sua capacidade de expressar a voz coletiva. E nesse sentido é ‘realista’, ao colocar a cotidianidade em relação com o conflito, que a leva a escolher a face visível da experiência, a realidade física da miséria” (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 44). O que o *straight edge* se propõe a fazer por meio da música, e que surge influenciado pelo anarcopunk, também é articular uma voz coletiva e contestatória.

O estético na sua relação com o político fortalece a identidade do movimento e sua recepção como iniciativa que se desenvolve pelas transformações que enseja ao fazer (ou pelo menos tentar fazer) com que cada pessoa compreenda a dimensão de importância atrelada à sonoridade. É algo que ultrapassa a fruição musical quando não é somente sobre fruição como também ação por mudanças, o que ganha maior importância com o tempo e com a maior politização de seus atores.

Mesmo que o *straight edge* venha a partir do punk, há referências que ressaltam as interpretações das diferenças. Para Fernandes (2015, p. 174), diferentemente do punk, que em sua vertente anárquica nada queria com o Estado e procurava destruí-lo a partir de suas bases morais, políticas e civis, o *straight edge* organiza, parcela e distribui: reforma, se assim podemos dizer, o que já existe. Isso não deve ser reduzido a uma percepção estritamente

³⁷ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=K688paVX6nA>

antagônica, porque se o *straight edge* passa a ser pensado assim, isso só é possível pelo que é precedente, pelo que é oferecido pelo movimento punk para que o movimento *straight edge* se constitua e estabeleça a sua identidade.

Assim como ocorreu nos Estados Unidos, no Brasil as primeiras gerações aproximaram-se do *straight edge* por meio do anarcopunk. Nenê Altro, que fez parte das bandas Personal Choice e Dance of Days, relata no vídeo “Minha Participação na Movimentação *Straight Edge*”³⁸, disponível em seu canal homônimo no YouTube, que participou da “primeira movimentação anarcopunk” de São Paulo (SP), com passagens por bandas como Penitenciária, Repulsive e B.H.I., que tocou na Universidade de São Paulo (USP) em 1989.

A primeira pessoa que me falou sobre *straight edge* foi um anarcopunk chamado Lombriga, um irmãozão meu que hoje vende livro, porque eu não bebia, não curtia, não ficava doidão. Daí ele falou: “Você é meio *straight edge*, né?” [...] Tinha um americano que convivia com a gente na época, e ele foi a ponte direta pra gente entender o que era o *straight edge*. Pra mim, pelo menos, né? (ALTRO, 2020)

Quando Nenê fez parte do movimento *straight edge*, a relação do movimento com a oposição ao consumo de animais já estava estabelecida. “Não começou vegetariano, mas acho que quando eu fiz parte a essência já era vegetariana e o *straight edge* em si é vegetariano”, diz no documentário “Straight Edge – Além de um X” (2010)³⁹. “O *straight edge* cresceu ali no seio da Juventude Libertária [JuLi] e, por vir dali, a primeira geração do *straight edge* vinha com uma formação anarquista” (ALTRO, 2020). Isso evidencia uma basilar relação do *straight edge* com o anarcopunk à época no Brasil, assim como ocorreu também nos EUA, antes que as diferenças com o punk fossem estabelecidas.

Ao dizer que o *straight edge* não começou vegetariano, mas em si é vegetariano, em uma conclusão do que se fortalece, passando a ser reconhecido como parte da identidade *straight edge*, Nenê Altro aponta a dimensão de importância que a abstenção do consumo de animais passa a ter em relação ao que ele conheceu como movimento *straight edge*.

Surgiu a Juventude Libertária, que no começo era pra ser uma ala dos jovens da COB [Confederação Operária Brasileira]. Mas aí aconteceu o racha em que expulsaram os punks da COB, e quem ficou com essa pilha da JuLi foi o Nenê Altro. Quando ele fez a JuLi, já não era mais da COB. Nessa época ele não era mais anarcopunk, estava numa transição de falar que era só anarquista, mas que era amigo dos punks. A JuLi não era uma dissidência de várias pessoas, era ele, só. Aí o Nenê chamou uma galera

³⁸ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1iAwjGZuQuU>.

³⁹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=EYpEAbnVwAs>

que começou a conhecer, do meio estudantil, do hardcore, que estava formando o *straight edge*, algo ainda muito nascente... (RIBEIRO, 2018).

Segundo Fernandes (2015, p. 163), os historiadores são pouco precisos a respeito da história do *straight edge* no Brasil, principalmente pela escassa produção fonográfica entre o final da década de 1980 e início da década de 1990. Nesse período havia bandas que não lançavam materiais. Mas acredita-se que há um consenso entre os pesquisadores de que o início teria sido com a banda Energy Induct, da capital paulista em 1989. “O que se sabe é que um de seus integrantes, Marcos [Suarez], fundaria o selo xLiberationx e integraria a banda Point of No Return.” (2015, p. 163).

Bittencourt (2017, p. 58) afirma que no Brasil, em São Paulo, as primeiras bandas *straight edge* surgiram em 1993: Positive Minds, Personal Choice e Self Conviction. Positive Minds é a banda que chegaria ao fim e daria origem ao Self Conviction em 1995, conforme biografia da banda no site Discogs – “com letras principalmente sobre veganismo e direitos animais”. Considerando o histórico do Self Conviction com o Positive Minds, Nenê Altro cita a banda (2020) como a primeira de *straight edge*, seguida pelo Personal Trust. O Self Conviction deu origem ao Point of No Return, que surgiu em 1996, no mesmo ano em que foi criada a Verdurada, que se tornaria o mais conhecido evento *straight edge* do país, e por membros do Point of No Return.

Segundo Nenê, a banda Personal Choice, de Guarulhos (SP), da qual foi vocalista e que existiu de 1993 a 1996, foi pioneira no Brasil e na América Latina em gravar um disco usando o termo “vegan” (2020). No EP “*Raise Your Head*”, de 1994, as músicas *Milk Kills* (Leite Mata), em referência ao comum descarte de bezerros na indústria leiteira, assim como o abate de vacas quando já não são consideradas produtivas, e *Vegan Choice* (Escolha Vegana), com letras em inglês, promovem o veganismo por meio de mensagens curtas e diretas: *It’s not for health/It’s not for fashion. The vegan choice is an ethical question/It’s not right to kill to survive/This cruelty must stop...right now! Make a personal vegan choice/Respect life and living beings/Make a personal vegan choice/ Help to start a new humanity/ Right now!*⁴⁰

Ao falar em escolha pessoal, a banda já expressa na letra na primeira metade da década de 1990 uma preocupação sobre a necessidade de a escolha humana levar em conta a ausência de escolha não humana que envolve o uso de animais para consumo. Mas a força da “escolha

⁴⁰ Não é pela saúde/Não é por moda. A escolha vegana é uma questão ética/Não é certo matar para sobreviver. Essa crueldade deve parar...agora mesmo! Faça uma escolha pessoal vegana/ Respeite a vida e os seres vivos/Faça uma escolha pessoal vegana. Ajude a iniciar uma nova humanidade. Agora mesmo! (Tradução nossa)

“pessoal vegana” depende da multiplicidade dessa percepção, já que depende do pessoal ao mesmo tempo em que seu impacto depende do quanto se pode ultrapassar o pessoal. É o “pessoal” coletivo da banda, que assume uma unidade como mensagem, tentando dialogar com o “pessoal” do público. Afinal, qual é o efeito do “meu pessoal” se ele não estimular o que é o “outro pessoal”?

Se a música é ouvida e apreciada, mas não resulta em identificação ou interesse por uma mudança, sendo que a mudança é o que enseja a banda e a motiva por meio de suas letras, isso pode ocorrer porque o interesse do ouvinte restringe-se à sonoridade. A vinculação do *straight edge* com o punk rock, com o hardcore, aproxima alguns, mas não outros do que é preconizado pelas bandas que identificam-se como *straight edge*. Uma explicação é que o hardcore, usado para disseminar as mensagens *straight edge*, já que o hardcore ganha uma motivação *straight edge* por sua associação originária, sustenta-se em uma sonoridade que desde o início atrai não apenas quem é ou simpatiza com o *straight edge*, embora o movimento tenha surgido como uma reação ao que sobre o punk rock não agradava todo mundo que gostava da sonoridade. No documentário “Straight Edge – Além de um X”, o entrevistado Lucas Barreto diz que identificou-se com o *straight edge* por não concordar com “aquela coisa de autodestruição, ligada ao rock, ao hardcore, esse tipo de coisa – roqueiro machão, que bebe, arruaça nos shows” (2010). Ele também conta que ao se questionar sobre determinadas coisas, passou a considerar outras. “Por que eu vou beber? [...] Por que eu tenho que comer carne? [...] (2010).

A opinião de Barreto traz uma percepção de que o hardcore, que tem como uma das bandas pioneiras e mais influentes a *straight edge* Minor Threat, não é visto em associação comum com o *straight edge*, e porque décadas depois o hardcore também ganha enormidade fora do *straight edge*. Posição semelhante é a do baixista Fábio Fausto em “Vegan e Straight Edge”⁴¹, um especial da série Hiperreal realizado em São Paulo (SP) e veiculado pelo SescTV:

“Minha associação com o punk e o hardcore era aquela coisa meio destrutiva, autodestrutiva, né? O punk é meio ligado a essa cena destrutiva e quando eu vi que tinha um lado que você não precisa se drogar, não precisa beber, pra estar nesse meio do hardcore. E foi uma identificação natural pra mim, foi como eu entrei e como eu conheci o *straight edge* e a sua mensagem (VEGAN, 2009).

Para Juninho Sangiorgio, que já foi um dos organizadores da Verdurada, em São Paulo (SP), e que tocou nas bandas Self Conviction e Point of No Return, de *vegan straight edge*, e é baixista da banda de hardcore Ratos de Porão, o *straight edge* ajudou “a fortificar as ideias,

⁴¹ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Nuqw3_ki0so

juntando com muita coisa política” (2010). Isso mostra que o pertencimento a uma comunidade também pode favorecer o desenvolvimento da percepção política.

Em São Paulo (SP), o surgimento da Verdurada em 1996, que tem relação com a necessidade de um local para que bandas *straight edge* pudessem se apresentar, também contribuiu para o crescimento e vinculação do movimento *straight edge* com o vegetarianismo e com o veganismo – evento iniciado no mesmo ano em que foi fundada a banda Point of No Return, influenciada pela banda Earth Crisis. Embora não haja unanimidade sobre a necessidade de um *straight edge* ser vegano, no Brasil o veganismo cresceu dentro do movimento *straight edge* e a associação tornou-se comum a partir dos anos 1990.

Frederico Freitas, que foi um dos vocalistas da banda Point of No Return e um dos organizadores da Verdurada de 1996 a 2003, idealizada por ele e Jorel Wagner, que integrou as bandas Rethink e Self Conviction, relata no documentário “Verdurada” (2007) que além de shows, que foram uma prioridade desde o início, já que os próprios organizadores precisavam de um espaço para apresentações, estendendo depois a oportunidade a outras bandas, logo começaram a oferecer palestras e exibir vídeos para o público. Também começaram a oferecer ao final um jantar sem nada de origem animal. “Debate sobre temas políticos sempre de esquerda, ou palestras, exposições de fotos, de cartazes, arte [...]. A gente tinha uma preocupação muito grande em fazer do hardcore e da Verdurada algo que tivesse alguma atuação política, alguma relação com a atuação política na sociedade” (2007).

A Verdurada, por ser um evento de promoção de shows e simultaneamente de uma alimentação em oposição à opressão contra os animais, com base no próprio nome, deveria ser percebida também como um espaço de diversificado engajamento político. Isso também pela associação que passaria a ser feita a partir do local numa conciliação com uma percepção política mais abrangente, em que os frequentadores eram levados a uma reflexão sobre questões diversas, e que poderiam ganhar uma nova ou outra dimensão de importância.

Também foi no ano de 1996, quando teve início a Verdurada, que a banda de *krishnacore* Shelter, dos EUA, que combina hardcore e elementos hindus, veio ao Brasil para divulgar o álbum “Mantra”, o que segundo Bittencourt (2017, p. 57) foi um “divisor de águas” para alguns.

O grupo possuía em sua formação duas importantes figuras da cena *Straightedge* nova-iorquina, o guitarrista Jonh Porcelly e o carismático vocalista Ray Cappo, que em meados dos anos 1980 compunham a linha de frente do Youth of Today. Se antes o *Straightedge* era apenas um estilo de vida abraçado por poucos jovens que frequentavam a galeria do Rock de São Paulo para consumir as novidades que chegavam por intermédio de LPs, K7s e revistas especializadas, após esse

acontecimento ele passou a fazer parte do cotidiano de centenas de jovens (BITTENCOURT, 2017, p. 57).

O início do movimento *straight edge* no Brasil influenciado pelo movimento nos EUA pode ser relacionado à influência que os EUA passam a exercer no cenário mundial a partir da década de 1920 – o país onde os meios vão conhecer seu maior desenvolvimento (MARTÍN, BARBERO, 2008, p. 197). Também são essas transformações que estimulam a necessidade de novos usos sociais dos meios, assim como do uso de novos meios. O “faça você mesmo”, promovido no contexto anarcopunk e depois *straight edge*, surge em forma de produção cultural independente, que diferencia-se do que é determinado pelos grandes meios; o que pode ser exemplificado não apenas pela produção musical independente e de baixo orçamento, mas também pela produção e circulação de fanzines, que também precedem o surgimento do *straight edge*.

Esse é outro fator apontado como favorável à disseminação do *straight edge* no Brasil, quando a internet ainda não era popular e seu acesso bastante restrito. Além disso, o fanzine, como uma publicação alternativa e independente feita por fãs, tornou-se um meio não apenas de ampliar a interação nesse meio e de favorecer a disseminação de informações e opiniões, mas também de promover uma maior interação e horizontalização das relações. Qualquer pessoa poderia entrevistar quem quisesse e expor suas próprias ideias sobre o movimento e assuntos relacionados. “Há dois tipos de produção de Fanzines: os impressos, geralmente feitos em papel sulfite, e os e-zines, sites que possuem a mesma finalidade e filosofia de um Fanzine” (ASSUMPÇÃO; PINA; SOUZA, 2011, p. 2).

Nenê Altro conta que, como fanzineiro, entrevistou o vocalista das bandas Shelter e Youth of Today, Ray Cappo, em 1996, no Brasil (2020). Não era necessário ter as credenciais de uma empresa de mídia para entrevistar alguém bem conhecido no cenário internacional *straight edge*. Já havia uma igualdade de consideração promovida entre os adeptos, independentemente da grande popularidade que alguns tivessem conquistado.

Nenê também relata que se correspondia com Ian Mackaye (2020), da banda Minor Threat, que, mesmo de forma não planejada, fundou as bases do movimento *straight edge* nos EUA ao cunhar o termo. MacKaye tornou-se um dos nomes mais conhecidos do hardcore, que distingue-se do já estabelecido punk rock por ter mais velocidade, batidas mais rápidas. Com isso, o fundador do Minor Threat passa a ser referência também não apenas para quem se identifica como *straight edge*, evidenciando uma maior abrangência de público pelo alcance não imaginado do impacto da banda.

A primeira pessoa pra quem eu escrevi foi o Jeff Terranova, da banda Up Front, de New Jersey, meu amigo até hoje. E ele começou a mandar uns discos pra gente, pra mim. Eu falo pra gente porque naquela época tudo que era de um era de todo mundo. Disco era tipo visita. Cada dia tava na casa de um pra gravar fita K7. E ele que mandou o “*Spirit*”, do Up Front. O Youth of Today foi ele que mandou, o Uniform Choice. Algumas coisas a gente comprava na galeria e circulava também. Outras vieram dessas correspondências. [...] Uma banda belga chamada Nations on Fire, o baixista da banda se correspondia comigo e começou a mandar vinis da banda pra cá. Ali eu senti: “Quero fundar uma banda *straight edge*” (ALTRO, 2020).

Essa distribuição de material fonográfico é outro exemplo de uma horizontalização e cumplicidade dentro do movimento e de um interesse no crescimento do *straight edge* e na circulação do que era produzido também por meios não convencionais. Ou seja, direto de quem produzia para quem ouvia, numa relação mais próxima, sem intermediários, em que quem era ouvido não apenas se interessava em conhecer quem o ouvia como o estimulava a transformar isso em algo multiplicador.

No especial “Vegan e Straight Edge” (2009), veiculado pelo SescTV, um dos entrevistados diz que boa parte do que ele conheceu de veganismo e *straight edge* foi graças aos fanzines, com os quais também se correspondia. No vídeo “Straight-Edge, Vegan, Política, Legalização”, do canal Ovo Graudo⁴², no YouTube, Juninho Sangiorgio também fala sobre a importância dos fanzines no movimento:

Quando eu tive o primeiro contato com esse pessoal do *straight edge*, a maioria era vegetariana e já tinha alguns que eram *vegans*. E nessa época a gente recebia muita carta de fora, vinha muito fanzine, trocava coisas de outras cidades. E tinha um pessoal daqui que produzia também. E eu levava muita coisa pra casa pra ler. Desde o começo, vinha no encarte das bandas falando de vegetarianismo (2018).

Era o ato de fazer contato e de estar em constante contato nesse meio que garantia mais acesso às informações e um maior intercâmbio de ideias sobre o meio *straight edge* e sua relação com o vegetarianismo e o veganismo. Era também o que garantia um senso de pertencimento, já que conhecer mais pessoas e compartilhar valores em comum significava ampliar o seu círculo *straight edge* e sentir-se parte desse movimento.

Conforme reportagem do jornalista Caco Barcellos veiculada pela GloboNews (1997)⁴³, estima-se que à época o número de adeptos do *straight edge* em São Paulo tenha chegado a pelo menos 400 pessoas. Quando Barcellos diz que “o grupo procura seguir o lema libertação de todo e qualquer tipo de vício da sociedade e, principalmente, não consome nada que cause o

⁴² Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=w99w7STqvIU>

⁴³ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CBIEGXuqjlk>

sofrimento dos animais”, isso expressa a associação do *straight edge* na segunda metade dos anos 1990 com o veganismo. A afirmação é baseada nos próprios participantes da reportagem – entre eles, Frederico Freitas, um dos idealizadores da Verdurada e um dos vocalistas da banda Point of No Return, que chegou ao fim em 2006, após dez anos em atividade.

Embora o veganismo tenha sido apresentado também como algo “exótico” e houvesse uma tentativa de apontar contradições em ser vegano, a mensagem dos entrevistados na reportagem de 1997 já era de que a principal motivação para não consumir nada de origem animal era antiopressão, ou seja, contra a exploração animal. Como afirmado por eles, os benefícios para a saúde são “uma consequência do vegetarianismo, do veganismo”, não a razão de ser vegetariano ou vegano. Nisso há um propósito de externar um compromisso ético-político.

Um dos jovens entrevistados, Pedro Carvalho atribui o seu “envolvimento com política de esquerda” à sua identificação com o *straight edge* e com a oposição à exploração animal. “Eu queria me desvencilhar de várias amarras que a sociedade coloca em você” (1997). Ana Maria Curcelli que também foi entrevistada enquanto divulgava seu livro de receitas “Cozinhando Sem Crueldade” expressou sua recusa em alimentar-se de animais explicando o motivo do uso da palavra “crueldade” no título. “Crueldade o que eu considero é aquela exploração capitalista sem limites” (1997).

Nos anos 1990, a Verdurada já era um festival associado ao vegetarianismo e ao veganismo e recebia pelo menos 500 pessoas por evento, abrindo espaço para outros movimentos sociais e ações políticas, em forma de palestras e exposições, além de realizar ações descentralizadas ao reconhecer a necessidade de deslocar-se por outros espaços e de arrecadar recursos para iniciativas como a Ocupação 9 de Julho, do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), conforme relatado pelos organizadores da Verdurada no documentário “Verdurada – A Face Sóbria do Punk”:

A gente montou um cybercafé com cinco computadores e internet ligada o tempo todo. E o pessoal da ocupação, a gente dava aula pra eles, aula de informática. Ensinava as crianças a mexer nos computadores. A ideia central é que as pessoas do movimento sem teto tivessem acesso ao site do CMI [Centro de Mídia Independente] para que eles pudessem contar o dia a dia do ativismo deles. [...] O MST foi dar uma palestra e a gente arrecadou dinheiro para ajudar eles. Fazia compra de alimentos e levava para os acampamentos. Acampamento Anita em Guarulhos – o Coletivo Verdurada ajudou. [...] Tinha mais de 1,6 mil pessoas morando na [Ocupação] Prestes Maia e a gente abriu espaço para eles fazerem uma palestra e explicar o que era a Prestes Maia e o que eles faziam aqui. Em quatro ou cinco Verduradas a gente fez uma campanha pra arrecadar livros e brinquedos para a biblioteca e brinquedoteca que eles tinham aí. Depois surgiu a ideia de fazer um show na Prestes Maia. Havia membros da Verdurada fazendo o show, divulgando. [...] Foi legal quando foi o Gilmar Mauro do MST falar lá. Era uma época em que o MST estava bastante na

mídia. Acho que em 2000 ou 1999, que eles estavam fazendo bastante ocupação e a imprensa estava batendo bastante no MST. Ele foi lá e falou, de uma forma bem interessante, bem acessível pra um bando de moleque urbano que não conhece muito bem a realidade do MST. Foi legal quando foi o grupo Tortura Nunca Mais falar lá, falaram sobre a experiência histórica deles. [...] Uma das chefes lá do movimento da Prestes Maia, no final da palestra, ela falou que estava se sentindo em casa, que ela viu que todo mundo estava gostando da palestra, prestando atenção, e ela estava realmente emocionada. [...] Teve uma vez que foi aquele cartunista o Latuf. Fez uma exposição que foi boa também (VERDURADA, 2007).

Quando os organizadores falam sobre o contato com outras realidades que não eram vividas pelo público da Verdurada, isso também coincide com “o capital cultural de que os *straight edge* dispõem e que possibilita uma reflexão política sofisticada” (BITTENCOURT, 2017, p. 59). A mesma observação pode ser estendida às mensagens das músicas, e que mesmo quando não resultam das próprias vivências não significa que não haja profundidade.

“Grande parte dos *straightedges* brasileiros pertence às camadas médias da população, o que não significa afirmar que não existam jovens pauperizados adeptos do estilo de vida e muito menos que jovens pertencentes às camadas médias não são afetados por problemas estruturais mais abrangentes” (2017, p. 59). E mesmo que não fossem, a atenção a outras realidades e o interesse em mudanças é uma forma de expressar solidariedade política, conforme os vários exemplos que apresentamos e que envolvem preocupação com humanos e não humanos. No relato dos organizadores da Verdurada também fica explícito um interesse em viabilizar meios para que outros sujeitos expressem sua própria voz, não se limitando a uma dependência da projeção que pode ser alcançada a partir de outros sujeitos.

Se os EUA influenciaram o surgimento do *straight edge* no Brasil, o que também é possibilitado pela influência que os EUA exercem no mundo (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 197), São Paulo, por ocupar a posição de maior metrópole do Brasil, influenciou o desenvolvimento do movimento em outras localidades do país. A Verdurada também contribuiu atraindo público e bandas de outros estados e países, conforme cita um dos organizadores, Juninho Sangiorgio (2007). Esse envolvimento que não se limitou ao público da capital paulista e sua região metropolitana também motivou a realização da Verdurada em outros estados; e por pessoas desses estados que eram os próprios organizadores do evento, e sem qualquer exigência com fins lucrativos por parte dos idealizadores da Verdurada em São Paulo.

Essa atitude manifesta o caráter social, político e não comercial da realização do evento, e que passa a ser reproduzido em outras localidades, onde o objetivo é a disseminação do sentido de ser *straight edge* e, a partir do próprio nome, Verdurada, sua imanente vinculação com o vegetarianismo e veganismo. Essa associação iniciada a partir de 1996, embora algumas bandas

já falassem sobre veganismo em suas letras no Brasil, como a antes citada Personal Choice, fortaleceu a relação entre *straight edge* e veganismo numa época precedente à profusão das mídias digitais e das redes sociais. Assim o *straight edge* no Brasil na década de 1990 e na primeira década do segundo milênio foi também o meio pelo qual muitas pessoas tiveram contato com o veganismo e estabeleceram uma relação e diálogo com outras questões e valores que consideravam igualmente pertinentes. Isso justifica a importância de trazer também um pouco dessa história e da relação do *straight edge* com o veganismo.

1.6 Novas articulações para a conscientização vegana

A atual Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB), sediada em São Paulo (SP), por exemplo, surgiu somente em 2003 e, segundo o que divulga em seu site (2023) sobre a sua história, “em um tempo em que o movimento vegetariano brasileiro ainda estava nascendo e era muito carente de informações, atividades e conteúdo organizado.” Ou seja, a entidade foi fundada quando o vegetarianismo e o veganismo eram promovidos no Brasil por meio do *straight edge*, com bandas, fanzines, shows, palestras e debates.

O apresentador e vocalista João Gordo, da banda de hardcore Ratos de Porão, e que também apoia o veganismo, enaltece no documentário “Verdurada” (2007) o papel do Coletivo Verdurada de oferecer também palestras, não apenas shows. Há um reconhecimento da importância de um diálogo com o público, possibilitando uma interação que resulta também em uma troca mediada envolvendo sujeitos que não tinham relação com o movimento *straight edge* ou com o veganismo, mas com os quais se poderia estabelecer novas considerações.

Em 2006, também em São Paulo, o grupo de ativismo VEDDAS - Vegetarianismo Ético, Defesa dos Direitos Animais e Sociedade iniciou suas atividades, formalizando-se como ONG em 2009. “Naturalmente, a postura do VEDDAS e de seus voluntários é pautada por um modo de vida vegano, ou seja, um modo de vida que busca excluir do seu cotidiano todas as formas de exploração animal”, informa em seu site (2023). Em 2010 foi fundada em São Paulo a Sociedade Vegana, que se define como “uma sociedade de caráter pacifista e não-violento, criada fundamentalmente para a divulgação dos direitos animais e do modo de vida vegano”, conforme seu site (2023).

Embora seminal na divulgação do veganismo no Brasil, principalmente entre os jovens, o movimento *straight edge* se organiza em torno do hardcore, de sua relação com a música, embora não esteja restrito à música. Isso normalmente significa atingir um público já específico, o que muda com as novas articulações para a promoção do vegetarianismo e do veganismo.

Para citar mais algumas iniciativas, sem a intenção de enumerar todas, é fundada em outubro de 2012, em Brasília (DF), a Frente de Ações pela Libertação Animal (FALA): “Baseia-se no princípio da não violência e na educação para o veganismo como forma de colocar em prática as mudanças no cotidiano, buscando o fim da rígida distinção moral e legal entre seres humanos e os outros animais, o fim da condição de animais como propriedade e a abolição da exploração animal nas mais diversas áreas: alimentação, vestuário, entretenimento, mão de obra e experimentação, entre outras”, define-se em sua página no Facebook (2014).

Em novembro de 2015, a ONG internacional Mercy For Animals, sediada nos EUA, chega ao Brasil. Em seu site (2023), a entidade afirma ter como missão acabar com a maior causa de sofrimento no planeta: a exploração de animais para alimentação. “A Mercy For Animals se dedica a erradicar o atual sistema alimentar e substituí-lo por um que seja não apenas gentil com os animais, mas essencial para o futuro do nosso planeta e para todos que o compartilham.”

No ano seguinte, a ONG internacional Animal Equality, sediada na Espanha, também inicia atividades no Brasil. “É uma organização que procura acabar com a crueldade na produção de alimentos de origem animal, promovendo também o veganismo e a sustentabilidade como forma de acabar com o sofrimento dos animais”, informa em seu site (2023).

Já a rede União Vegana de Ativismo (UVA) é fundada em outubro de 2018 em Recife (PE), justificando que há uma necessidade da afirmação do veganismo como um movimento social em defesa da consideração moral de todos os animais, humanos e não humanos. “Acreditamos que o veganismo deve se articular a outras lutas por justiça social e ser disseminado de uma forma acessível e popular”, consta em seu site (2023).

O ativismo vegano de rua no Brasil pode ser exemplificado pelas ações de grupos como o Coletivo Vozes em Luto, de São Paulo (SP). “Nasceu em 1º de Setembro de 2015 com o objetivo de divulgar nas ruas o movimento vegano, a luta antiespecista e a abolição animal. É um coletivo de autogestão, apartidário, anarquista e com uma liderança horizontal, ou seja, sem hierarquias”, explica em seu site (2023).

Outro exemplo é o Nação Vegana Brasil, que se define como “movimento antiespecista, suprapartidário e interseccional – combatendo opressões” em sua página no Facebook (2023). O Direct Action Everywhere (DxE) São Paulo e o Direct Action Everywhere (DxE) Rio de Janeiro também são grupos conhecidos no ativismo de rua vegano. São iniciativas que têm pontos convergentes e divergentes em relação à abordagem do veganismo e alguns dos conflitos envolvendo tais diferenças são apresentados no segundo e terceiro capítulo.

Também a partir da década passada, sites de notícias e de artigos de opinião dedicados ao veganismo multiplicam-se e desempenham um papel significativo, assim como as redes sociais, que para muitos também tornam-se meios de conhecer o veganismo e de ter contato com quem já vive a realidade do veganismo.

O crescimento do veganismo no Brasil tem resultado também em uma diversidade de percepções em relação ao veganismo. Ou seja, uma maior emergência da heterogeneidade e a ideia de que o veganismo, mesmo com uma fundamentação e sentido definidos, ganha forma de “veganismos” quando as tensões discursivas envolvem consumo, política e interseccionalidade.

II. EIS QUE SURGE O VEGANISMO CONTEMPORÂNEO

Para discutir consumo, partimos das definições comuns e dicionarizadas e contextualizamos com uma outra concepção, na sua relação também com a cidadania, como sugerido por Néstor García Canclini (2015); e do consumo como produção de sentidos, como sugerido por Jesús Martín-Barbero (2008), e como é estabelecida a relação com o veganismo, em que o consumo já tem um sentido imanentemente político.

Sobre a política, partimos de Aristóteles, por sua percepção contraditória do político, que também entra em conflito com sua posição sobre a exploração humana e não humana, e que também seria utilizada mais tarde para fortalecer o especismo que torna evidente que o interesse predominante na relação humana com outros animais é principalmente o interesse pautado no consumo.

A realidade atual do especismo é corroborada por dados apresentados a partir de organizações e órgãos federais. Logo se o consumo tem uma grande dimensão de importância é porque é por meio dele que é possível promover uma transformação relevante ao veganismo; transformação que também depende de como ocorrem os processos de comunicação nesse meio. Isso nos leva também a considerar, partindo de Martín-Barbero, o reconhecimento de que o discurso não é um mero instrumento passivo na construção do sentido.

Também introduzimos as mudanças promovidas pelas mediações e pelas negociações com base em Canclini (2015) e Martín-Barbero (2008), e a emergência da pluralidade discursiva que surge como meio de dar amplitude à recepção dos discursos que são favoráveis ao veganismo. Usamos como breves exemplos uma iniciativa de inserção política envolvendo movimentos que atuam em defesa dos direitos animais e que também promovem o veganismo, assim como o documentário *“Cowspiracy”*, em que o discurso pró-vegano se desloca para a questão ambiental.

Publicações da ONU de 2020 a 2022, em forma de textos e vídeos, são utilizadas também como exemplo do contraditório entre discurso e prática envolvendo impacto ambiental, mudanças climáticas, pecuária e consumo de animais. Se há um deslocamento no diálogo, e pelo que não pode ser limitado a uma relação com as autoridades, isso surge pela necessidade de uma outra interação, com a população, na consideração também da relação entre consumo e cidadania, mesmo quando a própria organização tem atitudes questionáveis.

Uma análise do site da JBS também é feita para mostrar como reage uma grande indústria de produtos de origem animal diante da evidência da relação entre consumo e impacto

ambiental, visando “tranquilizar os consumidores”; e como manifestar-se a respeito é reconhecer que há algo que não pode ser simplesmente negado.

Neste capítulo, trazemos o que é destacado pela empresa que entra em conflito com o que é denunciado por organizações, e a partir disso a relevância para o veganismo do que é exposto e que leva a uma outra construção discursiva, mas que volta-se também para a relação entre consumo e cidadania.

Trazemos também uma breve discussão sobre a atuação dos movimentos e organizações a partir das perspectivas de Néstor Canclini e Sidney Tarrow (2009) sobre o que pode ser positivo e o que pode não ser nessa atuação. Isso inclui como os movimentos podem levar a uma compreensão de que apenas esperar que surjam mudanças, e contando com iniciativas das autoridades, é um pensamento a ser superado se a partir do que é exposto pelo veganismo transformações podem surgir por meio do consumo.

Dados do MapBiomass, WWF-Brasil, Embrapa e Oxfam Brasil são trazidos para mostrar como é estabelecida uma outra consideração, sobre fome e segurança alimentar. Isso também evoca a relação entre consumo e cidadania, e como essa questão é favorável ao veganismo pela produção de sentido político no consumo, já que há mais grãos sendo produzidos para alimentar animais abatidos para consumo do que humanos.

Apresentamos também como a produção de sentido em relação ao consumo é variável. Se isso é influenciado pelas informações que recebemos e como as compreendemos, no veganismo está além do preço disponível ao consumidor. Depois, com base na luta semântica (CANCLINI, 2019), propomos uma discussão sobre os conflitos em torno do que é ser vegano e como o termo “vegano” vem sendo utilizado de forma variável, mesmo sem relação com a definição do veganismo e o que motiva tais usos.

Para compreender melhor isso, referenciamos os filósofos Tom Regan (2006) e Peter Singer (2013, 2018 e 2020), a autora feminista Carol J. Adams (2018), as organizações Vegan Society e Veganuary, com base em seus sites, e o bioquímico T. Colin Campbell, autor do termo *plant-based*, com base em seu site. Envolvendo esses nomes, trazemos alguns apontamentos históricos precedentes ao surgimento do veganismo e o sentido de ser vegano na relação com vegetariano, *plant-based* e suas variantes, e como as associações e dissociações vão se constituindo a partir dos usos que são feitos, independentemente de seus sentidos originais ou mais usuais.

Para nós, interessa também apresentar e discutir o que muda com esses usos, quais são as consequências e o que se modifica na forma de pensar esses termos e quais são seus impactos, assim como as conciliações que são feitas. Utilizamos como exemplo a campanha *Plant Based*

Treaty para avaliar como uma dieta *plant-based* pode ser pensada como uma questão política, o que surge também por resignificação e apropriação. Ou seja, pelos usos que também passam a ser feitos do termo *plant-based* por veganos na articulação de outras estratégias de mudanças de hábitos de consumo, o que envolve também os equivalentes em português desse termo.

Mostramos também como isso leva a uma consideração desse tipo de alimentação como política na forma do direito a uma alimentação saudável com base no programa “Educação para a Sustentabilidade”, que não é centrado no veganismo, mas é favorável ao veganismo porque também faz parte da abordagem pragmática do veganismo. Por outro lado, exploramos também as contradições que surgem pela disputa semântica dos termos e como isso leva ao surgimento de especificações complementares na referência aos sujeitos veganos, como no exemplo de “veganismo ético”, de Donna Haraway (2022).

A luta semântica também tem continuidade com a nossa abordagem seguinte, do veganismo já não apenas definido como veganismo, mas como veganismo abolicionista. Por isso, trazemos Gary Francione (2013 e 2014) e Tom Regan (2006), duas referências nas discussões sobre abolicionismo animal. O propósito é analisar que tipo de conflito é estabelecido com a posição pragmática e como a determinação complementar de “abolicionista” surge para ratificar uma posição de defesa da libertação animal, mesmo que a diferença com a posição pragmática seja em relação aos meios, não aos fins.

Mas as narrativas levam a diferentes vieses. Como exemplo, trazemos uma discussão a partir de uma ação de boicote no Dia Mundial Anti-McDonald’s, realizada em São Paulo (SP), em 2022, que envolve também como o ativismo vegano assume uma forma desterritorializada. Há situações em que mesmo a posição abolicionista é levada a apoiar mudanças com base no que é mais concretizável em curto prazo, ainda que normalmente entre em conflito com a abordagem pragmática pelo que para a primeira é inegociável e para a segunda é negociável em relação ao que é hegemônico. Com isso, iniciamos uma exposição de que nem tudo entre diferentes posições e defesas a partir do veganismo pode ser reduzido às diferenças, e que terá continuidade no terceiro capítulo, ao que diz respeito às negociações e mediações, com base no que é proposto por Canclini (2015) e Martín-Barbero (2008).

Para exemplificar diferentes atuações, e a partir de publicações on-line, usamos como exemplo o coletivo Vozes em Luto, que se identifica como abolicionista, e a ONG Mercy For Animals Brasil, que tem uma posição pragmática. A própria forma como se colocam no ativismo já determina suas diferenças, já que organizações têm um outro tipo de compromisso ao assumirem a forma de uma atuação profissional, distinguindo-se do que é somente

espontâneo e idealista em relação a uma atuação estritamente voluntária e mais livre, porém de alcance mais limitado.

O *straight edge* volta a ser abordado brevemente no segundo capítulo, usando como referência o evento Verdurada, de São Paulo (SP), e a banda Point of No Return, porque é o movimento que utilizamos também como referência primeira da relação no Brasil do veganismo com outras causas, o que ocorre também por sua politização como influência do anarcopunk. A partir disso, trazemos para a atualidade e introduzimos a discussão em evidência sobre a relação do veganismo com outras causas, baseando-nos também nos conceitos, desenvolvimentos e proposições da interseccionalidade a partir de Sirma Bilge e Patricia Hill Collins (2021), mas que serão explorados mais adiante.

Antes apresentamos argumentos de alguns autores em relação com um pensar um movimento de causas humanas para causas não humanas e seus apontamentos sobre o mal contra outros animais levar a um mal contra humanos, e como determinadas práticas nocivas transitam de um contexto ao outro. Essa apresentação é feita para exemplificar o que já foi e é pensado a respeito, e como há ideias convergentes de autores de diferentes épocas – ideias precedentes e sucedentes ao veganismo.

Utilizando Bilge, Collins e Adams, retomamos os conflitos que envolvem a interseccionalidade e o veganismo interseccional, partindo da consideração de que se o segundo propõe uma convergência de causas a partir de um movimento, a intersecção com o veganismo a partir de outras causas não é historicamente convergente. Mas isso não deve levar-nos a ignorar a oposição à exploração animal por sujeitos inseridos em outros movimentos.

Para discutir o relativismo que surge a partir do veganismo interseccional, usamos como exemplo o “sacrifício ritual” de animais, que hoje continua sendo um tema bastante controverso, e a posição do autor do blog de veganismo interseccional Veganagente, Robson Fernando de Souza. Também abordamos como o relativismo pode levar esse movimento, que se propõe a ser mais inclusivo, a ser excludente, resultando em contradições, e como determinadas palavras e sentidos são utilizados para fortalecer determinadas narrativas e posições, mesmo quando correspondem à outra lógica (MARTÍN-BARBERO, 2008). Sobre isso, retomamos também a questão da luta semântica (CANCLINI, 2019) nesse contexto.

O relativismo e suas contradições que envolvem sujeitos veganos são colocados em discussão também com base na prática da farra do boi, que mesmo proibida continua sendo realizada, e no Festival de Lichia e de Carne de Cachorro de Yulin, na China, do qual veganos brasileiros, incluindo interseccionais, também reivindicam a proibição. Para isso, utilizamos

também publicações do site da Prefeitura de Florianópolis (SC), do site da organização Animals Asia e um abaixo-assinado no site Change.Org.

Também mostramos que há algo a se pensar além desses conflitos, como as possibilidades de negociação e que não há uma homogeneidade no veganismo interseccional. Ademais, favorável a esse veganismo está uma abertura para discussões de assuntos que são prioritários a outros movimentos e que, por possibilitar essa abertura, podem resultar em uma percepção sobre as pautas do veganismo como relevantes para discussões sobre opressão e justiça social em outros movimentos.

2.1 Sentidos do consumo e da política e sua importância no veganismo

Segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (DPLP), consumo é o que se gasta ou consome; interesse em comprar; utilização ou aquisição de bens e serviços para satisfação de necessidades ou interesses individuais ou de uma população. Já o Michaelis define consumo como ato ou efeito de consumir - despesa, dispêndio, consumação, gasto; qualidade ou volume daquilo tudo que se utiliza (serviços, combustível, produtos em geral); total gasto, usado ou consumido; uso que se faz de bens e serviços produzidos; processo de ingerir comida ou bebida.

Como substantivo, consumo pode significar muito ou pouco dependendo das associações que fazemos. Podemos ter uma percepção simplificada e geral ou podemos contextualizar o significado de consumo.

Proponho partir de uma definição: o consumo é o conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos. Esta caracterização ajuda a enxergar os atos pelos quais consumimos como algo mais do que simples exercícios de gostos, caprichos e compras irrefletidas, segundo os julgamentos moralistas, ou atitudes individuais, tal como costumam ser explorados pelas pesquisas de mercado (CANCLINI, 2015, p. 60).

Nestor García Canclini também diz que estudos de diversas correntes consideram o consumo como um momento do ciclo de produção e reprodução social – lugar em que se completa o processo iniciado com a geração de produtos, onde se realiza a expansão do capital e se reproduz a força de trabalho. “Sob este enfoque, não são as necessidades ou os gostos individuais que determinam o que, como e quem consome” (2015, p. 61).

Ele sugere que na análise das relações de consumo não seja ignorado que as ofertas de bens e a indução publicitária de sua compra não são atos arbitrários, embora isso não signifique

concordar com essa estratégia. Sobre isso, é pensável a influência que estimula, desenvolve e fortalece interesses e predileções consumeristas, já que escolhas podem ser motivadas por uma percepção de essencialização de determinados consumos.

Assim, embora oferta e indução não sejam imposições aos consumidores, a crença na necessidade pode aproximar-se de uma ideia de obrigatoriedade idealizada pelo consumidor também pelo lugar comum e social que os produtos ocupam. E o modo como se planifica a distribuição dos bens pelas estruturas de administração do capital (CANCLINI, 2015) é influenciado e influencia os lugares sociais. Mesmo que escolhas sejam feitas individualmente, o consumo não é um exercício de individualidade, porque não surge somente com um indivíduo nem termina com ele.

No veganismo há uma compreensão de que o consumo também é político e que relações de poder também são perpetuadas ou modificadas por meio do consumo, considerando escolhas, processos de produção e disponibilidade, suas consequências, seus impactos.

Muito antes da era comum, Aristóteles escreveu que o bem político é a justiça, da qual é inseparável o interesse comum, e que muitos concordam em considerar a justiça como uma espécie de igualdade (2006, p. 162). Aristóteles jamais incluiu animais não humanos na consideração sobre a justiça como bem político, o que é normalizado ainda hoje. Mas o veganismo fez isso como nenhum outro movimento ao reconhecer a exclusão das vítimas do especismo, preconceito baseado na crença de que animais não humanos, por serem de outras espécies, podem ser submetidos a interesses humanos, como explorá-los e matá-los. Há uma explicação do filósofo utilitarista Peter Singer que evoca a gravidade do especismo:

Os racistas violam o princípio da igualdade ao conferir mais peso aos interesses de membros de sua etnia quando há um conflito entre os próprios interesses e os daqueles que pertencem a outras etnias. Os sexistas violam o princípio da igualdade ao favorecer os interesses do próprio sexo. Analogamente, os especistas permitem que os interesses de sua espécie se sobreponham aos interesses maiores de membros de outras espécies. O padrão é idêntico em todos os casos. A maioria dos seres humanos é especista (SINGER, 2013, p. 15).

Richard D. Ryder, o psicólogo britânico que criou o termo especismo, afirma em um folheto publicado originalmente em 1970, republicado no *Critical Society Journal* (2010) que as revoluções de 1960 contra o racismo, sexismo e classismo ignoraram completamente os animais não humanos. “Eles não tinham ouvido falar de Darwin? Eu odiava o racismo, sexismo e classismo também, mas por que parar nisso?” (RYDER, 2010). No questionamento de Ryder, ele já estabelece uma atenção das causas humanas para não humanas, chamando a atenção para

a comum exclusão de outros animais da consideração de seus interesses, o que ainda hoje é prevalente.

Em “Política”, Aristóteles diz que é bem mais fácil consultar a sorte do que persuadir os que podem ser os mais fortes. Segundo ele, os fracos não pedem mais do que igualdade e justiça, mas os mais fortes pouco se importam com isso (2006, p. 164). Contudo, Aristóteles, como um dos filósofos mais influentes do Ocidente, e que teve seus discursos usados em benefício da moral judaico-cristã ocidental, sequer fez oposição à escravidão.

O apoio de Aristóteles à escravidão é bem conhecido: ele pensava que alguns homens são escravos por natureza, e a escravidão, por conseguinte, era correta e vantajosa para eles. Menciono isso não para desacreditar Aristóteles, mas porque é essencial para compreendermos suas atitudes para com os animais. Ele afirmava que os animais existem para servir aos interesses humanos, muito embora, ao contrário do autor de Gênesis, não estabeleça nenhum abismo profundo entre seres humanos e o restante do mundo animal (SINGER, 2013, p. 274).

A filósofa Juliana Fausto observa que Aristóteles compara certos animais a escravos por seu “uso”: “Na Política, depois de postular, sobre o escravo ‘por natureza’, que ele ‘compartilha do lógos a ponto de apreendê-lo, mas não de tê-lo’, o filósofo os aproxima dos animais, afirmando que ‘o uso feito de ambos difere pouco; pois de ambos – escravos e animais domesticados – vem ajuda corporal no fornecimento de necessidades’” (2020, p. 60). É intrigante e indutivo o uso do termo “ajuda”, porque ajuda é sobre colaboração espontânea, não sobre condicionamento, dominação, imposição. Há uma aproximação não contestatória de Aristóteles tanto em relação às arbitrarias conveniências do racismo quanto do especismo.

Racismo, sexismo, especismo, colonialismo, etnocentrismo e antropocentrismo seriam, desse modo, todas derivações de um mesmo corte fundamental, aquele que separa razão e natureza, elevando a primeira sobre a segunda e denegando o caráter político dessa relação. Antes de Plumwood e de Latour, Lévi-Strauss sintetizara esse movimento em uma célebre conferência, proferida em 1962: Começou-se por cortar o homem da natureza e constituí-lo como um reino supremo. Supunha-se apagar desse modo seu caráter mais irrecusável, qual seja, ele é primeiro um ser vivo. E permanecendo cegos a essa propriedade comum, deixou-se o campo livre para todos os abusos. Nunca antes do termo desses últimos quatro séculos de sua história, o homem ocidental percebeu tão bem que, ao arrogar-se o direito de separar radicalmente a humanidade da animalidade, concedendo a uma tudo o que tirava da outra, abria um ciclo maldito. E que a mesma fronteira, constantemente empurrada, serviria para separar homens de outros homens, e reivindicar em prol de minorias cada vez mais restritas o privilégio de um humanismo corrompido de nascença por ter feito do amor-próprio seu princípio e noção (FAUSTO, 2020, p. 68).

Observações contraditórias envolvendo humanos e não humanos ganham outro olhar no decorrer dos séculos, conforme também o que já foi apresentado no primeiro capítulo, tendo

seu ápice de contestação com o veganismo, que não limita-se à relação que envolve dominantes e dominados humanos. O veganismo estende, de forma mais enfática e extensiva, consideração à relação entre dominantes humanos e dominados não humanos, que pela condição de vulnerabilidade, logo também impossibilidade de garantir a prevalência de seus interesses, dependem de uma posição humana antagônica ao especismo.

Para a maioria dos seres humanos, sobretudo os que vivem em centros urbanos e suburbanos modernos, a maneira mais direta de contato com os animais não humanos ocorre nas refeições, quando os comem. Esse simples fato está no cerne de nossas atitudes para com outros animais, e é a chave do que cada um de nós pode fazer para mudar essas atitudes (SINGER, 2013, p. 139).

O interesse predominante na relação humana com outros animais é principalmente o interesse pautado no consumo. De acordo com a organização Humane Society International (HSI) (2023), somente o número anual de animais terrestres criados e abatidos para consumo no mundo ultrapassou 92 bilhões. Isso equivale a mais de 11 vezes a população humana global.

A ideia de que, a cada semana, são mortos mais animais para consumo humano do que a somatória de homens e mulheres que perderam a vida em todas as guerras da história é quase inconcebível. [...] O historiador Yuval Noah Harari escreveu no Guardian, em 2015, que a forma como tratamos os animais na criação industrial é um dos piores crimes na história da humanidade. [...] Podemos não machucar animais com nossas próprias mãos, mas pagamos para que façam isso por nós. É o que fazemos quando compramos uma caixa de ovos, um iogurte, uma peça de filé; quando, diante de um artigo ou de um vídeo que expõe os abusos na indústria da carne e do leite, viramos a página ou fechamos a aba. [...] Sob essa perspectiva, a nossa geração, com sua mudez, é culpada de um abuso animal em escala massiva, que se dá a cada segundo de cada dia, e culpada também pela destruição do planeta causada pela exploração industrial de animais (VOORST, 2022, p. 22-24).

No Brasil, contabilizando apenas frangos, suínos e bovinos, que são os animais mais consumidos no país, foram mortos mais de 6,96 bilhões em 2022, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023). Além disso, segundo a organização Faunalytics, com base na plataforma *Fish Count* (2022), estima-se que de 790 bilhões a 2,3 trilhões de animais aquáticos são capturados e mortos por ano. Já o número de animais usados por ano em experimentos laboratoriais no mundo é de 115 milhões (HSI, 2023), embora a HSI ressalve que apenas alguns países coletam e publicam dados sobre o uso de animais para testes e pesquisas, portanto o número exato é desconhecido.

O termo “testes em animais” refere-se a procedimentos realizados em animais vivos para fins de pesquisa em biologia básica e doenças, avaliação da eficácia de novos medicamentos e testes para segurança da saúde humana e/ou ambiental de produtos

de consumo e da indústria, como cosméticos, produtos de limpeza domésticos, aditivos alimentares, produtos farmacêuticos e industriais/agroquímicos. Todos os procedimentos, mesmo aqueles classificados como “leves”, têm o potencial de causar sofrimento físico e psicológico aos animais. Muitas vezes os procedimentos podem causar muito sofrimento. A maioria dos animais é morta no final de um experimento, mas alguns podem ser reutilizados em experimentos subsequentes (HUMANE SOCIETY INTERNACIONAL, 2022).

É o uso de animais para alimentação e outros produtos, incluindo a realização de testes, que ampara a importância central do consumo no veganismo, compreendido nesse contexto como o principal meio de transformação – o que estende-se a outras formas de consumir, como o uso de animais para entretenimento, que depende de pessoas para financiá-lo. Defende-se que mudando nossos hábitos, mudamos outras realidades. E a mudança desses hábitos depende do reconhecimento de que os animais não humanos também são oprimidos por interesses humanos. “A tarefa mais urgente é convencer o máximo possível de pessoas a também assumir esse compromisso, para que o boicote se espalhe e chame a atenção” (SINGER, 2013, p. 260).

Nas críticas ao consumo de carne, ao sistema industrial e intensivo de criação de animais, e na defesa do vegetarianismo e do veganismo, é sempre destacada a dimensão de importância do consumo. Livros publicados no Brasil como “Libertação Animal”, de Peter Singer; “Jaulas Vazias”, de Tom Regan; “A Política Sexual da Carne”, de Carol J. Adams; “Comer Animais”, de Jonathan Safran Foer; “Por que Amamos Cachorros, Comemos Porcos e Vestimos Vacas”, de Melanie Joy; “Domínio”, de Matthew Scully, e “Coma com Consciência: Uma Análise Sobre a Moralidade do Consumo de Animais”, de Gary Francione e Anna Charlton, abordam isso, embora cada um com suas particularidades. São obras que têm principalmente os EUA como ponto de partida e alvo de críticas, já que são referência do consumo ocidental e visam estabelecer um diálogo que alcance também leitores de outros países, permitindo contextualizar essas práticas discursivas com suas realidades.

Há autores que visam estabelecer uma proximidade com a realidade de leitores de outros países a partir de acréscimos ou mudanças em suas obras. Isso pode favorecer uma conclusão de que são sujeitos considerados também nas suas especificidades, embora tais autores não falem a partir desses locais. O livro “Libertação Animal”, do filósofo australiano Peter Singer radicado nos EUA, lançado pela primeira vez em 1975, ganhou adições voltadas especificamente aos leitores brasileiros em 2013, assim como ocorreu com “Jaulas Vazias”, do filósofo estadunidense Tom Regan, em 2006. Isso não teria sido viabilizado se não houvesse demanda por esse tipo de publicação no país. Trigueiro (p. 245, 2013) lembra que a obra de Singer em defesa da libertação animal surge influenciada por um clima de luta pelos direitos civis nos EUA.

As duas obras discutidas no contexto dos direitos animais e do veganismo vêm de um país que, assim como o Brasil, está entre os maiores produtores de carne do mundo. Enquanto os Estados Unidos lideram a produção mundial de carne bovina, segundo o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA, 2023), o Brasil lidera as exportações de carne bovina e de frango, de acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa, 2021).

Muitos dos discursos favoráveis ao veganismo concentram-se no consumo, a partir da percepção de que viver é consumir, já que precisamos consumir para viver. Mas de que forma se dá esse consumo e quais são as implicações envolvidas? Quem é beneficiado e quem é prejudicado por nossos hábitos de consumo? O veganismo estabelece essa discussão que tem ganhado novas percepções nas últimas décadas e mais ainda na atual. Essas questões vão ao encontro também do “consumo cidadão” preconizado por Nestor García Canclini quando ele sugere repensar a cidadania em conexão com o consumo e como estratégia política.

É necessário, então, dirigir-se ao núcleo daquilo que na política é relação social: o exercício de cidadania. E sem desvincular esta prática das atividades através das quais, nesta época globalizada, sentimos que pertencemos, que fazemos parte de redes sociais, ou seja, ocupando-nos do consumo. Para vincular o consumo com a cidadania e vice-versa é preciso desconstruir as concepções que julgam os comportamentos dos consumidores predominantemente irracionais e as que somente veem os cidadãos atuando em função da racionalidade dos princípios ideológicos. [...] Repensar a cidadania como “estratégia política” serve para abranger as práticas emergentes não consagradas pela ordem jurídica, o papel das subjetividades na renovação da sociedade, e, ao mesmo tempo, para entender o lugar relativo destas práticas dentro da ordem democrática e procurar novas formas de legitimidade estruturadas de maneira duradoura em outro tipo de Estado. Implica tanto em reivindicar os direitos de aceder e pertencer ao sistema sócio-político como no direito de participar na reelaboração do sistema, definindo portanto aquilo de que queremos fazer parte (CANCLINI, 2015, p. 35 e p. 37).

2.2 Práticas discursivas mais plurais

Em novembro de 2022, mais de 80 entidades dos movimentos sociais pelos direitos animais de todo o Brasil, incluindo um grande número que promove o veganismo, assinaram uma carta aberta pedindo ao novo governo federal, iniciado em janeiro de 2023 com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela criação do Conselho Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos Animais e a realização das Conferências Nacionais de Proteção e Defesa dos Direitos Animais (SETORIAL, 2022). O pedido surgiu pela crença no diálogo e em uma maior possibilidade de reivindicações, já que em outubro de 2021 o Partido dos Trabalhadores (PT) criou o Setorial de Direitos Animais, coordenado pela professora da Universidade Nacional de Brasília (UnB) e ativista vegana Vanessa Negrini.

Não se trata de um Setorial para tratar apenas de cães e gatos, embora também sejam importantes. É um Setorial que luta pela vida das pessoas e de todos os animais, pois direitos humanos e direitos animais estão conectados. Com quase 600 mil mortos pelo coronavírus no país, é preciso lembrar que essa doença é uma zoonose, fruto da exploração predatória do ser humano contra o meio ambiente e as outras formas de vida, fruto das nossas escolhas por um modelo de produção que viola os direitos animais e favorece a propagação de doenças (SETORIAL, 2021).

A iniciativa uniu pessoas e entidades que promovem o veganismo, incluindo as citadas no primeiro capítulo, mas não compactuam do mesmo posicionamento em relação a diversas questões. Elas deixaram de lado suas diferenças pelo reconhecimento da importância de uma reivindicação nacional para a implementação de algo inédito no país. Esse também é um exemplo de como a experiência dos movimentos sociais tem levado a uma redefinição do que se entende por cidadão, não apenas em relação aos direitos à igualdade, mas também em relação aos direitos à diferença (CANCLINI, 2015, p. 36). Logo os direitos são importantes também como algo que se constrói e muda em relação a práticas e discursos.

A cidadania e os direitos não falam unicamente da estrutura formal de uma sociedade; além disso indicam o estado da luta pelo reconhecimento dos outros como sujeitos de “interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas”. [...] Os direitos são concebidos como expressão de uma ordem estatal e como “uma gramática civil” (CANCLINI, 2015, p. 36-37).

Para a psicóloga social Melanie Joy, o objetivo de todos os movimentos de justiça é ativar o testemunho coletivo para que as práticas sociais reflitam valores sociais. “Um movimento é bem-sucedido quando atinge uma massa crítica de testemunhos – isto é, testemunhos em quantidade suficiente para inclinar as balanças de poder a favor do movimento” (2021, p. 134).

Embora o movimento vegano seja um movimento que defende a libertação animal, amparado em um senso de justiça, e sendo a justiça um objetivo da política, suas práticas discursivas tornaram-se mais plurais ao utilizar argumentos como o desmatamento promovido pela agropecuária, os benefícios de uma boa alimentação livre do uso de animais e a segurança alimentar para fazer com que as pessoas repensem o consumo, assim como sugerir que outros movimentos de justiça social olhem também para a opressão não humana.

Os discursos ganham outras construções também pelo reconhecimento de que as pessoas não modificam seus hábitos pelas mesmas razões. Afinal, nem todas sentem-se motivadas pelo imperativo moral e pelas razões éticas do veganismo no antagonismo ao uso de animais, que

confronta o antropocentrismo. Isso revela um deslocamento, mas sem a necessidade de afastar-se da base, e uma percepção de que as razões podem ser variáveis se servem a um objetivo.

Lançado em 2014 nos EUA por Kip Andersen e Keegan Kuhn, o documentário “*Cowspiracy*” atraiu atenção no Brasil por abordar as implicações ambientais do consumo de alimentos de origem animal, e graças às redes sociais e às plataformas de *streaming*. No filme, que cita dados da Organização das Nações Unidas (ONU) e questiona por que as organizações que atuam em defesa do meio ambiente não estão falando sobre o custo ambiental da carne, um dos principais argumentos contra a agropecuária é o desmatamento ilegal da floresta amazônica para formação de pastagens e cultivo de grãos para alimentar animais criados para consumo. Essa prática também é financiada pela indústria da carne dos EUA e Europa, assim como seus consumidores.

Quem se beneficia e faz lobby para esse sistema agrícola são os maiores produtores de alimentos, os maiores produtores de carne. Quando eles crescem e enriquecem, eles usam o poder político que possuem para ditar as políticas federais quanto à produção de alimentos (COWSPIRACY, 2014).

O filme é pró-vegano, mas constrói seus discursos em torno do ambientalismo. Esse é um exemplo de como os objetivos e preocupações do movimento vegano interpelam não veganos de várias maneiras. Busca-se um ponto comum de consideração percebido também como uma questão de direitos humanos, já que na Constituição Federal o artigo 225 do capítulo VI, “Do Meio Ambiente”, afirma que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (2016, p. 131).

O impacto ambiental pode ser visto de maneira distinta por diversos sujeitos – uma questão humana (se consideradas as implicações na saúde, bem-estar humano e economia), uma questão não humana (se consideradas as implicações na vida silvestre e biodiversidade) e uma questão humana e não humana, que é também holística por somar as duas percepções. Essas preocupações e suas associações com exercício de cidadania e conscientização sobre direitos dependem também da dimensão de acesso às informações. Nos anos 1990, por exemplo, o acesso à educação ambiental nos países periféricos, (CANCLINI, 2015, p. 186-187), estava restrito a alguns grupos (minoritários) das classes médias e populares que puderam atualizar e sofisticar a sua informação como cidadãos, ao participar de uma segunda etapa no uso dos meios de comunicação.

De lá para cá, surgiram mudanças significativas. Conduzida pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), a pesquisa TIC Domicílios 2022 estima que no Brasil a internet faz parte da rotina de 81% dos brasileiros, o que representa 149 milhões de pessoas. “Em número absolutos, são 60 milhões de domicílios conectados, cerca de 27 milhões a mais que em 2015 (51%) quando a pesquisa começou a ser feita. [...] 92 milhões de pessoas acessam a Internet somente pelo celular” (NIC.BR, 2023).

Dos 149 milhões de usuários de Internet (a partir de 10 anos) em todo o território nacional, 142 milhões se conectam todos os dias ou quase todos os dias. Destaque para as classes A (93%) e B (91%) e, em menores proporções, nas C (81%) e DE (60%). [...] No outro extremo, cerca de 15 milhões de domicílios não possuem acesso à Internet. [...] Ao todo, 36 milhões de brasileiros não são usuários da rede (NIC.BR, 2023).

É difícil não concordar com Canclini quando ele conclui que o acesso generalizado às modalidades de comunicação é uma condição chave para desenvolver formas democráticas atuais de cidadania, ou seja, vinculadas com a informação internacional e com a capacidade de intervir significativamente nos processos de integração global e regional (2015, p. 187). Se a questão ambiental tornou-se um problema de complexidade multinacional, Canclini alerta-nos que isso requer informação que transcenda os espaços locais, exigindo ações coordenadas em uma esfera pública supranacional.

Essa percepção tem sido elevada hoje por meio das discussões sobre as mudanças climáticas, que consideram o global. Exemplo que tornou-se referencial é a realização anual da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP), um espaço de mediações envolvendo mais de 190 países, mas que tem sido motivo de controvérsias por não ter resultado nas mudanças necessárias, ainda que compromissos ambientais sejam assumidos para lidar com a crise climática. O site oficial do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) publicou em outubro de 2022 uma reportagem acompanhada de um vídeo⁴⁴, intitulada “Sem ação urgente, o mundo caminha para uma catástrofe climática”.

Por outro lado, a ONU não se comunica apenas com autoridades políticas e pessoas em posição de liderança, mas também com consumidores e cidadãos, principalmente por meio online – sites e redes sociais. Isso revela que o diálogo também precisa ser estabelecido com outros sujeitos, não limitando-se às mudanças que podem ou não ser implementadas por autoridades e ocorrer a partir da legislação e de políticas públicas.

⁴⁴ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=mCkUcJUuCPE>

Em março de 2020, a ONU, que já foi criticada por oferecer carne e outros alimentos de origem animal em seus eventos sobre as mudanças climáticas, disponibilizou um vídeo em seu canal no YouTube, e repercutido em outras plataformas e redes sociais, intitulado “ONU: a pecuária ameaça o clima global”⁴⁵: “Em relação às mudanças climáticas, a principal causa do aumento das emissões dos gases do efeito estufa é a criação de animais para alimentação”, é afirmado no vídeo. Esse tipo de conteúdo é favorável ao movimento vegano porque fortalece o discurso de oposição ao consumo de animais, endossando determinados questionamentos.

Por exemplo, se a criação de animais para alimentação tem gerado problemas ambientais, consumidores e cidadãos devem somente aguardar uma solução das autoridades ou também podem participar do processo resolutivo por seus próprios meios, como repensar o consumo? Também para refletir a respeito, podemos partir da observação de Canclini (2015, p. 35) de que ao selecionarmos os bens de consumo e nos apropriarmos deles, definimos o que consideramos valioso, bem como os modos com que nos integramos e nos distinguimos na sociedade. Mas qual é o custo real disso?

Em julho de 2020, no artigo “*How to feed 10 billion people*”, que fala sobre como alimentar a população mundial quando chegarmos a 10 bilhões de pessoas, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) destacou que uma dieta à base de vegetais, ou seja, sem alimentos de origem animal, requer menos uso de terra, produz menos gases de efeito estufa e exige menos uso de água. “Além de também desempenhar um papel importante na redução de doenças crônicas – como doenças cardíacas, derrames, diabetes e câncer – e de custos associados a tratamentos e perda de renda” (2020).

O Pnuma apresenta motivos para a abstenção do consumo de alimentos de origem animal pelas preocupações que enseja em relação ao meio ambiente e à saúde. São informações que sinalizam que um indivíduo, também consumidor, e a partir de uma decisão pessoal e ao mesmo tempo política, pode fazer a sua diferença ponderando sobre as próprias possibilidades de ir ao encontro dessa mudança se a considera séria e relevante. Embora o objetivo do veganismo seja centrado na libertação animal, uma mudança de dieta, mesmo que não tenha uma motivação ética e que uma pessoa não tenha intenção de tornar-se vegana, costuma ser vista como pragmaticamente favorável, como podemos reconhecer também a partir de uma observação feita pelo filósofo utilitarista Peter Singer:

A pesada ênfase das nações afluentes na criação de animais para o consumo envolve um desperdício alimentar várias vezes maior do que a quantidade de alimento

⁴⁵ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ni1ppWDKMnk>

produzido. Deixando de criar e matar animais para a alimentação, poderíamos dispor de uma quantidade de comida para os seres humanos que, apropriadamente distribuída, eliminaria a fome e a desnutrição em nosso planeta. A libertação animal também é uma libertação humana (SINGER, 2013, p. 440).

O apelo à questão humana é também uma forma de atrair atenção de quem não se importa com o uso de animais para consumo. Por outro lado, quem se sente afetado pela circulação de informações desfavoráveis à agropecuária visa influenciar a percepção do consumidor preocupado com o meio ambiente. Em seu site oficial⁴⁶, a JBS, que se identifica como a maior empresa de proteína animal do mundo, com unidades de produção e escritórios nas Américas, Ásia, África e Oceania, disponibiliza publicações que, também impulsionadas pela empresa por meio das redes sociais, visam convencer o consumidor de sua preocupação com o meio ambiente já a partir dos títulos: “JBS participa de roadmap setorial para limitar aquecimento global” (Figura 1 - abaixo), “JBS firma parceria para reduzir as emissões de metano na cadeia bovina”; “Net Zero 2040: conheça as ações e as iniciativas do nosso compromisso global”; “Juntos estamos mostrando que produzir e preservar na Amazônia é possível” e “Promover o desenvolvimento sustentável do bioma amazônico é um dos compromissos da JBS” (figura 2). O apelo estético no uso do verde na página principal e uma guia fixa intitulada “sustentabilidade” se propõem a reforçar isso.

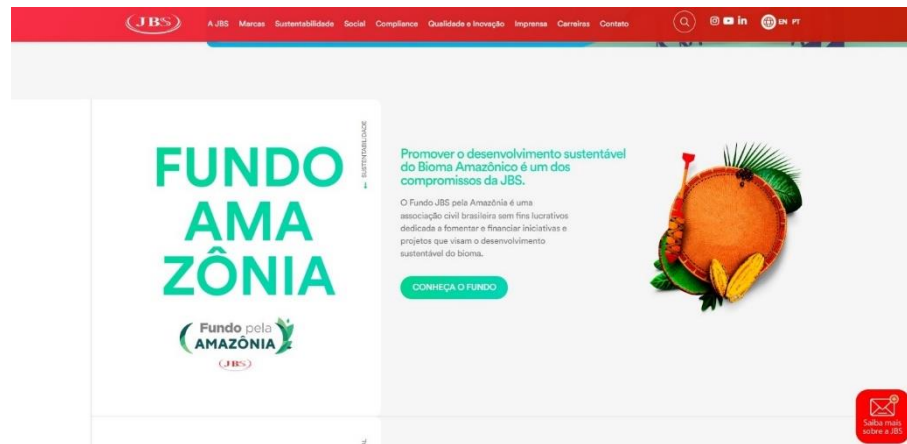
Figura 1 – Página principal do site da JBS



Fonte: JBS. Disponível em: <https://jbs.com.br>. Acesso em: 10 out. 2022

⁴⁶ <https://jbs.com.br>

Figura 2 – Página principal do site da JBS



Fonte: JBS. Disponível em: <https://jbs.com.br>. Acesso em: 10 out. 2022

Em 2021, a ONG internacional Mighty Earth publicou o relatório *“The Mighty Earth Soy and Cattle Deforestation Tracker”*, associando a JBS a 42.538 mil hectares de desmatamento ilegal da Amazônia e do Cerrado para fins agropecuários. Em outro relatório, *“The Boys From Brazil: How JBS became the world’s largest meat company – and wrecked the climate to do it”*, publicado em abril de 2022, a ONG afirma que a JBS foi responsável por cerca de 1,5 milhão de hectares de desmatamento em suas cadeias de fornecimento indiretas no Brasil desde 2008. Também declara que a empresa tem quebrado repetidamente suas promessas de zerar sua contribuição ao desmatamento. Já em outubro de 2022, a relação da JBS com o desflorestamento nesses biomas deu origem ao relatório *“Floresta Racionada”*, da ONG Repórter Brasil.

A investigação jornalística encontrou evidências de que fornecedores de soja da Bunge e da Amaggi – que, por sua vez, vendem grãos para a JBS e sua subsidiária Seara Alimentos – desmataram áreas na Amazônia, em desacordo com os princípios da Moratória da Soja, e no Cerrado, para dar lugar a suas atividades agrícolas. Produtores de milho que vendem diretamente para o frigorífico também produziram em fazendas irregulares, inclusive propriedades com embargos (REPÓRTER BRASIL, 2022).

O relatório da ONG já não se restringe à JBS e torna-se mais relevante ao movimento vegano ao enfatizar que *“o apetite global por carne e sua relação direta com a produção de grãos cobra um preço ambiental alto”*, porque reconhece que o desmatamento ilegal apontado depende de uma motivação associada ao lucro, mas o lucro só existe se houver consumo.

No Brasil, a pecuária bovina na Amazônia e as lavouras de soja e milho no Cerrado, cultivadas principalmente para servir de base para a alimentação de frangos, porcos e

outros animais, estão entre os principais vetores do desmatamento. Colocam em risco ecossistemas singulares. O país concentra a maior parte de suas lavouras de soja no estado do Mato Grosso. Vastas extensões de milho também são plantadas lá, sobretudo no inverno. Trata-se da unidade da federação com maior volume de consumo de agrotóxicos (REPÓRTER BRASIL, 2022).

A carne é o principal produto que antagoniza a libertação animal reivindicada pelo movimento vegano, já que é o que mais motiva a morte de animais nas relações de consumo. No Brasil, a empresa mais representativa dessa realidade é a JBS, que ocupa posição de destaque não apenas no cenário nacional, mas também global. Logo a exposição dos impactos negativos da empresa e suas subsidiárias é também simbólico do impacto da produção de carne em grande escala.

Concordamos com Canclini quando ele faz uma observação positiva ao avaliar que os movimentos ecológicos e as organizações não governamentais podem desempenhar formas de solidariedade política nacional e transnacional apropriadas ao exercício de cidadania em um mundo globalizado (2015, p. 49), justificadas pela necessidade de exposição de realidades que demandam uma ampliação da percepção de cidadania. Afinal, o êxito desses movimentos e organizações depende também do apelo popular, do quanto suas ações são endossadas por uma parcela da população que seja significativa o suficiente não apenas para reivindicar como assumir o compromisso de gerar transformações.

Se o diálogo com o poder público é importante, ele só assume essa importância se antes for reconhecido como importante por um número significativo de pessoas. Por outro lado, é preciso ter cuidado para que os movimentos não se “adaptem demais às culturas de suas sociedades”, porque, como alerta-nos o sociólogo Sidney Tarrow (2009, p. 144), isso resultaria na perda do poder de oposição.

Os movimentos sociais muito alienados das instituições se arriscam ao isolamento e sectarismo; mas aqueles que colaboram demais com elas e absorvem suas rotinas institucionais podem tornar-se imbuídos de sua lógica e de seus valores. Este é um perigo que observamos no caso nas redes transnacionais de ativismo, que frequentemente são chamadas de "movimento" e recebem ajuda financeira de fundações, estados nacionais e organizações internacionais. Se elas irão fortalecer movimentos domésticos fracos ou permanecer como redes de elite desconectadas é uma grande questão [...] (2009, p. 259)

Hoje no Brasil ainda é predominante a crença de que o combate ao desmatamento depende somente do governo. Apenas algumas organizações e movimentos específicos, como o vegano, não se limitam a expor as irresponsabilidades e negligências governamentais, chamando a atenção também para o poder que o cidadão possui de contestar essas consequências por meio do consumo – o que faz do boicote aos produtos de origem animal uma

ação política. A não associação do consumo com o desmatamento, por exemplo, tem relação com o que é alertado por Tarrow (2009), que é também um ponto criticado em “*Cowspiracy*” (2014). O documentário expõe como diversas ONG ambientalistas recusaram-se a fazer críticas ao impacto da produção e consumo de carne. Isso ocorre ainda hoje, e exatamente pelo que Tarrow define como uma adaptação aos valores institucionais das estruturas dominantes. Também pode ser resultante do financiamento de determinadas entidades.

Logo defender determinadas causas, quando envolve financiamento, levará também a conflitos. Se esses conflitos são prejudiciais ao que é inegociável para promover uma transformação, como o que dá razão à existência de determinadas ONG, ou pelo menos deveria dependendo das mudanças que elas propõem, então essas entidades tornam-se ineficazes e aparelhadas ao *statu quo*. A questão então é avaliar até que ponto ser financiado, e para que se tenha um relevante impacto, deve ser aceitável, para que as ações não sejam voltadas para resultados superficiais.

Na grande mídia, o que se vê com frequência são publicações de matérias com dados sobre o desmatamento que quando se propõem a informar o leitor pode fazê-lo refletir sobre uma boa ou má escolha política enquanto eleitor, mas sem intenção de fazê-lo ponderar sobre o seu próprio consumo. Também não significa que não seja possível, se o próprio leitor também pode fazer conexões a partir do que lê. Afinal, o receptor não é um simples decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem, mas também um produtor (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 289), já que sua interpretação permite uma construção. Além disso, motivá-lo a repensar a respeito, como ocorre por meios alternativos, externando uma associação, é uma forma de evocar uma ação pelo que é possível de ser praticado e contestado, embora o alcance não seja o mesmo em comparação com veículos que dispõem de mais recursos.

A impressão também em relação à divulgação de informações, como as que resultam do que é investigado e coletado por organizações e coletivos, depende da percepção que se tem dessas entidades. Canclini observou décadas atrás que as massas e os setores politizados sentiam pouca atração pelas estruturas internacionais das ONG e dos movimentos ecológicos (2015, p 49). Hoje, embora isso tenha mudado, não é possível dizer que não haja resistência, principalmente quando há uma defesa do situacionismo e/ou de uma agenda contrária ao que propõe essas entidades. Porém também não significa que mesmo em relação ao meio ambiente e a vida silvestre todas tenham as mesmas preocupações e o mesmo rigor contestatório.

Críticas também se voltam à ineficiência na produção de alimentos e insegurança alimentar, já que somente no Brasil, onde a área total de agricultura mapeada chegou a 55

milhões de hectares em 2020, 36 milhões são de soja, segundo dados do MapBiomass (2021), uma ferramenta do Observatório do Clima. Essa realidade coincide com uma crítica feita por Peter Singer:

O mundo produz comida em abundância para alimentar toda sua população, e, segundo algumas estimativas, teria condições de alimentar dez vezes mais gente. As pessoas passam fome não porque sejam muitas, mas por causa da distribuição desigual da terra e da exploração dos países pobres pelo sistema político e econômico internacional em benefício dos ricos. O mundo, de fato, produz o suficiente para alimentar seus habitantes. Na verdade, desperdiçamos uma quantidade imensa de soja e grãos com a alimentação de animais, dos quais obtemos, em contrapartida, apenas uma pequena fração do valor nutritivo do alimento vegetal que utilizamos para engordá-los. A quantidade de grãos que investimos na alimentação de animais bastaria para dar a todas as 1,4 bilhão de pessoas que hoje vivem na pobreza absoluta mais de duas vezes as calorias de que precisam (SINGER, 2018, p. 308).

Globalmente, 79% da produção de soja é destinada à nutrição animal, de acordo com a organização WWF-Brasil (2023). O Brasil é o maior produtor e exportador de soja, segundo a Embrapa (2023). Ou seja, o país utiliza muitas de suas áreas agrícolas para produzir grãos para alimentar animais criados para fins alimentícios. Não apenas no Brasil, mas também nos EUA, Europa e China. Esses animais precisam ser bem alimentados porque disso depende a conversão de suas carnes em lucro. Ao mesmo tempo, a fome no Brasil atingiu 33,1 milhões de pessoas em 2022, conforme levantamento da Oxfam Brasil (2022). Esses dados expõem as contradições do atual sistema alimentar, que supervaloriza a proteína animal, antagonizado pelo movimento vegano.

Encontramos outro exemplo a partir da organização europeia ProVeg International em que a exploração animal é associada ao impacto na vida humana, remetendo também a uma outra consideração:

Muitas pessoas do Sul Global são marginalizadas em sistemas alimentares intensificados por causa do apetite excessivo e pela pressão por maiores lucros no Norte Global. O consumo excessivo de produtos de origem animal nessas sociedades é facilitado pelos atuais sistemas alimentares industrializados e centrados em animais que exploram o Sul Global como fonte de nutrição animal e inundam os mercados locais com exportações incrivelmente baratas (PROVEG, 2022, tradução nossa)⁴⁷.

A produção de sentido político no consumo pode ser reconhecida quando alimentos e outros produtos são escolhidos não apenas por um gosto, uma predileção ou preço (que

⁴⁷ Many people in the Global South are marginalised in intensified food systems because of the excessive appetite and push for higher profits in the Global North. Overconsumption of animal-based products in those societies is facilitated by current industrialised, animal-centric food systems that exploit the Global South as a source for animal feed and swamp local markets with incredibly cheap exports.

relaciona-se também à questão social), mas também pelas considerações que envolvem os custos não monetários desses produtos, como ocorre a partir do veganismo. Ou seja, que vai além do preço disponível ao consumidor. O olhar para o produto é também sobre o que ocorreu antes que estivesse disponível e o que permitiu que estivesse disponível. É sobre ponderar quais são os custos que não são informados e podem não ser indagados pelos consumidores.

O consumo não é apenas reprodução de forças, mas também produção de sentidos: lugar de uma luta que não se restringe à posse [...], pois passa ainda mais decisivamente pelos usos que lhes dão forma social e nos quais se inscrevem demandas e dispositivos de ação provenientes de diversas competências culturais (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 292).

O sentido do consumo pode mudar de acordo com as informações que recebemos, como as compreendemos e de que forma isso impacta na nossa maneira de consumir. “Proponho reconceituar consumo [...] como espaço que serve para pensar, e no qual se organiza grande parte da racionalidade econômica, sociopolítica e psicológica nas sociedades” (CANCLINI, 2015, p. 14).

No veganismo, o consumo é articulado pela defesa de que o que consumimos não deve ser somente sobre nós, mas também sobre os outros, como impactamos em seus interesses, direitos e liberdades. No entanto o veganismo não é percebido apenas de uma forma, e a ideia do sujeito vegano é variável. No livro “Jaulas Vazias”, o filósofo Tom Regan, referência na defesa dos direitos animais e da libertação animal, definiu veganos como pessoas que têm uma dieta que exclui alimentos de origem animal.

Embora uma dieta possa ter motivação ética e política, a percepção do vegano como o sujeito que tem uma dieta sem alimentos de origem animal é incompleta se considerada a definição do veganismo pela Vegan Society (2022) já na década de 1940, sobre o “princípio da emancipação dos animais da exploração”, e não apenas na alimentação, mas também para “trabalho, caça, vivissecção e todos os outros usos que envolvam a exploração da vida animal”.

Hoje o termo “vegano” é utilizado também sem relação com a definição do veganismo, como uma palavra que identifica alguém que, independentemente das razões, está seguindo uma dieta sem alimentos de origem animal. Mas se o veganismo se opõe à exploração animal, e uma pessoa é identificada como vegana por uma motivação estritamente pessoal, identificá-la como vegana não trivializa o seu sentido original?

Essa é uma questão controversa. Por um lado, o uso do termo “vegano” favorece sua popularização e uma maior circulação de informações com o uso da palavra, podendo instigar curiosidade e interesse, fortalecendo ainda mais a percepção do crescimento do veganismo. Por

outro, essa mesma popularização pode ser vista como uma banalização se “vegano” passa a ser uma forma genérica de se referir a alguém que não alimenta-se de animais por qualquer razão, e sem considerar outros consumos fora da dieta.

A campanha Veganuary, por exemplo, que começou na Inglaterra com a ONG Veganuary e desde 2021 é realizada também no Brasil, convida pessoas a adotarem uma dieta à base de vegetais por um mês. Oferece instruções sobre como fazer isso e define em seu site oficial a experiência como “experimentar o veganismo”. Porém, embora centrada na promoção de uma dieta, o que pode levar a uma conclusão de que o veganismo é sobre um consumo que restringe-se à alimentação, a campanha não dissocia-se dos objetivos do veganismo:

Nossa visão é simples: queremos um mundo vegano. Um mundo sem fazendas de produção animal, granjas e abatedouros. Um mundo no qual a produção de alimentos não destrua florestas, polua rios e oceanos, acentue as mudanças climáticas, ou leve populações de animais silvestres à extinção (VEGANUARY, 2022).

Isso também não significa que todo mundo que participa da campanha tem o mesmo interesse da Veganuary, já que pessoas podem participar do desafio apenas para experimentar uma dieta à base de vegetais sem compartilharem os objetivos da iniciativa. Também não significa não contribuir com os objetivos, se essas pessoas decidem continuar não consumindo alimentos de origem animal independentemente das razões. Assim resultados favoráveis podem ser possibilitados mesmo quando há um conflito de sentidos.

2.3. Definições e interpretações sobre ser vegetariano, vegano ou *plant-based*

Podemos refletir sobre alguns pontos históricos para entender por que muitas pessoas podem ter uma percepção do veganismo restrita à dieta. Durante muito tempo e ainda hoje muitas pessoas referem-se a vegetarianos como pessoas que apenas não comem carne, que é uma percepção importada da Inglaterra, com a fundação da Sociedade Vegetariana.

Até 1847 e a tímida cunhagem da palavra ‘vegetariano’, a palavra mais comum para designar aqueles que não comiam animais era ‘pitagórico’. Como acontece com muitos outros movimentos de reforma, autodenominar-se por meio da cunhagem da palavra ‘vegetariano’ foi um importante marco (ADAMS, 2018, p. 125).

A designação “pitagórico” é uma referência ao filósofo Pitágoras na sua defesa da abstenção do consumo de animais, citado no primeiro capítulo, evidenciando também sua destacável influência em comparação a outros defensores dessa mesma abstenção até o século XIX no Ocidente. Peter Singer, autor de “Libertação Animal”, também reconhece como

vegetariano quem apenas não come carne, embora laticínios e ovos, por exemplo, não sejam de origem vegetal, e por isso existe o termo “ovolactovegetariano”.

Como as palavras ‘vegetariano’ e ‘vegetal’ têm a mesma raiz, essas pessoas dizem que devemos ingerir apenas alimentos de origem vegetal. Essa crítica é historicamente imprecisa. O termo ‘vegetariano’ passou ao uso comum depois da criação da Sociedade Vegetariana, na Inglaterra de 1847. Como as regras dessa sociedade permitiam, e permitem, o uso de ovos e leite, o termo ‘vegetariano’ passou a ser aplicado aos que utilizam esses produtos de origem animal (SINGER, 2013, p. 257).

A posição de Singer coincide com a de Regan (2006) ao declarar que “reconhecendo esse *fait accompli*⁴⁸ linguístico, os que não comem carne, nem ovos, nem leite e seus derivados denominam-se ‘veganos’” (2013, p. 257). “Esse aspecto, no entanto, não é importante. O que devemos perguntar é se o uso desses produtos se justifica, do ponto de vista moral.”

Falar em veganos evocando somente uma dieta ignora a diferença em relação ao vegetarianismo estrito – uma forma mais enfática dentro do vegetarianismo de ressaltar uma alimentação vegetariana como a que exclui alimentos de origem animal. Também pode não ter motivação ética e política, já que ser vegetariano, mesmo identificado como estrito, e a não ser que alguém identifique-se como vegetariano ético, o que coincide com o “ponto de vista moral” apontado por Singer (2013), resulta em significados diversos que podem ser baseados em saúde, espiritualidade, religião ou repulsa por produtos animais.

Uma dieta sem alimentos de origem animal é referenciada também como dieta vegana, com pessoas que a adotam sem serem veganas ou que não identificam-se como veganas porque a mudança concentra-se apenas na dieta. Também pode ter uma motivação somente particular ou desconectada dos anseios pela libertação animal que voltam-se às bases do veganismo. Falar em dieta vegana também tem sido motivo de controvérsias porque há quem discorde do uso do termo, mesmo que a dieta seja livre de alimentos de origem animal.

Isso ocorre porque adotar a “dieta vegana”, na perspectiva discordante, leva à conclusão de que o veganismo pode ser visto de forma reducionista como uma escolha dietética, ou que uma pessoa que a segue pode ser definida como vegana, por si mesma ou pelos outros, ainda que não tenha uma preocupação envolvendo animais; ou que não considere outros tipos de consumo envolvendo animais, sejam produtos ou práticas. Outra oposição surge pela crença de que as associações com o veganismo, incluindo termos variantes como vegano ou vegana, devem ser atribuídos somente a pessoas, não a uma dieta, alimentos, produtos, empresas etc.

⁴⁸ Fato consumado.

Veganos podem se referir à própria alimentação de forma bem diversa, como dieta vegana, vegetariana estrita, à base de vegetais, à base de plantas. As duas últimas são traduções livres do termo em inglês “*plant-based*”, que surgiu nos EUA, e que também é utilizado em muitos países, incluindo o Brasil. Outros dão preferência a termos que não dieta vegana porque não querem consumir alimentos de origem animal, mas também não querem ser definidos como veganos. O motivo pode ser variável: porque não são veganos, não se identificam com o veganismo ou porque, embora compartilhem dos objetivos do veganismo, interpretam como indissociável de uma pressão ou cobrança a ideia de pertença a um movimento.

Mas uma pessoa também pode dizer que segue uma dieta vegana, se é sobre a exclusão de alimentos de origem animal e livre do uso de animais, já que o sentido do termo e seu uso dependem tanto de não consumir alimentos de origem não animal como de uma preocupação com o não uso de animais na produção desses alimentos. Ou seja, não ter na alimentação produtos que envolvam testes em animais ou algo de origem animal que não seja ingrediente, porém tenha sido usado em alguma etapa do processo de fabricação.

A diferença para uma dieta vegetariana estrita está nisso, em considerar outros processos que envolvem o uso de animais na alimentação e não somente como alimentos ou ingredientes. Já uma preocupação que leve a uma prática que vá além da alimentação, envolvendo outros tipos de consumo, permite que essa pessoa seja definida como vegana, mesmo que ela não se identifique como vegana. Assim o termo também é usado como uma forma de simplificação desse conjunto de abstenções se a motivação é a oposição ao uso de animais.

Essas diferenças convergem à observação de Canclini, de que “nada disso existe ou se transforma a não ser porque os homens se relacionam e constroem significados em sociedade” (2015, p. 34). Já os termos “*plant-based*” e “à base de vegetais” não têm em si uma conotação ética e/ou política, embora isso não signifique que não sejam também usados controversamente como um tipo de sinonímia para ou por veganos.

O termo *plant-based* foi criado em 1980 nos Estados Unidos pelo bioquímico Thomas Colin Campbell, da Universidade Cornell, que explica no site do *Center for Nutrition Studies* que optou por *plant-based* na falta de um termo melhor.

Ainda hoje evito as palavras com 'V' porque a maioria dos vegetarianos consome muitos alimentos de origem animal (como laticínios e peixes) e gordura total. Veganos tendem a consumir muitos alimentos processados e gordura total. Acrescentei “integral” à minha nomenclatura “*plant-based*” um pouco mais tarde, a fim de evitar a ideia de que nutrientes isolados (como em suplementos) e/ou fragmentos de

alimentos vegetais (carboidratos refinados, açúcar e farinha branca) transmitiam saúde (CAMPBELL, 2019, tradução nossa).⁴⁹

A observação de Campbell é controversa porque uma pessoa não pode se identificar como vegetariana se consome peixe, mesmo na concepção de quem reconhece como vegetariano quem apenas não consome carne. Por isso, usa-se hoje o termo pescetariano (para quem come peixe e não outros animais). Também devemos considerar que sua avaliação de consumo leva em conta a realidade nos EUA, onde o alto consumo de alimentos processados e ultraprocessados é indissociável do capitalismo, que aproxima mais os consumidores dos produtos industrializados do que naturais ou mais naturais. Ademais, ser vegano não é uma questão de saúde, o que não significa que deva-se generalizar, como ele fez na valorização do termo criado por ele, que veganos não se preocupem com a saúde ou não tenham uma alimentação saudável.

O que vemos nisso também é uma preocupação em defender o sentido do próprio termo criado por ele, já que tanto nos EUA quanto no Brasil é comum pensar em veganos também como pessoas que têm uma alimentação saudável, mesmo que isso não seja uma regra. Isso ocorre pela associação comum e crescente envolvendo o uso de vegetais na alimentação como mais saudável, e na contraposição do uso de carnes e outros produtos de origem animal como em uma crescente associação com o que não é saudável.

Uma conclusão lógica sobre a afirmação de Campbell é que, como o veganismo não surgiu para ser um movimento sobre saúde, a criação do termo *plant-based* surge para estabelecer de forma enfática essa distinção. Mas, como o próprio autor observa, ele já não usa o termo *plant-based*, mas *whole food plant-based diet*, ou seja, uma dieta à base de alimentos vegetais integrais, que ganha a sigla “WFPBD”.

Como o termo *plant-based* pode ou não ser interpretado da forma que T. Colin Campbell deseja, o seu distanciamento do termo *plant-based*, a partir da criação de outro termo, converge com uma preocupação em ser mais específico sobre o seu ideal *plant-based*, já que ele reconhece que o termo não se restringe aos limites que ele estabeleceu. O mesmo pode ser observado em relação ao conflito envolvendo o termo “vegetariano”, conforme trazemos na acusação de apropriação feita por Peter Singer (2013).

⁴⁹ Still today, I avoid the ‘V’ words because most vegetarians consume too much animal based foods (such as dairy and fish) and total fat. Vegans tend to consume too much processed food and total fat. I added “whole” to my “plant-based” nomenclature a little later, in order to avoid the idea that isolated nutrients (as in supplements) and/or plant food fragments (refined carbohydrates sugar and white flour) conveyed health.

O Dicionário Cambridge (2024) define uma dieta *plant-based* como uma dieta sem qualquer alimento de origem animal ou predominantemente à base de vegetais. Na medicina, a dieta *plant-based* tem sido citada como uma dieta que exclui alimentos de origem animal e que consiste no mínimo de alimentos processados e na priorização de grãos integrais (OSTFELD, 2017), o que condiz mais com o segundo termo criado mais tarde por Campbell, na especificidade que ele argumenta não existir em *plant-based*.

Mesmo que o autor tenha apontado problemas no termo *plant-based*, foi o que se popularizou. Hoje a percepção de *plant-based* é bem diversa, e diz respeito não apenas à dieta, que pode ser pensada ou não como uma dieta que prioriza alimentos integrais e menos industrializados, mas também produtos, incluindo os altamente industrializados, além de ser reconhecido como uma identidade e estilo de vida. No Brasil, assim como nos EUA e na Europa, o termo *plant-based* também tem sido usado pelo mercado nos rótulos de produtos de origem vegetal, como os comercializados como alternativas aos produtos de origem animal.

Figura 3 – Creme de leite *plant-based* da marca NoMoo



Fonte: NoMoo. Disponível em: <https://www.instagram.com/nomoo>. Acesso em: 11 out. 2022

Figura 4 – Chocolate *plant-based* da marca Harald



Fonte: Abad. Disponível em: <https://distribuicao.abad.com.br/lancamentos/harald-lanca-chocolate-plant-based>. Acesso em 11 out. 2022

Figura 5 – Carne de frango vegetal da marca Verdali



Fonte: Vegsim. Disponível em: <https://www.vegsim.com.br/tiras-sem-frango-verdali-230g>. Acesso em: 11 out. 2022

O uso do termo prescinde do reconhecimento de um produto como saudável ou não saudável, sendo reduzido à simplificação de que ser *plant-based* é ser de origem vegetal, não impedindo outras percepções ou associações, independentemente do interesse mercadológico e sua atribuição de sentido ao produto. No exemplo das “Tiras Sem-Frango”, da marca Verdali (Figura 5), que é uma alternativa à carne de frango, recorre-se também ao impacto ambiental para motivar o consumidor não apenas a adquirir o produto, mas a fazer uma transição para

uma dieta *plant-based*. Há uma promoção de que adotá-la é reduzir o seu impacto ambiental, além, claro, de ser benéfico para a empresa em sua intenção de estimular o consumidor a optar por proteínas de origem vegetal em vez de animal – que é o objetivo ao oferecer tal produto para obter lucro. O sentido de *plant-based* nesse exemplo visa uma conclusão de que essa dieta tem uma significação que vai além do que foi definido por T. Colin Campbell, e pelos novos sentidos que são atribuídos, ao deslocar-se do individual para o coletivo – do que é dietético, visando um interesse pessoal, ao ambiental.

Há veganos que também identificam-se como *plant-based*, em referência à própria alimentação, à base de vegetais. Outros não usam o termo *plant-based*, por ser mais um termo importado, por seu anglicismo, já que *plant-based* tem uma pronúncia que também dificulta sua popularização no Brasil. Também pode soar distanciado de um conceito popular, parecer um “aburguesamento”, ou porque ser *plant-based* não é o mesmo de ser vegano. Afinal, a origem do termo *plant-based* é baseada em dietética e saúde, como destacado pelo próprio autor, enquanto o veganismo volta-se, desde a concepção do termo, para a oposição à exploração animal. Um produto, por exemplo, pode ser *plant-based* e não vegano se for à base de vegetais, contudo testado em animais.

Ter uma dieta *plant-based* também não significa necessariamente ter uma preocupação de não adquirir um produto alimentício de origem vegetal que tenha um ingrediente testado em animais, a não ser que o consumidor seja vegano ou não seja, mas tenha essa preocupação. O *plant-based*, seja adotado como dieta ou como identidade, pode não ter relação alguma com o combate à exploração animal que motivou o surgimento do veganismo, ao mesmo tempo que pode ter. Porém, tendo, já não é sobre o sentido do termo e suas variantes, e sim sobre a conciliação feita pelo indivíduo nas suas práticas de consumo.

Os termos “*plant-based*”, “à base de vegetais” e “à base de plantas”, entre outros similares, ao mesmo tempo em que podem ser usados como meios de dissociação com o veganismo também são meios de convergência – já que a abstenção do consumo de alimentos de origem animal é favorável aos objetivos do veganismo. Contudo a preocupação em relação à ausência de motivação ética e política nesse consumo surge quando essas ausências são vistas como algo que possa mais facilmente fazer com que uma dieta sem alimentos de origem animal seja adotada apenas de forma temporária, até que alguém decida adotar outra dieta ou voltar a anterior.

Uma pesquisa divulgada em seu site pela organização Veganuary, que também atua no Brasil, revelou que em 2023, dos mais de 700 mil participantes de 228 países e territórios que se inscreveram em seu site no desafio de janeiro para “experimentar o veganismo” por meio de

uma mudança na dieta, 24% decidiram continuar para “aprender mais sobre o veganismo”, enquanto 19% decidiram continuar por questões de saúde.

Embora o percentual seja comemorado pela entidade, isso mostra também que a maioria que decide receber instruções sobre como experimentar essa mudança não dá continuidade após um mês de adoção de uma dieta sem alimentos de origem animal. Não há resposta única para o que motiva a desistência, já que isso é variável, e não apenas em relação à campanha da Veganuary. Motivações superficiais para uma experiência de transição, como uma falta de motivação ética-política ou a crença em uma desconexão com a própria realidade, não deixam de levar à conclusão de que podem facilitar a desistência.

“Experimentar o veganismo” pela saúde também é controverso, se o veganismo, por definição, não é sobre saúde. Se alguém o faz pela saúde, provavelmente a percepção que se tem do veganismo limita-se à dieta, o que não significa não contribuir com os objetivos do veganismo ao não consumir alimentos de origem animal. Mas crer que alguém pode ser vegano por qualquer motivo, desde que tenha uma dieta sem alimentos de origem animal, promove a ideia de que ser vegano não precisa ser definido por seu sentido original. Ainda hoje isso é bastante controverso.

A associação do veganismo com saúde também entra em conflito com a justificativa de T. Colin Campbell para um novo termo em substituição ao termo *plant-based*. Apesar das suas críticas que o motivaram a criar um termo dissociado⁵⁰ de vegetarianos e veganos, hoje a dieta *plant-based*⁵¹ não é apenas associada aos benefícios à saúde, principalmente pela ideia de uma alimentação mais rica em vegetais, como também a alimentação de veganos, como alternativa aos termos “dieta vegana” ou “dieta vegetariana estrita”.

Contudo, como observado antes, o uso pode não ser preciso porque *plant-based* não baseia-se, por definição, em uma motivação ética. Então essa dieta essencialmente é sobre não consumir alimentos de origem não animal, assim como a dieta vegetariana estrita, e não sobre outros usos de animais que podem ocorrer na produção de alimentos e que são evitados e antagonizados por veganos.

Outro exemplo de como o *plant-based* pode deslocar-se do pessoal para o coletivo, também não restringindo-se ao que é sobre saúde, é a campanha *Plant Based Treaty* ou Tratado de Base Vegetal. A iniciativa que também é promovida no Brasil mantém o site plantbasedtreaty.org e, ao usar como argumento que uma alimentação à base de vegetais causa menos impacto ambiental, pede o apoio de indivíduos, organizações, empresas e municípios ao

⁵⁰ Que fosse um aperfeiçoamento de *plant-based*

⁵¹ Também citada no Brasil como dieta à base de vegetais, à base de plantas ou de base vegetal.

objetivo de “colocar os sistemas alimentares no centro do combate à crise climática”. Segundo o tratado, a iniciativa visa “travar a degradação generalizada de ecossistemas críticos causada pela agricultura animal [agropecuária], promover uma mudança para dietas mais saudáveis e sustentáveis baseadas em plantas e inverter ativamente os danos causados às funções planetárias, aos serviços ecossistêmicos e à biodiversidade” (2022).

Nesse caso, *plant-based* ganha uma dimensão política e também ganha outra abrangência quando o tratado pontua, além de citar dados do Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que “a agricultura animal está a conduzir o roubo de terras indígenas na Amazônia, sujeitando as comunidades racial e eticamente marginalizadas a quantidades desproporcionadas de resíduos tóxicos de explorações fabris e matadouros, bem como expondo os trabalhadores a produtos químicos tóxicos, condições de trabalho perigosas e traumas graves” (2022). Essa crítica em forma de denúncia é estabelecida também pela importância que o Brasil ocupa como fonte de produtos animais e grãos para alimentar animais criados para fins alimentícios em muitos países, coincidindo com o que já foi apresentado sobre o seu papel como grande exportador.

O que também comprova que quem promove os direitos animais e o veganismo recorre a uma pluralidade de discursos é que a ativista Anita Krajnc, que é a diretora global da campanha *Plant Based Treaty*, é mais conhecida no meio vegano por seu trabalho com o movimento internacional Animal Save, que expõe a realidade dos animais criados para consumo. Mas por meio desse tratado é estabelecida uma outra interação com autoridades e com a população, porque os motivos para uma mudança voltam-se para as consequências para o meio ambiente e também como consequências para os humanos.

Mesmo que o apelo a uma mudança de hábitos para desacelerar as mudanças climáticas seja considerado por outros sujeitos somente pela preocupação de como isso pode prejudicá-los, se isso leva a uma mudança de hábitos também favorece o que está na oposição da exploração animal. O tratado então surge pelo reconhecimento de que determinadas mudanças não são possíveis sem recorrer a outros argumentos, sem pluralizá-los, assim estabelecendo uma maior possibilidade de consideração envolvendo o maior número possível de sujeitos. Logo quem defende ou promove o veganismo percebe que as mediações e negociações podem ou devem ocorrer também sob outras formas, se são essas formas que geram uma aproximação com sujeitos que não seriam motivados de outra forma. Até porque um primeiro contato e uma mudança que possa ocorrer, independentemente de motivação, não deixa de levar a uma possibilidade de um outro tipo de consideração posterior.

No caso da *Plant Based Treaty*, o discurso usado para estimular uma mudança no consumidor não envolve apenas o que pode ser importante para ele como indivíduo, mas como alguém que integra uma sociedade e que pode colaborar para uma mudança se reconhece nisso importância, incitando uma ação que é também expressão de cidadania. É nesse ponto das implicações do consumo não apenas para o indivíduo que uma alimentação *plant-based*, ou seja, à base de vegetais, com uma finalidade ressignificada, converge com os objetivos do veganismo. Não por acaso também a definição mais recente de veganismo publicada no site da Vegan Society (2022) passou a ser a seguinte:

O veganismo é uma filosofia e um modo de vida que procura excluir – na medida do possível e praticável – todas as formas de exploração e crueldade contra animais para alimentação, vestuário ou qualquer outro propósito; e, por extensão, promove o desenvolvimento e uso de alternativas livres do uso de animais para o benefício de animais, humanos e meio ambiente. Em termos dietéticos, denota a prática de dispensar todos os produtos de derivação total ou parcial de animais.

Ao destacar quem pode ser beneficiado, a Vegan Society não tira o foco dos animais não humanos, mas chama atenção para o reconhecimento de que o veganismo propõe mudanças que são benéficas para todos. Isso pode levar a um outro olhar em relação a uma definição que traga essa ausência, mesmo que já estivesse implícito para tantos veganos. Há nisso uma complementariedade discursiva a fim de clarificar a conclusão de que na contramão da exploração animal está uma forma mais justa e inclusiva de se viver.

Uma dieta saudável à base de vegetais também situa-se no político, a partir ou não de um projeto que também tem como fim os objetivos do veganismo, quando é reivindicada, promovida e oferecida como um direito à boa alimentação. No Brasil, há experiências como o programa “Educando para a Sustentabilidade”, colocado em prática na rede municipal de ensino de Salvador (BA) em 2022, com o objetivo de oferecer refeições saudáveis à base de vegetais a 145 mil estudantes a cada ano com base na cultura alimentar da região, a aceitação das crianças e as necessidades das instituições (SECOM, 2022). O programa que é resultado de um acordo com as ONG internacionais Mercy For Animals e Humane Society International externa uma convergência de objetivos na promoção de uma alimentação à base de vegetais. A conclusão é que se essa alimentação pode beneficiar essas crianças, também pode estimular uma consideração ética-política.

Hoje a diversidade de motivações que pode levar alguém a adotar de forma temporária ou definitiva uma dieta à base de vegetais não impede a vinculação dessa adoção com o veganismo, principalmente em uma época em que o ato de não alimentar-se de animais

normalmente é associado com o veganismo, mesmo quando quem adota uma dieta sem alimentos de origem animal não é vegano ou tem uma percepção do veganismo como prática alimentar.

Celebridades, artistas e influenciadores citados em publicações como exemplos de pessoas que se tornaram “vegnas”, por breve período, para um projeto pessoal, ou que adotaram uma “dieta vegana” ou o “veganismo” com o objetivo de perder peso, explicitam o uso do termo “vegano” como uma palavra que ganha o sentido que cada um queira dar em relação ao não consumo de animais e de produtos de origem animal.

Há entidades e pessoas favoráveis ao veganismo que podem não ver esse uso como um problema porque creem que essa apropriação não deixa de ser uma forma de promover o veganismo, de contribuir com os seus objetivos. Porém, se não condiz com a fundamentação do veganismo, e se uma pessoa é associada ao veganismo mesmo sem ser vegana, isso não banaliza o sentido do veganismo? Há quem veja mais prós e há quem veja mais contras.

Para que os objetivos do veganismo sejam alcançados pouco importa o sentido dos termos? Essa é uma questão controversa e também porque pode ser apontada como uma promoção de um sentido não ético e político do veganismo, embora esse uso possa aumentar a popularidade desses termos. Há pessoas que se identificam como vegetarianas ou *plant-based* que são citadas como veganas. Mas pode o sentido de *plant-based*, usado também hoje como alternativa a vegetariano estrito, ser colocado como sinônimo de vegano, que tem sua própria especificidade? O termo vegano torna-se uma forma mais fácil de dizer que alguém não se alimenta de animais, independentemente do que isso signifique, e que é um dos motivos dos conflitos que surgem em torno da definição do veganismo.

O termo *plant-based*, na sua concepção a partir do que é dietética, também só surge em consequência do que sobre o veganismo é ética e política, como reação ao que em relação à saúde não assume protagonismo. Esse lugar primeiro cabe à contestação da opressão, da exploração animal, deixando que cada um decida sobre como se alimentar, de forma mais saudável ou não, o que não define alguém como mais ou menos vegano. Também não quer dizer que ser vegano e saudável não seja mais favorável ou recomendável não apenas para si mesmo como para motivar quem é reticente em relação a uma mudança de hábitos.

Também é perceptível que na idealização do termo *plant-based* houve uma preocupação que deu origem ao termo que escapa a uma especificidade de movimento. Nem por isso deixa de situar-se em um movimento, revelando um deslocamento que é resultante dos usos do que é *plant-based*, na sua pluralidade prática. Mesmo não sendo sobre ética e política não significa que não possa ser conforme alguns exemplos já citados. Isso pode ser explicado pelo que o

escritor, humanitarista e reformador social inglês Henry Salt disse, ao definir o ato de não alimentar-se de animais como “o progressismo na dieta” (ADAMS, 2018, p. 221), o que já traz uma associação política.

No Brasil, não há dados sobre o crescimento do movimento vegano, e a referência mais utilizada ainda hoje é uma pesquisa do Ibope Inteligência realizada em abril de 2018, por encomenda da Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB), estimando que 14% da população brasileira se declara vegetariana – quase 30 milhões naquele ano. A autodeclaração como vegetariano inclui tanto quem somente não consome carnes como quem não consome outros alimentos de origem animal. Isso significa que o termo vegetariano continua sendo bastante associado à simples abstenção do consumo de carnes, que é também uma percepção há muito influenciada pela Sociedade Vegetariana da Inglaterra, como já apresentado. Mais tarde, o interesse pelo aperfeiçoamento da prática do vegetarianismo ético originou a Vegan Society no Reino Unido e a criação e definição dos termos vegano e veganismo.

Com base em quase 30 milhões de pessoas que se identificaram como vegetarianas em 2018, a SVB concluiu que cerca de sete milhões eram veganas – o que foi republicado em muitos sites ligados ou não aos meios vegetariano e vegano de 2018 para cá. Para chegar a esse número, a entidade justificou que se baseou em uma pesquisa realizada no Reino Unido pelo Ipsos Mori Institute, em que o total de “veganos entre vegetarianos” foi de 33%, assim usando 33% como uma chamada “porcentagem conservadora”, já que nos EUA o total de “veganos entre vegetarianos” foi de 50%. Se a questão da autodeclaração como vegetariano já é controversa, isso aumenta em relação a ser vegano, e pelos motivos apresentados neste capítulo, considerando que a percepção que se tem de veganismo tende não apenas a uma diversidade que pode desvincular-se de sua definição, mas também a um reducionismo e a uma série de fragmentações.

Hoje há pessoas que se identificam como “veganos pelos animais”, “veganos pelos animais não humanos e humanos”, “veganos pela saúde” e “veganos pelo meio ambiente ou pelas mudanças climáticas”. Ou seja, o veganismo não apenas passa a ser apresentado como se a partir dele houvesse necessidade de destacar um complemento como especificidade, como esse complemento surge como afirmação de que é possível ser vegano pelos mais diversos motivos, mesmo que sem relação com os animais. Assim, nessa determinação do que é específico sobre as identidades, e as identidades que surgem a partir de outras identidades, ocorre o que Canclini chama de um despedaçamento que leva a uma multiplicidade de reivindicações (2015, p. 37). Isso é verdadeiro quando a defesa de uma pessoa dentro do veganismo pode não ser a de outra, e pode também ser percebida como uma defesa que não

condiz com a definição do veganismo. Nada disso seria possível senão pelo crescimento do veganismo e sua constituição local e global, que leva as pessoas a reforçarem seus posicionamentos que também assumem formas de diferenças.

Se alguém diz que é “vegano pelos animais”, o que pode parecer redundante, porque o veganismo surge em defesa da contestação do uso de animais para os mais diversos fins, uma interpretação é que outros podem dizer que não são veganos pelos animais, se há necessidade de dizer por qual motivo alguém é vegano, como se não estivesse essencialmente implícito. Por outro lado, declarar que se é vegano pelos animais pode também ser uma reação crítica à declaração de não ser vegano pelos animais, reforçando um posicionamento ético.

Se compreendido que o veganismo surge exatamente pelo interesse na diferenciação em relação ao vegetarianismo, torna-se contraditório o uso dos termos veganismo e vegano se, como em relação a vegetarianismo e vegetariano, não é vista como problemática uma vinculação do ser vegano com o ato de não se alimentar de animais independentemente de motivação. Isso seria aproximar o veganismo do que é indefinido em relação ao vegetarianismo, que não define-se pela ética, ganhando forma ética somente pela especificidade do vegetarianismo ético. O conflito nesse caso não é sobre alimentar-se ou não de animais, e o movimento vegano pode ser beneficiado prescindindo do uso dos termos quando alguém decide não consumir alimentos de origem animal, e sim sobre quais atribuições de sentido são dadas a essa abstenção. Ou seja, se essa abstenção vai além da alimentação, o que é inerente ao veganismo e não ao vegetarianismo. Uma pessoa também não precisa se definir como vegana, o que não significa que não será vista como vegana.

No caso dos que se definem como “veganos pelo meio ambiente ou pelas mudanças climáticas” é notório que a identificação pode tanto convergir com uma consideração pelos animais não humanos quanto não, mas se alguém afirma que não é pelos animais não humanos, somente pelas consequências ambientais para a humanidade, surge uma contradição. Não considerar esses animais não deixa de beneficiá-los, porém a justificativa expressa antropocentrismo, que é o que o veganismo visa combater ao não ignorar os interesses de outras espécies não porque, em primeiro lugar, pode ser benéfico para nós, mas porque é prejudicial a elas. Ademais, se é pelo meio ambiente, ponderando sobre o que é ruim para a humanidade, também não significa abdicar de tudo que envolve exploração animal enquanto consideração ética, e sim aquilo que como consequência ambiental afeta os humanos. Quando em algum contexto o que é chamado de veganismo não tem motivação ética é comum uma perspectiva que não inclui o que não é dietética.

O vegano não mais como vegano, mas como “vegano por algo”, na necessidade de determinar suas razões pelo que visa especificar como um tipo de complemento de reforço de significação ou de ressignificação, é o que externa também as diferenças existentes hoje em relação à percepção do veganismo. A filósofa Donna Haraway, dos campos dos Estudos Animais e dos Estudos Culturais, não cita o veganismo somente como veganismo quando se refere à ética inerente ao veganismo, mas como “veganismo ético”. “Acredito que o veganismo ético, por exemplo, põe em prática uma verdade necessária, além de ser um testemunho crucial da extrema brutalidade em nossas relações ‘normais’ com outros animais” (2022, p. 154).

O uso do termo “veganismo ético” revela sua acolhida sobre a especificação de as pessoas serem “veganos por algo”, pelo que hoje pode parecer polissêmico, quando ser vegano pode ser interpretado de diferentes maneiras por diversas pessoas. É no dizer que se é “vegano por algo”, ou no uso do termo veganismo acompanhado de um complemento, que se expõe o que se reconhece como uma necessidade da especificidade ou da aceitação de que sobre o veganismo dizer somente “veganismo” pode levar a uma interpretação diferente do que se quer dizer – ou que pode ser resultado de uma percepção do veganismo como “veganismos”. Assim a especificação é também uma consequência do que em relação a outros usos é apropriação.

2.4 Veganismo abolicionista e conflitos pragmáticos

As controvérsias envolvendo o “vegano por algo” não se resumem ao que é conflitante fora de um reconhecimento ético, mas também dentro do que é ético e político, a partir do que é definido ou percebido como veganismo abolicionista, veganismo pragmático, veganismo interseccional e veganismo popular. O veganismo abolicionista, embora ressalte uma especificidade, é sobre o que preconiza o veganismo, “a abolição da exploração animal”, ou seja, o seu fim. O acréscimo “abolicionista”, que pode parecer redundante em relação à definição do veganismo, tem sido usado como meio de afirmação de que a defesa deve ser por “jaulas vazias, não por jaulas maiores para os animais”. Isso costuma ser citado também como referência ao livro “Jaulas Vazias”, do filósofo moral estadunidense Tom Regan (2006), que defende uma ética deontológica (de direitos):

Quando se trata de como os humanos exploram os animais, o reconhecimento de seus direitos requer abolição, não reforma. Ser bondoso com os animais não é suficiente. Evitar a crueldade não é suficiente. Independentemente de os explorarmos para nossa alimentação, abrigo, diversão ou aprendizado, a verdade dos direitos animais requer jaulas vazias, e não jaulas mais espaçosas (REGAN, 2006, p. 24).

A abordagem abolicionista dos direitos animais também é defendida por Gary Francione, professor de direito da Universidade Estadual de Nova Jersey (Rutgers), no livro “Introdução aos Direitos Animais”⁵². “Se estamos sendo sinceros quando dizemos que consideramos os animais seres com interesses moralmente significativos, então realmente não temos escolha: estamos semelhantemente comprometidos com a abolição da exploração animal, e não meramente com a regulação da exploração” (FRANCIONE, 2013, p. 33).

Francione lembra que o filósofo inglês John Locke, considerado “o pai do liberalismo” ou “pensamento liberal”, foi quem definiu os animais como propriedade privada. “Escolhemos o interesse do humano em vez do interesse do animal mesmo em situações em que o interesse do humano é trivial e o do animal é fundamental, uma questão, literalmente, de vida ou morte” (2013, p. 123). A posição de Francione é de que os direitos baseados no respeito definem um sistema político e identificam quais as crenças mais importantes em uma determinada cultura, reforçando a conclusão de que a questão vegana é também uma questão política. “A visão de Locke de que a outorga de Deus do domínio autorizava a nossa dominação dos animais como coisas está no cerne da nossa visão, supostamente secular, dos animais como propriedade, e continua sendo a visão predominante sobre os animais na cultura ocidental (FRANCIONE, 2013, p. 194).

A crítica em que se baseia o veganismo abolicionista é sobre não ser condescendente em relação a práticas que pareçam melhorias se continuam a perpetuar o uso de animais para os mais diversos fins, para evitar um efeito estacionário ou a manutenção da crença de que há formas aceitáveis de explorar animais. A referência a “jaulas” é também simbólica, porque não é apenas um termo sobre o espaço variável em que animais são confinados, mas o próprio sistema que faz dos animais alvos de uma opressão com base no interesse econômico e de consumo.

O termo veganismo abolicionista também é usado para estabelecer uma diferença em relação a quem acredita no contexto do veganismo que é possível melhorar o tratamento dado aos animais – partindo da conclusão de que se ainda não é possível acabar com a exploração é possível pelo menos buscar meios de tornar essa realidade menos cruel, recorrendo ao âmbito político institucionalizado, por meio de projetos de lei, e estabelecendo diálogo e negociações com empresas de produtos de origem animal. A perspectiva abolicionista em relação a práticas que reivindicam outro tratamento para os animais, sem livrá-los da exploração, sustenta que isso não é garantia de evolução, porque uma percepção de melhoria também pode servir ao

⁵² Publicado no Brasil em 2013.

discurso de continuidade da exploração animal – já que menos motivação as pessoas podem ter para mudar seus hábitos se acreditarem que há formas mais aceitáveis de subjugar animais sendo colocadas em prática.

Um apontamento é que essas mudanças podem ser mais benéficas para a consciência humana em relação ao reconhecimento de sua responsabilidade sobre a vida e morte desses animais do que para os próprios animais vitimados. É nesse ponto que a perspectiva abolicionista e a perspectiva pragmática entram em conflito. Mas não são perspectivas reduzidas às diferenças, porque as divergências são estabelecidas em relação aos meios, não aos fins. É no campo dos meios que há um conflito constante, em que o que é aceitável para um não é para o outro.

Um exemplo que serve à discussão é que em 16 de outubro de 2022 o grupo de ativismo vegano Direct Action Everywhere (DxE) São Paulo, que faz parte de uma rede internacional, realizou um ato para o Dia Mundial Anti-McDonald's, justificando que “a rede de fast-food é responsável por exploração animal e associação com desmatamento, destruição de habitats e trabalho análogo ao escravo” (VEGAZETA, 2022). A justificativa foi reforçada por um relatório publicado em março de 2022 pela ONG Repórter Brasil, intitulado “McDonald's: As Pegadas de um Gigante”.

O Dia Mundial Anti-McDonald's, embora tenha surgido nos EUA em 1994, também ganha mais impacto para o ativismo no Brasil por essa diversidade enquanto impacto local, permitindo um diálogo mais amplo e um maior apelo junto aos consumidores. Isso, se externa uma relação com o local, se dá pelo que é global, e também como resultado de uma participação em comunidades transnacionais ou desterritorializadas de consumidores (CANCLINI, p. 40, 2015).

Esse tipo de ação, se as denúncias apresentadas despertam no consumidor um desejo de mudança, pode motivar um boicote ao McDonald's, ao transformar em ato público as informações que estão sendo expostas, ou pode motivar uma mudança de hábitos, ou os dois. Atos como esse, em que o discurso é direcionado ao consumidor, não à empresa, são parte de uma defesa abolicionista, porque o lucro da empresa depende do interesse do consumidor em seus produtos.

O crescimento do veganismo leva a diferentes percepções e práticas sobre como atingir os objetivos do veganismo. Se o veganismo é inerentemente pela abolição da exploração animal, é também pelo reconhecimento de que hoje há uma maioria desinteressada nesse objetivo que há iniciativas que buscam alternativas a partir do que é considerado praticável na atualidade. Mas até que ponto essas alternativas influenciam uma mudança de consciência

transformadora em relação aos animais e não somente sobre lugares e métodos aos quais são destinados esses animais?

O que exemplifica que nem tudo é divergência em relação à perspectiva abolicionista e à pragmática, que também não deixa de se considerar abolicionista pelo que é imanente ao veganismo, o que leva a uma disputa por sentidos, é que quando a mensagem é voltada ao consumidor a prioridade é motivá-lo a optar por formas de consumo que não envolvam o uso de animais. Porém o veganismo abolicionista não estabelece com o que é hegemônico sobre a exploração animal a negociação que surge a partir do veganismo pragmático, e pelo que em relação ao veganismo abolicionista é assumido somente como rejeição.

No entanto, mesmo quando há uma visão diferenciada em relação a boicotes, há similaridades em ações de vigílias e manifestações em frente de matadouros, onde são registradas imagens visando uma divulgação em redes sociais que gere uma aproximação dos consumidores com esses animais. Também há atos de ativistas segurando cartazes ou conversando com consumidores em frente às grandes redes de fast-food, o que é mais comum no Brasil nos grandes centros urbanos.

Um grupo que promove o veganismo abolicionista é o coletivo Vozes em Luto, de São Paulo (SP)⁵³, que surgiu em 1º de Setembro de 2015 com o objetivo de divulgar nas ruas o movimento vegano, a luta antiespecista e a abolição animal, conforme descreve-se em seu blog⁵⁴. Composto somente por voluntários, o Vozes em Luto, que também utiliza as redes sociais para divulgar suas ações e ampliar a participação em seus atos, define-se como um coletivo de autogestão, apartidário, anarquista e com uma liderança horizontal, ou seja, sem hierarquias. A posição política do coletivo assemelha-se à da primeira geração *straight edge* de São Paulo (SP), que aproxima-se do veganismo no início dos anos 1990 por percebê-lo como em defesa do que também converge com os interesses do anarquismo (BITTENCOURT, 2017, p. 60-61).

“O Vozes conta com várias frentes de ação, como ações de conscientização nas ruas, intervenções urbanas, intervenções diretas, performances animalistas, manifestações de repúdio contra a exploração animal e suporte a coletivos/grupos nacionais e internacionais”, explica o coletivo em seu blog, onde cita Gary Francione, já mencionado, como referência de uma posição abolicionista.

⁵³ Também responsável pela coordenação do Direct Action Everywhere (DxE) São Paulo desde 2022.

⁵⁴ <https://vozesemluto.wordpress.com>

Devemos abolir, e não meramente regular, nossa exploração institucionalizada dos animais, e devemos parar de usar ou produzir animais para comida, entretenimento, esporte, vestuário, experimento ou testes de produtos. A grande maioria dos conflitos entre os humanos e os animais irá evaporar porque se trata de falsos conflitos que fabricamos desde o início, ao tratar os animais como mercadorias (FRANCIONE, 2014, p. 273).

Já a perspectiva pragmática assume também uma forma que não é veganismo na reivindicação e discussão sobre o que não é abolição do uso de animais. Organizações que têm influência e visibilidade tentam negociar com grandes empresas, incluindo redes de fast-food e de supermercados, para que não adquiram produtos de origem animal que submetam animais a tratamentos mais cruéis.

Campanhas contra a criação de animais para fins de consumo em sistema intensivo, em gaiolas ou outros espaços em que não possam expressar comportamentos inerentes são exemplos disso. A ONG Proteção Animal Mundial estima no relatório “Os Impactos Ocultos da Pecuária Industrial Intensiva” (2022), que mais de 70% dos 80 bilhões de animais terrestres criados globalmente para fins de consumo são mantidos e abatidos em sistemas cruéis de criação industrial a cada ano. Na perspectiva abolicionista não é apenas o método que é cruel, mas o próprio sistema.

A Mercy For Animals atua há 20 anos na causa animal e segue diretrizes internacionais, que orientam todas as nossas campanhas. Assumindo o compromisso de acordo com os padrões aceitos por várias organizações em todo mundo e pela OWA [Open Wing Alliance], empresas têm o poder de ajudar a transformar a vida de milhões de galinhas que vivem em extremo sofrimento na indústria de ovos. Ao todo, mais de 100 empresas já anunciaram políticas nesse sentido aqui no Brasil, entre elas McDonald's, Burger King, Subway, Spoleto, Forno de Minas, Unilever, Danone e Nestlé. Em agosto de 2018, o Grupo Carrefour, líder do varejo no Brasil, tornou-se a primeira rede de supermercados a anunciar o compromisso de não mais comercializar ovos de galinhas confinadas em gaiolas para suas operações brasileiras. Em seguida, o Grupo St. Marché, a Cia Beal de Alimentos (dona das marcas Festival e Beal), Walmart, Rede Zaffari & Bourbon e Makro também divulgaram suas políticas (MFA, 2019).

Ao mesmo tempo em que estabelece as negociações citadas acima, a Mercy For Animals, que é alvo constante de críticas por dialogar com essas empresas, admite que essa não é a solução: “A melhor forma de ajudar os animais é deixando os ovos e todos os produtos de origem animal fora do prato” (MFA, 2019). Assim, a entidade, que diferentemente do coletivo Vozes em Luto, conta com funcionários, não somente voluntários, tem condições de realizar um trabalho em período integral. Essa atuação difere do ativismo voluntário em que as ações ocorrem de acordo com a disponibilidade dos participantes, já que eles têm uma rotina de trabalho fora do coletivo. É perceptível também que a atuação da MFA, que referenciamos

como uma posição pragmática, transita entre um discurso que não é vegano, se visa uma negociação com empresas que têm o lucro baseado principalmente no uso de animais e não planejam deixar de usá-los, e outro que, se é voltado ao veganismo, não deixa de admitir que as mudanças adotadas por essas empresas não removem os animais de um lugar em que são meios para um fim. Logo se determinadas mudanças são consideradas impossíveis, a atuação também transforma-se com base no que é alcançável mesmo que não seja realmente o que é desejado.

Quando essas ações, que podem envolver também petições, não garantem uma mudança por parte da indústria, recorre-se ao meio político institucionalizado. A mudança passa a depender do envolvimento de parlamentares e do máximo possível de pressão popular para que uma reivindicação evolua para tornar-se lei. Em âmbito federal, isso não escapa ao antagonismo proveniente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que em 2024 soma 374 parlamentares, sendo 324 deputados e 50 senadores⁵⁵. Se um projeto corresponde aos interesses que hoje não são considerados em relação aos animais ou ao que pode ser relevante ao veganismo, seu futuro depende também do quanto as convergências podem prevalecer sobre as diferenças, e de quanto apoio popular isso pode agregar.

Nisso a perspectiva do veganismo abolicionista e do veganismo pragmático convergem para a conclusão de que essa mudança só é necessária na esfera política institucionalizada porque a maioria dos consumidores ainda prefere manter seus hábitos de consumo de produtos de origem animal. Logo as ações são articuladas em várias frentes. Ao mesmo tempo que envolvem estimular a abstenção do consumo de produtos de origem animal também levam em conta o que fazer em relação a muitos consumidores que hoje não têm interesse nessa mudança. Por isso, pensa-se em alternativas que não livram os animais da exploração, porém visam minimizar o que é reconhecido como crueldade também por quem não é vegano. Dessa forma, é possível receber apoio do consumidor também desinteressado no veganismo, que pode se sensibilizar com algumas pautas reivindicatórias que surgem nesse contexto. Isso, claro, é uma posição pragmática.

Exemplos disso são projetos de lei federais que visam proibir o abate de pintinhos machos considerados descartáveis pela indústria de ovos (PL 4697/2016) e a proibição da exportação de animais vivos (PLS 357/2018), que devem suportar longas viagens de navio, para serem mortos para consumo em outros países. O primeiro não impede a exploração de aves para a produção de ovos e o segundo não impede que animais sejam mortos para consumo. Mas

⁵⁵ Conforme informações checadas no site da entidade em janeiro de 2024.

há um entendimento entre veganos, independentemente de diferenças em relação a outras questões concernentes à exploração animal, de que iniciativas voltadas à abolição da matança de pintinhos e a exportação de animais vivos destinados ao abate podem ganhar adesão de não veganos e de pessoas sem relação com a defesa dos animais. Logo mesmo os não pragmáticos admitem um certo pragmatismo se apoiam esse tipo de iniciativa, já que não seria melhor não abolir essas práticas do que aboli-las.

A preocupação com o sofrimento dos animais em fazendas industriais não nos torna a todos veganos porque é possível comprar produtos originários de animais criados de maneira extensiva (quando os produtos de origem animal são rotulados de “orgânicos”, presume-se que os animais têm acesso ao campo, mas a interpretação dessa regra pode ser um tanto vaga). A vida dos animais criados em liberdade é, sem dúvida, melhor do que a dos animais criados em fazendas industriais. Ainda assim, permanece a dúvida: usá-los como alimento seria compatível com a igual consideração de interesses? Um dos problemas é, naturalmente, que usá-los como alimento implica ter de matá-los (até mesmo as galinhas poedeiras e as vacas leiteiras são abatidas quando sua produtividade começa a diminuir, geralmente muito antes do fim natural de suas vidas) [...] Além de tirar suas vidas, muitas outras coisas são feitas aos animais para que eles cheguem à nossa mesa a baixo preço. A castração, a separação de mães e filhotes, a dissolução de rebanhos, as marcas com ferro em brasa, o transporte, o manejo no abatedouro e, por fim, o momento do abate: coisas que, provavelmente, envolvem sofrimento e não levam em consideração os interesses dos animais. Toda guinada na direção de um tratamento mais humanitário aos animais é bem-vinda, mas parece improvável que esses métodos consigam produzir a imensa quantidade de itens de origem animal hoje consumidos por nossas grandes populações urbanas (SINGER, 2018, p. 95-96).

O que Peter Singer reconhece é que se esse sistema gera tanta crueldade, isso ocorre porque é o meio pelo qual a indústria é capaz de suprir a elevada demanda por produtos de origem animal. Essa oferta não seria possível de outra forma, como em um chamado tratamento “humanitário”. Assim não há como não apontar para a responsabilidade dos consumidores que contribuem com essa realidade e que têm condições de mudá-la.

Segundo Tom Regan (2006), há uma grande disposição dos consumidores em crer mais nas “grandes indústrias da exploração animal” do que nos ativistas dos direitos animais, e porque, além de corresponder aos seus interesses de consumo, ela “alimenta” a mídia constantemente com o seu próprio material. Nessa articulação que visa ofuscar o contraditório, “as pessoas que trabalham nessa indústria falam com uma só voz, contam a mesma história e usam até as mesmas palavras” (REGAN, 2006, p. 14). Também contam com muitos recursos – uma consequência da motivação prioritária que é a obtenção de lucro. Por isso, um ativismo que confronta essa realidade, se ganha ressonância, pode ser visto como problemático pela indústria. Ao falar em mídia, Regan refere-se aos veículos de maior alcance. É preciso reconhecer também que se a resistência da indústria é bem-sucedida é porque tem a anuência

de muitos consumidores. Ademais, hoje o contraponto ganha visibilidade principalmente pela mídia alternativa, pelas redes sociais e ocasionalmente pelos espaços que a grande mídia vê-se obrigada a abrir conforme os movimentos na contramão dessa indústria ganham mais expressão.

2.5 *Straight edge*, causas humanas e não humanas

Uma maior expressão também leva à evidenciação de outros conflitos, e que não ocorrem somente do veganismo em relação ao que é oposição ao veganismo como dentro do veganismo. O veganismo interseccional, em um caminho inverso do que houve no passado, quando causas humanas motivavam um olhar para causas não humanas, como nos exemplos citados no primeiro capítulo, sustenta que veganos devem apoiar outras lutas, em prol de causas humanas.

Nos anos 1990, conforme também citado no primeiro capítulo, o movimento *straight edge* foi seminal no Brasil na realização de eventos em que promovia o veganismo e também oferecia palestras e discussões sobre outras causas por meio da Verdurada realizada em São Paulo (SP). Essa relação surgiu pela proximidade de seus realizadores com a esquerda política, favorecendo uma interação com representantes de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que discorriam sobre suas atuações para um público composto principalmente por jovens que, mesmo quando apoiavam essas pautas, não tinham contato com quem vivia essa realidade.

A banda *straight edge* vegana Point of No Return, fundada por idealizadores da Verdurada e que durante dez anos conciliou o que definiu como “lutas de Terceiro Mundo” e libertação animal, transmite essa percepção também por meio do álbum “Liberdade Imposta, Liberdade Conquistada”, lançado em 2002. Parafrazeando Canclini (2019)⁵⁶, “a memória dos oprimidos mantém seu testemunho em ‘rasgados cantos de rock’”. Um exemplo são as críticas na letra da música “Cerca”:

Esse sistema brutal tem de ser derrubado/Herança de sangue da colonização
 Uma estrutura de senhores imposta pelo medo/Servos que não se curvam,
 crucificados/Tradição de miséria/Direitos roubados/Anos de escravidão/A justiça é
 negada/Cercas erguidas, isolando-os de nossa pobreza/Terras demarcadas, privando-
 nos da igualdade/Cerre os punhos! Há uma guerra pelo campo!/Cerre os punhos! Há
 uma guerra!/Uma marcha para derrubar toda oligarquia/Libertar-nos da
 tirania/Organizar a revolta, um passo para a libertação/ Retomar a terra/Insurreição!
 (POINT OF NO RETURN, 2002)

⁵⁶ Citação faz parte da introdução do livro “Culturas Híbridas”.

Evocando uma luta por direitos frente às desigualdades, os membros da banda articulam uma representação como reação à subalternidade, e que tenta resistir em um cenário que estabelece vantagem a quem detém poder econômico. Essa convicção tem relação com o que Bittencourt pontua sobre o *straight edge* no Brasil ter surgido com uma agenda de reivindicações políticas, sugerindo que o *straight edge* brasileiro é mais politizado que o europeu e o estadunidense (2017, p. 59).

Bittencourt (2015) aponta que essa politização da cena está na influência que o anarquismo exerceu sobre a primeira geração de *straightedges*. As discussões iniciais em torno dessa filosofia de vida foram realizadas por um coletivo anarquista de jovens paulistanos chamado “Juventude Libertária” ou apenas JULI. Ele agregava jovens pertencentes à cena Punk/Hardcore de São Paulo e produziam informativos e fanzines para divulgar o anarquismo. Alguns *straightedges* que faziam parte do JULI resolveram criar outro grupo para divulgar a filosofia *Straightedge*, surgindo dessa maneira o SELF ou *Straightedge Life Family*. Apesar da cisão, algumas ideias anarquistas continuaram exercendo grande influência sobre a visão política desses jovens, principalmente no que diz respeito a fundamentação discursiva para a adoção do veganismo. Para que os seres humanos pudessem alcançar a tão sonhada liberdade seria preciso uma ruptura com as diversas formas de dominação existentes, incluindo as que são produzidas na relação humanos e não-humanos (BITTENCOURT, 2017, p. 60-61).

Um exemplo dessa cisão, sem a possibilidade de abster-se de suas influências, e porque passa a ser parte da identidade *straight edge* brasileira, é referenciado por Fernandes (2015) no uso da língua inglesa como forma de estabelecer uma separação entre um e outro, e também como reafirmação de uma outra identidade que não seria possível sem a relação com o punk:

A referência de nomes em inglês para a maior parte das bandas *straight edge* brasileiras e a adoção de nomes em português para as bandas *anarcopunks* do país também revela um sentido outro, o da apropriação. O imperialismo do universal se estendeu ao *straight edge* pela clivagem da diferença: “É possível entender uma das fortes razões para que, no meio *straight edge* brasileiro, o inglês fosse a língua mais utilizada. Quando o *straight edge* surgiu por aqui [no Brasil], no início da década de 90, sua identidade construiu-se em oposição à estética punk. Bem no início tudo era misturado, mas conforme as divergências aumentaram e a necessidade de expressar uma identidade diferente e única surgiu, o elemento da diferença prevaleceu. Se os punks cantavam em português, nós não cantaríamos. Se os punks vestiam-se de maneira podre, nós não nos vestiríamos. Se os punks eram anarquistas, nós não seríamos (Qual é o nome da sua banda? POINT OF NO RETURN, 2000) (FERNANDES, 2015, p. 164).

Podemos perceber isso também nas primeiras bandas brasileiras de *vegan straight edge*, que adotavam nomes em inglês e cantavam em inglês mesmo quando o objetivo era promover o veganismo entre o público brasileiro.

Em 2002, o Point of No Return lançou o seu último disco, o já citado “Liberdade Imposta, Liberdade Conquistada” somente com músicas em português, e que sucede o disco “Centelha”, de 2000, que traz metade das composições em português. Isso revela uma conciliação com a língua portuguesa quando a identidade *straight edge* já estava estabelecida no Brasil, diferentemente da preocupação apontada como justificativa para a diferenciação com os punks nos anos 1990.

Uma banda adotar um nome em inglês e cantar em inglês sem ser de um país anglófono também reforça o caráter internacional reinante do idioma, embora o uso do inglês seja comum por bandas brasileiras que querem atingir um público internacional. Há uma conclusão de haver uma maior projeção da mensagem ao escolher uma língua de maior aceitação global. O que também favorece um trânsito maior é que a musicalidade adotada pelo Point of No Return é o *metalcore*, hibridismo resultante da fusão do metal com o hardcore, duas vertentes do rock, permitindo alcançar um público além do cenário *straight edge* e hardcore.

No livro “Interseccionalidade”, Patricia Hill Collins e Sirma Bilge defendem que a percepção e compreensão da interseccionalidade, que como mostramos também já tinha espaço no contexto *straight edge* brasileiro, são importantes para que se tenha melhores bases e articulações que questionem as problemáticas estruturais que permeiam ou sustentam uma realidade desigual. “A interseccionalidade permite a esses grupos ver a interconectividade das questões que lhes dizem respeito, bem como seu próprio lugar nas relações globais de poder” (BILGE; COLLINS, 2021, p. 186).

A perspectiva do veganismo interseccional, ao reivindicar convergência com outras causas, sustentando que no combate a uma opressão outras opressões não devem ser negligenciadas, estabelece algo dentro do veganismo que não é unanimidade. Concordar ou não com o veganismo interseccional não pode ser resumido a uma questão objetiva de apoiar ou não outras causas, e sim de como se dá esse apoio e se a importância dessas causas no contexto do veganismo não entra em conflito com o veganismo.

A intersecção do veganismo com outras causas é uma reivindicação posterior dentro do veganismo. Como pode ser percebido com base no primeiro capítulo e em exemplos que trataremos agora com brevidade, alguns autores, de diferentes épocas, recorrendo à realidade ou à ficção, propõem que não seja ignorado o impacto da opressão contra outros animais, assim como que tipo de permissividade isso favorece, principalmente quando “o outro” está inserido em uma realidade que sequer é reconhecida como opressão. Afinal, a aceitação de determinados tipos de violência ocorre não porque é certa e sim por sua naturalização e institucionalização, como as baseadas no consumo. Assim é evocado que há violências que são facilitadoras de

outras violências, e um questionamento sobre a coerência de buscar o bem e a justiça para humanos enquanto se promove o mal contra outros animais.

Um exemplo de uma preocupação extensiva de humanos a não humanos é a já citada Liga Humanitária fundada na Inglaterra em 1891. “[Henry] Salt fundou a Liga Humanitária, um grupo voltado para a reforma que [...] se preocupava com os direitos dos animais, a extensão do direito de voto, a reforma agrária e o socialismo, entre outras questões” (ADAMS, 2018, p. 163).

No Brasil do início do século XX, Oiticica e Dias Fernandes, que reprovavam o consumo de animais também chamavam atenção para outras causas – a proletária, por Oiticica; e a dos direitos das mulheres, por Dias Fernandes, conforme abordado no primeiro capítulo. Em “Memórias de Ulisses”, o historiador François Hartog referencia uma citação em que o poeta grego Hesíodo, que teria nascido entre 700 a 750 anos antes da era comum, relaciona violências que envolvem humanos e não humanos:

Vê-se que a alimentação dos primeiros homens era frugal e sem preparação a partir da expressão “bolotas demais”, dita mais tarde e verossimilmente por quem primeiro quis que a situação mudasse. Em seguida apareceu a vida nômade, quando, cercandose já de bens supérfluos, se estendiam suas posses. Ergueram então as mãos sobre os animais, constatando que uns eram inofensivos [...]. É assim que se domesticaram alguns, enquanto se atacavam os outros — e foi também assim que a guerra apareceu nesse modo de vida [...] Pois já havia bens consideráveis, os quais uns tinham o desejo de conquistar, agrupando-se e incitando-se mutuamente, enquanto outros procuravam defender (HARTOG, 2004, p. 115-116).

Essa relação também foi feita pelo filósofo Dicearco de Messana. “Para Dicearco, a história mostra que moleza, guerra e injustiça se introduziram ‘ao mesmo tempo que o assassinato dos animais’. Se o progresso dos tempos traz coisas ‘úteis’ à vida, também destrói essa harmonia primeira” (HARTOG, 2004, p. 117). “Moleza” é também uma referência à conveniência e facilidade de criar animais para matar por meio do desenvolvimento da agricultura. O geógrafo e militante anarquista francês Élisée Reclus sustenta no ensaio de 1901 *À Propos du Végétarisme* (A Propósito do Vegetarianismo), que não é uma digressão relacionar os horrores da guerra com a matança do gado e os banquetes de carne. Segundo ele, “o sangue exige sangue” (2014, p. 07). Percepção análoga que traz uma crítica social é encontrada em “Moby Dick”, de Herman Melville, que subverte a perspectiva de bárbaros e civilizados e também aponta que há tipos de crueldade como privilégios baseados no poder econômico:

Mas não resta dúvida de que o primeiro homem que matou um boi tenha sido considerado um assassino; talvez tenha sido enforcado; e, se tivesse sido levado a julgamento por bois, certamente o teria sido; e certamente o teria merecido, se é que

algun assassino merece tal fim. Vá ao mercado de carnes, num sábado à noite, e veja as multidões de bípedes vivos de olhos vidrados nas longas filas de quadrúpedes mortos. Esse espetáculo não tira um dos dentes do maxilar dos canibais? Canibais? Quem não é um canibal? Garanto a você que o Juízo Final será mais tolerante com um providente Fidjiano que salgou um missionário magro em sua adega para se prevenir contra a fome do que contigo, gourmand civilizado e esclarecido, que prendes os gansos no chão e te refestelas com seus fígados dilatados em teu paté de foie gras (MELVILLE, 2008, p. 325).

Em “*Guide to the Edgar Kupfer-Koberwitz Dachau Diaries 1942-1945*”⁵⁷, que reúne os diários do pacifista alemão Edgar Kupfer-Koberwitz, que viveu no campo de concentração de Dachau, ao norte de Munique, de 1942 a 1945, ele relaciona, no que é publicado em forma de nota biográfica, a crueldade contra outros animais com a crueldade contra humanos: “Acredito que enquanto o homem torturar e matar animais, ele torturará e matará seres humanos também – e guerras serão travadas – porque o assassinato deve ser praticado e aprendido em uma pequena escala. Devemos tentar superar nossa própria crueldade irrefletida, evitá-la e aboli-la” (2006, tradução nossa)⁵⁸. Sua experiência deu origem ao livro *Dachauer Tagebücher Die Aufzeichnungen des Häftlings 2481* (Diários de Dachau – Os Registros do Prisioneiro 2481).

É notória que a associação feita por Kupfer-Koberwitz (2006) entre matar humanos e não humanos, em uma correlação de violências, não dissocia-se nesse trecho do antropocentrismo, ao fazer com que o mal aos outros animais seja repensado a partir de um mal que tem como fim o ser humano – porque não evita o pensamento de que se um mal causado a um animal não humano nos prejudica é por esse motivo que devemos evitá-lo. Mas isso seria reduzir sua percepção, que evoca um sentido mais empático, pela lembrança da própria experiência de dor ao pensar também no impacto de uma dor que não é a sua, conforme outra citação: “Recuso-me a comer animais porque não posso nutrir-me a partir do sofrimento e da morte de outras criaturas. Recuso-me a fazê-lo porque sofri tão dolorosamente que posso sentir as dores dos outros lembrando meus próprios sofrimentos” (tradução nossa)⁵⁹.

Já o escritor estadunidense Charles Patterson publicou o controverso livro *Eternal Treblinka: Our Treatment of Animals and the Holocaust* (Eterna Treblinka: Nosso Tratamento dos Animais e o Holocausto), em que faz uma associação entre a industrialização da morte de

⁵⁷ Material foi disponibilizado em formato digital em 2006 no site da Biblioteca da Universidade de Chicago.

⁵⁸ I believe as long as man tortures and kills animals, he will torture and kill humans as well—and wars will be waged — for killing must be practiced and learned on a small scale. We should try to overcome our own small thoughtless cruelty, to avoid it, and to abolish it.

⁵⁹ I refuse to eat animals because I cannot nourish myself by the sufferings and by the death of other creatures. I refuse to do so, because I suffered so painfully myself that I can feel the pains of others by recalling my own sufferings. A passagem também integra um dos diários de Kuper-Koberwitz e está disponível como parte de um ensaio, *Animals, My Bethren* (Animais, Meus Irmãos), em neveragain.org.il.

animais com o genocídio de judeus, quando discorre sobre como os campos de concentração nazistas foram inspirados na “eficiência” dos matadouros de Chicago.

Henry Ford, que ficou tão impressionado com a maneira eficiente com que os operários abatiam e desmembravam animais em Chicago, deu a sua própria e singular contribuição para o abate de pessoas na Europa. Ele não apenas desenvolveu o método industrial que os alemães usaram para matar judeus, mas também lançou uma campanha cruel que ajudou o Holocausto a acontecer (PATTERSON, 2002, p. 73, tradução nossa).⁶⁰

A indústria da carne em Chicago havia sido denunciada 96 anos antes do livro de Patterson, em *The Jungle* (A Selva), do escritor e reformador social Upton Sinclair, por exploração de trabalhadores imigrantes, atuando em condições subumanas, e crueldade animal. O protagonista da obra de 1906 é o lituano Jurgis Rudkus, que tem uma vida miserável em um distrito dominado pela indústria da carne em Chicago, que influenciaria o sistema global de abate e processamento de carne.

No livro *Harvest for Hope: A Guide to Mindful Eating* (Colheita para Esperança: Um Guia para uma Alimentação Consciente), de 2005, a antropóloga e primatologista britânica Jane Goodall conclui no capítulo 5, *Farms of Misery* (Fazendas da Miséria), que, quando os animais foram reduzidos a produtos industrializados, os operários tornados insensibilizados poderiam se ver como trabalhadores de linha de produção em vez de assassinos de animais. Segundo Goodall, essa linha de operação serviu de base para que os soldados nazistas se desconectassem da matança – vendo as vítimas como não humanas e eles próprios somente como trabalhadores. Outra referência semelhante envolvendo a matança de humanos e não humanos, embora a segunda ainda seja pouco reprovada, é encontrada no livro *Biopolitical Media: Catastrophe, Immunity and Bare Life* (Mídia Biopolítica: Catástrofe, Imunidade e Vida Nua), de Allen Meek⁶¹:

O encobrimento gradual do abate de animais a partir da visão pública, o processo industrializado de matar um número cada vez maior de criaturas (hoje chegando a bilhões por ano) foi o que provocou inevitável comparação com o genocídio nazista. A brutalidade dos assassinatos exige que aqueles que trabalham na indústria da carne se dessensibilizem em relação ao sofrimento animal enquanto o consumidor de carne

⁶⁰ Henry Ford, who was so impressed by the efficient way meat packers slaughtered and dismantled animals in Chicago, made his own unique contribution to the slaughter of people in Europe. Not only did he develop the assembly-line method the Germans used to kill Jews, but he launched a vicious campaign that helped the Holocaust happen.

⁶¹ Professor sênior de estudos de mídia da Universidade Massey, da Nova Zelândia.

aprende a jamais pensar sobre o processo de matança que é mantido fora de vista (MEEK, 2015, p. 41, tradução nossa⁶²).

O escritor polonês e judeu Isaac Bashevis Singer, vencedor do Prêmio Nobel de Literatura de 1978, compara em um de seus contos a violência contra animais não humanos com o Holocausto, promovendo sua defesa de que “comer animais é negligenciar sua própria fome de justiça”, em uma exortação também de atenção de causas humanas para não humanas e a partir de uma simples mudança – não comê-los. Em *The Letter Writer* (O Escritor de Cartas)⁶³, ele conta a história do sobrevivente do Holocausto Herman Gombiner, que desenvolve uma consciência outra a partir da convivência com um rato. No conto, fala-se em “eterna Treblinka” em referência à exploração e matança diária de animais para consumo, termo que seria usado mais tarde por Patterson e que daria nome ao seu livro.

O que eles sabem? Todos esses filósofos, todos os líderes do mundo? Convenceram-se de que o homem, o pior transgressor de todas as espécies é a coroa da criação. Todas as outras criaturas foram criadas apenas para fornecer-lhe comida e couro, para serem atormentadas e exterminadas. Em relação a elas, todas as pessoas são nazistas. Para os animais, há uma eterna Treblinka (SINGER, 1968, p. 28).

O que vários desses autores têm em comum é que eles oferecem algo que visa mudar a percepção humana na relação com outros animais.

2.6 Interseccionalidade e veganismo interseccional

Se hoje o veganismo interseccional propõe uma convergência de causas a partir de um movimento, o vegano, que é representado por uma minoria crescente, a intersecção de outros movimentos com o veganismo ou com o vegetarianismo não é historicamente convergente, e mesmo hoje não tem recebido grande atenção de outros movimentos, embora seja perceptível a integração e identificação de sujeitos de outros movimentos nos antagonismos à exploração animal.

⁶² 62 The gradual concealment of animal slaughter from public view, the industrialized process of killing and the ever-increasing numbers of living creatures that are killed (today reaching the billions each year) has provoked inevitable comparisons with the Nazi genocide. The brutality and scope of the killing demands that those who work in the meat industry desensitize themselves to animal suffering while the meat consumer learns never to think of the killing process that remains out of view.

⁶³ O conto foi publicado originalmente na revista *The New Yorker* em 13 de janeiro de 1968. No Brasil, “O Escritor de Cartas” integra a coletânea “47 Contos de Isaac Bashevis Singer”, lançado pela Companhia das Letras em 2004.

No livro “A Política Sexual da Carne: Uma Teoria Crítica Feminista-Vegetariana”, Carol J. Adams frisa que “o discurso feminista radical não integrou a opressão literal dos animais à análise da cultura patriarcal” (2018, p. 86) e que “vegetarianas do passado que eram teóricas do feminismo sofreram um silenciamento de parte da sua teoria feminista, assim “os textos feministas-vegetarianos são o referente ausente da crítica e da história feminista” (2018, p. 225).

Enquanto as mulheres podem se sentir como pedaços de carne e ser tratadas como pedaços de carne – emocionalmente retalhadas e fisicamente espancadas -, os animais são de fato transformados em pedaços de carne. Na teoria feminista radical, o uso dessas metáforas se alterna entre uma atividade positiva figurativa e uma atividade negativa de oclusão, negação e omissão, em que o destino literal do animal é suprimido. Poderia a própria metáfora ser a roupa íntima para o traje da opressão? (ADAMS, 2018, p. 86).

Nenhum movimento que não o vegano, e ao qual se reivindica a intersecção com outros movimentos, defende o veganismo como questão de essencial importância, o que não significa ausência de atores de outros movimentos interessados em mudar essa realidade. Mesmo no movimento pelos direitos animais, somente no entendimento e prática desse movimento como não especista, em vez de somente direitos para animais como cães e gatos, que há uma percepção ética-política e uma confluência com o veganismo – o que fortalece as controvérsias em torno do uso do termo “direitos animais” no plural enquanto é sobre algumas espécies animais que a maioria das pessoas não deseja explorar e comer.

O consumo de carne é para os animais o que o racismo dos brancos é para os negros; o que o antisemitismo é para o povo judeu; o que a homofobia é para os gays e as lésbicas; e a misoginia é para as mulheres. Todos estes são oprimidos por uma cultura que não quer assimilá-los plenamente em seus termos e com seus direitos. Mas um vazio enorme separa essas formas de opressão das pessoas da forma como oprimimos os outros animais. Nós não consumimos pessoas. Consumimos, de fato, outros animais. Além disso, o consumo de carne oferece as razões para subjugar animais: se podemos matá-los, retalhá-los e consumi-los – por outras palavras, aniquilá-los completamente –, podemos também fazer experiências com eles, prendê-los em armadilhas e caçá-los, explorá-los e criá-los em ambiente que os aprisionam, como as fazendas de confinamento e as áreas de exploração de animais com pele comercializável (ADAMS, 2018, p. 115).

A concepção comum de proteção animal também ainda é reduzida aos animais mais estimados pela maioria da população, como os que não são utilizados para fins de uso e consumo, excluindo os demais, o que se reflete na própria legislação federal, como a emblemática Lei dos Crimes Ambientais (9.605/1998). Hoje a discussão sobre justiça ambiental, que também se aproxima do que é questionado pelo veganismo, é citada como promissora em relação à intersecção entre causas humanas e não humanas:

Significativamente, o campo dos estudos críticos sobre justiça ambiental parece estar alinhado sobretudo a muitas das premissas e ideias principais da interseccionalidade. De fato, o enfoque ambiental crítico se baseia fortemente na interseccionalidade quando vê “racismo, heteropatriarquia, classismo, nativismo, capacitismo, etarismo, especismo (a crença de que uma espécie é superior a outra) e outras formas de desigualdade como eixos interseccionais de dominação e controle”. Como os projetos de justiça ambiental abrangem a opressão contra seres humanos e não humanos, bem como a atenção com os animais e os direitos dos animais em um contexto global, eles oferecem diálogos potencialmente ricos com a interseccionalidade (BILGE; COLLINS, 2021, p. 133)

O que as autoras colocam sobre a justiça ambiental é uma forma de ver a justiça ambiental, embora isso não signifique que a justiça ambiental receba esse olhar de todos que falam em justiça ambiental. Os direitos animais ainda são pouco citados publicamente quando o assunto é justiça ambiental, e porque entram em conflito não somente com fatores econômicos, e sem que isso seja normalmente visto como um problema, como também com hábitos de consumo, já que o primeiro depende do segundo. Entretanto, como elas ressaltam, a crescente visibilidade das abordagens da justiça ambiental fornece um lugar importante de diálogo e construção de corresponsabilidade que vai além do que ainda é comumente abordado de forma superficial sobre as mudanças climáticas e o meio ambiente (2021, p. 293).

A interseccionalidade na abordagem de Bilge e Collins parece ter o propósito também de conciliar o que Canclini avalia como uma insatisfação com o sentido jurídico-político de cidadania, que conduz a uma fragmentação de várias formas de cidadania – racial, de gênero, ecológica, etc (2015, p. 37). A interseccionalidade se propõe a recuperar um sentido agregador de diversas formas de cidadania, por um processo que visa motivar que não sejam pensadas como se devessem ser consideradas apenas separadamente ou como isoladas, mas em uma abordagem holística.

Favorável à interseccionalidade também está a percepção de que a intersecção proporciona um fortalecimento de causas, pelo maior trânsito e interação de atores, levando a um maior compartilhamento de experiências e ideias. Hoje, isso pode ser exemplificado por alguns eventos veganos como feiras e festivais que abrem espaço também para questões de direitos humanos.

Contudo, se quem defende o veganismo interseccional condiciona o veganismo a outras causas e declara que esse é “o verdadeiro veganismo”, isso pode ter um efeito segregador; porque ao mesmo tempo em que se visa uma aproximação com outras causas, a ideia de um “verdadeiro veganismo”, que estabelece um conflito mesmo dentro de uma consideração ética em comum, favorece distanciamentos e divisões dentro do movimento vegano.

Veganos que não se identificam com o veganismo interseccional podem argumentar que essa intersecção não é a questão-base do veganismo, apontando para a definição do veganismo e para que já existem inúmeras causas dedicadas aos interesses humanos enquanto o veganismo é a única que combate de forma abrangente o especismo. Porém não deixa de ser importante estabelecer diálogo para consideração de outras causas e movimentos que envolvem opressão e justiça social.

Uma preocupação comum em relação ao veganismo interseccional é como abordar direitos humanos em diálogo com um movimento que surge pela defesa dos direitos animais sem ter atitudes especistas. Há veganos interseccionais que defendem que a contestação de determinadas práticas de exploração animal que ocorrem em determinados grupos só são válidas quando provenientes de pessoas que pertencem a esses grupos – recorrendo ao identitarismo e invalidando a contestação de quem não faz parte desses grupos, o que entra em conflito com a premissa do veganismo.

Um exemplo dilemático é que veganos interseccionais são contra a defesa da proibição do “sacrifício ritual” de animais por julgá-la como imposição. Por outro lado, há um conflito com a concepção ética comum do veganismo que reconhece como imposição o que é um dano irreversível causado a um animal, que é o seu fim em decorrência da morte prescindível que é imposta. Segundo Chuahy (2009, p. 107-108), “galinhas, cabritos e ovelhas são degolados depois de passarem horas esperando a morte. [...] A cultura e a liberdade religiosa devem ser preservadas, desde que não infrinjam a liberdade alheia. O sofrimento e a morte desses animais contrariam seus próprios interesses”.

Alguém pode alegar, como já ocorreu, que seria preciso proibir também o ato de comer peru no Natal, que depende de muito mais mortes. Porém o ato de comer peru durante uma celebração cristã de ampla aceitação social não é um “sacrifício ritual”, mas uma convenção tradicionalizada pelo capitalismo com base em hábitos normalizados de consumo. Não há nesse caso um privilégio religioso em detrimento de outro, embora a exploração de animais no Ocidente e em países ocidentalizados tenha sido favorecida pela moral judaico-cristã ocidental.

Carol J. Adams pontua que a carne consumida hoje vem de um mundo de mercadorias, um mundo capitalista em que prevalece o quarto estágio do consumo de carne (2018, p. 223). Assim esse consumo maioritário de carne não estabelece maior conexão senão com um mero desejo de consumo e/ou de lucro que também corresponde a uma concepção neoliberal da globalização pela desterritorialização das tradições de consumo – o que favorece o que Canclini (2015) classifica como um processo de homogeneização do mercado mundial.

A oposição de veganos interseccionais à proibição do “sacrifício ritual” não é tão recente. Para exemplificar isso utilizamos uma publicação do escritor e autor do blog Veganagente, que promove o veganismo interseccional, Robson Fernando de Souza. Ele é contra essa proibição, conforme seu artigo de opinião publicado em 19 de novembro de 2015, com o título “Resposta ao texto Debates interseccionais e veganismo – Partes I, II e III”. “Em outras palavras, não é que o VI [veganismo interseccional] seja a favor da perpetuação do sacrifício animal em religiões perseguidas, mas sim que adeptos veganos desses credos tenham reconhecido seu poder de influenciar reformas éticas em suas culturas e promover aquilo que brancos de influência europeia nunca serão capazes de fazer com a mesma competência.” Souza sustenta que “não se pode tomar de assalto o lugar de fala”. Para ele, veganos sem relação com essa vivência não têm condições de interferir, defendendo que a mudança deve partir de sujeitos veganos ligados a essa realidade; e também como uma reação ao que coloca no texto como uma “imposição colonialista do veganismo”.

Embora faça uma generalização discutível na afirmação de que a defesa da proibição dessa prática é feita somente por “brancos de influência europeia”, ele tem razão quanto a veganos com essa vivência contarem com saberes que outros não têm, podendo ser facilitadores de uma consciência outra sobre o impacto da morte do animal para o próprio animal. Sem dúvida, uma mudança comportamental é sempre preferível a uma legal⁶⁴. Mas esse discurso, pela perspectiva abolicionista inerente ao veganismo, não pode ser usado para argumentar que veganos que não pertencem a esses grupos não têm o direito de reivindicar o fim dos “sacrifícios rituais” ou que não podem participar de uma negociação sobre o tema porque não têm a vivência dessas práticas. O veganismo não é relativista, já que reprova o que é um grave e irreversível dano ao animal, independentemente de quem o pratique. Se fazemos essa distinção, ela é inválida para o animal enquanto expressão de sua realidade, pela distinção que ele não faz em relação a quem lhe impõe, por exemplo, a morte – se a prática é ou não ritualizada, já que o problema para o animal não está na motivação e sim na ação.

Esse tipo de posicionamento revela uma apropriação. Se há uma perspectiva de que defender o fim do “sacrifício ritual” sem estar inserido nesse contexto é uma imposição a um grupo oprimido sob a perspectiva interseccional, a imposição é colocada pelo que é causa humana em relação ao veganismo e em detrimento dos interesses de outros animais. No veganismo, os animais não humanos são reconhecidos como oprimidos, e de forma mais extrema, pela permissão e normalização de subjugar-los e matá-los sem que isso seja visto como

⁶⁴ Ainda que esse tipo de proibição legal não possa ser viabilizada no Brasil sem ouvir as partes interessadas e sem discutir alternativas.

um erro ou maiormente reprovado, mesmo quando as práticas não são imprescindíveis à manutenção da vida humana e pode-se buscar alternativas. Afinal, usando também como referência Adams (2018), o que normalizamos sobre outros animais não normalizamos em relação aos humanos. Trazemos também um argumento de Peter Singer que explicita a desvantagem de outros animais em relação aos humanos:

Em comparação com outros movimentos de libertação, o Animal Liberation tem muitas desvantagens. A primeira e mais óbvia é o fato de que os próprios membros do grupo explorado não podem fazer um protesto organizado contra o tratamento que recebem (embora possam e protestem com o melhor de suas habilidades individualmente). Temos que falar em nome daqueles que não podem falar por si mesmos. [...] A Libertação Animal exigirá maior altruísmo por parte da humanidade do que qualquer outro movimento de libertação, já que os animais são incapazes de reivindicá-lo para si mesmos, ou de protestar contra sua exploração por meio de votos, manifestações ou bombas (SINGER, 2020, p. 7 e p. 33).

Além disso, usar o termo colonialismo para associá-lo a uma contestação da exploração animal é controverso. A exploração animal, conforme apresentada no primeiro capítulo, é precedente ao colonialismo, embora tenha se intensificado com o capitalismo, que foi beneficiado pelo colonialismo.

Assim, o capital existiu muito tempo antes que a América. Contudo, o capitalismo como sistema de relações de produção, isto é, a heterogênea engrenagem de todas as formas de controle do trabalho e de seus produtos sob o domínio do capital, no que dali em diante consistiu a economia mundial e seu mercado, constituiu-se na história apenas com a emergência da América (QUIJANO, 2005, p. 115).

É preciso ter cuidado com o uso indiscriminado de determinados termos, porque, como observado por Martín-Barbero, nem tudo, mesmo quando “vem de cima”, é uma reprodução de valores da classe dominante, já que há coisas que respondem a outras lógicas que não a da dominação (2008, p. 114). Teofrasto, que contestou os “sacrifícios rituais” na Grécia Antiga, também citado no primeiro capítulo, teve sua posição influenciada pelos egípcios. Como lembra-nos Hartog (2004), há historiadores que creem que Pitágoras, normalmente citado como o primeiro filósofo da Grécia a fazer críticas à exploração animal, e que também estimulou a realização de rituais sem uso de animais, não era de origem grega, mas etrusca ou síria. Sua posição foi influenciada pelo que Hartog chama de “não grecidade”⁶⁵. O poeta e filósofo sírio al-Ma‘arrī, também já referenciado, não era privilegiado, ganhava pouco e vivia no século XI o que pode ser chamado de veganismo antes da definição do veganismo na Inglaterra. A

⁶⁵ Em referência à influência de um mundo não grego.

percepção de Voltaire sobre a contestação do “sacrifício ritual” teve influência do jainismo indiano. Ele cita que Pitágoras foi influenciado pelo pensamento naturalista de Mokhos ou Moco de Sídon⁶⁶, partindo depois para o Egito. “Para alguns, Pitágoras, foi em seguida para a Babilônia, mesmo até a Índia para encontrar-se com os “magos” (VOLTAIRE, 2021, p. 14).

A lógica do veganismo interseccional que surge pela premissa de ser inclusiva é excludente quando há uma defesa de que determinadas práticas de exploração e morte de animais não podem ser contestadas por quem não tem ou teve uma relação com o que envolve essas práticas. Isso também pode fazer parecer que veganos só podem reprovar o que não entra em conflito com o que é reivindicado pelas causas que são acolhidas nessa intersecção, condicionando o desenvolvimento do veganismo ao que é, por imanência, interesse humano. Mas não são pessoas que propõem mudanças em uma realidade que foram influenciadas por pessoas de outras realidades? O que foi apresentado até agora mostra que foram as relações de fronteira que geraram transformações. Logo em relação à oposição à exploração animal, não se pode afirmar que é apenas uma questão de sujeitos do Ocidente em relação ao mundo se a contestação já existia também fora do Ocidente.

A forma como é reivindicada a intersecção de causas pelo veganismo interseccional não reflete uma horizontalidade de lutas se usada para reproduzir o que prioriza o interesse humano mesmo em uma situação em que ignorar o interesse de outros animais incorre em evitável imposição de violência e morte. Isso é relativizar o que é relevante à libertação animal, secundarizando os interesses de outros animais mesmo em um movimento que existe para defendê-los do especismo. Ao mesmo tempo em que o veganismo interseccional reivindica uma convergência, um alargamento de abrangência, é proposto um impedimento se quem não vive uma determinada realidade não pode opor-se a ela, reivindicando seu fim, por ser um lugar de uso de animais que nunca ocupou ou sobre o qual não tem nenhuma vivência – recorrendo-se ao identitarismo. Isso é ignorar que o veganismo não surge para privilegiar a experiência humana, não importando o lugar que ocupamos, mas exatamente pela necessidade de olhar para uma experiência outra, que é não humana. É sobre um outro tipo de alteridade, sobre o lugar de outros animais como vítimas, e principalmente vítimas do que é irreversível sobre suas vidas e mortes.

Qualquer grupo que realize uma prática de exploração, violência e morte de animais poderia usar a justificativa da tradição e alegar também que pessoas que não estão inseridas nessa realidade não podem reivindicar seu fim, assim como os mesmos argumentos utilizados

⁶⁶ Sídon era uma cidade fenícia que hoje pertence ao Líbano

em oposição a quem é favorável à proibição de determinadas práticas. A farra do boi, por exemplo, é proibida, e não há veganos interseccionais que defendem que teria sido melhor não proibir. Embora a prática seja baseada em soltar um animal em uma área para persegui-lo, atacá-lo e então matá-lo quando ele estiver exausto, farristas sustentam que realizá-la é uma tradição e uma prática também sacrificial. No site da Prefeitura de Florianópolis (2019) consta que a farra do boi teria sido trazida ao Brasil por imigrantes açorianos entre 1748 e 1756.

Originalmente, o boi era engordado, fazia-se a farra, e em seguida o animal era sacrificado para servir de alimento. Com o passar do tempo, a prática se modificou. [...] O significado do ritual é ainda desconhecido, sendo atribuído a ele por alguns uma conotação simbólica-religiosa referente à Paixão de Cristo, onde o boi faria o papel de Judas; outros entendem que o animal simboliza Satanás e através da tortura do Satanás as pessoas se livrariam de seus pecados. Desde as últimas décadas, a farra do boi ocorre com frequência no litoral de Santa Catarina, em cerca de trinta comunidades, geralmente de pescadores, notavelmente no município de Florianópolis, Porto Belo, Bombinhas, Governador Celso Ramos (PMF, 2019).

Sendo a farra do boi realizada principalmente em comunidades de pescadores, ou seja, não estamos nos referindo a pessoas economicamente privilegiadas, e que também podem ser vistas como parte de uma minoria, o argumento de “não tomar de assalto o lugar de fala” também poderia ser aplicado a esse exemplo. Por isso há uma inconsistência ao antagonizar a proibição de determinadas práticas, mas não de outras, se os argumentos valem para os mesmos casos, ainda que tenham suas diferenças e especificidades. Isso também não quer dizer que tudo se resolve com a proibição. Se a farra do boi continua sendo realizada ilegalmente em Santa Catarina é porque há uma resistência a esse reconhecimento que depende também de uma mudança de percepção sobre a farra do boi por parte de quem não vê problema em praticá-la; o que torna relevante não apenas a fiscalização como o diálogo, principalmente em relação às novas gerações.

Outro exemplo que também entra em conflito com o relativismo no veganismo interseccional é a defesa da proibição do comércio e consumo de carne de cachorro e de gato no Festival de Lichia e de Carne de Cachorro de Yulin, na China. O evento é realizado anualmente, com data variável, mas sempre no mês de junho. Se veganos interseccionais são contra a proibição de determinadas práticas que envolvem o uso de animais, mas não de outras, o discurso contrário à proibição serve apenas à priorização de alguns grupos vistos como merecedores, assim excluindo outros. A controversa acusação de que há uma “imposição colonialista” na proibição dos “sacrifícios rituais” poderia ser usada contra veganos interseccionais que concordam com essa afirmação ao mesmo tempo em que defendem a proibição do consumo de carne de cachorro no festival chinês. Ao cobrarem uma atitude do

governo chinês que assegure essa proibição, brasileiros estão dizendo o que deve ou não ser consumindo em um festival asiático.

Um abaixo-assinado ainda ativo e criado no site Change.org pelo movimento Nação Vegana Brasil (2018) é o maior do mundo em oposição a esse festival. Ultrapassou 3,3 milhões de assinaturas em 2023 e ganhou versões em inglês, russo, espanhol, alemão, turco e francês. É uma iniciativa sobre a qual há um massivo apoio do movimento vegano brasileiro. Também é endossado por muitos não veganos, já que é mais fácil conquistar apoio de brasileiros contra o consumo de carne de cachorro e de gato em outro país do que contra o elevado consumo de animais no Brasil, como os criados por meio da pecuária. Em números, são absurdamente maiores do que o consumo de cães e gatos na China. Para exemplificar essa diferença, a organização Animals Asia (2023) estima que 10 milhões de cães e quatro milhões de gatos são abatidos por ano na China. No Brasil, em 2022, 6,96 bilhões de bovinos, frangos e suínos foram abatidos somente em frigoríficos regulamentados do Brasil, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023).

Na intersecção com outras causas, o veganismo não pode perder de vista o que é o impacto da experiência não humana em relação à humana. Do contrário, torna-se apenas mais um movimento em que os animais não humanos são considerados apenas quando seus interesses não entram em conflito com interesses humanos, e mesmo em situações em que esses interesses não dependem da manutenção da vida humana.

No veganismo é problemática a defesa de que só se pode contestar uma prática e participar dessa negociação ou transformação quem está inserido diretamente nessa realidade. Isso poderia ser estendido a muitas outras práticas que envolvem exploração animal que poderiam ser classificadas como expressões identitárias. E sendo, como o veganismo interseccional, que não oferece igual consideração a todas, poderia justificar contestá-las sem oferecer a mesma prerrogativa oferecida a outros grupos? Não fazer isso também é relativismo.

Isso se dá também por um olhar que partindo do que propõe o veganismo interseccional é dividir a realidade a um paradoxal reducionismo de hegemônicos e subalternos, com veganos que não são interseccionais sendo acusados de reprodução de valores hegemônicos. Ao mesmo tempo essa interseccionalidade prioriza a importância do lugar humano pelo que afirma ser contra-hegemônico, enquanto deixa os animais não humanos à mercê de algo que pode ou não ser concretizado. Essa perspectiva não contribui para a busca de soluções ao ser definida como contra-hegemônica como se o conflito fosse estabelecido com o que não é não hegemônico.

No artigo de opinião “Debates interseccionais e Veganismo – Parte III – Não há caminho para o Veganismo: O Veganismo é o caminho”, publicado pela Agência de Notícias de Direitos

Animais (ANDA) em 3 de novembro de 2015, Bruno Frederico Müller, historiador e doutor em história pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) aponta, numa construção textual próxima de um desabafo, o que considera um problema a partir da década passada, que é o relativismo no veganismo interseccional:

Continuo tão firme quanto antes na defesa da dignidade inerente de TODAS as pessoas (humanas e não humanas) – ao contrário de muitos ‘novos movimentos sociais’ que são seletivos nas suas solidariedades e relativistas em tantas outras – um prisioneiro, um torturado ou uma criança violada podem ter mais valor que outros na mesma situação, se o Estado ou a ideologia que desrespeitam a dignidade dessas pessoas for opressora ou ‘libertária’, inimiga ou amiga. Meu compromisso político não mudou uma linha desde a juventude, nem deixou jamais de se guiar por uma consciência universalista – não acredito em bons tiranos nem em relativismos. [...] Pessoas de outros movimentos, a princípio, são bem-vindas. Elas têm uma grande contribuição para dar ao veganismo, se quiserem dialogar e não ditar. [...] Pois adentrar o veganismo relativizando o abolicionismo é como adentrar o movimento de direitos humanos relativizando a tortura ou a pena de morte (MÜLLER, 2015).

A posição de Müller, pela rejeição do relativismo, é oposta à de Souza, o que coincide com os problemas e argumentos já apresentados. Não há um desmerecimento a outros movimentos, como podemos perceber na distinção estabelecida entre “dialogar” e “ditar”. A crítica não é sobre antagonizar movimentos, e sim sobre posições que entrem em conflito com o veganismo. Logo o embate, e que continua sendo atual no meio vegano, surge pela constante disputa de sentidos, conforme poderá ser percebido ao longo da dissertação. É também o que torna relevante a importância do diálogo como meio de negociação.

Outro exemplo que é motivo de conflitos é o interesse na proibição da circulação de veículos de tração animal no país pela crescente relação entre maus-tratos e uso de carroças. Há uma multiplicação de notícias de abandono de animais quando deixam de ser considerados úteis a uma finalidade econômica, como as que justificam também a existência de entidades como a Brasil Sem Tração Animal.

Veganos interseccionais que se posicionam de forma desfavorável a esse tipo de proibição justificam que é uma ação prejudicial às classes mais baixas. O argumento mais comum é que se utilizam carroças de tração animal não o fazem por opção. Mas nesse caso, a partir da perspectiva vegana, pelo que é combate à exploração animal, seria desconsiderar a opressão não humana e, sendo imposição aos animais, é impossibilidade de opção a quem não é humano. Em Curitiba (PR), em 27 de outubro de 2015, foi sancionada a Lei nº 14.741, proibindo veículos de tração animal na área urbana da cidade. A iniciativa que originou a lei envolveu um programa de análise de impacto e adaptação para a população usuária de veículo

com tração animal. Hoje há vários projetos de lei sobre o tema na Câmara dos Deputados e um dos mais antigos é o PL 6357/2013.

A solução para esse impasse, e que é um exemplo de negociação em que se prioriza as convergências em vez das diferenças, é não somente proibir a circulação de carroças como oferecer alternativas para que quem tem como fonte de renda a tração animal faça uma transição para uma atividade análoga sem o uso de animais, ou outra atividade, e que seja possível ter uma fonte de renda mais compensatória. Isso seria conciliar o que é ético com o que é pragmático, porque não quer dizer que quem deixaria de usar animais o faria pelos animais, mas não deixaria de atender a um objetivo que surge por motivação ética, que é reduzir a exploração animal.

Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) deixam claro que a interseccionalidade tem um vínculo de longa data com a agenda dos direitos humanos. Em relação aos direitos animais, isso ainda é recente e a consideração do veganismo interseccional em relação às causas humanas não quer dizer que há reciprocidade dessas causas em relação ao veganismo; uma reciprocidade que depende de uma práxis, já que o veganismo depende também de sua prática, pelas implicações de sua não prática.

Um ponto favorável ao veganismo interseccional é a possibilidade de mostrar a pessoas engajadas em outras causas e que não são veganas que há uma abertura para discussões de assuntos que lhes são prioritários. Isso pode resultar em uma percepção sobre as pautas do veganismo como relevantes para discussões sobre opressão e justiça social em outros movimentos. Essa abordagem, dependendo de como é feita e recebida, pode ter um resultado benéfico ao movimento vegano, favorecendo não apenas o veganismo interseccional. Mesmo quando outros movimentos não olham para o veganismo, mas veganos reconhecem neles um potencial de relação com a causa vegana, ações que possam estabelecer uma proximidade ajudam a ampliar o trânsito dessas causas. É nessa ampliação que o que é ético e político também ganha ressonância pelo que é benefício mútuo.

Collins e Bilge (2021) chamam a atenção para a importância do amadurecimento em relação à interseccionalidade, por tratar-se de prática em processo de constante aperfeiçoamento. A interseccionalidade também pode ser percebida, pela sua comunhão de convergências e diferenças que passam a ocupar os mesmos espaços, como um processo em condições de ir ao encontro do que Canclini (2019) chama de “um mundo mais traduzível”, que também é “convivível”.

Quando se trata de justiça social, a interseccionalidade exige mais que crítica e implica transformar análises críticas em práxis crítica. Além disso, à medida que a interseccionalidade desenvolve uma consciência mais profunda sobre o modo como a justiça social tem e pode influenciar a própria investigação e práxis críticas, ela se torna mais bem posicionada para investigar suas conexões com projetos que apresentam preocupações semelhantes com respeito à justiça (COLLINS; BILGE, 2021, p. 293)

O veganismo interseccional não segue uma fórmula, não se constituindo basicamente como um movimento homogêneo dentro de outro movimento. É uma forma de veganismo em relação com outros movimentos, a partir de sujeitos e coletivos articulados às suas maneiras com base no entendimento que possuem do que deve ser essa intersecção. Esse posicionamento pode ser encontrado em organizações, sites, grupos e perfis em redes sociais – como o já citado blog Veganagente, rede União Vegana de Ativismo (UVA), movimento Nação Vegana Brasil e Frente de Ações pela Libertação Animal (FALA), para citar alguns exemplos.

Collins e Bilge concluem que há estudos que mostram que os *insights* entre desigualdade social e opressão são importantes para a compreensão do funcionamento da desigualdade, de como as opressões intra-humanas funcionam e sua interseção com a opressão de humanos contra não humanos. “Nesse sentido, a justiça social pode fornecer um marco ambicioso de interesse compartilhado que, simultaneamente, expande e aprofunda o projeto crítico da interseccionalidade (2021, p. 293).

Mas alguém não se identificar como vegano interseccional não significa ser um vegano que não se importa com causas humanas. Há veganos que defendem outras causas fora do contexto do veganismo. Isso pode ter relação com um interesse em não fazer parecer que ser vegano deve estar condicionado a outras questões. Também não quer dizer que todos os veganos estejam dispostos a apoiar o mesmo número de causas ou os mesmos movimentos. Em cada um desses exemplos o que aproxima essas pessoas do veganismo, e identifica-as como veganas, apesar das diferenças e antagonismos, é a rejeição à exploração e matança de animais pelo seu reconhecimento como forma de opressão; pela defesa do que pode ser evitável em relação ao mal provocado a quem é vulnerável por sua condição não humana.

Há veganos que não adotam especificidades dentro do veganismo, atendo-se apenas ao que sobre o veganismo é a sua definição comum, o que não impede de serem definidos por elas a partir de outras pessoas e grupos. Assumir um tipo de veganismo dentro do veganismo nunca deixa de ser uma forma de estabelecer algum tipo de conflito com outras perspectivas sobre ser vegano, porque é situar-se em um grupo e não em outro. Isso também ocorre quando uma pessoa

não está inserida em um grupo, coincidindo com o exemplo de pessoas que vivem o que pode ser definido como veganismo, mas não se definem como veganas.

Hoje isso tem relação com as tensões associadas ao que sobre o veganismo é também questão identitária, ainda que o foco do veganismo, na sua definição, não seja o próprio ser vegano – já que o movimento vegano existe não com o fim no próprio vegano. Afinal, o veganismo não surge para reivindicar direitos para veganos. Se hoje o veganismo assume a forma de veganismos é porque há uma acentuação das diferenças. Mas isso não ocorre somente nesse movimento e sim em qualquer movimento conforme ganha mais adeptos. No entanto, se as diferenças prevalecem inviabilizando diálogos, um movimento pode prosperar em um sentido amplo de sua constituição?

A questão interseccional também pode ser vista como uma subjetividade quando se fala em opressões, causas e movimentos de justiça social, porque embora logo se pense em gênero, raça e classe social, há uma grande diversidade que envolve esses temas. Equivocado também seria afirmar que todos os veganos interseccionais compartilham do mesmo posicionamento em relação a todas as questões ou dilemas interseccionais. Também é preciso questionar se assumir-se como interseccional é uma práxis crítica, como colocado por Bilge e Collins (2021), já que essa identificação só gera transformações se houver essa conciliação. Esse também é um ponto crítico porque afirmar-se interseccional ao mesmo tempo em que não se tem uma atuação condizente com o que é afirmado é equivocado.

Se a expansão do veganismo depende da comunicação que deve ser estabelecida com outras pessoas é preciso encontrar um ponto de convergência para que o veganismo faça sentido para quem não é vegano. Nisso, o que é veganismo abolicionista, o que é veganismo pragmático e o que é veganismo interseccional (que também ganha forma por meio do veganismo popular), são perspectivas do veganismo dentro do veganismo que despertam identificação em algumas pessoas e não em outras, que aproximam algumas pessoas e não outras. Além disso, há pessoas que podem transitar entre essas formas de veganismo. Em algum momento, também podem mudar suas percepções e se identificarem com uma forma com a qual antes não se identificavam, externando uma complexidade ainda maior.

3. MOVIMENTO EM DISPUTA: ESTRATÉGIAS, ASTÚCIAS, TRAMPOLINAGENS E APROPRIAÇÕES

No terceiro capítulo, trazemos as posições do veganismo popular e do veganismo pragmático (ou estratégico) a partir de seus próprios sujeitos. O propósito é apresentar as diferenças entre eles que levam aos conflitos referentes a consumo e política. Há um embate que, em relação aos objetivos do veganismo ou ao que é favorável ao veganismo, concentra-se principalmente nos meios para alcançá-los. Por essa disparidade em relação aos meios, e pelo que é relevante em relação à política e consumo para um e para o outro, há também uma luta semântica que envolve a percepção de um movimento em relação ao outro e sua definição, afirmação e processos de apropriação.

Sobre o veganismo popular, partimos da definição de Sandra Guimarães, da União Vegana de Ativismo (UVA), iniciativa que promove o veganismo popular e sobre a qual há uma relação com outros sujeitos que também são trazidos neste capítulo, como o projeto Vegano Periférico e o Movimento Vegano Anticapitalista (MOVA), de Porto Alegre (RS). As publicações utilizadas estão on-line e são baseadas nos sites e blogs do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), da UVA, do MOVA, do Vegano Periférico e da coluna “Visão do Corre”, utilizada também pelo Vegano Periférico no Portal Terra, assim como a coluna da Xepa Ativismo, no site da Mídia Ninja.

Sobre o veganismo pragmático, partimos da definição de Lucas Alvarenga, da organização Mercy For Animals (MFA), com base no site Veganismo Estratégico, assim como utilizamos publicações de outros sujeitos que colaboraram com o mesmo site e que atuam em organizações como Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB) e Good Food Institute (GFI) Brasil. A iniciativa é inspirada no site Vegan Strategist, de Tobias Leenaert, que é uma referência em veganismo pragmático e autor do livro *How to Create a Vegan World: A Pragmatic Approach* (Como Criar um Mundo Vegano: Uma Abordagem Pragmática), de 2017, que também utilizaremos neste capítulo.

Com base no que é sugerido por Martín-Barbero e Canclini, apresentamos a partir dos exemplos escolhidos como ocorrem as mediações e negociações envolvendo o veganismo popular e o veganismo pragmático. O primeiro exemplo é o do MST cedendo um espaço em seu site oficial para que Sandra Guimarães argumente em um artigo de opinião publicado em 10 de novembro de 2021, intitulado “MST e Veganismo Popular”, em defesa do veganismo popular para um movimento que não defende a libertação animal. Isso é feito com base na posição interseccional do veganismo popular. Ou seja, é pela acolhida das reivindicações do

MST que há uma intenção que se propõe a gerar uma consideração por aproximação. Além disso, comparamos esse texto centrado na posição anticapitalista com outro centrado na abordagem abolicionista dos direitos animais, *On Capitalism and Animal Exploitation* (Sobre o Capitalismo e a Exploração Animal), publicado por Gary Francione no Facebook em 5 de setembro de 2019. A intenção é mostrar que as semelhanças e diferenças, que também resultam de mediações, surgem de acordo com a posição de seus sujeitos e como isso reproduz a defesa do que é mais relevante aos movimentos.

Para exemplificar como os discursos ganham homogeneidade no veganismo popular, e também porque visam fortalecê-los, também usamos o artigo de opinião “Por que o veganismo popular apoia o MST”, de 18 de maio de 2023, publicado pelo projeto Vegano Periférico na coluna “Visão do Corre”, no portal Terra. O exemplo serve para mostrar não apenas o que já foi apontado em relação ao texto de Sandra Guimarães como também evidenciar que o espaço usado pelo Vegano Periférico para expressar sua posição já resulta de uma mediação, em que é possibilitada uma exposição em defesa do que é contra-hegemônico a partir do que é hegemônico.

Também abordamos como, por meio de práticas discursivas, ocorrem as apropriações em torno dos sentidos do político, do consumo e do popular, e uma homogeneização dos discursos anticapitalistas. Para isso, também usamos como exemplo o artigo de opinião “Polícia Vegana – disputa de narrativas e coerência da prática vegana”, publicado em 17 de março de 2021 pelo Movimento Vegano Anticapitalista (MOVA) em seu blog e também republicado pela União Vegana de Ativismo (UVA) em seu site, visando ampliar o alcance desses discursos.

Além de apresentar a posição do veganismo pragmático, os artigos de opinião “Os princípios básicos da abordagem pragmática no ativismo vegano”, de 20 de maio de 2018, e “BRF, Nestlé, Unilever, Burger King e McDonald’s estão de olho no mercado vegano”, de 19 de janeiro de 2019, publicados por Lucas Alvarenga no site Veganismo Estratégico, assim como o artigo de opinião “O ativismo é de mercado, também”, de 13 de setembro de 2018, de Guilherme Carvalho, da Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB), publicado no mesmo site, são usados para mostrar que essa abordagem, por meio de negociações, visa um uso do que é hegemônico para favorecer o que é não hegemônico.

A principal diferença que poderá ser percebida está nas negociações que são buscadas pelo veganismo pragmático e que são antagonizadas pelo veganismo popular, embora nenhum desses movimentos deixe de estabelecer negociações, já que de outra forma não teriam como crescer e ganhar maior expressão.

Se para o veganismo popular o mercado está “cooptando” o veganismo, para o veganismo pragmático o veganismo pode gerar transformações no mercado. A primeira posição surge pelo que seus sujeitos consideram inegociável partindo de uma defesa anticapitalista. Já a segunda reconhece as contradições da sociedade capitalista e defendem que o momento é de promover negociações para que sejam viabilizadas transformações em relação com o mercado e que favoreçam novas relações de consumo. Nisso também interessa-nos a disputa de sentidos em que os argumentos são baseados nos meios utilizados por cada um em defesa da sua posição, e uma defesa que tende a ser colocada como mais favorável para se alcançar os objetivos do veganismo.

Mas primeiro apresentamos cada um desses movimentos em relação ao que eles propõem e no que é “não relação” entre eles, mesmo que os dois movimentos existam a partir do que é comum ao veganismo; surgindo somente em um período mais recente as apropriações que são baseadas nas diferenças ou que levam às diferenças e que resultam em disputas, como é perceptível sobre os discursos de cada um.

Também mostramos como a profissionalização do movimento vegano é defendida por sujeitos do veganismo pragmático a partir do artigo de opinião “A importância da profissionalização do movimento vegano no Brasil”, de Alvarenga, de 27 de maio de 2018, e quais conflitos são estabelecidos a partir disso; o que também tem relação com os sentidos atribuídos no meio vegano e as negociações que são estabelecidas e demandadas a partir desse meio.

Usamos também o artigo de opinião “Será que mais produtos é o caminho? O veganismo popular não é o mesmo que o veganismo de mercado”, publicado pelo Vegano Periférico em seu blog em 23 de novembro de 2020 e atualizado em 19 de janeiro de 2021, e os conceitos de mediação e negociação de Martín-Barbero (2008) e Canclini (2015) como referência para compreender por que a visibilidade do veganismo pragmático é maior em meios hegemônicos. Isso tem relação tanto com o que é apresentado sobre a profissionalização nesse meio quanto com os próprios conceitos e posicionamentos dos defensores da abordagem pragmática.

Como os movimentos pelos direitos animais e vegano crescem também como consequência do ativismo on-line, pelas constantes e novas interações que são estabelecidas, mostramos como outras mudanças surgem também nas relações com os meios. Usamos como exemplo o envolvimento da plataforma de abaixo-assinados Change.org, com base em uma ação de maio de 2023, que tem envolvido sua estrutura, incluindo uma assessoria e participação presencial em reivindicações favoráveis aos animais a partir desses movimentos.

Utilizamos também as contribuições de Collins e Bilge (2021), assim como Tarrow (2009), para problematizar o ativismo on-line no que diz respeito aos conflitos com o poder econômico. Ao mesmo tempo, analisamos como o fator econômico, pelo sistema econômico em que estamos inseridos, é um meio também que influencia e determina o alcance do ativismo, assim como estabelece limitações. Nisso há uma consideração feita a partir de um olhar para o veganismo pragmático e sua relação com a profissionalização do movimento vegano.

Na sequência, a Mercy For Animals Brasil é trazida para exemplificar a atuação de uma organização que adota a abordagem pragmática do veganismo e quais conflitos são estabelecidos por uma posição que está mais aberta às negociações que não são admitidas no veganismo popular; e como na relação com o que foi apresentado antes a abrangência e visibilidade dessa ONG não podem ser dissociadas de uma atuação pragmática. O que também interessa-nos sobre a MFA Brasil é como a entidade adapta-se às mudanças em relação com o movimento vegano, que é também uma característica da posição pragmática. Para abordar isso, usamos sua criação do Fundo de Apoio a Periferias Antiespecistas (FunAPA) em 2022, voltado ao veganismo nas periferias, que é também um meio de estabelecer uma proximidade com o que tende a ser mais associado ao veganismo popular. Isso é feito também com um viés interseccional.

Também evocamos o contraditório na luta semântica que envolve esses movimentos ao mostrar por meio do texto “3 livros acessíveis sobre veganismo que você precisa ler”, do *Vegano Periférico*, publicado na coluna “Visão do Corre”, no Terra, em 3 de maio de 2023, que mesmo na oposição do veganismo popular ao veganismo pragmático, sujeitos do veganismo popular têm referências que apoiam a abordagem pragmática. Usamos como exemplo o filósofo utilitarista Peter Singer. Como ele assina o prefácio do livro “*How to Create a Vegan World: A Pragmatic Approach* (Como Criar um Mundo Vegano: Uma Abordagem Pragmática), de Tobias Leenaert, obra que virou referência em veganismo pragmático, consolidando o apoio de Singer a essa abordagem do veganismo, sua referência pode ser usada para compreender por que a posição de quem defende a abordagem pragmática entra em conflito com as afirmações do Movimento Vegano Anticapitalista (MOVA), de colocar o veganismo pragmático como um “não veganismo”, na negação desse movimento como sendo pela libertação animal.

Para explorar as referências de uma abordagem pragmática, também recorreremos ao livro “*Ética Aplicada*”, de Singer, assim como o seu projeto *Life You Can Save* e à sua defesa do conceito de “altruísmo eficaz”. Esse conceito é referenciado por Lucas Alvarenga no já citado texto sobre a profissionalização do movimento vegano, e traz exemplos da relação da posição

pragmática com o que é político e com justiça social, numa consideração também sobre a vida humana. Isso ocorre também sem reivindicar uma posição interseccional.

As críticas de Singer feitas ao capitalismo e trazidas neste trabalho, assim como a da ProVeg International (organização que também defende a abordagem pragmática) no artigo *Why we need food systems that leave no one behind* (Por que precisamos de sistemas alimentares que não deixem ninguém para trás), de 16 de outubro de 2022, também evocam uma constante relação contraditória que não pode ser reduzida por outros movimentos a uma posição de permissividade, mas que surgem com essa perspectiva por uma disputa, pelo objetivo de favorecer um movimento vegano em detrimento de outro. Usamos essas referências para estabelecer também uma relação entre consumo, solidariedade e cidadania, e levando em conta o que Canclini (2015) propõe nessa relação também como ato de reprodução social.

Depois trazemos como os embates entre o pragmático e o popular dão-se também em relação à apropriação dos sentidos que envolvem também a questão do acesso ao consumo quando já não envolve o uso de animais. Para abordar isso, utilizamos também dois projetos de lei federais, 534/2020 e 2556/2019, que surgem com a promessa de favorecer o acesso aos produtos veganos. Fazemos uma comparação entre eles, porque um não estabelece restrição enquanto o outro sim, para avaliar também como o veganismo e os produtos veganos são percebidos a partir dessas propostas; o que também relaciona-se às posições de seus autores, Eduardo Bismarck e Célio Studart, em relação ao veganismo.

Também abordamos o relativismo e as contradições que surgem em relação ao consumo no meio vegano e como determinadas afirmações e crenças se propõem a sustentar uma posição inegociável. Isso ocorre mesmo que o crescimento do veganismo, ou do que pode ser favorável ao veganismo, dependa da multiplicidade das interações veganas-não veganas e das relações contraditórias que são estabelecidas; e porque também são parte das mudanças hoje possíveis em relação à produção, consumo e outros usos.

A afirmação de sujeitos do veganismo popular de que “o mercado visa cooptar o veganismo” é colocada em debate a partir da perspectiva, em que nos baseamos em Martín-Barbero (2008) e Canclini (2015), de que os consumidores não são sujeitos passivos nas relações que envolvem mudanças de consumo, se essas mudanças ocorrem pelo que é demandado por eles.

Utilizamos também o exemplo do Selo Vegano, criado pela Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB), para exemplificar como hoje centenas de empresas também submetem seus produtos ao crivo de uma organização que também promove o veganismo para que sejam avaliados se são aptos ou não para veganos; e mesmo quando é mais provável que a maior parte

dos consumidores seja composta por não veganos. Esse ato decorrente das mediações também é uma ação de adaptação às reivindicações de um movimento, mas que não restringe-se a esse movimento. Como mostraremos, isso coincide mais com a posição daqueles que não antagonizam a abordagem pragmática.

Referenciando um estudo científico publicado na revista *Science* (2018) e outro na revista *Nature* (2021), é proposto um questionamento sobre como a questão dos produtos veganos não pode ser pensada como somente em relação aos veganos, se há fatores associados a esses produtos que não correspondem somente aos interesses dos veganos. Isso evoca a importância política da facilitação do acesso, algo que também está no interesse tanto do veganismo pragmático quanto do popular, mesmo que haja diferenças entre eles sobre o que consumir e de quem consumir.

Criados por membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), os projetos de lei federais 2876/2019, 5499/2020, 508/2022 e 10556/2018 são trazidos para exemplificar a oposição sob acusação de apropriação contra os produtos veganos ou *plant-based*. Os argumentos visam induzir, valendo-se de um interesse privado para interferir em um interesse público, uma percepção desfavorável desses produtos. O que surge como resultado de uma mudança de interesse dos consumidores é ignorado para que caiba em uma contraditória lógica oposicionista, mesmo que, como mostraremos, parte da própria indústria de produtos de origem animal esteja se adaptando a essa realidade. Como trata-se de algo resultante das mediações, isso tira a sustentação por generalização das posições defendidas a partir das quatro proposições analisadas.

Também trazemos algumas conclusões com base no que foi apresentado envolvendo os conflitos que surgem pelas diferenças e disputas estabelecidas entre sujeitos veganos no que diz respeito ao consumo e a relação entre veganismo, mercado, acesso, cidadania e política.

3.1 Veganismo popular

Um embate em grande evidência hoje no veganismo envolve o veganismo popular, que é anticapitalista e interseccional, e o veganismo pragmático, que por não se posicionar como anticapitalista é chamado, pela via da apropriação dos sentidos em relação com o veganismo, também de “veganismo liberal”. Esse termo é usado por aqueles que o antagonizam e associam esse veganismo com um “veganismo apolítico” ou “veganismo de mercado”. Hoje, o meio online é o principal meio onde são dinamizadas as tensões sobre e em relação às mudanças no veganismo e seus sujeitos.

Primeiro, apresentaremos as posições dos defensores do veganismo popular e então dos defensores do veganismo pragmático com base em algumas publicações disponíveis em sites que representam os interesses de cada abordagem e que foram acessadas no primeiro semestre de 2023. Faremos alguns apontamentos, embora a prioridade seja discutir as posições de cada um mais adiante, evidenciando também contradições e convergências que tendem a ser invisibilizadas.

Em artigo de opinião publicado na página do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 10 de novembro de 2021, intitulado “MST e Veganismo Popular”, a escritora e cozinheira Sandra Guimarães, cofundadora da União Vegana de Ativismo (UVA) e autora do blog papa-capim.org, apresenta sua perspectiva do veganismo popular:

Se fui convidada pra escrever nesse espaço é porque o veganismo popular, vertente que ajudo a construir no Brasil junto com companheiras e companheiros da UVA (União Vegana de Ativismo), tem tudo a ver com a luta por reforma agrária, por soberania alimentar e contra o capitalismo, além de ser, na minha opinião, uma das mais poderosas ferramentas de descolonização. [...] Entendemos que o domínio da nossa espécie sobre todas as outras não pode ser moralmente justificado, pois se trata de uma discriminação baseada em critérios arbitrários, cuja raiz é o mesmo sistema de dominação que gera todas as outras opressões. Sendo assim, “vegana” é uma pessoa que pratica a solidariedade política com animais não-humanos através da não cooperação com o sistema de dominação e exploração que lucra com sua dor e morte. Não se trata apenas de um boicote de consumo e sim de coerência política com a causa que defendemos: a emancipação animal. E como entendemos que a exploração animal é um dos pilares que sustentam o capitalismo, o veganismo popular se compromete com a luta anticapitalista. Porém temos consciência que a derrubada do capitalismo não colocará automaticamente um fim à exploração animal, por isso insistimos na necessidade de quebrar a lógica da dominação humana sobre os outros animais. Em 2018 publiquei uma série de textos no meu blog explicando por que o movimento vegano deveria apoiar o MST e meu posicionamento continua o mesmo. Apesar do MST nunca ter defendido a libertação animal, esses dois movimentos convergem em vários pontos. Por um lado, lutamos contra as mesmas forças destrutoras: a monocultura, o agronegócio, os ruralistas, o capitalismo. Por outro lado as mudanças materiais produzidas por uma reforma agrária popular, pautada pela soberania alimentar, são as condições necessárias pra que explorar e matar animais se torne algo obsoleto. Por isso o veganismo popular vê a luta por reforma agrária popular como parte essencial do nosso compromisso político. E, inversamente, ao apoiar o veganismo popular o MST estará fortalecendo os sistemas e práticas que queremos ver reproduzidos (a agricultura familiar, a agroecologia, a alimentação saudável) e enfraquecendo as forças contra as quais lutamos (o capitalismo, a bancada ruralista, o agro, o colonialismo) e que estão destruindo as condições de vida pras gerações futuras.

No texto, Sandra promove a intersecção de causas ao mesmo tempo em que não apenas emite sua posição, mas constrói o seu discurso como sendo o discurso do movimento ao se colocar como voz desse movimento. Podemos perceber isso na colocação “o veganismo popular vê...”. Embora, como a autora admite, o MST não defenda a libertação animal, ela ter sido convidada para publicar na página oficial do movimento mostra uma abertura para uma outra

forma de pensar sobre as relações de produção e consumo, sob uma perspectiva não restrita ao impacto para humanos. Se o MST não abraça o veganismo como bandeira, isso não impede que pessoas que defendam o veganismo e que concordam com as reivindicações do MST possam propor um diálogo; até porque isso é necessário para que o veganismo seja pensado em contextos não veganos. No entanto também reconhecemos que a consideração interseccional se dá do veganismo popular em relação ao MST, mas não o oposto, o que também evidencia um desafio.

A interação de sujeitos veganos com outros movimentos, mesmo quando não estão inseridos neles, favorece um deslocamento de lugares que pode contribuir com o movimento vegano ao atrair interesse para os objetivos do veganismo. Se atualmente essa relação com o MST é defendida principalmente por coletivos e ativistas que promovem o veganismo popular, nos anos 2000 a interação com o MST era estabelecida por meio do *straight edge*, como o Coletivo Verdurada, de São Paulo (SP).

Ao declarar que o fim do capitalismo não é o automático fim da exploração animal, Sandra reconhece que o especismo precede o capitalismo e que, portanto, o especismo não deixa de existir com o fim do capitalismo. Mas como sua intenção é chamar atenção para uma posição anticapitalista, sua abordagem é menos direcionada à crítica em relação a uma realidade não capitalista de exploração animal ou como alternativa ao sistema capitalista do que a que encontramos em publicações mais enfáticas da abordagem abolicionista dos direitos animais. Um exemplo é uma publicação do professor de direito da Universidade Estadual de Nova Jersey (Rutgers) Gary Francione, que é vegano, defende o abolicionismo animal e teve alguns de seus livros publicados no Brasil⁶⁷.

Francione compartilhou em 5 de setembro de 2019, por meio do Facebook, um texto de sua autoria intitulado *On Capitalism and Animal Exploitation* (Sobre o Capitalismo e a Exploração Animal), em que sustenta que “o capitalismo como um sistema econômico tem todos os tipos de sérios problemas morais, e que estaríamos muito melhor com o socialismo democrático por muitas razões”, mas faz ressalvas:

É, no entanto, um absurdo dizer que os animais não serão mais tratados como mercadorias em sistemas não capitalistas, ou vincular a exploração animal ao capitalismo. Os animais foram mercantizados em todos os sistemas econômicos que o mundo já conheceu, incluindo os comunitários. Olhe para Cuba; certamente não é um paraíso dos direitos animais e do veganismo. E Marx achava que não havia

⁶⁷ “Introdução aos Direitos Animais”, em 2013, e “Coma com Consciência: Uma Análise Sobre a Moralidade do Consumo de Animais”, em 2014.

problema em explorar os animais como uma questão teórica. Os animais têm sido historicamente tratados como coisas em ambientes tribais e em situações que não têm nenhuma semelhança com o capitalismo. Os povos nativos, que são romantizados por teóricos críticos e promotores da exploração artesanal de animais, exploraram animais. O fato de terem "agradecido" ao animal que foi morto é irrelevante para o animal. Houve coletivos anarquistas em que os animais eram consumidos. Resumindo: se a posição moral é que os animais são coisas, não importa qual seja o sistema econômico (capitalista, socialista, anarquista, etc.). A posição moral de que os animais são coisas precede o sistema econômico; na verdade, a crença de que os animais são coisas é um exemplo impressionante de como a moralidade não é determinada apenas ou mesmo principalmente pelo sistema econômico. [...] Seria mais fácil educar sobre o veganismo em uma sociedade socialista democrática porque a mídia não seria controlada por exploradores corporativos de animais. Mas a exploração animal continuará enquanto as pessoas aceitarem a visão moral de que os animais são coisas independentemente do sistema econômico. [...] Em suma: não pode haver dúvida de que a tendência em um sistema capitalista é mercantilizar tudo o máximo possível. Mas a posição moral básica de que os animais são coisas que podem ser usadas como recursos humanos não é exclusiva do capitalismo (FRANCIONE, 2019, tradução nossa).⁶⁸

A posição de Francione, que reflete sua abordagem abolicionista dos direitos animais, é a de não ser condescendente com nenhum sistema ou prática que entre em conflito com os interesses dos animais; o que está no interesse da própria definição do veganismo. É perceptível que na crítica feita por ele há um argumento que coincide com o que encontramos também no veganismo popular, de que o “sistema capitalista tende a mercantilizar tudo o máximo possível”, já que “no capitalismo a expansão está motivada preferencialmente pelo incremento do lucro” (CANCLINI, 2018, p. 31). Mas também notamos sua preocupação em frisar que não se deve limitar o discurso contra a exploração animal a um discurso concentrando no anticapitalismo. Isso é coerente com o que preconiza o veganismo porque, do contrário, a exploração de animais sem fins econômicos ou que surge como alternativa ao capitalismo estaria excluída dessa consideração, podendo resultar em relativização, como no exemplo em que alguém opta por criar animais para matar sem a intenção de comercialização.

⁶⁸ It is, however, nonsense to say that animals will no longer be treated as commodities in non-capitalist systems, or to link animal exploitation with capitalism. Animals have been commodified under *every* economic system the world has ever known, including communitarian ones. Look at Cuba; it's certainly no haven of animal rights and veganism. And Marx thought it was just fine to exploit animals as a theoretical matter. Animals have historically been treated as things in tribal settings and in situations that bear *no* resemblance to capitalism. Native peoples, who are romanticized by critical theorists and promoters of artisan animal exploitation alike, exploited animals. The fact that they may have "given thanks" to the animal who was killed was irrelevant to the animal. There have been anarchist collectives where animals are consumed. The bottom line: if the moral position is that animals are things, it does not matter whether what the economic system is (capitalist, socialist, anarchist, etc.). The moral position that animals are things precedes the economic system; indeed, the belief that animals are things is a stunning example of how morality is not determined solely or even primarily by the economic system. [...] It would be easier to educate about veganism in a democratic socialist society because the media would not be controlled by corporate animal exploiters. But animal exploitation will continue as long as people accept the moral view that animals are things irrespective of the economic system. [...] In sum: there can be no doubt that the tendency in a capitalist system is to commodify every thing as much as possible. But the basic moral position that animals are things that can be used as human resources is by no means unique to capitalism.

No reconhecimento de que a exploração animal é intensificada pelo capitalismo e não surge com o capitalismo, se sujeitos do veganismo popular, que é um movimento anticapitalista, não abordam também a exploração animal na sua não relação com o capitalismo, isso pode levar a uma equivocada conclusão de que o problema envolvendo o uso de animais está somente no capitalismo.

Por outro lado, compreendemos isso também como uma estratégia para aproximar iniciativas anticapitalistas do veganismo ou da possibilidade de que se abra espaço para esse tipo de discussão. Porém, no diálogo com articulações não veganas em oposição ao capitalismo, é importante que o especismo também seja abordado como realmente é, precedente ao capitalismo, até porque a percepção de uma abordagem anticapitalista em relação com o veganismo já pode levar a uma crença de que essa abordagem só existe na sua oposição ao capitalismo.

Embora o termo veganismo popular estabeleça uma diferenciação dentro do movimento vegano, identificado também como um movimento que objetiva um veganismo mais acessível e mais próximo da população, dependendo do uso que é feito do termo, isso retira do veganismo em si o sentido de que o próprio veganismo seja inerentemente popular. O motivo é que leva à conclusão de que o veganismo só é popular enquanto definido como “veganismo popular”; e porque surge como reação a um veganismo que considera excludente, pela crença de que se é possível, não está claro que seja possível para todo mundo. Logo para os defensores desse veganismo, isso justificaria a necessidade do movimento pelo veganismo popular, que também coloca-se como antagônico ao que chama de “veganismo liberal”. No entanto, se o veganismo não é específico sobre o que consumir, desde que não seja algo de origem animal ou que envolva uso de animais, o veganismo popular surge como reação a outras formas de veganismo não pelo que é imanente ao veganismo, mas pelos sentidos que são atribuídos posteriormente em relação ao veganismo. Hoje as definições que envolvem o veganismo e que são “veganismos” e, por isso, encenam conflitos, são apropriações em relação ao veganismo.

No blog do Movimento Vegano Anticapitalista (MOVA), de Porto Alegre (RS), ligado à União Vegana de Ativismo (UVA), em um artigo de opinião intitulado “Polícia Vegana” – disputa de narrativas e coerência da prática vegana” e publicado em 17 de março de 2021, consta que a defesa de um “veganismo popular, político e interseccional não surge porque algumas pessoas veganas estão querendo unir essas lutas por acharem legal, ela começa a partir do entendimento crítico de como a nossa sociedade, capitalista, funciona”:

Portanto, elas não juntam as lutas, mas sim compreendem como essas lutas já estão conectadas pelas mesmas estruturas de poder e opressões, estruturas essas que se

alimentam umas às outras. [...] Para agir com o objetivo de superar a exploração animal e construir as condições da libertação animal precisamos falar mais em Produção do que em Consumo dentro do Veganismo. Precisamos entender como podemos transformar o modo de produção a fim de possibilitar a libertação animal e a construção de uma soberania alimentar baseada numa alimentação vegetal de qualidade que não destrua nossa saúde nem a terra (MOVA, 2021).

Na referência do MOVA ao “político” é trazida uma afirmação também de um veganismo não político, porque tal colocação só poderia ser feita na ausência do que é político em relação a outro veganismo. Logo é uma afirmação que entra em conflito com o sentido comum do veganismo sobre o que é político por ser imaneamente antiopressão. A apropriação de que o político está na conciliação feita pelo veganismo popular e pela significação que é dada por esse movimento, evidenciando uma disputa semântica. Também há uma afirmação do MOVA que leva a uma conclusão de que o problema do especismo está no capitalismo; porque se concentrar nisso tende a ser recorrente nessa abordagem para ratificar um posicionamento anticapitalista. Nesse discurso há um interesse na afirmação de que essa é a forma mais coerente de veganismo. No entanto, como mostraremos mais adiante, seria um equívoco afirmar que fora do veganismo popular não há críticas ao capitalismo.

A posição do MOVA, que também é promovida por meio da União Vegana de Ativismo (UVA) é convergente ao que já foi abordado sobre a interseccionalidade. Por essa correlação, o veganismo popular passa a ser também a nova expressão do veganismo interseccional. O surgimento da UVA em 2018, com o objetivo de promover o veganismo popular também se dá pelo interesse em mostrar como possível uma conciliação ativista vegana nacional que não tenha como eixo norteador o Sudeste do Brasil. A iniciativa se consolida em Recife (PE), por meio da “Declaração de Recife”⁶⁹, e permite a associação de coletivos de todas as regiões do Brasil. Também auxilia na formação de coletivos, desde que alinhados ao que é proposto na declaração disponível no site uniaovegana.org:

Entendemos e apoiamos a criação de um movimento antiespecista que pauta conexões e solidariedade política entre lutas, luta contra as estruturas de opressão e contra a exploração capitalista, pois entendemos que não há emancipação animal sem o fim desse sistema econômico. Entendemos e nos comprometemos com a necessidade da construção de alternativas reais ecológicas pautadas pela soberania alimentar, acesso à informação, fortalecimento de comunidades locais, alianças com movimentos sociais, a descolonização de nossas vidas e práticas; a aproximação entre o campo, as florestas, os territórios e as cidades; a promoção da saúde de animais humanos, animais não-humanos e biomas; e fortalecimento de eixos de economia solidária. Entendemos a necessidade de responsabilizar agentes de exploração animal, mas sabemos que o sistema penal é racista, elitista e seletivo. Portanto, priorizamos ações de prevenção e favorecemos a recuperação pedagógica de indivíduos. Todavia, reconhecemos que em casos de políticas mais duras, que estas sejam reservadas às

⁶⁹ Assinada no Encontro Nacional da União Vegana de Ativismo (ENUVA) em 2019.

corporações que exploram e matam há tanto tempo de forma impune. Considerando esses princípios e compromissos, propomos a construção de iniciativas práticas como: mais formação política sobre as conexões entre a causa animal e outras lutas, promovendo alinhamento entre nossa teoria e prática, o fortalecimento de táticas de comunicação diversas; ações diretas de libertação animal, atuação em espaços educacionais sobre veganismo e emancipação animal, produção de material voltado para a ação, intervenção em movimentos sociais e fortalecimento de seus representantes, e a criação de espaços organizativos e de formulação estratégica onde possamos avançar mais ainda os debates do nosso encontro (UVA, 2019).

A fundação da UVA e a realização do ENUVA em Recife (PE) são meios de romper a crença de que articulações provenientes de outras localidades que não São Paulo não possam influenciar maneiras de se pensar e discutir nacionalmente o veganismo. Em seu site, são listados mais de 40 coletivos de várias regiões associados para a promoção do veganismo popular no Brasil.

A promoção do veganismo popular também é feita por meio do projeto Vegano Periférico, dos irmãos Eduardo e Leonardo dos Santos, de Campinas (SP), que ganharam notoriedade por meio das redes sociais. Em 2 de janeiro de 2021, eles publicaram no blog Vegano Periférico um artigo de opinião que recebeu o título “O veganismo não é um movimento elitista, ele está elitizado”.

Há um reconhecimento do veganismo como “não elitista”, mas que essa impressão de “elitista” pode ser transmitida principalmente para quem a percepção do veganismo é formada a partir do que é exposto por pessoas que apresentam uma vivência do veganismo que não é possível para quem se situa nas classes mais baixas. Porém isso é apenas uma vivência do veganismo, já que há sujeitos apresentando suas diferentes vivências como veganos com base em suas realidades sociais.

Quando deixei de consumir produtos de origem animal não foi por moda, modismo, graça ou frescura, porque do contrário eu já teria abandonado isso aqui há muito tempo. Eu deixei de consumir porque eu não concordava e não concordo com a violência e a tortura desenfreada dentro dos abatedouros e granjas, não consigo imaginar que um animal inocente é assassinado e esquartejado pra eu comer um pedaço dele e achar isso normal, não faz o menor sentido pra mim, poderia fazer há 200 anos atrás, hoje não faz. Não vem chapar achando que sempre tivemos o que comer em casa e hoje temos o privilégio de não comer, porque eu comi um pedaço minúsculo de filé mignon uma vez na vida e nem sabia o que era. Várias vezes o rango era miojo com ovo ou macarrão com salsicha (VEGANO PERIFÉRICO, 2021).

O discurso anticapitalista, comum ao veganismo popular, também está presente na abordagem de Leonardo e Eduardo, em outro texto, intitulado “Será que mais produtos é o

caminho? O Veganismo Popular não é o mesmo que o Veganismo de Mercado”, publicado em 23 de novembro de 2020 e atualizado em 19 de janeiro de 2021 em seu blog:

Enquanto não superarmos o capital, enquanto tivermos colonizados por essa mentalidade capitalista e especista, pouco avançaremos realmente para uma sociedade que pensa de forma justa em relação aos animais. Tratar o veganismo como um *life style*, como apenas uma opção de consumo individual e não como uma postura política frente a toda crueldade e objetificação de corpos animais é, a nosso ver, um grande equívoco.

Buscando motivar pessoas que também compartilham de sua realidade social, mas não somente, o Vegano Periférico, que usa a própria história para mostrar que o veganismo é possível para quem está inserido em realidades sociais em que o veganismo pode ser pensado de forma equivocada como impossível de ser vivido, também chama atenção para outro ponto comum ao veganismo popular. Assim como nos exemplos de Sandra Guimarães, da UVA e do MOVA, é promovida uma alimentação em conciliação com outras lutas, evidenciando uma homogeneidade discursiva na defesa interseccional. Podemos perceber isso no artigo de opinião “O veganismo popular é uma necessidade, não uma escolha”, publicado pelo VP na coluna da Xepa Ativismo no site da Mídia Ninja em 18 de dezembro de 2019:

No veganismo popular acreditamos que seja de extrema importância propagar uma causa focada nos alimentos naturais, valorizando os trabalhadores do campo, apoiando pequenos produtores e movimentos como o MST. Tendo em vista duas coisas, uma é que quem mais sofre com o nutrícídio, com as doenças modernas pelo consumo de ultraprocessados e produtos industrializados e com a destruição do meio ambiente são as pessoas periféricas, os mais vulneráveis, principalmente as negras e os negros. E a outra é que a luta do campo, a luta pela terra está diretamente ligada ao consumo de produtos de origem animal.

Figura 6 – Prato do Vegano Periférico



Fonte: Vegano Periférico. Disponível em: <https://www.veganoperiferico.com.br/post/entre-eventos-mercados-e-mercadinhos-a-informa%C3%A7%C3%A3o-se-torna-mais-importante-do-que-o-consumo>. Acesso em: 5 mai. 2023

Pratos simples, em que destacam cereais e leguminosas como arroz e feijão, são um meio utilizado pelo Vegano Periférico, a partir da própria vivência, para atrair atenção para o veganismo popular. Servem para reforçar que a alimentação de um vegano pode sim ser bem acessível, já que arroz e o feijão são a forma do básico e do popular na culinária brasileira. Também são constantemente valorizados por veganos para evocar uma familiaridade e demonstrar que os alimentos que as pessoas já consomem no cotidiano e que são de origem vegetal são parte da alimentação rotineira de um vegano.

A valorização do MST também é comum ao veganismo popular, mesmo que o veganismo continue não sendo uma bandeira do movimento. Isso reforça uma relação política em que o movimento é percebido como emblemático do que o veganismo popular reconhece como simbólico da agricultura familiar. Essa convergência também aproximou a União Vegana de Ativismo, Vegano Periférico e Xepa Ativismo⁷⁰. As três iniciativas usam as redes sociais e blogs para veicularem conteúdos como coparceiras.

O trabalho de Eduardo e Leonardo dos Santos com o projeto Vegano Periférico alcançou um grande número de pessoas com a visibilidade gerada por meio de publicações em uma mídia que reproduz com mais frequência o que está em convergência com a realidade que o

⁷⁰ A Xepa se apresenta em sua coluna no site da Mídia Ninja como “uma rede de ativismo alimentar que surge dentro das casas coletivas do Fora do Eixo e Mídia Ninja, e se conecta com cozinheiros ativistas e de redes de democratização do alimento” (2019).

veganismo antagoniza – como matérias e artigos publicados em grandes portais de notícias como G1 e Terra. Esse é um exemplo de que pelos meios hegemônicos também passam as brechas (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 319), e pelos motivos que discutiremos mais adiante.

No Terra, o Vegano Periférico publica na coluna “Visão do Corre”, “que visa amplificar as vozes e as iniciativas da população que vive nas favelas e periferias do nosso país”, conforme publicado pelo portal Terra em 6 de dezembro de 2021, sobre o lançamento da coluna. É uma iniciativa que envolve também outros sujeitos que publicam conteúdos relacionados à vivência e projetos na periferia, não somente os idealizadores do Vegano Periférico.

Em 8 de abril de 2018, o G1 publicou uma matéria sobre o grupo do Facebook “Veganos Pobres”, onde são compartilhadas receitas veganas acessíveis. Em 18 de agosto de 2020, a fundadora do grupo Carolina Soares, de Guarulhos (SP), foi entrevistada pela Veja Saúde para a publicação “Entrevista: veganismo é coisa de rico?”. As duas matérias refutam a crença de que o veganismo só é possível para quem tem uma boa situação financeira.

Se para esses sujeitos a mídia é uma forma de conquistar mais visibilidade, para a mídia, oferecer um espaço para esses sujeitos é atualizar-se sobre as realidades e perspectivas de um crescente movimento. Um exemplo do espaço aberto para o contraditório está no trecho do texto “Entenda por que o veganismo popular apoia o MST”, publicado em 18 de maio de 2023 pelo Vegano Periférico na coluna “Visão do Corre”, do Terra, que pertence ao grupo espanhol Telefónica, proprietário da Vivo no Brasil:

É muito comum os preconceitos e ódio contra o Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Pois há um trabalho muito bem feito pela mídia tradicional nesse sentido. Por isso, o senso comum, os amantes do agronegócio e políticos conservadores, criticam tanto o MST, alegando invasão de terras e apropriação indevida. É impossível pensar em veganismo popular brasileiro sem pensar em comida de verdade acessível: frutas, legumes, arroz, feijão. E apoiar um movimento que está na linha de frente da agricultura familiar, é o caminho mais viável. O monopólio pecuarista prejudica a autonomia do povo de plantar, colher e comercializar alimentos básicos de forma local, regional e nacional.

O veganismo popular conquistar espaço e maior projeção a partir do que é hegemônico é exemplo de que nem tudo é contraposição. O projeto Vegano Periférico é exemplo de que a visibilidade de determinados sujeitos em determinados meios pode levar ao interesse de abrir espaço para eles em outros meios. Isso resulta de uma mediação, na forma de novas inserções dos sujeitos de um movimento nos meios, possibilitando também uma expressão que não passa por filtro ou intervenção; como no texto acima em que é possível criticar a mídia tradicional mesmo em um meio que reproduz com mais frequência o que é hegemônico. Isso também leva-

nos à conclusão de que nem tudo que pensam e fazem os sujeitos da hegemonia serve à reprodução do sistema (MARTÍN-BARBERO, 2008, P. 112), que é também o que possibilita as negociações.

3.2 Veganismo pragmático ou estratégico

Defensores do veganismo pragmático ou estratégico que atuam em organizações como Mercy For Animals (MFA), Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB) e Good Food Institute (GFI) Brasil abordam o veganismo sob essa perspectiva no site veganismoestrategico.com.br. O site foi fundado em 2018 e inspirado no site *Vegan Strategist*, criado pelo belga Tobias Leenaert, cofundador da organização europeia ProVeg International e autor do livro *How to Create a Vegan World: A Pragmatic Approach* (Como Criar um Mundo Vegano: Uma Abordagem Pragmática), de 2017, que tornou-se uma das referências para o veganismo pragmático ou estratégico no Brasil. A obra tem introdução do já citado filósofo australiano Peter Singer, autor do livro “Libertação Animal”. Como Singer é um nome bem conhecido entre veganos e na discussão sobre os direitos animais, sua participação favoreceu a visibilidade do livro.

Em fevereiro de 2019, Leenaert esteve no Brasil com a psicóloga social Melanie Joy, autora do livro “Por Que Amamos Cachorros, Comemos Porcos e Vestimos Vacas?” para ministrar a palestra “Capacitação para um Ativismo Vegano Eficaz” em São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS), por iniciativa da Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB). Isso mostra que o veganismo pragmático ou estratégico no Brasil, também como resultado da globalização, tem como referência o trabalho que está sendo feito em outros países. Mas até que ponto as experiências nos EUA e nos países mais ricos (em renda per capita) da Europa podem ser reproduzidas ou servir como referência para motivar mudanças favoráveis ao veganismo no Brasil, considerando suas diferenças e especificidades?

Uma apresentação da abordagem pragmática a partir de quem a promove no Brasil está no artigo “Os princípios básicos da abordagem pragmática no ativismo vegano”, de Lucas Alvarenga, vice-presidente da ONG Mercy For Animals Brasil, publicado no site Veganismo Estratégico em 20 de maio de 2018:

Todo ativista vegano trabalha, por princípio, pelo fim da exploração animal. [...] Para definirmos de forma mais clara e resumida, a abordagem pragmática focará sempre nos resultados práticos e nos fará entender que o caminho que temos para o mundo ideal vegano que nós buscamos não é uma linha reta. Muitas vezes, para obtermos resultados efetivos e mais impactantes precisaremos pedir por menos do que idealmente gostaríamos e considerar inúmeras outras frentes de atuação diferentes. O

ativista que utiliza a abordagem pragmática entende que para alcançar o objetivo final do fim da exploração animal, é necessário atuar em inúmeras outras frentes além da educação sobre os direitos animais. Afinal, a mudança acompanha o comportamento, e não a lei. Atuar em diferentes frentes na política, na oferta e na demanda de produtos veganos, na economia, em políticas públicas e corporativas, na promoção de novas culturas e com influentes de massas são passos fundamentais, interdependentes e complementares para alcançarmos grandes mudanças e criarmos um caminho mais curto para o fim da exploração animal. Um último ponto importante a ser lembrado é que, para o ativista pragmático, nossas ações precisam depender menos de intuição e achismos e mais de pesquisas, dados e fatos. Ter argumentos morais plausíveis pode ser importante para nós mesmos, mas para os animais, apenas o que traz resultados práticos possui valor real.

A interação do veganismo pragmático ou estratégico com o que é hegemônico dá-se por negociações que envolvem não apenas uma mudança no tratamento dado aos animais, mas com a indústria em relação à oferta de produtos. No veganismo pragmático não há oposição às grandes empresas ou transnacionais, porque elas são vistas como meio de favorecer uma mudança mais rápida de hábitos de consumo. Exemplo desse posicionamento está no artigo de opinião “BRF, Nestlé, Unilever, Burger King e McDonald’s estão de olho no mercado vegano”, também de Alvarenga, publicado em 19 de janeiro de 2019 no site Veganismo Estratégico:

Quanto mais opções existirem, mais fácil será a transição de hábitos alimentares em larga escala. Veganos sabem que ser vegano não é difícil, mas a maioria das pessoas que não é vegana não tem essa percepção. Se queremos ajudar a promover a mudança de hábitos em outras pessoas é preciso pensar com a cabeça delas e em estratégias para elas, não em estratégias que façam sentido para veganos ou que se adequem aos princípios morais fundamentais que alguns ativistas buscam estabelecer. [...] Grandes empresas produzem em larga escala e, portanto, possuem poder de preço. Quanto maior a produção, mais barato o produto tende a custar. Essas empresas também possuem grande poder de logística, o que significa que, diferentemente da maioria das pequenas empresas, seus produtos podem estar disponíveis em milhares de cidades em todos os estados brasileiros, aumentando consideravelmente a acessibilidade desses produtos.

Essa também é uma interação contraditória com o que é hegemônico, porque Alvarenga refere-se a empresas transnacionais que comercializam muitos produtos de origem animal e que estão oferecendo alternativas de origem não animal como as proteínas alternativas. Isso é resultante do reconhecimento de uma mudança de hábitos de consumo por parte de uma parcela dos consumidores, já que a indústria não investiria nesses produtos se não houvesse o reconhecimento de uma demanda. Na perspectiva pragmática, o aumento da disponibilidade de produtos veganos, independentemente de quem os produz, também é uma forma de promover uma mudança de hábitos favorável ao veganismo sem que seja necessário falar sobre veganismo. Muitas pessoas podem optar por produtos veganos sem que sejam veganas ou sem considerarem o veganismo. Por isso, parte do veganismo pragmático é a defesa de que o

ativismo é também de mercado, conforme Guilherme Carvalho, da Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB), no artigo de opinião “O ativismo é de mercado, também”, de 13 de setembro de 2018, publicado no site Veganismo Estratégico:

O “ativismo vegano de mercado”, aqui entendido como o conjunto de estratégias e ações de ativistas e organizações vegetarianas/vegas que se propõem a difundir o veganismo e avançar na causa dos direitos dos animais utilizando abordagens ligadas a mercado e acesso, é um exemplo de como conseguimos trazer grandes resultados para os animais, colocando-os em primeiro lugar (sem achar que precisamos mudar o sistema de organização da sociedade inteira para poder ajudar os animais), e sem necessariamente citá-los no discurso. O aumento de oferta de produtos veganos pode salvar animais. Primeiro, porque diminui as barreiras: torna mais conveniente o não-consumo de carne e derivados, predispondo as pessoas a conhecer também os argumentos éticos e a considerarem o veganismo (vamos lembrar que quase ninguém nasceu vegano e que a transição nem sempre foi fácil). Segundo, porque a oferta de produtos veganos efetivamente gera a substituição de uma parte do consumo de produtos de origem animal, mesmo entre aquelas pessoas que não se tornaram (e inclusive as que nem sonham em se tornar) veganas.

Se na defesa do veganismo popular há um claro posicionamento de esquerda, anticapitalista, isso não ocorre no veganismo pragmático, que não se coloca em um espectro político, embora seus defensores rejeitem a acusação de ser considerado um veganismo apolítico.

É óbvio que o veganismo é político – pois, na sua essência, trata de direitos dos animais. Portanto, uma luta por justiça social; uma luta política. Mas não decorre disso que possamos arrogantemente determinar o que é coerente com essa luta e o que não é. As pessoas, mesmo veganas, têm diferentes visões sobre a sociedade e sobre as formas de se alcançar justiça e bem-estar em outras esferas (CARVALHO, 2018).

Em relação à política, o veganismo pragmático é mais subjetivo do que o veganismo popular e pela crença de que assim é possível reunir mais heterogêneos. Isso não impede de ver o veganismo estratégico como dúbio por quem não compactua com a abordagem.

O movimento vegano tem entre seus membros diferentes orientações políticas, culturais, econômicas, religiosas e sociológicas. Para não correr o risco de criar um clube restrito em que todos pensem da mesma forma (algo que está no interesse oposto ao dos animais), é justo e razoável esperar que, dentro do veganismo, haverá pessoas ateias, umbandistas e evangélicas; capitalistas, socialistas e anarquistas; de direita, de centro e de esquerda. De uns tempos para cá, porém, tem surgido uma vertente, embora de expressividade limitada, que defende que determinadas combinações de crenças são incoerentes e inconciliáveis. “Vegana de direita”, por exemplo, é uma combinação considerada inconcebível para alguns. Pois “o veganismo é uma causa de esquerda por natureza”, dirão. [...] Vale ressaltar que a imensa maioria das ideologias socioeconômicas jamais contemplaram os animais. O mundo já viu demonstrações da implementação de vários sistemas políticos e ideológicos e, em nenhum deles, a preocupação com os animais foi levada a sério. Se o motor da matança é o consumo de carnes e derivados, todos fazem parte. Queremos que qualquer pessoa [...]

considere o veganismo igualmente. Não seria isso que os animais esperariam de nós? O máximo de pessoas deixando de demandar morte e sofrimento nas granjas e matadouros, independentemente das suas demais crenças? Se cada ativista ou organização usar sua vocação da melhor forma que pode – uns falando com a esquerda, outros com a direita; uns com a igreja, outros com os políticos; uns com as empresas, outros com o povo – conseguiremos levar o veganismo mais longe e beneficiar mais animais (2018).

Ainda que o objetivo do discurso de Carvalho seja dizer que qualquer pessoa pode ser vegana, independentemente de qualquer outro posicionamento ou crença, a aproximação de sujeitos veganos com a esquerda política não é recente. Já era realidade no Brasil a partir de veganos ligados ao movimento *straight edge* nos anos 1990 e 2000, como já abordado. Sujeitos de séculos distantes também já citados e que desenvolveram uma preocupação com o especismo, precedente à definição do termo e após terem se preocupado com justiça social, também revelam uma posição mais próxima de pautas que costumam ser associadas à esquerda política. Embora não signifique condicionar o veganismo à esquerda, estabelece uma proximidade mais comum a partir de correlações de justiça e que continua tendo ressonância nas novas gerações, mesmo que o veganismo hoje seja pensado de forma mais diversa e portanto mais conflitiva do que no passado.

No veganismo pragmático também há a defesa de que é preciso “profissionalização” para que se possa avançar com o veganismo. Esse discurso é pautado na ideia de que “o idealismo sem profissionalização” é insuficiente para alcançar os objetivos do veganismo. No artigo de opinião “A importância da profissionalização do movimento vegano no Brasil”, de 27 de maio de 2018, publicado no site Veganismo Estratégico, Lucas Alvarenga afirma que há uma rejeição a processos e estratégias profissionais em algumas frentes de ativismo, e porque muita gente os relaciona ao “corporativismo”. Uma preocupação, assim como ocorre em relação a outros movimentos, é trazida por Collins e Bilge (2021, p. 79), em uma referência da organização INCITE!, sobre casos em que a profissionalização dentro dos movimentos pode levar a uma despolitização. Isso não quer dizer condenar a profissionalização e sim alertar para não perder de vista o que justifica a existência desses movimentos. “Mas podemos – e devemos! – utilizar estratégias, profissionalismo e conhecimento corporativo [...]. A diferença é que utilizaremos estratégias, marketing e dados para impactar de forma positiva a maior quantidade de vidas possível, ao invés de utilizá-los para obter lucro”, sustenta Alvarenga. Nessa perspectiva, ele atribui à profissionalização do movimento o aumento das chances de “obtenção de grandes resultados efetivos rumo ao fim da exploração animal”. Nessa afirmação, há um interesse na ressignificação do sentido de práticas que costumam ser vistas somente como

voltadas para fins econômicos. Ou seja, há a defesa de ações que se são usadas para obter lucro, por que não utilizá-las para outros fins?

Afinal, o Brasil ocupa papel de extrema relevância no cenário internacional como um dos maiores produtores, exportadores e consumidores de produtos de origem animal do mundo e, por outro lado, ainda não conseguiu organizar e amadurecer de forma profissional os movimentos de direitos animais (ALVARENGA, 2019).

Um alerta sobre a importância do amadurecimento do movimento vegano ou pelos direitos animais no Brasil costuma ser feito a partir de qualquer articulação dentro do veganismo, quando se leva em conta, por exemplo e por comparação, como os agropecuaristas se organizam de forma profissionalmente articulada para o fortalecimento de seus interesses por meio de associações, federações ou frentes parlamentares. É uma união que tem o fator econômico como agregador, não incorrendo no que é diverso sobre o ativismo, que tem o poder econômico como barreira. Por outro lado, como observam Bilge e Collins (2021, p. 191), o poder das mídias sociais e o ativismo digital podem fazer a diferença porque têm condições de ultrapassar fronteiras na promoção de mudanças. “E essas mesmas mídias digitais fornecem ferramentas de organização. Como resultado, o ativismo político é ao mesmo tempo local e transnacional, de maneira que reflete as restrições e as possibilidades da nova ordem mundial neoliberal” (2021, p. 186).

Algumas iniciativas a partir do movimento vegano podem ser vistas como privilegiadas. O projeto Vegano Periférico afirma no artigo de opinião “Será que mais produtos é o caminho? O veganismo popular não é o mesmo que o veganismo de mercado” (2020), que o “veganismo liberal é o movimento mais disseminado na mídia comercial”, portanto leva vantagem na disseminação de informações. Mas essa visibilidade é resultante também da interação que o veganismo pragmático estabelece em maior proporção com o que é hegemônico do que o veganismo popular. Além disso, a mídia comercial é dependente do mercado, e o antagonismo do veganismo pragmático ao mercado só ocorre em relação aos produtos de origem animal e outras práticas de consumo que envolvem exploração animal. Mesmo assim, como já observado, isso não tem impedido o veganismo popular de ter uma interação contraditória com a mídia comercial ao conquistar espaço nessa mídia conforme os sujeitos que o promovem ganham mais visibilidade – como na coluna “Visão do Corre”, criada pelo portal Terra para publicações do Vegano Periférico e de outras vozes da periferia.

A relação do veganismo pragmático com a indústria é de negociação, mesmo que essa indústria seja baseada na exploração animal, conforme Lucas Alvarenga no artigo de opinião “BRF, Nestlé, Unilever, Burger King e McDonald’s estão de olho no mercado vegano”:

Quando vemos uma empresa que financia exploração animal a reação mais fácil e natural é a colocarmos em uma posição de inimiga ou oposta. Contudo, se entendermos que a empresa precisa mudar para avançarmos rumo ao fim da exploração animal, devemos mudar esse ponto de vista e enxergá-la como uma oportunidade para a nossa causa. [...] Veja bem, não enxergá-los como inimigos não significa não pressioná-los. Existe uma questão moral urgente que precisa ser endereçada (2019).

O que é citado como “oportunidade” nesse discurso envolve o estímulo ao lançamento de mais produtos que possam ser consumidos como alternativas aos de origem animal. Na lógica do veganismo pragmático, uma maior disponibilidade de produtos e a elevação de seu consumo podem fazer com que essas empresas reduzam no futuro sua participação em práticas ou no financiamento de práticas que envolvam a exploração de animais. Para isso, o veganismo pragmático no Brasil, que é promovido com a participação de representantes de organizações internacionais, usa como referência mudanças que estão ocorrendo envolvendo empresas nos EUA e em alguns países da Europa, onde a popularização desses produtos já resultou também na transição de algumas empresas de produtos animais para produtos não animais.

O aumento da concorrência de produtos veganos estimula o aumento da qualidade desses produtos e a diminuição do preço no ponto de venda. A consequência natural disso é uma maior adesão de uma quantidade maior de pessoas a esses produtos, ao invés de produtos de origem animal. [...] Nos Estados Unidos, grandes empresas de produtos veganos estimam que 70% de seus consumidores sejam não-veganos. O lançamento de produtos veganos no mercado (ou ao menos ovo-lacto vegetarianos) por parte das maiores empresas alimentícias do país tem potencial para causar um efeito dominó. Elas são as que mais acompanham tendências de mercado e as que mais moldam o perfil de consumo da população. Milhares de outras empresas menores seguirão esse comportamento, e o impacto direto nos animais será potencializado (ALVARENGA, 2019).

Nessa colocação pragmática é perceptível a defesa de que é melhor que as empresas lucrem com algo que não envolve a exploração e morte de animais do que o contrário. A Mercy For Animals, da qual Lucas Alvarenga faz parte, é responsável pelo projeto Transformation nos EUA, que auxilia produtores rurais na transição de uma produção baseada em animais para uma produção baseada em vegetais.

Mais e mais agricultores estão buscando uma alternativa à pecuária. Se eles estão fartos dos contratos de exploração das grandes empresas agrícolas ou das más condições de trabalho é porque eles já tiveram o suficiente. Ao mesmo tempo, a demanda por ingredientes à base de plantas está crescendo, com crescimento estimado de US\$ 8 trilhões em 2018 para US\$ 13 trilhões em 2025. O crédito por esse crescimento é o aumento da demanda por ingredientes clean label⁷¹ e alternativas aos produtos animais convencionais. Empresas de todos os setores, de alimentos a detergentes domésticos e construção, estão adquirindo mais ingredientes vegetais para cumprir suas responsabilidades sociais (TRANSFARMATION, 2023).

Embora não seja no Brasil, isso mostra que entidades que negociam com grandes empresas em relação a práticas e produtos também podem assumir uma posição em defesa de melhorias ou de uma mudança para quem já foi prejudicado por grandes empresas. A relação com o contraditório é uma constante. Isso remete à observação de Martín-Barbero, de que não existe uma solução objetiva para as contradições da sociedade capitalista. “Em consequência, trata-se de elaborar as alternativas possíveis e selecionar a opção desejada. O desenvolvimento não é orientado para soluções objetivas” (2008, p. 287).

Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) não defendem o boicote definitivo de empresas, mas veem no boicote e em campanhas que envolvem abaixo-assinados, e que ganham força na era da mídia digital pela ampla circulação de informações, formas de pressionar por transformações as empresas que causam impacto sobre o bem-estar social e o meio ambiente. A pressão envolve reivindicações e mudanças nas relações de produção e oferta. “Desde os seus primórdios, no fim da década de 1960 e no início da de 1970, o ativismo do setor consumidor no Sul global esteve atento à justiça social. Mais recentemente, esse ativismo cresceu no Norte global. [...] O impacto do ativismo do setor consumidor na era digital não pode ser subestimado” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 192).

José Roque Junges, professor de bioética da Unisinos, propõe no livro “(Bio)Ética Ambiental” “exigir que corporações multinacionais e organizações financeiras internacionais atuem com transparência em benefício do bem comum e responsabilizá-las pelas consequências de suas atividades” (2018, p. 129). Esse e outros exemplos, que podem envolver diferentes movimentos, mostram a crença de que é possível exigir mudanças recorrendo ao que é mais realizável, o que é também pragmático.

⁷¹ Poucos ingredientes e sem aditivos químicos.

3.3 Mudanças na atuação, poder econômico, organizações, intransigências e negociações

Os abaixo-assinados que ganham maior repercussão por meio das mídias sociais são usados para os mais diversos fins e têm sido um meio comum de pressionar por transformações, já que podem arregimentar pessoas de qualquer lugar do país, ou, dependendo da reivindicação, de qualquer lugar do mundo. Isso tem relação com a percepção de pertença a uma comunidade também desterritorializada. Hoje a plataforma Change.org, por exemplo, que tem sido usada como um meio de criação de abaixo-assinados voltados aos direitos animais ou a alguma reivindicação do movimento vegano no Brasil, também tem envolvido sua estrutura de assessoria de imprensa para ampliar o alcance dessas propostas por meio do envio de *releases*.⁷² Também tem se engajado na entrega dessas reivindicações a quem deve acolhê-las, como autoridades políticas (figura 7). Há uma transição de uma participação passiva para uma participação ativa, já que a plataforma não apenas disponibiliza os meios como se envolve com essas reivindicações. Isso não seria possível se não houvesse um reconhecimento da expressividade desses movimentos e da crença de que há importância e legitimidade nessas reivindicações.

Figura 7 – Change.org e causa animal



Fonte: change.org. Destinatário: Vegazeta. Paraná, 22 mai. 2023. 1 mensagem eletrônica

⁷² Um comunicado à imprensa.

Por outro lado, Collins e Bilge alertam que, mesmo que haja mudanças significativas, o meio on-line ainda é o meio onde o poder econômico determina quem terá maior influência:

A narrativa enaltecida da internet como “uma força revolucionária de nivelamento que está remodelando o ativismo, principalmente após o surgimento das mídias sociais”, ignora o simples fato de que as forças conservadoras têm mais dinheiro, tudo o que é preciso, somado ao capital tecnológico, para criar e manter públicos on-line. Em vez de revigorar a democracia participativa e construir um mercado de ideias mais inclusivo e igualitário, o estudo empírico de Schradie mostra que o ativismo digital não nivelou o campo de jogo; ao contrário, ele “simplesmente acabou reproduzindo e, em alguns casos, intensificando os desequilíbrios de poder preexistentes” na continuidade da realidade histórica de que “ferramentas de comunicação que pareciam oferecer novas vozes acabam sob a propriedade ou o controle de quem tem mais recursos” (BILGE; COLLINS, 2021, p. 170).

As críticas das autoras também valem para o olhar crítico sobre o veganismo pragmático quando representado por organizações e iniciativas que, se contam com poucos recursos em comparação com uma indústria conservadora; por outro lado, são recursos que, mesmo que modestos em relação ao que é hegemônico, não deixam de colocá-las em destaque em relação a iniciativas dentro do movimento vegano realizadas sem subsídios ou recursos financeiros. Nessa diferença persiste a conclusão de que o fator econômico se sobressai se possibilita que mais pessoas recebam uma determinada mensagem. Isso faz com que o ativismo seja percebido, sob uma perspectiva pragmática, como algo que para prosperar mediante as contradições do capitalismo, de que fala Martín-Barbero (2008, p. 287), é preciso recorrer, mesmo que impossivelmente na mesma proporção, a estratégias que dependem de recursos para subverter a lógica da exploração animal. Além disso, é necessário mais empenho por parte de quem visa uma mudança do que de quem trabalha pela não mudança.

Nessa consideração há uma percepção de que ignorar a disparidade do que é possibilitado pelo fator econômico é “manter o ativismo à margem”. Por isso, reivindica-se a “profissionalização do ativismo”, que seria uma alternativa e ao mesmo tempo um entre-lugar que possibilitaria reduzir a desvantagem que não pode ser superada ignorando as conveniências do poder econômico. Logo o que transforma o ativismo no meio digital e fora dele é também o que é demandado desse ativismo para que tenha um alcance que não pode ser atingido ignorando as articulações do sistema econômico em que está inserido. Isso também é o que resulta em uma combinação controversa de pragmatismo e idealismo, com a crença de que o pragmatismo hoje é necessário, e pelo que é negociável, aos objetivos do idealismo.

Há muitos pesquisadores que atribuem aos produtores de carne, de leite e derivados e de frutos do mar uma capacidade de influência maior do que aquela dos políticos. Esses produtores têm, por exemplo, orçamentos gigantescos para gastar na promoção

da ideologia carnista, o que fazem por meio de atrativos comerciais pensados cuidadosamente para incentivar as crianças a comer carne ou a anunciar o leite de vaca como item essencial em qualquer dieta. Os produtores de carne, de frutos do mar e de leite estampam em suas embalagens selos enganosos com o intuito de certificar aos consumidores de que os rumores sobre a criação industrial de animais (e seus efeitos nocivos para o meio ambiente) são falsos; a mensagem de fundo é que eles continuam sendo, em essência, um negócio familiar, em que cada animalzinho é chamado pelo nome, é tratado com respeito e morre sem sofrer (VOORST, 2022, p. 53-54).

Para alcançar pessoas que não seriam alcançadas nos meios em que o ativismo é mais comumente promovido, o ativismo depende também das interações estabelecidas em outros meios; até para evitar que o diálogo fique mais restrito aos homogêneos ou mais predispostos. Para que isso ocorra, a relação com o que é hegemônico, como recomenda Canclini, não pode ser considerada somente em termos de oposição porque, assim, as proposições com essa perspectiva, que ele define como maniqueísta, omitem os compromissos mútuos (2019, p. 279). Isso também pode ser pensado a partir das iniciativas promotoras do veganismo que ganham espaço em meios não veganos de grande visibilidade – como a já citada mídia convencional; ou no convencimento de que empresas que produzem produtos de origem animal poderiam investir em produtos de origem não animal e, quem sabe, interessar-se, no futuro, em fazer uma transição.

Essas negociações dependem de uma troca, do que é visto como benéfico pelas duas partes – o que cada uma tem a oferecer que seja relevante à outra nessa interação. Em relação ao que é divulgado na mídia, não se pode afirmar também que o resultado seja sempre favorável. O problema é que nem sempre o que é exposto como veganismo pode ser definido como favorável ao veganismo, e mesmo quando a negociação é estabelecida com sujeitos veganos para a divulgação do veganismo sob a perspectiva de quem vive o veganismo. Isso coincide com o que já foi apresentado sobre as conflitantes ou confusas percepções que persistem ainda hoje sobre o veganismo ou associadas ao veganismo – que passa a ser um termo usado de forma tão diversa e que também pode ser reducionista.

Também seria enganoso afirmar que toda percepção desviante sobre o veganismo é resultante de uma conveniente distorção. Pensar dessa forma seria ignorar que nem toda percepção equivocada é intencionada; o que não significa também que o contrário não ocorra. Afinal, a influência da mídia sobre a percepção dos movimentos é “uma faca de dois gumes”, como alerta-nos Tarow (2009, p. 151). E sendo, isso reflete também a dependência que principalmente a grande mídia tem da receita obtida a partir da promoção e constante visibilização de práticas hegemônicas de consumo que envolvem a pecuária e os produtos de

origem animal. Porém, conforme mais pessoas têm acesso a informações sobre o veganismo, torna-se mais fácil filtrar o que é realidade sobre o que é divulgado e o que não é.

Independentemente de vertente, o ativismo vegano é feito principalmente por meios alternativos, mesmo o que estabelece maior interação com os grandes meios. Se há espaço em meios hegemônicos ou de reprodução hegemônica, não é um espaço que esteja perto de ser proporcional à manutenção da exploração e uso de animais. Afinal, envolve o que é mais visibilizado pelo que é maiormente consolidado; e consolidado também pelo que representa economicamente e que tipo de poder de interesse e divulgação é possibilitado em conciliação com o que é endossado em relação à produção e consumo. Esse é um cenário que limita a capacidade de organização de um movimento de se apropriar da mídia para seus propósitos, como observa Tarrow (2009, p. 150-151).

Mesmo nos meios alternativos, como as mídias sociais, a ampliação do alcance do ativismo vegano é muito mais facilmente conquistada com recursos à disposição. Isso corresponde à lógica no capitalismo, já que as maiores redes sociais⁷³, que hoje também são percebidas como monopólios, favorecem mais quem tem condições de investir no uso de suas ferramentas – o que explica também por que as iniciativas constituídas profissionalmente dentro ou em associação ao movimento vegano podem levar vantagem.

É parte do processo de profissionalização articular-se de maneira a garantir uma arrecadação de recursos para ter condições de constituir-se como organização, investir em campanhas, divulgação, em planos de ações em diversas frentes e contratar funcionários e remunerá-los para defender aquilo em que acreditam. Mas a profissionalização vem acompanhada de desconfiança e dos limites que inexistem no campo do ativismo idealista. A resistência à profissionalização pode ocorrer também pela preocupação que gera em relação a que tipo de negociação deve ser estabelecida para a manutenção e crescimento desse trabalho quando submetido ao que é demandado pela profissionalização. Nesse ponto, voltamos ao que é uma preocupação apresentada por Bilge e Collins (2021). Enfim, há escolhas que devem ser feitas e que aproximam ou não pessoas da abordagem pragmática.

⁷³ Com elas, a mídia convencional estabelece também uma relação de dependência em decorrência desse poder de alcance.

3.3.1 Mercy For Animals

Fundada nos EUA, a ONG internacional Mercy For Animals, que chegou ao Brasil em 2015 e tem uma abordagem pragmática, em conformidade com o que já foi apresentado sobre o veganismo pragmático, não demorou para se tornar um nome conhecido no meio vegano brasileiro. Sua articulação profissional, possibilitada por uma estrutura que recebe regularmente recursos, permite manter uma equipe fixa de funcionários e abrir espaço também para voluntários que queiram colaborar na promoção de suas ações em qualquer região do Brasil, de acordo com informações disponíveis em seu site⁷⁴.

Sendo uma ONG conhecida internacionalmente no meio vegano, a visibilidade da MFA é atrativa para pessoas que queiram fazer do ativismo um trabalho remunerado, em regime de CLT e que pode ser remoto, mas dentro da conciliação com a abordagem pragmática e das negociações que a entidade estabelece também com o que é hegemônico. Assim, se a profissionalização de iniciativas ligadas ao movimento vegano pode ser vista como problemática, por outro lado é o que também permite que pessoas veganas possam ter uma rotina em que o trabalho e o ativismo são convergentes; mesmo que possa não haver concordância em todos os sentidos, já que é preciso estabelecer negociações com o que hegemônico.

Fora de uma articulação que permite que um vegano trabalhe com a promoção do veganismo e receba para isso, por ser inerente à sua jornada de trabalho, para muitas pessoas envolvidas com o ativismo vegano a realidade consiste em desempenhar um trabalho remunerado sem relação com nenhuma abordagem do veganismo e que também pode entrar em conflito com seus valores. Logo iniciativas baseadas no chamado ativismo profissional são uma alternativa para quem tem uma qualificação desejada nesse meio e busca viver uma realidade que seja menos conflitante com seus valores. Mas, como admitido por Lucas Alvarenga, da MFA, a abordagem pragmática reconhece que “é preciso pedir por menos do que idealmente se gostaria de pedir” (2018); o que é também motivo de críticas direcionadas a esse tipo de ONG.

O pragmatismo favorece acordos que se acredita que não seriam possíveis de outra forma, por dependerem de uma transigência que surge apenas quando o antagonismo não é reduzido ao que é inegociável. É nesse ponto que são estabelecidas também as diferenças em relação a quem apoia ou não essa abordagem, pelo que considera ou não praticável ou

⁷⁴ <https://mercyforanimals.org.br>

defensável. Embora possa ser visto com estranheza pessoas serem remuneradas para promover o veganismo, mesmo que sejam contratadas não apenas por serem veganas, mas por terem qualificações que são relevantes aos objetivos definidos, essa realidade não surge apenas com o veganismo. Sabemos que isso ocorre com qualquer iniciativa que tenha surgido com base em um movimento social e que passa a se constituir como organização e faz uma transição para uma articulação profissional. Nesses casos, já não é possível corresponder somente à lógica do ativismo.

Organizações também funcionam como meios de reafirmação identitária, do senso de pertencimento a um grupo facilmente identificável. Em relação à Mercy For Animals, isso pode ser exemplificado pela participação voluntária, em que pessoas de qualquer estado do Brasil que têm uma rotina de trabalho e/ou de estudos formam um grupo e utilizam o seu tempo livre também para participarem de ações. Ou seja, campanhas on-line e na rua voltadas para uma mudança de hábitos que não envolva uso de animais, assim como a divulgação de abaixo-assinados ou de projetos de lei que estão tramitando no Congresso e que são favoráveis aos animais. Há também intervenções públicas que visam pressionar grandes empresas a promoverem mudanças em que são considerados alguns dos piores impactos para os animais usados no sistema alimentar ou para algum outro fim humano. O critério do que deve ser mudado, na abordagem pragmática, também leva em conta o que atualmente pode ser alcançado, já que mudanças dependem também da força da pressão popular.

Quem se identifica com o trabalho da entidade, que disponibiliza em seu site um espaço de cadastro e orientação para voluntários, pode sentir-se integrado à organização, como parte de uma comunidade. O caso da Mercy For Animals é convergente a uma redefinição do senso de pertencimento e identidade, organizado cada vez menos por lealdades locais ou nacionais e mais pela participação em comunidades transnacionais ou desterritorializadas (CANCLINI, 2015, p. 40). Em relação ao veganismo, isso tem relação com o movimento sendo pensado como global, já que sua reivindicação, que hoje envolve pessoas de muitos países, não resume-se à libertação animal em um país e não em outro, mas sim globalmente. Se os efeitos da globalização influenciam uma conclusão de que a era dos movimentos sociais nacionais pode estar no fim (TARROW, 2008, p. 25) é porque há interesses que já não são pensados somente como nacionais.

No caso da MFA, a identificação de veganos ou vegetarianos com a entidade externaliza como uma articulação internacional, e pelos recursos que possui objetivando alcance e visibilidade, influencia também proximidade e interesse. Há coletivos e organizações que surgiram no Brasil há muitos anos que não recebem o mesmo apoio no país ou alcançam essa

visibilidade. É algo que poderia ser olhado apenas sob uma perspectiva negativa, de que há iniciativas estrangeiras sendo endossadas por brasileiros mais do que iniciativas brasileiras, e que isso é uma reprodução do que, por vir dos EUA, é valorizado em detrimento do que é local. Porém resumir a realidade a esse recorte ignoraria a conciliação com o que é local – porque isso também não significa que, em caso de interesse em comum, uma negociação entre entidades, em forma de parceria, não possa ser estabelecida beneficiando iniciativas que levam desvantagem por não contar com a mesma estrutura ou os mesmos recursos.

Em 2022, a Mercy For Animals criou o Fundo de Apoio a Periferias Antiespecistas (FunAPA), para destinar R\$ 100 mil a cinco projetos⁷⁵, sendo R\$ 20 mil para cada, comprometidos com o antiespecismo e o veganismo periférico no Brasil, e coordenado por seu Comitê de Diversidade, Equidade, Inclusão e Justiça, conforme informações disponíveis em funapa.org.br: “[...] o termo ‘periférico’ faz menção a regiões e territórios em periferias e/ou em regiões afastadas dos centros urbanos e econômicos, incluindo áreas rurais, interioranas, ribeirinhas, territórios indígenas, quilombolas e ocupações.”

Entre os critérios de avaliação, estão foco na luta antiespecista, e difusão do movimento vegano; relevância do projeto em relação ao contexto de atuação; propósito e potencial de impacto das atividades desenvolvidas; projetos organizados por pessoas LGBT+, racializadas, periféricas e/ou de classes desfavorecidas. O Fundo de Apoio a Periferias Antiespecistas (FunAPA) é uma iniciativa do Comitê de Diversidade, Equidade, Inclusão e Justiça da MFA, que atua desde 2020 organizando iniciativas, estratégias e processos regionais, com o objetivo de remover barreiras de acesso à organização e ao movimento de proteção animal e promover maior equidade (FUNAPA, 2022)

⁷⁵ Projetos contemplados: **Dona Gula (Bahia)** – Liderada por Maria Aparecida de Araújo Gomes, a iniciativa foca na produção e venda de salgados veganos em Ilhéus (BA), com foco na busca de produtos orgânicos diretamente com pequenos agricultores ou em feiras livres; **Passarinhando com o Tiê-Sangue (São Paulo)** – Liderado pelo indígena Israel Raimundo dos Santos (Sassá Tupinambá) em Ilha Comprida (SP), o projeto visa ensinar jovens e estudantes do ensino fundamental e médio a prática de observação de pássaros. A ideia é não apenas compartilhar conhecimento, mas também proteger a biodiversidade e, por sua vez, promover a preservação de terras, o que contribui para impedir o avanço da pecuária, além de fortalecer as lideranças indígenas locais; **Córrego da Fortuna Antiespecista (Pernambuco)** – O projeto visa unir iniciativas veganas que surgiram na comunidade do Córrego da Fortuna, no bairro de Dois Irmãos, extremo norte de Recife (PE). A iniciativa foi inscrita por Akuenda Translébicha Buarque de Souza, que se identifica como travesti e tem experiência de 10 anos com a causa antiespecista, além de ser fundadora da Dhuzati Antiespecista; **Crioula Curadoria Alimentar (Rio Grande do Sul)** – Proposto por Bruna Pedroso Thomaz de Oliveira, de Porto Alegre (RS), tem como eixo o direito a uma alimentação adequada, respeitando a vida e direitos dos animais, com foco em mulheres pretas agentes na desconstrução do especismo; **Bazar Vegano Floripa na Chico (Santa Catarina)** – O projeto é desenvolvido na comunidade Chico Mendes, em Florianópolis (SC), e foi submetido pela Associação Revolução dos Baldinhos. O objetivo é realizar uma nova edição do evento, liderado por pessoas pretas e periféricas. A proposta é que o evento misture música, rodas de bate-papo, oficinas, arte, cultura e informação, tendo como um dos focos principais ampliar vozes dentre vários temas que perpassam alimentação, racismo e especismo (MFA, 2022).

Figura 8 – Iniciativa de apoio a projetos veganos na periferia



Fonte: FunAPA. Disponível em: <https://funapa.org.br>. Acesso em: 21 mai. 2023

Como a Mercy For Animals é uma entidade que tem uma abordagem pragmática, essa iniciativa revela uma convergência com o que hoje é mais comumente associado ao veganismo popular, como o veganismo nas periferias. Isso não significa que não persistam os conflitos e antagonismos entre iniciativas do veganismo pragmático e popular – pelo que já foi apresentado e pelo que será apresentado mais adiante. Também é um exemplo de como hoje se identificar ou ser identificado como fazendo parte de uma vertente não quer dizer que alguém deve se restringir ao que normalmente é percebido ou apontado como parte somente dessa abordagem, destoando também de uma percepção de viés estritamente oposicionista em relação aos “veganismos”. Também não quer dizer que não há sujeitos veganos perpetuando uma ideia de que entre as abordagens há somente diferenças – já que os “veganismos” têm como base o que é imperativo sobre o veganismo, e de onde partem as novas maneiras de se pensar o veganismo.

O que também pode ser percebido sobre a iniciativa da MFA, com a criação do comitê em 2020 e do fundo em 2022, é o reconhecimento de uma necessidade de adaptação às demandas locais, que têm suas diferenças e especificidades em relação a outros países onde a entidade também atua. Isso mostra que o que está em evidência ou sendo discutido no contexto do veganismo no Brasil, mesmo que seja percebido como mais próximo de uma vertente do que de outra, pode estimular o estabelecimento de iniciativas que possam viabilizar outros desenvolvimentos que correspondam às necessidades de quem busca recursos para a realização de seus projetos voltados ao antiespecismo e ao veganismo. Nesse caso, o que é pragmático, e negocia com o que é hegemônico e com o que não é, com base no que foi abordado antes, permite situar-se em um entre-lugar que favorece iniciativas que podem ser vistas como distintas ou sem relação com a abordagem pragmática. Essa percepção de “não relação” pode

surgir também não pelo sentido do que é pragmático, mas pelo sentido que é dado por quem faz oposição a essa abordagem e que pode preferir o sentido e uso do termo pragmático por quem se identifica como pragmático; o que também resulta de uma apropriação.

O compromisso essencialmente ativista a ser assumido e que é destacado como justificativa para a criação do fundo e sua realização e destinação a quem vive a realidade das periferias brasileiras é especificado na página principal do site do FunAPA, ao declarar que não são contemplados projetos com fins puramente lucrativos ou negócios privados que não sejam liderados por e voltados para públicos periféricos. “Para lançar a primeira edição do FunAPA, a MFA contou com a consultoria da Cabaça Produções, uma realizadore cultural composte por corpos nordestines LGBTQIA+ que apresentam pesquisas em diversas linguagens e tecnologias com o intuito de expandir o mercado de trabalho através da arte” (MFA, 2022). A referência acima mostra que a Mercy For Animals Brasil, que articula suas ações a partir de São Paulo (SP), firmou uma parceria também com um viés interseccional. Isso revela uma outra interação estabelecida a partir do que tende a ser pensado separadamente, e como se existisse somente para se distanciar, sobre os “veganismos”, como no antagonismo entre pragmático e popular.

3.3.2. Veganismo liberal ou que não é pela libertação animal

Se há um movimento favorável de uma abordagem pragmática em apoio a um ativismo periférico mediado pelo que é interseccional, também há exemplo de sujeitos do veganismo popular que, mesmo no antagonismo ao veganismo pragmático, reconhecem a importância do trabalho de quem apoia a abordagem pragmática do veganismo. Na coluna “Visão do Corre”, do Terra, o projeto Vegano Periférico publicou em 3 de maio de 2023 um texto de opinião intitulado “3 livros acessíveis sobre veganismo que você precisa ler”, citando a já referenciada obra “Libertação Animal”, do filósofo australiano Peter Singer: “Peter Singer é utilitarista, ou seja, em algumas partes do livro acaba sendo um pouco especista em suas conclusões. No entanto, isso não anula a obra, e sua contribuição para a libertação animal é imprescindível.” Singer, que é referenciado e discutido em diferentes abordagens do veganismo ou nos “veganismos”, é um apoiador do veganismo pragmático chamado por opositores dessa abordagem, como os que defendem o veganismo popular, de “veganismo liberal” ou “veganismo apolítico”. São termos que, não usados pelos sujeitos do veganismo pragmático, revelam um conflito de narrativas, em que os sentidos são criados ou passam por um processo

de apropriação visando gerar uma aproximação em relação a um e uma oposição em relação ao outro.

Podemos usar outra vez como exemplo o artigo de opinião de 17 de março de 2021, intitulado “Polícia Vegana – disputa de narrativas e coerência da prática vegana”, que o Movimento Vegano Anticapitalista (MOVA), de Porto Alegre, ligado à União Vegana de Ativismo (UVA), publicou em seu blog em crítica ao veganismo pragmático. O MOVA afirma que o “veganismo liberal” está focado na oferta de mais produtos *plant-based* com ingredientes de origem vegetal e “cria narrativas fictícias para dizer que age assim pelos animais”. Há uma recusa do uso dos termos veganismo pragmático ou estratégico em vez de “veganismo liberal”. Isso tem relação com a vinculação depreciativa do termo “liberal” e com um objetivo de levar a uma conclusão de um esvaziamento enquanto ideal, em que é feita uma vinculação de outro veganismo, que não o popular, com um “não veganismo” ou um “uso do veganismo pelo lucro”.

Isso fica mais claro no que o MOVA (2021) afirma em seguida: “Por isso precisam atacar e tentar inviabilizar qualquer debate ou construção crítica dentro do veganismo que seja de fato focada na Libertação Animal, afinal, no capitalismo o lucro está sempre acima de tudo, da vida e até da possibilidade dela continuar existindo.” O problema nessas afirmações e em suas generalizações, que visam tirar também o sentido de veganismo do que é criticado por sujeitos do veganismo popular, assim como o sentido de que não há uma busca pela libertação animal em uma vertente que não é o veganismo popular, é que podem ser contrapostas também por referências usadas nesse meio.

No que é citado em relação ao texto não é colocado que o MOVA reconhece diferenças entre o veganismo popular e pragmático, e sim que esse outro veganismo, o pragmático que é chamado de liberal, não deve ser reconhecido como veganismo. Há uma negação de que seja sobre a libertação animal, que é o objetivo do veganismo. Porém, para que os objetivos do veganismo sejam alcançados, Singer explica na introdução do livro *How to Create a Vegan World: A Pragmatic Approach* (Como Criar um Mundo Vegano: Uma Abordagem Pragmática), obra de Tobias Leenaert, por que ele, que também é referência para sujeitos do veganismo popular, vê coerência no veganismo pragmático:

Se veganizar o mundo depende de cada um escolher o altruísmo em detrimento do interesse próprio, então, no futuro previsível, o mundo será, na melhor das hipóteses, apenas parcialmente vegano. Estou longe de ser cínico sobre a existência do altruísmo. Ao trabalhar no movimento animal, bem como no movimento de altruísmo eficaz, conheci pessoas que trabalham arduamente para reduzir o sofrimento dos animais e conheço pessoalmente três pessoas que doaram seus rins para completos estranhos. Mas também há muitas pessoas egoístas no mundo, e ainda mais pessoas que, se não forem exatamente egoístas, não estendem seu olhar ético para além de si mesmas, de

sua família e amigos. Para essas pessoas, o fato de uma refeição de que gostam causar sofrimento aos animais não as levará a uma escolha diferente no cardápio. Nem o fato de que sua refeição contribui mais para a mudança climática do que outras refeições que elas poderiam facilmente escolher. Elas só mudarão quando forem convencidas de que é mais saudável para elas, ou mais conveniente, ou menos caro, ou talvez quando tantas pessoas se tornarem veganas que comecem a se sentir deslocadas e publicamente envergonhadas por causa de uma dieta que passou a parecer bárbara. É por isso que agora aceito que Leenaert está certo quando ele sugere que somos muito propensos a acreditar que existe uma rota correta para o nosso objetivo - uma estrada para a Veganville, como ele chama - e que sabemos qual é essa rota. Os caminhos são muitos, e muitas vezes não sabemos qual deles nos levará mais rápido ao nosso objetivo. Alguns de nós pensam que deveríamos apenas contar às pessoas sobre a enormidade de nosso abate de animais e o sofrimento que infligimos aos animais que comemos. Uma vez que tenham esse conhecimento, certamente não terão desculpa para evitar de se tornarem veganas? Outros acreditam que uma rota mais gentil e amigável terá mais sucesso. Eles acham que devemos buscar melhorias no bem-estar dos animais de produção e encorajar as pessoas a reduzirem a quantidade de produtos de origem animal em sua dieta. Outros, novamente, preferem não mencionar o sofrimento animal, acreditando que existe um público maior disposto a reduzir sua pegada de carbono. Portanto, esses defensores argumentam com base na contribuição dos produtos de origem animal à mudança climática. Outro grupo pensa que é mais provável que as pessoas mudem seu comportamento se pudermos convencê-las de que comer produtos de origem animal não é bom para sua saúde. Mas, como demonstra Leenaert, a razão inicial pela qual as pessoas mudam não é tão importante, e a preocupação com os animais pode vir depois. Precisamos testar diferentes abordagens e obter alguns dados confiáveis sobre o que funciona e o que não funciona quando se trata de persuadir as pessoas a se tornarem veganas. E, acima de tudo, precisamos tornar a mudança o mais fácil possível para as pessoas (SINGER; LEENAERT, 2017, n.p, tradução nossa).⁷⁶

⁷⁶ If veganizing the world depends on each one of us choosing altruism over self-interest, then for the foreseeable future the world will be, at best, only partially vegan. I am far from being cynical about the existence of altruism. In working in the animal movement, as well as in the effective altruism movement, I have met people who work incredibly hard in order to reduce the suffering of animals, and I am personally acquainted with three people who have donated their kidneys to complete strangers. But there are also many selfish people in the world, and even more people who, if not exactly selfish, do not extend their ethical gaze beyond themselves, their family, and friends. For these people, the fact that a meal they enjoy causes animals to suffer will not lead them to a different menu choice. Nor will the fact that their meal contributes more to climate change than other meals they could easily choose. They will change only when they are persuaded that it is healthier for them, or more convenient, or less expensive, or perhaps when so many people become vegan that they begin to worry about standing out from the mainstream and being publicly shamed for a diet that has come to seem barbaric. That is why I now accept that Leenaert is right when he suggests that we are all too prone to believe that there is one correct route to our goal—one road to Veganville, as he calls it—and we know what that route is. There are many routes, and often we don't know which of them will get us to our goal faster. Some of us think we should just tell people about the enormity of our slaughter of animals and the suffering that we inflict on the animals we eat. Once they have that knowledge, surely they have no excuse to avoid turning vegan? Others believe that a gentler, friendlier route will be more successful. They think that we should seek improvements in the welfare of farmed animals, and encourage people to reduce the amount of animal products in their diet. Others, again, prefer not to mention animal suffering, believing that there is a larger audience ready to reduce their carbon footprint. So these advocates argue on the basis of the contribution that animal products make to climate change. Another group thinks that people are more likely to change their behavior if we can persuade them that eating animal products is not good for their health. But, as Leenaert demonstrates, the initial reason why people change is not that important, and the concern for animals may follow later. We need to test different approaches, and get some reliable data on what works and what doesn't when it comes to persuading people to become vegan. And above all, we need to make it as easy as possible for people to make the change.

Embora Peter Singer seja conhecido pela abordagem ética da abstenção do uso e consumo de animais, no prefácio do livro de Leenaert, ele faz observações que convergem ao que é amplo sobre a percepção pragmática. Singer endossa que se é para beneficiar os animais os motivos não importam, pela lógica de que não são as mesmas motivações que levam pessoas a determinadas mudanças. Em especial, destacamos a seguinte frase: “Os caminhos são muitos, e muitas vezes não sabemos qual deles nos levará mais rápido ao nosso objetivo.” Essa observação de Singer pode ser utilizada tanto como exemplo do reconhecimento da importância da negociação como para estabelecer um conflito com o que é afirmado pelo MOVA na desqualificação de outro veganismo. Diferentemente da abordagem defendida pelo veganismo popular, a abordagem pragmática refuta a afirmação de que é preciso “seguir somente por um caminho”, se não é possível envolver todas as pessoas ao motivá-las “somente por um caminho”.

A explicação é que ninguém pode garantir que as relações que são feitas por meio do veganismo popular, mesmo bem intencionadas, serão aquelas que transformarão a realidade dos animais, já que o veganismo popular exige uma maior mudança das pessoas do que o veganismo pragmático, se consideramos o que já foi apresentado. Diferentemente do veganismo popular, na abordagem pragmática, qualquer mudança é considerada válida, mesmo quando a mudança ocorre sem uma imediata contestação de qualquer exploração. Na defesa pragmática, uma mudança pode levar a uma consideração por outras mudanças – como uma consideração ético-política.

Mas é perceptível também que ao falar em “o que funciona quando se trata de persuadir as pessoas a se tornarem veganas”, Singer não reconhece apenas como vegano o que surge pela identificação com o princípio que originou o veganismo. Ele admite uma ressignificação que também surge como apropriação e que condiz com o que foi abordado antes sobre os sentidos do veganismo e com uma disputa semântica, ou seja, por uma mudança de significados (CANCLINI, 2019, p 301). Nesse caso, estamos diante de um tipo de “flexibilização” dos usos dos termos associados ao veganismo pela crença de que isso pode facilitar uma maior aproximação com o veganismo.

O que se percebe é uma premissa de inclusão que surge com uma outra lógica, de que quanto mais pessoas forem identificadas como veganas, independentemente de motivação, mais pessoas não veganas poderão sentir-se avizinhas por essa ascensão (que também pode intrigá-las e motivá-las), em que diferentes motivações são colocadas sob os mesmos termos – veganismo, vegano, *vegan*, etc. Porém, se isso é de todo benéfico aos objetivos do movimento vegano é difícil dizer, porque se qualquer prática de abstenção de consumo de produtos de

origem animal favorece a popularização de termos associados ao veganismo, isso não evita uma homogeneização que não reflete os mesmos sentidos. Em uma concepção diversa que pode ser referenciada como veganismo, se isso inclui experiências que não foram planejadas nem pensadas para durar, e pela percepção de que está tudo bem em não durar, surge então um conflito com o que é primordial sobre o veganismo e também um problema para alcançar objetivos inerentes se há uma normalização sobre isso. Ou seja, de que ser vegano pode ser apenas um estado provisório. Por outro lado, quem pode garantir que experiências não duradouras também não podem motivar experiências duradouras de outros sujeitos? É uma questão dilemática.

No livro “Ética Prática”, em que aborda questões que consideram tanto humanos quanto animais não humanos, Peter Singer cita o ativista Henry Spira como exemplo de ativismo eficaz e pragmático:

Henry Spira foi um dos militantes norte-americanos mais eficazes na luta pela causa dos animais no século XX (para dar apenas um exemplo, deve-se a Spira, acima de tudo, a presença da frase “não testado em animais” nas embalagens de muitos cosméticos). Além de suas inúmeras campanhas que pouparam os animais de um sofrimento enorme, Spira marchou em prol dos direitos civis no Sul dos Estados Unidos, combateu a corrupção no Sindicato Nacional dos Marítimos e deu aulas para adolescentes carentes nas escolas de ensino médio de Nova York. Tive a boa sorte de tê-lo como amigo e me hospedei várias vezes em seu apartamento esparsamente mobiliado e de aluguel baixíssimo em Nova York, que lhe servia de lar e escritório. Quando ele teve câncer e compreendeu que o fim estava próximo, eu lhe perguntei o que o levaria a passar a vida toda trabalhando em prol de outras pessoas. Ele respondeu: Acho que, essencialmente, a gente quer ter a impressão de que nossas vidas não se resumem a consumir produtos e produzir lixo. Creio que a gente goste de olhar para trás e dizer que fez o possível para tornar este mundo um lugar melhor para as pessoas. Você pode enxergar as coisas por este ponto de vista: que outra motivação pode ser maior do que fazer todo o possível para reduzir a dor e o sofrimento? [...] as pessoas que costumam refletir o suficiente para se perguntarem por que deveriam agir eticamente também são aquelas que têm maiores probabilidades de compreender as razões que Spira ofereceu para a adoção do ponto de vista ético (SINGER, 2018, p. 435-436).

O ativismo pragmático de Spira também é citado por Leenaert como referência para a abordagem pragmática do veganismo: “Como diz Henry Spira: ‘Se você disser que é tudo ou nada, geralmente ficará com nada’” (2017, p. 176). O que é dito por Spira, que liderou campanhas em que as mudanças dependiam também de pressionar as grandes empresas, é referenciado como um exemplo da crença de que é preciso também propor alternativas hoje possíveis envolvendo essas empresas. Essa posição pragmática vem de alguém que não se pode dizer que não tinha motivação ética, política e não visava a libertação animal. Spira integrava grupos socialistas e de defesa dos direitos civis antes de se envolver com o movimento pelos direitos animais. Isso revela a complexidade que envolve a posição pragmática e seus sujeitos.

Também antagoniza o que é afirmado pelo Movimento Vegano Anticapitalista (MOVA) (2021), quando resume o veganismo pragmático a um “veganismo liberal” que não é pela libertação animal.

Outro exemplo de uma posição que tende a não ser relacionada com o veganismo pragmático por parte de quem o antagoniza é o já citado artigo *Why we need food systems that leave no one behind* (Por que precisamos de sistemas alimentares que não deixem ninguém para trás), publicado em 16 de outubro de 2022 pela ProVeg International, entidade europeia cofundada por Leenaert e que promove o veganismo pragmático. No artigo é afirmado que muitas pessoas do Sul Global são marginalizadas em sistemas alimentares intensificados por causa do apetite excessivo e pela pressão por maiores lucros no Norte Global. Se há um consumo excessivo de produtos de origem animal no Norte Global, ele é facilitado pelos atuais e insustentáveis sistemas alimentares industrializados e centrados nos animais (2022).

Há uma expressão ética e política nessa afirmação que relaciona um interesse baseado na exploração animal com consequências também para os humanos. É um discurso que tem similaridades com o que é apresentado por sujeitos do veganismo popular, mesmo que o veganismo pragmático não tenha a forma anticapitalista do veganismo popular; e porque estabelece negociações que não são admitidas na abordagem popular do veganismo.

Esse é outro ponto que coloca em conflito uma ideia que não pode ultrapassar uma polarização entre as vertentes do veganismo. Evidencia também que os antagonismos podem ter mais a ver com as narrativas que são criadas do que com o que é realmente praticado e defendido, pelo menos quando há um viés visceralmente oposicionista. A ProVeg também mantém uma incubadora que visa dar oportunidades para pequenos negócios de qualquer parte do mundo que sejam promissores no desenvolvimento de alternativas aos alimentos de origem animal e que precisam de apoio financeiro (VEGAZETA, 2022). Esse também é um exemplo de que a abordagem pragmática volta-se para o incentivo a qualquer iniciativa que possa contribuir para reduzir o uso de animais para fins de consumo.

3.3.3. Peter Singer e uma abordagem pragmática: humanos e não humanos

Favorável ao veganismo pragmático, Peter Singer, que se identifica politicamente como social-democrata, é referência para o site altruismoeficaz.com.br, que, como parte do movimento Altruísmo Eficaz, aborda assuntos ligados à pobreza extrema e à causa animal. A iniciativa traz na página principal um vídeo em destaque de uma palestra de Singer no TEDx,

que na versão em português ultrapassou 2,2 milhões de visualizações. No vídeo, ele diz como é possível contribuir com pessoas em situação de vulnerabilidade social e depois cita seu envolvimento com a causa animal, motivando também uma reflexão sobre os animais não humanos. “Essa é outra causa com a qual tenho me preocupado a minha vida toda, o imenso sofrimento que humanos causam, literalmente, a dezenas de bilhões de animais todos os anos. Então, se quiser encontrar organizações eficazes de redução desse sofrimento, você pode procurar “Effective Animal Activism”, explica no vídeo “O ‘porquê’ e o ‘como’ do altruísmo eficaz”, de 2013, disponibilizado na página principal do site AE, em que Singer também cita entidades que atuam no Brasil.

Ele faz uma ligação entre a consideração pelo sofrimento humano e não humano e sugere que muitas pessoas podem reduzir gastos não essenciais e destinar recursos para ações que possam transformar a vida de muitas pessoas ou até mesmo salvar vidas. Seu apelo é direcionado principalmente a pessoas dos países mais ricos (renda per capita) em relação aos países mais pobres. Seu livro *The Life You Can Save* (A Vida que Você Pode Salvar), de 2009, e que aborda esse assunto, deu origem à organização que leva o mesmo nome e que promove doações para 25 entidades de diversos países que lidam com questões de direitos humanos e impacto ambiental.

Várias figuras importantes do movimento animal disseram que meu livro *Libertação Animal*, publicado pela primeira vez em 1975, os levou a se envolver na luta para reduzir a vasta quantidade de sofrimento que infligimos aos animais. Para tanto, cofundei a Australian Federation of Animal Societies, agora Animals Australia, a maior e mais eficaz organização animal do país. Minha esposa, Renata, e eu paramos de comer carne em 1971. Sou o fundador da *The Life You Can Save*, uma organização baseada em meu livro de mesmo nome. O objetivo é divulgar minhas ideias sobre por que devemos fazer muito mais para melhorar a vida das pessoas que vivem na pobreza extrema e como podemos fazer isso da melhor maneira. Em 2013, dei uma palestra no TED sobre esse assunto (SINGER, 2023).

O que Singer recomenda também é uma correlação entre consumo, solidariedade e cidadania, já que na prática mais consciente em relação ao primeiro é possível exercer melhor a segunda e a terceira. Isso vai ao encontro do que é observado por Canclini (2015), quando ele questiona o motivo pelo qual o acesso simultâneo aos bens materiais e simbólicos não vem acompanhado de um exercício global e pleno de cidadania, já que o consumo é um ato de reprodução social e de possibilidades do estabelecimento de relações de solidariedade a partir do reconhecimento da relação entre consumo e cidadania.

Como gastos são atos de consumo, se quem pode reduzi-lo para beneficiar, por meio de um direcionamento de recursos baseados na sua renda, quem não tem acesso ao que é essencial

enquanto consumo e serviços essenciais (como saúde e educação), fazê-lo é uma forma prática de colaborar com outras pessoas sem apenas esperar por grandes transformações políticas e econômicas; o que não quer dizer deixar de lutar para que ocorram. Segundo Singer, “as pessoas passam fome não porque sejam muitas, mas por causa da distribuição desigual da terra e da exploração dos países pobres pelo sistema político e econômico internacional em benefício dos ricos” (2018, p. 308). No trecho acima há uma afirmação que sujeitos do veganismo popular não tendem a associar a alguém que defende a abordagem pragmática, mas é exatamente o que ocorre. A citação também serve para externar que adotar ou apoiar o veganismo pragmático não quer dizer omitir-se de fazer críticas ao capitalismo, como podemos perceber também no que é afirmado pela ProVeg.

Não por acaso, o apelo de colaboração feito pelo filósofo, que é o altruísmo eficaz e parte da premissa das transformações mais rapidamente alcançáveis, concentra-se principalmente na mudança que hoje é realizável dependendo somente da vontade de qualquer pessoa em situação privilegiada – em comparação com a realidade em países em que as pessoas mais sofrem as consequências de uma conjuntura econômica que não transforma suas realidades para melhor.

O movimento Altruísmo Eficaz, que dá continuidade a essa discussão e oferece um Programa de Introdução ao Altruísmo Eficaz no site em português, e abre espaço para colaboradores, é citado por Lucas Alvarenga no texto de opinião “A importância da profissionalização do movimento vegano no Brasil”, publicado no site Veganismo Estratégico (2018): “O movimento Altruísmo Eficaz busca sempre lembrar que os animais sentem de forma igual independentemente do país onde estejam. Se buscamos o fim da exploração animal, precisamos atuar localmente, mas pensando globalmente.” A conclusão de Alvarenga é exemplo de uma maneira de pensar que é resultado do que é definido como glocalidade (SANTOS, 1997, p. 314).

A colocação também evoca a realidade de iniciativas em que o interesse por transformações locais dialoga com transformações não locais, como o que já foi citado sobre as iniciativas internacionais que ganham também formas nacionais porque é preciso considerar as diferenças e as especificidades locais. Se o altruísmo eficaz é referência para a abordagem pragmática ou estratégica, é perceptível que isso se dá também pelo que é colocado por Singer como praticável a partir do interesse individual; que tem sua maior eficácia condicionada ao potencial de multiplicidade ao ganhar forma coletiva e abrangente. Também é a posição de negociação de Peter Singer, que vê viabilidade na motivação não ética para um fim ético, que o aproxima do que propõe a abordagem pragmática do veganismo e que também é influenciada

por ele. Singer também influencia a partir da segunda metade da década de 1970, após o lançamento de “Libertação Animal”, o surgimento de organizações internacionais que atuam em defesa dos animais explorados para fins de consumo e que promovem uma alimentação livre do uso de animais.

Sobre os “veganismos”, é perceptível que nem tudo pode ser visto como oposição, mesmo quando as diferenças são destacadas como se não houvesse nada além disso, já que diferentes abordagens também compartilham referências. Podemos concluir com Canclini que a dramatização ideológica das relações sociais tende a exaltar tanto as oposições que ela acaba por não ver mais do que isso (2019, p. 347). Há vários exemplos trazidos nesta pesquisa que vão ao encontro dessa observação e mostram que uma percepção visceralmente opositiva também pode revelar contradições e não refletir o que está sendo proposto por quem é antagonizado; principalmente quando a prioridade é fazer com que a verdade de um movimento seja a verdade dentro de um movimento mais amplo, como ocorre nos conflitos entre as vertentes do veganismo.

Mesmo que se diga que a motivação para a Mercy For Animals desenvolver o Fundo de Apoio a Periferias Antiespecistas (FunAPA) seja a atenção que o veganismo popular trouxe em relação ao veganismo nas periferias, isso não deixa de explicitar que, mesmo na ausência de uma troca direta entre sujeitos da abordagem pragmática e popular do veganismo, há processos de reconhecimento influenciados também pelo que é evidenciado no meio on-line, que é também palco de profusão das divergências. Pode-se dizer também que a entidade está aproveitando a visibilidade conquistada pelo veganismo popular ao querer apoiar iniciativas de promoção do veganismo na periferia. Porém, mesmo que fosse verdade, não há como contestar que isso não deixa de ser uma oportunidade para quem tem interesse em desenvolver algum projeto para promover o veganismo na periferia, mas não possui recursos.

3.3.4 Uma análise de conflitos

Um dos motivos de conflito entre o veganismo pragmático e o veganismo popular pode ser analisado retomando o texto “BRF, Nestlé, Unilever, Burger King e McDonald’s estão de olho no mercado vegano”, em que Lucas Alvarenga, da MFA, utiliza uma citação de Leenaert, apoiado por Singer, sobre a posição pragmática:

Como disse Tobias Leenaert sobre opções veganas no McDonald's: "O julgamento de uma ação é parcialmente inspirado por como enxergamos as intenções ou motivações das pessoas por trás de cada ação. É absolutamente seguro afirmar que a motivação por trás do lançamento do McVegan é financeira. Muitos dos comentários no post do Facebook são exatamente sobre isso: o McDonald's está fazendo isso apenas pelo dinheiro; eles são mercenários, etc. Buscar lucro é normal para uma empresa. Ainda assim, muitos de nós não gostam dessa motivação por exigirmos motivações éticas. A pergunta é: o quão importante são as intenções? Os animais certamente não ligam" (ALVARENGA, 2019).

A lógica pragmática é de que se o McDonald's, que atende dezenas de milhões de consumidores por dia, inclui no menu um produto de origem vegetal como alternativa a um produto de origem animal, passa a ser uma alternativa para um grande número de consumidores. A lógica parte da premissa de aproximar as pessoas daquilo que interessa a elas como produtos. Se uma pessoa não pretende deixar de consumir o que é oferecido pelo McDonald's, que ela tenha à disposição opções de origem não animal. Na perspectiva pragmática, mesmo estratégias de boicote ou iniciativas de reeducação alimentar não podem convencer todos os consumidores a deixarem de comprar do McDonald's.

É, em suma, um momento para ser altamente pragmático. Pragmatismo [...] é a qualidade de lidar com um problema de uma maneira que se adapte às condições que realmente existem, em vez de seguir teorias, ideias ou regras fixas. Ser pragmático, então, tem a ver com a realidade e não com regras. Encontrar uma boa palavra para o oposto de pragmatismo é difícil. O dogmatismo tem uma conotação muito negativa, enquanto outro candidato, o idealismo, parece excessivamente positivo. [...] Mover-se muito longe ao longo do espectro em qualquer direção pode ser problemático. O dogma é perigoso e improdutivo, mas se você for longe demais na outra direção corre o risco de comprometer muito ou de ser antiético ao atingir seus objetivos. [...] Infelizmente, é bastante comum que os movimentos sociais se polarizem. O campo mais idealista se posiciona contra o mais pragmático e vice-versa. Os idealistas podem dizer aos pragmáticos que são vendidos, que estão recorrendo aos meios que não são justificados pelos fins ou que estão se desviando cada vez mais do objetivo. Erik Marcus em seu site vegan.com escreve que "um dos custos de ser um pragmático é que os outros estão sempre questionando sua integridade e sua motivação". [...] Os pragmáticos, por sua vez, podem dizer aos idealistas que eles estão atolados em seu próprio conjunto de regras e perderam o contato com o mundo real, o que os torna ineficazes. Na pior das hipóteses, pessoas em diferentes extremos do espectro se oporão ativamente umas às outras. [...] Quando argumento que este é um momento para considerável pragmatismo, quero dizer que chegará um momento em que uma abordagem mais idealista será apropriada. Quão pragmático ou idealista um movimento pode ou deve ser depende em grande parte da fase em que se encontra, se isso o tornará mais produtivo e necessário (LEENAERT, 2017, p. 23-26, tradução nossa).⁷⁷

⁷⁷ It is, in short, a time to be highly pragmatic. Pragmatism [...] is the quality of dealing with a problem in a manner that suits the conditions that really exist, rather than following fixed theories, ideas, or rules. Being pragmatic, then, is about reality rather than rules. Finding a good word for the opposite of pragmatism is difficult. Dogmatism has too negative a connotation, while another candidate, idealism, seems overly positive. [...] Dogma is dangerous and unproductive, but if you go too far in the other direction you risk compromising too much or being unethical in achieving your goals. [...] It's unfortunately quite typical for social movements to become polarized. The more idealistic camp takes a position against the more pragmatic, and vice versa. Idealists may tell pragmatists they're

O que é colocado por Leenaert evoca também a polarização que existe hoje no veganismo no Brasil. Quando ele fala sobre o espectro mais idealista, que considera o ativista pragmático como vendido ou como alguém que se desviou do objetivo, isso coincide com as críticas feitas por sujeitos do veganismo popular e outros veganos que se opõem às negociações estabelecidas pelo veganismo pragmático com o que é hegemônico. Ademais, revela que as tensões também são internacionais, já que Leenaert não faz essa observação partindo do Brasil. Na defesa da posição pragmática, ele também admite a importância de um cuidado para não ser antiético, o que também coincide com as considerações feitas por Bilge e Collins (2021) e Tarrow (2009), com base no que já foi apresentado sobre ativismo e a atuação dos movimentos.

Ao dizer que “chegará um momento em que uma abordagem mais idealista será apropriada”, isso não quer dizer que o momento é de abdicar de uma abordagem idealista, mesmo que isso normalmente acabe sendo visto dessa forma por quem antagoniza essa abordagem, e por uma apropriação de sentido. É sobre levar em conta que para estimular uma mudança envolvendo o maior número possível de pessoas é preciso recorrer também a outras motivações. Isso também é reconhecido por Peter Singer, que vê como uma impossibilidade promover a mudança desejada pelo movimento vegano com base somente na consideração ética, se isso não é considerado relevante para todas as pessoas, já que nem todas verão como errado e desnecessário o que é feito com os animais. Logo os pragmáticos creem que mesmo uma mudança sem motivação ética pode levar no futuro a uma motivação ética. Pessoas que abdicam de comer carne, por exemplo, pela saúde, podem eventualmente dar atenção às outras razões pelas quais as pessoas não comem carne, embora não seja possível afirmar em que proporção isso ocorre e se uma motivação não ética pode levar a uma desistência mais rápida envolvendo uma mudança alimentar.

No artigo de opinião “Eu! Eu! Eu! O Veganismo que não é sobre os animais”, publicado no site Veganismo Estratégico em 15 de agosto de 2018, Gustavo Guadagnini, diretor executivo da ONG Good Food Institute (GFI) Brasil, traz logo no título uma provocação. O “veganismo que não é sobre os animais” é aquele em que os veganos estão em uma constante disputa entre

sell-outs, that they're resorting to means that aren't justified by the ends, or that they're deviating more and more from the objective. Erik Marcus on his website vegan.com writes that “one of the costs of being a pragmatist is that others are always questioning your integrity and your motivation. [...] Pragmatists, for their part, may tell idealists they've gotten mired in their own set of rules and have lost touch with the real world, which makes them ineffective. In the worst case, people on different ends of the spectrum will actively oppose one another. [...] When I argue that this is a time for considerable pragmatism, I mean a time will come when a more idealistic approach is appropriate. How pragmatic or idealistic a movement can or should be depends to a large extent on what phase it's in. Over time, as public support for our cause grows and dependence on the use of animals decreases, the importance of pragmatism will diminish, and idealistic messages will become more productive and necessary.

eles, para analisar quem é possível julgar como mais ou menos vegano em vez de concentrar atenção e energia no que pode ser mais eficaz para reduzir a exploração animal. Logo é feita uma defesa em prol da abordagem pragmática, de que a atenção deve ser mais voltada para o que mais rapidamente pode ajudar a reduzir a exploração animal do que em problematizações que não têm contribuição prática.

Se há uma homogeneização nos discursos do veganismo popular, também a encontramos no veganismo pragmático, a partir da afirmação em comum entre os exemplos que escolhemos de que “para os animais os motivos pelos quais as pessoas deixam de contribuir com sua exploração e morte não importam, mas sim que deixem de contribuir com a exploração e morte”. Isso fica aberto à livre subjetividade enquanto intenção, mas na esperança de que leve depois a uma outra consideração por aproximação. Notamos que essa posição está na base do site Veganismo Estratégico e no que é orientado por Leenaert (2017), e que estabelece também diferenças com o que é primordialmente exigido pelo veganismo popular. Assim é reconhecível que para que os discursos se fortaleçam também a partir do veganismo pragmático é preciso que haja uma reprodução coletiva em consonância.

O texto de Guadagnini é baseado em outro texto publicado fora do Brasil, o que revela também que esses conflitos têm dimensão global como expressão da própria dimensão do movimento, e que surgem a partir das diferenças que são colocadas pelos veganos nesse meio. No mesmo texto, Guadagnini questiona: “O que é melhor: boicotar uma empresa tendo pouquíssimo impacto em sua demanda ou ensiná-la a parar de usar animais nas formulações?” A pergunta serve ao exemplo do McDonald’s e de outras grandes empresas que podem ser antagonizadas por veganos contrários à posição pragmática, já que uma empresa não continuará investindo em um produto se não houver retorno financeiro. É como enviar uma mensagem de que essa empresa pode continuar investindo somente em produtos de origem animal porque não há o interesse em uma negociação.

Na lógica pragmática, seria perder uma oportunidade não viabilizar alternativas aos produtos de origem animal, já que hoje há uma negociação possível e que pode ser concretizada com base em novas demandas de consumo. Como Leenaert admite, ninguém pode negar que o interesse do McDonald’s seja o lucro, mas esse lucro depende também da adaptação da empresa a uma nova realidade de produção e consumo. Mesmo que não seja o ideal, porque é uma transnacional e que tem seu lucro baseado principalmente na venda de produtos de origem animal, o que já a levou a associações com o desmatamento no Brasil, como já abordado, essa mudança é indissociável do que é problematizado pelo movimento vegano, mesmo que veganos rejeitem consumir produtos do McDonald’s por motivos diversos.

Se há quem se manifeste contra o boicote, há quem não o vê como problema, a não ser quando veganos não apenas optam por boicotar empresas de produtos de origem animal que lançam no mercado alternativas a esses produtos, mas condicionam o veganismo ou qualquer mudança de hábitos que envolva a redução ou abstenção do consumo de animais a esse tipo de boicote. Isso pode levar a uma crença de que não boicotar é entrar em conflito com o veganismo, o que também decorre de uma apropriação.

Isso significa que você precisa comprar o novo hambúrguer vegano de uma conhecida marca de carnes? Não! Ou que você precisa comer o “McVegan” [...]. Definitivamente, não! Que dirá fazer ativismo nesse sentido – não, isso você realmente não precisa fazer. E você pode continuar a ser contra posturas da empresa, e até ficar fura da vida porque usaram a palavra “vegan” nesse contexto. Mas eis o fato concreto: alguém vai deixar de comer animais por causa daquela disponibilidade, daquele acesso, naquele momento. Você vai ser contra isso? (CARVALHO, 2018).

O discurso de Carvalho, que pode ser estendido a produtos de qualquer empresa que tenha seu lucro centrado em produtos de origem animal, mas que decidiu oferecer alternativas de origem não animal por reconhecer nisso uma nova demanda, é outro exemplo, assim como o de Guadagnini, de como é estabelecido o discurso no veganismo pragmático. Se há uma crítica direcionada ao que é percebido como uma intransigência contraprodutiva, a consideração maior não tem como fim os veganos, que são minoria, mas os não veganos, que representam a maior parte dos consumidores. Afinal, o movimento vegano depende deles para que haja uma desaceleração substancial do consumo de produtos de origem animal e conseqüentemente uma redução do uso de animais.

Então nessa perspectiva o mais importante já não é como uma pessoa se identifica ou se define em relação ao veganismo, mas sim se sua maneira de viver favorece a redução da exploração animal; se colabora, mesmo que sem uma motivação ética, com os objetivos do veganismo. Nesse caso a conclusão é de que mesmo o que não é ético contribui com o que é ético. No movimento vegano passa a haver um reconhecimento de que se há muitas pessoas que não estão dispostas a se tornarem veganas, o discurso deve se deslocar também para o que pode ser possível para elas, ou pelo menos para parte delas, enquanto mudança, havendo uma multiplicidade discursiva pelo reconhecimento de uma necessidade de adaptação a diferentes cenários e posições. É algo que resulta também de uma perspectiva de pensar a mudança não somente pelo que é ideal envolvendo essa mudança e sem se limitar à defesa do “tudo ou nada” que ocorre principalmente quando quem é vegano, mesmo que suas intenções sejam as

melhores possíveis, ignora que suas preocupações podem não ser vistas como relevantes por quem não é vegano.

3.4 Embates sobre consumo, acesso, outros conflitos e conciliações

Se hoje um dos grandes embates envolvendo veganismo popular e veganismo pragmático tem relação com o mercado e o consumo de produtos de grandes empresas ou transnacionais, o que é evidente nesse conflito é a discussão que envolve também o acesso a esses produtos, não apenas se esses produtos devem ou não ser consumidos. Há uma constante afirmação de que os produtos que têm chegado ao mercado como alternativas aos alimentos de origem animal são acessíveis somente a um restrito grupo de consumidores. Isso pode fazer muitas pessoas acreditarem que ser vegano é inacessível se elas desejam consumir esses produtos mas não tem condições de comprá-los.

Embora essa percepção tenha relação também com o valor atribuído a esses produtos⁷⁸, se os produtos oferecidos pelas grandes empresas são considerados inacessíveis para muitos, sendo que essas empresas têm maior poder de preço, a situação não é mais favorável em relação às pequenas empresas que não têm condições de praticar os preços das grandes empresas e/ou de fazer com que esses produtos cheguem a muitos lugares onde somente os produtos das grandes marcas chegam.

É uma questão problemática, porque na afirmação de um veganismo popular em que alguém deve comprar somente produtos de pequenas empresas, isso pode transmitir uma mensagem que entra em contradição com a realidade, se é exatamente quem tem maior poder de compra que tem maior poder de escolha – como comprar um produto de uma pequena empresa mesmo quando o preço é mais elevado do que de uma grande empresa.

Também não quer dizer que é impossível encontrar produtos veganos mais acessíveis de pequenas marcas, até porque produtos veganos não são somente aqueles que estão sendo produzidos como novas alternativas aos produtos de origem animal. Isso inclui todos que são livres do uso de animais, sem que recebessem qualquer identificação como vegano, à base de vegetais, *plant-based*, etc. Mas como tais identificações começaram a ganhar mais expressão no Brasil na década passada, a associação mais comum é com novos produtos, não com aqueles que já existem há muito tempo, e sobre os quais se concentram os conflitos atuais.

⁷⁸ Que não são imprescindíveis para quem é vegano, no caso, por exemplo, das novas alternativas à carne e aos laticínios.

Não há dúvida entre veganos de que pequenas empresas que ofertam produtos veganos devem ser apoiadas, mas seus produtos não podem ser adquiridos somente porque são produtos de pequenas empresas. É necessário também considerar a qualidade, já que ignorar isso também não favorece o interesse por esses produtos; logo pode não beneficiar também os interesses que estão em relação com o veganismo. Adquirir produtos de grandes empresas ou transnacionais também pode não ter relação com a crença de fazer a melhor escolha e sim uma escolha possível a partir da disponibilidade. Por exemplo, o acesso a novos produtos veganos ou de origem vegetal nos grandes centros urbanos não reflete a realidade de muitas cidades do Brasil, o que torna o acesso a produtos de grandes empresas ou transnacionais mais fácil.

Esses exemplos e outros que traremos também servem para pensar o constante conflito que envolve também as apropriações em torno dos sentidos de “acesso” e “acessível”, assim como as associações que são feitas em relação com eles na luta semântica que envolve o veganismo popular e pragmático. Afirmar que comprar produtos de pequenas ou grandes empresas é sempre uma simples questão de escolha é ignorar a realidade individual e como se dá o acesso a determinados produtos. Se para sujeitos do veganismo popular o consumo proveniente da oferta de grandes empresas ou transnacionais é desnecessário, isso é afirmar que é possível que os consumidores tenham acesso a tudo que necessitam e desejam sem recorrer às opções oferecidas pelas grandes empresas/transnacionais. Mas isso realmente é possível e essa é a realidade de todos?

3.4.1 Projetos de lei e uma questão de acesso

Uma alternativa que pode contribuir para mudar a realidade é a busca por meios de facilitar o acesso a esses produtos. Isso depende também de que tipo de negociação os sujeitos do movimento vegano estão dispostos a apoiar. No Brasil, o Projeto de Lei (PL) 534/2020, protocolado na Câmara dos Deputados, propõe oferecer incentivos fiscais para empresas que desenvolvem alimentos veganos, como a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) por um período de cinco anos.

Para os fins desta Lei, entende-se como alimentos veganos aqueles não provenientes de carne, leite e derivados do leite, ovos e derivados do ovo, mel ou qualquer outro produto oriundo de origem animal. [...] Nesse sentido, observamos que, apesar do crescimento, a oferta desses produtos não se expandiu suficientemente para garantir que seu preço se tornasse mais acessível. Com isso, consideramos imprescindível que sejam concedidos incentivos a essas empresas para que ampliem sua capacidade de operação e elevem a oferta de alimentos veganos, atendendo a este crescente público,

o que culminará na redução do preço para o consumidor final e estimulará a indústria (PL 534/2020).

O autor Eduardo Bismarck (PDT-CE) não apresenta motivos para que a proposta não seja vista como favorável aos objetivos do veganismo, se a redução do preço desses produtos é o meio de torná-los viáveis para mais consumidores. Há o entendimento de que benefícios fiscais podem favorecer o desenvolvimento de mais produtos veganos. Isso está no interesse do debate que envolve o veganismo pragmático e o veganismo popular sobre o acesso a esses produtos. Afinal, a desaceleração e o declínio do consumo de produtos de origem animal podem ser facilitados pela oferta dessas alternativas, desde que os preços sejam atrativos aos consumidores. Também percebemos que é o veganismo pragmático que, pelos motivos já apresentados, mais se volta à promoção de lançamentos de produtos como alternativas aos de origem animal. O interesse está em gerar uma aproximação também com quem não tem interesse no veganismo, mas pode ter em consumir esses produtos.

Outra proposta semelhante e precedente é o Projeto de Lei 2556/2019, também protocolado na Câmara, porém arquivado em 2019, após não ser aprovado na Comissão de Finanças e Tributação por não fornecer um relatório sobre o impacto da viabilização da proposta na receita da União. O PL propõe redução de 25% dos tributos federais que incidirem sobre produtos e serviços de empresas que atuem exclusivamente no ramo vegano. Na proposta, o autor Célio Studart (então do PV-CE), afirma que “entende-se por produtos veganos aqueles que seguem convicções éticas com base na igual consideração para com animais humanos e não humanos, visando abolir toda forma de exploração ou abuso”.

Embora Studart traga uma definição que é também política, ele afirma em seguida que “o veganismo não tem relação com crenças políticas nem com preferências musicais, nem deve ser associado à determinada cultura” (2019). Se sujeitos do veganismo popular e do veganismo pragmático reconhecem que o veganismo é político, mas nisso também estabelecem suas diferenças, o autor não transmite com clareza o que quer dizer com “crenças políticas”. Mas podemos compreender que a afirmação feita por ele se baseia no que é mais comumente associado à política, que é a identificação com um espectro político. Assim sua percepção vai ao encontro do que também foi defendido antes a partir de uma posição pragmática.

Isso também remete à luta semântica que envolve os sentidos do veganismo, e que tem relação com a posição de seus próprios sujeitos. No caso de Studart, ele se identifica como vegano. Ter incluído no projeto de lei que “o veganismo não tem relação com crenças políticas” externa um interesse em evitar que o veganismo seja visto como um movimento exclusivo a um espectro político, ou que deve ser antagonizado dependendo da identificação política dos

parlamentares que avaliarão a proposta. É possível que isso tenha relação com a polarização política que existe no Brasil.

Em redes sociais, não é incomum os opositores e críticos do veganismo o definirem como “esquerdismo”, ou “coisa de esquerdista”, atribuindo um sentido pejorativo que também não condiz com o que é ser de esquerda, mas que nessa depreciação visa também aproveitar a polarização política para colocar quem não simpatiza com a esquerda contra o veganismo. Há nisso também uma intencionalidade em que nessa associação ser “vegano” é reproduzir interesses que estão em desacordo com o melhor para a sociedade. Há uma constante disputa de sentidos em relação ao veganismo e que envolve tanto veganos, e também pela via da apropriação, quanto não veganos. Isso é perceptível avaliando diferentes posições em relação ao veganismo.

Sobre a referência feita às preferências musicais no projeto de lei, é pensável a relação do *straight edge* com o veganismo. Mas, mesmo o movimento *straight edge*, como já apresentado, nunca reivindicou autoridade em relação ao veganismo. Menos ainda qualquer outro movimento também relacionado à música poderia fazê-lo, se o veganismo não surgiu em associação com a música nem a partir de qualquer movimento musical. O que vemos nisso é um raciocínio semelhante ao de Carvalho (2018), na afirmação de que todos devem ser bem-vindos no veganismo. Logo conclui-se que o que Studart coloca em sua proposta também coincide com o que é defendido por sujeitos do veganismo pragmático, ou seja, que o veganismo deve ser considerado por todos.

Se Bismarck cita o que não deve conter nos produtos para que sejam identificados como veganos, apesar de ele não citar especificamente que devem ser livres de testes em animais, mas referenciar que “o veganismo busca excluir todas as formas de exploração animal”, Studart, que se identifica como vegano, ao trazer na definição que produtos veganos são aqueles que “seguem convicções éticas...” revela um interesse em destacar logo a motivação e sem se referir especificamente sobre a composição. No entanto produtos veganos também são desenvolvidos sem convicções éticas por parte de quem os produz. Isso é comum hoje quando os produtos são produzidos por não veganos. Ainda assim, o não uso de animais corresponde a uma consideração ética (dos consumidores), mesmo que muitas pessoas também adquiram esses produtos não pela oposição ao uso de animais

A primeira proposta citada pode ser estendida a um produto identificado como vegano independentemente de ser de uma empresa que comercialize também produtos de origem animal, diferentemente da segunda. Isso pode levantar um questionamento se empresas que produzem produtos de origem animal devem se beneficiar desse tipo de isenção na produção

de alternativas aos alimentos de origem animal, já que não há esse tipo de impedimento no primeiro projeto de lei citado.

3.4.2 Antagonismo às transnacionais e boicote

Há veganos que antagonizam o consumo de produtos de empresas que comercializam também produtos de origem animal, com base no que já foi apresentado, justificando que é uma contradição dar dinheiro para empresas que também exploram animais. Há uma constante afirmação de que essas empresas estariam usando o lucro obtido com produtos de origem não animal para investir em mais produtos de origem animal. Sujeitos do veganismo popular usam essa justificativa no antagonismo às grandes empresas ou transnacionais. Mas o que determina em quais produtos uma empresa investirá é uma questão de demanda e possibilidades de lucro. Se houver crescente demanda por produtos de origem vegetal e livres do uso de animais, se as vendas forem satisfatórias, não há razão para essas empresas não continuarem investindo nesses produtos.

A lógica de que comprar uma alternativa a um produto de origem animal de uma empresa que também produz ou comercializa produtos de origem animal deve ser reprovada também é relativista. O mesmo pode ser dito sobre redes de supermercados ou qualquer estabelecimento que também comercialize produtos de origem animal e que são frequentados também por veganos que fazem tal crítica. Pode-se afirmar que supermercados podem usar o lucro obtido com as vendas de produtos veganos para ofertar outros produtos não veganos – uma afirmação que não costuma ser feita por esses mesmos sujeitos. Isso também poderia ser estendido a restaurantes, pizzarias, bares, lanchonetes, mercearias, mercadinhos de bairros e aos pequenos produtores da agricultura familiar, entre outros, que também comercializam produtos animais ao mesmo tempo em que oferecem opções para quem não se alimenta de animais. Com exceção dos pequenos produtores, os outros também comercializam produtos de grandes empresas ou transnacionais. Há grandes empresas que também têm pequenos fornecedores e há pequenas empresas que também têm grandes fornecedores.

Se consideramos a realidade que envolve o uso feito por veganos de meios de comunicação, plataformas, cinema, tecnologias, eletrônicos, eletrodomésticos, transportes, etc, mais factível é a afirmação de que quem antagoniza transnacionais não deixa de consumir ou utilizar o que é produzido por transnacionais. Isso também leva a uma contradição quando a oposição não é somente em relação ao que é produzido e como é produzido, mas também em

relação a quem produz, culminando em uma ideia de que o único caminho é o boicote definitivo. É uma posição que não compactua com a busca de meios para a facilitação do acesso e reivindicação de mudanças sobre como o que é oferecido é produzido envolvendo transnacionais que estão lançando produtos veganos ou *plant-based*.

A intransigência também chega à recusa de veganos contrários à abordagem pragmática de reconhecer produtos livres do uso de animais e de testes em animais lançados por transnacionais como veganos, já que essas empresas normalmente também oferecem produtos de origem animal. Por outro lado, esses mesmos veganos reconhecem produtos de outras empresas, não transnacionais, como veganos mesmo que essas empresas também lancem produtos de origem animal; o que também evidencia um relativismo e uma contradição.

Isso levanta um questionamento se o efeito do boicote pode ser melhor do que pressionar essas empresas para que promovam mudanças. O boicote também pode ser parte disso, mas se um boicote não visa mudanças envolvendo essas empresas, mas o fim delas, difícil é imaginar como um movimento ainda pequeno, como o vegano, pode ter um grande impacto quando não cogita a viabilidade de alternativas. Afinal, não se pode contar com a maioria dos consumidores e pelo que é óbvio – se não são veganos, não terão essa identificação e, com isso, o boicote não terá o efeito necessário.

Mesmo empresas de produtos exclusivamente veganos dependem também da oferta de seus produtos em estabelecimentos não veganos. Pequenas empresas também estão em constante interação e negociação com grandes redes de supermercados para a oferta de seus produtos; o que pode ser comprovado a partir da simples experiência de encontrar esses produtos nos expositores desses estabelecimentos. Enfim, como o que é vegano ainda está constantemente em relação com o que não é vegano, determinados julgamentos dependem do relativismo para fazer sentido para determinados grupos. Mesmo assim não escapam à contradição. Isso também é incorrer no mesmo problema já citado, que é ignorar a realidade de outros consumidores e que tipo de acesso eles têm aos produtos que correspondem às necessidades básicas, desejáveis e possíveis nas suas relações de consumo. O crescimento do veganismo depende das interações veganas-não veganas, das relações contraditórias que são estabelecidas, e porque também são parte das mudanças hoje possíveis em relação à produção, consumo e outros usos.

Quando há uma afirmação de que empresas estão ampliando a oferta de produtos de origem animal, como carnes, laticínios, ovos e derivados, entre outros, não parece coerente crer que estão financiando isso com o lucro obtido a partir de suas novas alternativas aos produtos de origem animal. Se esses produtos não correspondem à sua produção dominante, não teriam

como ter grande efeito na destinação de investimentos para ampliar a oferta de produtos de origem animal. Ainda assim, não é difícil encontrar veganos que se posicionam em oposição às empresas de produtos de origem animal que lançam alternativas a esses produtos fazendo esse tipo de afirmação. É mais lógico que ocorra o contrário, se essas empresas hoje não investem proporcionalmente nos mesmos produtos, e em correspondência à realidade de consumo, mesmo que uma empresa não tenha intenção de deixar o mercado de produtos de origem animal. Se há um grande número de consumidores interessados em produtos de origem animal, já que se não houvesse as empresas não disponibilizariam esses produtos ou aumentariam seus investimentos neles, então a mudança nessas empresas depende em primeiro lugar da mudança de interesses desses consumidores.

Embora haja uma afirmação partindo de sujeitos do veganismo popular de que “o mercado visa cooptar o veganismo”, essa é uma afirmação problemática. O que é perceptível é que o mercado não está interessado no veganismo ou restritamente nos veganos, mas nas mudanças de hábitos dos consumidores e no interesse deles por novos produtos, sejam veganos ou não. Não são as empresas que estão determinando uma mudança de consumo, mas os consumidores que estão determinando que essas empresas ofereçam alternativas se não quiserem ficar sem atender a uma parcela crescente de consumidores. Isso contrapõe a percepção de que o consumidor está assumindo uma posição passiva e acrítica, se prova que por meio do consumo é possível gerar mudanças em relação ao que é produzido e como é produzido. Como lembra-nos Martín-Barbero, nem tudo na interação com o hegemônico, e isso também nas relações de consumo, é signo de submissão (2008, p. 115). Parte dessa crença na passividade do consumo também é resultante, segundo Canclini, de superestimar a capacidade de determinação de quem oferece os bens de consumo (2015, p. 61).

3.4.3 Grandes empresas não estão preocupadas com os animais

Um exemplo que também serve para pensar essa relação é um trabalho que é feito pela Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB), que concede um selo vegano a produtos de categorias como alimentos, cosméticos, higiene, limpeza, calçados, etc, com o objetivo de identificar produtos sem ingredientes de origem animal e livres de testes em animais; tanto por parte da empresa que lança o produto quanto de fornecedores que não testam ingredientes e matérias-primas em animais.

O selo dá segurança ao consumidor de que o produto não usa nenhum produto de origem animal – nem na sua composição, nem no seu processo de fabricação, nem no seu desenvolvimento – e ainda tem a garantia de que o produto não é testado em animais (nem durante o processo de desenvolvimento dos seus componentes, nem ao final com o produto acabado) (SVB, 2023).

No site oficial da SVB consta que o “Certificado Produto Vegano SVB”, criado em 2013, já foi concedido a 3.921 produtos de 250 empresas envolvendo 700 fornecedores, somando 4,5 mil ingredientes auditados. O processo inclui verificação documental da composição dos produtos e avaliação do processo de desenvolvimento e fabricação, assim como possível contatos com fornecedores da empresa responsável pelo produto. Consta também que quando necessárias ocorrem análises laboratoriais e visitas à planta de produção. Mesmo que esses produtos sejam consumidos mais por não veganos do que por veganos, isso mostra que sua identificação como produto vegano ocorre pelo que é determinado por quem promove o veganismo ou visa uma aproximação com o veganismo.

Como a Sociedade Vegetariana Brasileira adota a abordagem pragmática do veganismo, sua posição, que também é baseada em uma constante negociação, entra em conflito com veganos que defendem uma posição inegociável; que não concordam que um selo que identifica um produto como vegano seja concedido a empresas transnacionais e/ou que também oferecem outros produtos, como os de origem animal ou que envolvem algum tipo de uso de animais.

A posição da SVB é de que se não há uso de animais envolvendo um produto, não há motivo para não classificá-lo como vegano, levando a uma avaliação baseada no que é específico, que é julgar somente o produto, e não tudo que é oferecido pela empresa, se essa empresa não oferece produtos somente para quem busca opções veganas ou se a maior parte de seus produtos baseia-se no uso de animais.

Quem se opõe ao lançamento de alternativas aos produtos de origem animal por grandes empresas ou transnacionais costuma dizer que elas não estão preocupadas com os animais. Isso é verdade, já que elas continuam ofertando produtos de origem animal. Mas se elas oferecem esses produtos há uma preocupação com os interesses das pessoas que estão preocupadas com os animais. Isso pode ser observado também a partir da adesão a esse tipo de selo que traz uma especificidade. Muitas empresas pequenas de produtos veganos e fundadas por não veganos também podem não ter preocupação alguma com os animais, mas somente com o lucro a ser obtido a partir do interesse desses consumidores. Mesmo quando o objetivo é somente o lucro, o lucro não é possível sem corresponder ao que é um interesse do consumidor.

Essa realidade revela uma negociação que surge influenciada pelo que é reivindicado por um movimento social em relação ao mercado. Mesmo que essas empresas voltem-se para

um público maior, é o movimento vegano que mais faz oposição aos produtos de origem animal. Nessa afirmação, sujeitos do veganismo popular também subestimam o potencial de percepção do consumidor. Na simples compreensão de algo ser vegano por ser livre do uso de animais, já é incitada também no consumidor não vegano uma reflexão sobre a motivação para esses não usos, mesmo que sua reação seja de estranheza e não de interesse. Isso também torna inevitável concluir que o aumento dessas ofertas só pode ter como motivação o aumento de pessoas interessadas nesses produtos, levando há uma conclusão de que corresponde a um aumento do número de consumidores veganos.

3.4.4 Empresas evitam termos associados ao veganismo

Outro problema em relação à ideia de cooptação do veganismo pelo mercado é que, com base no que é possível encontrar sendo ofertado aos consumidores nos supermercados, muitas empresas evitam o uso de termos em associação com o veganismo, preferindo *plant-based*, 100% vegetal, de base vegetal, à base de vegetais, etc. Isso ocorre mesmo quando são produtos que não apenas não trazem nenhum ingrediente de origem animal como não são utilizados animais no processo de produção⁷⁹, o que também coloca em conflito o sentido de apropriação que se visa atribuir. Logo se essas empresas evitam uma vinculação com os termos iminentes ao veganismo, isso deixa ainda mais claro que a oferta não é voltada somente para o público vegano, mas sim para um público mais amplo interessado em produtos não animais, e por qualquer motivação, mesmo sem relação com a oposição à exploração animal.

Leenaert cita o exemplo (2017, p. 44) de um bolo sem ingredientes de origem animal que vendeu três vezes mais quando deixaram de usar a palavra vegano na divulgação do produto, atraindo também consumidores não veganos que tinham uma indisposição em relação ao termo. Mesmo hoje não é difícil encontrar pessoas que por acreditarem que determinados alimentos só são possíveis com ingredientes de origem animal, logo pensam em alimentos veganos como alimentos que não podem ser saborosos ou como se houvesse uma falta de ingredientes. No caso do bolo, é comum o estranhamento quando não há leite de vaca nem ovos. Então não explicitar essa identificação pode surpreender quem experimenta e depois percebe que consumiu e gostou de um produto que, embora não fosse identificado como vegano, era vegano.

⁷⁹ Como não realizar testes em animais.

Esse tipo de conclusão pode também levar a um outro sentido sobre as associações feitas com o termo vegano, principalmente se a indisposição pode não ser baseada em uma experiência e sim na ausência dela. Isso está relacionado aos sentidos que são dados em associação com o veganismo – como uma ideia ainda comum de um “tipo de privação”. Encontramos isso também quando há uma referência à alimentação de um vegano como uma “dieta restritiva”. O sentido de “restritiva” já leva a uma associação com dificuldade, problema e limitações. Esse viés culmina em uma percepção mais negativa do que positiva, mesmo que a maior parte das calorias consumidas pelas pessoas seja mais comumente proveniente de fontes vegetais. Isso coincide com o que apresentamos antes em relação ao interesse de sujeitos veganos em mostrar para as pessoas que muito do que um vegano consome já é parte da realidade diária de muitos consumidores.

O bolo livre do uso de animais que não recebe o nome de vegano é um exemplo bem específico, mas ratifica que empresas tendem a se comportar de acordo com o que favorece suas vendas; o que pode partir até mesmo de veganos quando abrem empresas de produtos e serviços veganos. Isso é o que Leenaert (2017) chama de “veganismo furtivo”, quando há uma motivação ética para o não uso de animais, além do interesse pelo lucro.

3.4.5 Uma consideração ambiental e a dependência de produtos de origem animal

Embora muitas críticas também sejam direcionadas às empresas em relação aos preços praticados, a partir ou não de sujeitos do veganismo popular, enquanto a tradicional produção de alimentos de origem animal conta com benefícios fiscais e subsídios, há uma ausência de benefícios fiscais e subsídios para o desenvolvimento e oferta de produtos veganos ou *plant-based*. É algo que poderia ajudar a mudar a realidade principalmente de produtores e empresas que enfrentam dificuldades para fazer com que seus preços sejam mais competitivos e seus produtos mais acessíveis para os consumidores.

Como hoje há uma constante associação entre desmatamento, pecuária e emissões de carbono⁸⁰, produtos veganos também não devem ser vistos somente como produtos que atendem aos interesses de veganos ou de pessoas que querem reduzir o consumo de produtos de origem animal por motivos pessoais. Produtos veganos também podem ajudar a reduzir o

⁸⁰ Também partindo da ONU (2020) e que foi reconhecido até por grandes empresas de produtos de origem animal como a JBS, conforme já citado. Afinal, negar isso seria fazer oposição ao que também deve ser visibilizado ao consumidor e que pode ser confirmado por ele.

impacto ambiental do sistema alimentar, a partir da redução do uso de terra e água, assim como das emissões de carbono (POORE; NEMECEK, 2018). Se servem a esse fim, seria negligente por parte dos governos ignorar a importância de apoiar iniciativas que aproximem mais os consumidores de produtos que geram menos impacto ambiental. Então isso não pode ser reduzido a uma questão de beneficiar somente um grupo de consumidores, se pode beneficiar toda a população pela redução de impactos ambientais que tendem a prejudicar primeiro as populações mais vulneráveis. Um estudo publicado na revista científica *Nature* por cientistas brasileiros chama atenção para a gravidade do problema:

Esses níveis de calor, que serão fisiologicamente intoleráveis para o corpo humano, afetarão profundamente as regiões altamente vulneráveis. As condições extremas de calor induzidas pelo desmatamento podem ter efeitos negativos e significativamente duradouros na saúde humana, incluindo trabalhabilidade diminuída e aumento da mortalidade relacionada ao calor e associada a doenças cardiovasculares, efeitos psicológicos e doenças renais agudas. [...] Além disso, o aumento da exposição ao estresse térmico pode impactar várias áreas da economia por meio de efeitos na produtividade do trabalho, uma vez que os trabalhadores estarão expostos a condições térmicas fatais. No Brasil, os trabalhadores que atuam ao ar livre já estão expostos ao estresse térmico, e as projeções indicam aumento da exposição a alto risco nas próximas décadas (OLIVEIRA; BOTTINO; NOBRE; NOBRE, 2021).⁸¹

Nessa consideração há outro encontro entre o veganismo popular e pragmático, se os dois veem isso como um sério problema e o usam também como justificativa para mobilizar a opinião pública e o poder público sobre a importância do incentivo a uma alimentação livre do uso de animais. Mas os benefícios dependem também de quantos consumidores podem ter interesse e acesso a esses produtos, tornando relevante uma posição governamental favorável à viabilização e facilitação desse acesso.

Se o Brasil tem metas a cumprir na redução de emissões de carbono, não desenvolver políticas públicas nem apoiar projetos para favorecer um sistema de produção que demande menos recursos naturais, tanto em relação à produção de alimentos quanto outros tipos de consumo, é perder uma oportunidade também de reduzir sua grande dependência dos produtos de origem animal como fontes de proteínas.

⁸¹ These heat levels, which will be physiologically intolerable to the human body, will profoundly affect highly vulnerable regions. The heat extreme conditions induced by deforestation could have negative and significantly long-lasting effects on human health, including decreased workability and increased heat-related morbimortality associated with cardiovascular disease, psychological outcomes, and acute kidney diseases. [...] Furthermore, increased heat stress exposure might increase morbidity and mortality in heat-vulnerable populations, including children, the elderly, and those with underlying health conditions.

3.4.6 Sem facilitação do acesso e resistência

Até hoje não há no Brasil nenhuma lei federal específica que favoreça o segmento de produtos veganos ou alternativas aos produtos de origem animal, somente os projetos de lei já referenciados. As divisões e a crença de que veganos devem assumir posturas inegociáveis e também em relação a outros veganos, com base em suas diferenças, é outro ponto que também favorece o cenário atual, assim como a falta de uma participação mais significativa no âmbito político. Quando os antagonismos prevalecem, o movimento vegano volta-se contra si mesmo em situações que dependem de diálogo e do maior número possível de apoios. A existência de uma Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) para defender os interesses do setor já é um exemplo da vantagem garantida pelos pecuaristas que podem também usar sua influência contra o avanço das alternativas aos produtos de origem animal.

Um exemplo é o Projeto de Lei (PL) 2876/2019. Na proposta, o ex-deputado federal Nelson Barbudo (PL-MT) defende a proibição do uso do termo carne em referência a produtos de origem vegetal.

[...] a terminologia “carne” vem sendo utilizada de maneira equivocada pela grande mídia e pela população, de forma geral, em produtos como “carne de laboratório”, feita através de células-tronco de músculos de bovinos, “carne”, “picadinho” e “filé” de soja, originalmente a proteína texturizada do grão, “carne de jaca”, feita com a própria polpa da fruta (*Artocarpus heterophyllus*), entre diversos outros exemplos (PL 2876/2019).

Ao reconhecer que a grande mídia utiliza esses termos, sendo que a grande mídia é o meio pelo qual a pecuária e a indústria de produtos de origem animal são muito mais visibilizadas, e porque ocupam uma posição hegemônica, Barbudo não pode negar que há uma mudança em andamento. Se há uma afirmação de que se isso ocorre por meio de apropriações, e que ele considera inaceitáveis, nem a população nem a grande mídia pensam nesses usos como equivocados, como ele próprio admite. Ainda assim, ele acha justo “corrigir isso” para que esteja de acordo não com os interesses da população, se não há uma contestação popular mesmo entre aqueles que não são contra o consumo de animais e de outros produtos de origem animal, mas com o que ele julga que deve manter-se dominante e exclusivo sobre o uso desses termos. Isso evidencia um conflito que surge para privilegiar o que ele considera desfavorável a um interesse econômico, já que a preocupação não está no impacto que isso pode ter para a população, se não é incômodo à própria população, e sim para quem antagoniza esses usos e por isso tem interesse em controlá-los.

O mesmo foi feito na Câmara por Jerônimo Goergen (PP-RS) por meio do PL 5499/2020. Ele também é autor do PL 508/2022, que visa proibir que produtos veganos ou *plant-based*⁸² recebam nomes ou termos análogos a produtos de origem animal.

A evolução das tecnologias de fabricação desses alimentos e a maior concorrência de empresas atuantes no setor levará à oferta de produtos cada vez mais baratos e competitivos em mercados populares, em que o consumidor poderá ser induzido a optar por tais produtos tão somente pelo fator preço, sem a devida consciência do que, realmente, está levando para casa. [...] Nos preocupa como são rotulados esses produtos, pois não há clareza para o consumidor de que sejam produtos de natureza essencialmente distinta dos produtos de origem animal que pretendem imitar (PL 508/2022).

No PL 10556/2018, a senadora e ex-ministra da Agricultura do governo Bolsonaro, Tereza Cristina (PP-MS), propõe a proibição do termo “leite” para produtos de origem vegetal e frisa que “devem ser exclusivamente reservados aos produtos lácteos” as expressões também referentes aos derivados.

O projeto de lei tem por escopo evitar a grande confusão que permeia o mercado no que se refere à palavra ‘leite’, que vem sendo utilizada não apenas quando se trata do líquido branco alimentício que é segregado pelas mamas de fêmeas de mamíferos, mas em qualquer suco vegetal branco ou esbranquiçado. Da mesma forma, os derivados lácteos não podem ser confundidos com produtos de origem vegetal, que utilizam nas embalagens as palavras e expressões queijo, manteiga, requeijão, iogurte, bebida láctea, leite condensado, creme de leite, doce de leite e outros (PL 10556/2018).

Os parlamentares que protocolaram essas propostas na Câmara enquanto integravam a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) criaram um discurso para tentarem viabilizá-las, porque eles não reconhecem que as pessoas que buscam por esses produtos buscam porque elas querem alternativas aos alimentos de origem animal. Ao ignorar isso, é tendenciosa a justificativa de levar o consumidor ao engano, ainda mais porque são produtos sempre identificados como de origem vegetal. Mas ao criar esse tipo de projeto de lei, os argumentos utilizados visam manipular os consumidores pela afirmação de que eles seriam prejudicados, mesmo sem apresentar provas de que isso tenha ocorrido. Os três defendem um uso exclusivo de determinados termos, mas que nunca foram exclusivos; apenas ganharam um uso dominante, como podemos perceber se recorrermos a algumas considerações e fontes sobre determinados

⁸² Nem sempre um produto *plant-based* é vegano, porque *plant-based* refere-se à composição do produto, ou seja, que é de origem vegetal, e não se um produto envolve, por exemplo, testes em animais, a não ser que isso seja especificado pelo fabricante. Já a classificação como vegano deixa claro que é um produto livre também de testes em animais.

usos. Logo concluímos que há um interesse pela supressão de sentidos que não são equivocados e que justificam outros usos sem relação com o que é de origem animal.

O termo “leite”, por exemplo, é usado há muito tempo em referência a outros produtos não animais, como é o caso do leite de coco, sem que antes tivesse existido qualquer resistência semelhante no âmbito político institucionalizado. A explicação é que o leite de coco não era visto como uma ameaça aos interesses de pecuaristas e empresas de produtos de origem animal que são mais resistentes às novas mudanças que surgem como parte das novas relações de consumo.

Os dicionários brasileiros trazem também como significado de carne a parte comestível dos frutos (MICHAELIS, 2023), e não somente “tecidos comestíveis ‘de espécies de açougue’” (PL 2876/2019). Mas na iniciativa desses parlamentares há um reconhecimento de que o mercado de alternativas aos alimentos de origem animal é um mercado em crescimento. Não é possível desvincular também essa mudança do que é defendido pelo movimento vegano, a transição, e em que a oferta tem relação com as negociações e mediações, de um consumo que envolva animais para um consumo que não envolva.

Empresas de produtos de origem animal, incluindo as transnacionais, e que lançaram também alternativas a esses produtos, também utilizam termos análogos aos alimentos de origem animal. Isso revela uma adaptação a uma nova realidade de consumo em vez de antagonizá-la. Ou seja, há uma interação de não resistência entre o que é hegemônico e o que é não hegemônico, diferentemente do que é exemplificado pelas últimas propostas legislativas citadas. A apropriação desses termos, se colocada dessa forma, tem um motivo: oferecer opções a veganos e não veganos que querem produtos semelhantes aos produtos de origem animal.

O ato de não reprovar, mas se adaptar a essa realidade externaliza um conflito, porque esses parlamentares que atuam ou atuaram também como representantes da Frente Parlamentar da Agropecuária não podem ser voz de quem não reconhece problema onde apontam um problema. Isso ocorre também no contexto da indústria de produtos de origem animal, na sua diversificação adaptável às novas demandas de consumo por produtos não animais – o que é representado também por grandes empresas que preferem lançar produtos direcionados a esses consumidores em vez de se opor a eles. Além disso, a ação desses parlamentares revela um uso do que é público para antagonizar um interesse público.

3.4.7 JBS e as alternativas à carne

Um exemplo da não resistência em relação às alternativas aos produtos de origem animal está em uma declaração do CEO da JBS, Gilberto Tomazoni, de que a tendência é de que as novas carnes vegetais tornem-se mais baratas do que as carnes resultantes do abate de animais (BLOOMBERG, 2021): “[Produtos] *plant-based* nos ajudarão a reduzir essa lacuna de proteína com produtos mais acessíveis em comparação com a proteína animal [...]”⁸³ Tomazoni não vê como problema a mudança e avalia que no futuro haverá uma inversão, com um consumo predominante de proteínas não animais.

Nesse caso, não há um antagonismo da indústria de produtos de origem animal em relação a uma mudança no sistema alimentar, em uma direção que reduza o uso de animais, se ela também participa disso. Se participa é porque reconhece que há uma mudança inevitável em relação às novas demandas de consumo. Mesmo que haja oposição de veganos às alternativas à carne da JBS, por ser uma transnacional de processamento de carne, essa mudança tem condições de reduzir o abate de animais e a contribuição ao desmatamento provocado pela agropecuária.

Se a JBS não tem cumprido seus compromissos em relação a zerar sua participação no desmatamento, como referenciado no segundo capítulo, isso ocorre porque suas atividades estão concentradas na oferta de produtos que colocam grande pressão sobre o uso de recursos naturais. Isso também não quer dizer que a afirmação de Tomazoni deva ser abraçada sem criticidade, já que está no interesse comum ao veganismo que produtos veganos ou *plant-based* destaquem-se também em qualidade e na consideração sobre o que envolve essa produção.

Produtos semelhantes aos de origem animal, como os lançados tanto pela JBS quanto por pequenas empresas, não são do interesse de todos os veganos. Há veganos e não veganos que defendem que veganos não deveriam consumir produtos que imitam produtos de origem animal. Porém isso é preterir a subjetividade do consumo e projetar o próprio interesse sobre o interesse dos outros, já que no veganismo o mais importante é a não utilização de animais, não o julgamento das predileções quando já não envolvem o uso de animais.

O interesse pela semelhança com produtos de origem animal tem a ver também com uma facilidade de adaptação, com o ato de oferecer produtos parecidos com aqueles que as pessoas já estão acostumadas a consumir ou que sentem falta de consumir. Também tem relação

⁸³ Plant-based will help us to reduce this protein gap with more affordable products compared with animal protein [...].

com o resgate de uma experiência do paladar que já não envolva uso de animais, como as relacionadas à memória gustativa. Isso pode também não ter relação com um consumo cotidiano e sim esporádico.

3.4.8 Menos veganos e mais veganos

Uma afirmação que parte de sujeitos do veganismo popular como a do “veganismo sendo cooptado pelo mercado” também faz parecer que o mercado é um meio de manipulação do veganismo, que não pode haver conciliações entre o veganismo e o mercado, mesmo que a relação mais comum estabelecida pelos veganos em relação ao consumo se dê pelo mercado. Afinal, é por esse meio que eles adquirem produtos e a partir de seus interesses e escolhas podem influenciar mudanças no mercado. Também podem reivindicá-las por meio de projetos de lei, como nos exemplos já citados.

O que é preciso discutir é o que pode ser feito, e também em âmbito político, para que as pequenas empresas de produtos veganos não levem desvantagem ou sejam prejudicadas em relação às grandes empresas, como as transnacionais, na oferta dessas opções. É importante que possam ter seu espaço assegurado no mercado e tenham condições de tornar seus produtos mais acessíveis para os consumidores. É reducionista resumir o conflito a uma questão sobre se o consumidor deve ou não consumir esses produtos, sem permitir que ele tenha o direito de decidir se quer ou não consumir determinado produto quando o preço não é uma barreira e o produto não envolve uso de animais.

Há veganos que evitam essa discussão por uma preocupação de serem vistos como menos veganos ou não veganos por consumirem produtos livres do uso de animais de empresas que são antagonizadas por outros veganos – o que revela também o impacto da apropriação mesmo na vivência de quem não compactua com essa posição. Outros, como já referenciado no segundo capítulo, podem rejeitar a identificação como vegano, mesmo quando continuam opondo-se à exploração animal. Esse é outro conflito por uma apropriação do veganismo. Mesmo a Vegan Society, que criou os termos *vegan* e *veganism* na década de 1940, e que costuma ser citada tanto por sujeitos do veganismo pragmático quanto popular em relação à definição do veganismo, tem uma posição favorável ao lançamento de alternativas aos produtos de origem animal a partir de qualquer empresa – pequena, média, grande ou transnacional, pela defesa de que qualquer mudança que possa reduzir a exploração animal é favorável.

3.4.9 Valorização do local

Podemos notar que no Brasil os produtos que estão sendo oferecidos hoje e comercializados como novas alternativas aos alimentos de origem animal ou proteínas alternativas refletem os efeitos da globalização. As novas carnes vegetais, como as que foram lançadas no país nos últimos anos, e que são oferecidas em redes de supermercados, têm forma e composição semelhante à dos produtos vendidos nos EUA e Europa – como hambúrgueres, almôndegas, carne moída, carne de frango, peixes, empanados, etc.

Embora seja possível encontrar não somente produtos de grandes empresas, dependendo da localidade, porque há diversas marcas brasileiras de diferentes portes priorizando os mesmos produtos, isso permite também uma crítica sobre a ausência de produtos que valorizam mais o local. É notória também uma conveniência nessa ausência, considerando a facilidade na oferta de versões de produtos que já têm aceitação entre os consumidores porque são versões de produtos já conhecidos e consumidos em suas versões animais.

Mas mesmo os produtos julgados como resultantes de “uma importação de hábitos”, e que também ganham espaço por meio de uma racionalidade econômica (CANCLINI, 2015, p. 31), podem estabelecer uma conciliação com o que é local. Basta considerarmos a utilização de ingredientes produzidos localmente, a valorização de pequenos produtores e as possibilidades de inovação e diversificação utilizando ingredientes e vegetais típicos de determinadas regiões ou subaproveitados, desde que isso seja feito de forma a beneficiar a comunidade. Também é possível explorar novos usos.

O Good Food Institute Brasil, entidade que pratica a abordagem pragmática por meio da promoção de alternativas à base de vegetais, destinou recursos em 2020 para três pesquisadoras da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) desenvolverem estudos visando a produção de carnes vegetais a partir de proteína extraída da folha de mandioca, de resíduos de caju e de proteína de feijão (VEGAZETA, 2020). Isso mostra que uma ONG voltada aos objetivos do veganismo, por meio de uma mudança no sistema alimentar, também está estabelecendo uma relação com quem atua em uma estatal que é representativa da agropecuária e para o desenvolvimento de produtos que sejam alternativas ao que está diretamente relacionado à agropecuária. Podemos perceber que as relações e negociações que vão sendo construídas a partir da abordagem pragmática resultam de uma busca por mudanças paradigmáticas que envolvam também quem

atua nos meios oficiais da agricultura e pecuária nacionais, que ainda promovem mais os sistemas convencionais.

Já em 2022, o GFI deu início ao Projeto Biomas, que reúne 14 pesquisadores que estão estudando espécies da Amazônia e do Cerrado, como o babaçu, castanha-do-brasil, cupuaçu, guaraná, baru, macaúba e pequi, com o objetivo de utilizá-las como fontes de proteínas, pigmentos e fibras (VEGAZETA, 2021). “Em qualquer cenário, é consenso entre os pesquisadores que as pesquisas devem deixar um legado de viabilidade ambiental, técnica, econômica e social para cada ingrediente, produto e processo desenvolvido” (GFI, 2021). Se cumprido o que é prometido, essa é uma forma também de favorecer os objetivos do veganismo ao mesmo tempo em que se valoriza o que é local. A referência ao social também traz no discurso uma relação que associa-se às comunidades que estão mais próximas dessas espécies, porque já têm uma relação ancestral com elas e também como fonte de renda.

3.4.10 A “demonização” da soja

A diversidade também é uma forma de reduzir a dependência de determinados ingredientes na elaboração de alternativas à carne, como ocorre hoje com a soja, que comumente tem seu uso reprovado por sujeitos do veganismo popular por sua associação com monocultura e desmatamento. No entanto, retomando o que foi citado no segundo capítulo, 79% da produção de soja são destinados à alimentação de animais que serão abatidos para consumo (WWF-Brasil, 2023). Logo não é o consumo humano de soja que favorece o desmatamento, mas a finalidade dominante para a qual a soja é destinada, que é a pecuária. Como a proteína vegetal mais utilizada como alternativa à carne é proveniente da soja, que é bem mais acessível do que a carne animal e permite preparos bastante diversificados, reprová-la também é entrar em contradição com a ideia de popular; se o objetivo é aproximar as pessoas de uma realidade em que elas possam ter uma alimentação sem apoiar a exploração animal e que seja compatível com sua realidade econômica.

A soja também é citada com frequência como motivo para não comprar alternativas à carne de empresas envolvidas no desmatamento. Mas se o desmatamento surge para abrir espaço para a formação de pastagens ou ampliação do cultivo de grãos para alimentar animais criados para fins alimentícios, e por esse motivo está relacionado aos produtos de origem animal oferecidos por essas empresas, e não aos produtos de origem vegetal lançados como alternativas por elas, o total boicote é o melhor caminho ou os consumidores deveriam boicotar somente os

produtos de origem animal? Afinal, são os produtos de origem animal que favorecem a expansão do desmatamento.

No boicote a esses produtos e não a todos, os consumidores também podem estimular um outro tipo de produção, levando essas empresas a adaptarem-se às suas demandas. Outro problema na reprovação da soja é que ao associá-la generalizadamente ao desmatamento, ignora-se que há também no país produtores de soja que não contribuem para o aumento do desmatamento. Nem por isso deve ser ignorado que há tantos grãos sendo usados para alimentar animais criados para consumo em vez de não criar esses animais para fins alimentícios e cultivar grãos com foco na alimentação humana.

Podemos recorrer ao que foi apresentado no segundo capítulo. Enquanto há humanos passando fome, animais são criados, alimentados e mortos somente para que sejam consumidos por pessoas com condições de pagar pela carne desses animais. O mesmo vale para outros produtos de origem animal. Com tantos animais sendo mortos diariamente e tantos grãos sendo produzidos diariamente para alimentá-los, a pecuária e a indústria de produtos de origem animal mostram que esses produtos⁸⁴ só são viabilizados com a anuência de muitos consumidores, assim como as consequências estão relacionadas à expansão dessa relação de produção-consumo. Logo apenas antagonizar a indústria não faz sentido sem considerar o papel do consumidor e como o consumidor percebe o que é oferecido por essa indústria, que objetivando a eficiência na busca por mais lucro também se empenha em influenciá-lo.

3.4.11 De onde falam os veganos

O que também pode ser questionado e tanto em relação ao veganismo pragmático quanto ao veganismo popular é de que lugar esses sujeitos falam quando abordam os conflitos em relação ao consumo. Muitas das vozes que têm influência no veganismo pragmático e popular partem dos grandes centros urbanos, em forma de organizações, coletivos e indivíduos. No recorte do que é possível e do que não é, do que deve ser aceitável e do que não deve, um problema pode ser a falta de percepção sobre outros locais e outras realidades que não são aquelas em que esses sujeitos estão inseridos. Assumir a sua experiência como a experiência de quem não vive essa realidade pode ser problemático e contraproducente.

⁸⁴ Que correspondem à lógica capitalista, já que o acesso depende do poder de compra e de animais sendo alimentados somente porque gerarão lucro depois de mortos (carne) ou em vida (leite, ovos, etc).

Muitas das influentes discussões sobre veganismo e que têm mais visibilidade estão concentradas em São Paulo (SP). Mesmo nas articulações para incluir outros estados e regiões, os debates continuam mais restritos aos grandes centros urbanos. Isso também pode negligenciar a compreensão de outras realidades e levar a um julgamento fácil partindo desses locais. Isso externa também a importância de referências que não estejam situadas nos mesmos ou em poucos locais; ou que não se resumam à reprodução de experiências sem conciliação com locais que não limitam-se aos grandes centros. Mesmo no caso do veganismo popular, isso pode ficar restrito às periferias dos grandes centros; o que não quer dizer que essas referências não possam ser relevantes para se pensar outros lugares.

Há pessoas que se sentem mais motivadas por uma relação de proximidade baseada no compartilhamento da mesma realidade, e que pode envolver dúvidas e insegurança, menos gerais e mais específicas. Isso coincide também com o que foi abordado antes sobre os conflitos em torno do que uma pessoa deve ou não consumir como vegana, em oposição à exploração animal e em relação não somente aos tipos de alimentos e outros produtos, mas quem produz esses alimentos e outros produtos.

3.4.12 Participação do consumidor

Se a abordagem pragmática no Brasil dá bastante atenção ao desenvolvimento e lançamento de produtos veganos ou *plant-based*, o que inclui também as empresas transnacionais, visando uma mudança de consumo sem falar de veganismo, isso ocorre também por influência do veganismo pragmático praticado nos EUA e na Europa. Ou seja, onde a realidade de oferta e consumo desses produtos não é a mesma do Brasil, como a realidade em que está inserido Leenaert (2017), que é uma influência para o veganismo pragmático no Brasil. Se o mercado de novos produtos veganos ou *plant-based* está crescendo, é importante ponderar qual é o percentual da população que pode se beneficiar do que é oferecido por esse mercado e quais mudanças podem ou devem ser feitas para que seu acesso não fique nem pareça distante da maior parte da população. Do contrário, o que o veganismo pragmático preconiza, que é estimular a população a afastar-se da aquisição de produtos de origem animal e aproximá-la da crescente oferta de produtos veganos ou *plant-based*, passa a ter pouco impacto se esses novos produtos não podem ser adquiridos por consumidores o suficiente para promover uma mudança mais significativa em relação à produção e consumo. Afinal, o acesso não favorece as mudanças almejadas quando não vale para a maior parte da população. Também concordamos com

Martín-Barbero quando ele diz que o consumo pode falar e fala também das justas aspirações a uma vida mais digna (2008, p. 291).

A oferta também precisa estar alinhada à qualidade e a um reconhecimento de qualidade em relação a esses produtos. Não basta oferecer alternativas acessíveis se essas alternativas não são mais atrativas aos consumidores do que os produtos que eles estão acostumados a consumir. Essa negligência também abre espaço para que atores e apoiadores do mercado de produtos de origem animal usem isso como justificativa para fazer oposição a esse mercado, mesmo quando o interesse não é conscientizar o consumidor, mas somente antagonizar esse mercado por vê-lo como uma ameaça.

Canclini (2015) define alguns requisitos para que se possa articular o consumo com um exercício refletido de cidadania, o que vale também para o que é relevante ao desenvolvimento do que está no interesse do movimento vegano:

- a) uma oferta vasta e diversificada de bens e mensagens representativos da variedade internacional dos mercados, de acesso fácil e equitativo para as maiorias; b) informação multidirecional e confiável a respeito da qualidade dos produtos, cujo controle seja efetivamente exercido por parte dos consumidores, capazes de refutar as pretensões e seduções da propaganda; c) participação democrática dos principais setores da sociedade civil nas decisões de ordem material, simbólica, jurídica e política em que se organizam os consumos desde o controle de qualidade [...] (CANCLINI, 2015, p. 70)

O que é proposto é o estabelecimento de uma relação com a participação do consumidor não apenas na aquisição de produtos, mas também nas tomadas de decisões sobre o que é produzido e como é produzido. Esse é um ponto que corresponde tanto a um interesse do veganismo pragmático quanto popular, porque diz respeito não apenas à disponibilidade e acesso aos produtos. É também sobre reconhecer a importância de que a priorização do lucro não se dê de tal forma que os interesses dos consumidores sejam correspondidos mais pela propaganda do que pelos produtos oferecidos.

3.4.13 O que chega para as pessoas sobre o veganismo

Ainda hoje a promoção de produtos, como meio de promover uma mudança de consumo, se pode ter um efeito positivo também pode ter um efeito negativo, dependendo da percepção do consumidor em relação a eles. Um exemplo é que ao ter contato com alguma publicação relacionada ao veganismo por meio do Facebook ou Instagram, uma pessoa pode

começar a receber anúncios sobre alguns produtos veganos. Se especificamente esses produtos estiverem distantes de sua realidade econômica, isso também pode levar a uma conclusão de que ser vegano é caro porque os produtos veganos que foram apresentados a ela são caros, tendo um efeito contrário do esperado e desmotivando essa pessoa em relação à experiência de viver o veganismo.

Pode-se dizer que isso não é motivo para desistir, que essa pessoa somente recebeu informações sobre produtos veganos caros; o que não quer dizer que não há outros acessíveis e baratos. Mas não deixa de influenciar sua percepção em um determinado momento, e que pode ou não ser modificada depois, dependendo da motivação e das interações estabelecidas. Também pode ser dito que esses produtos não são essenciais. Porém seria equivocado afirmar que as pessoas estão em busca somente do essencial (ou que todos têm a mesma percepção do que é essencial), se o consumo enquanto interesse também tem relação com o desejável.

Isso evidencia a importância de as pessoas terem acesso a informações e experiências que possam aproximá-las do veganismo ou de uma prática de consumo em convergência com o veganismo. Para isso é importante considerar o contexto e a diversa realidade econômica em que as pessoas estão inseridas, já que quanto mais o veganismo é apresentado como acessível, a percepção sobre ele como inclusivo torna-se mais evidente e enfraquece os argumentos contrários que visam fazê-lo parecer impraticável. Um ponto importante então não é apenas o que é o veganismo, mas o que chega para as pessoas sobre o veganismo ou em associação com o veganismo, porque elas tendem a formar um primeiro juízo a partir desse contato.

A discussão sobre produtos é relevante porque quando as pessoas decidem substituir os produtos de origem animal por alternativas livres do uso de animais, o que será escolhido dependerá da disponibilidade, uma disponibilidade que depende do que é oferecido pelo mercado.

3.4.14 Diversidade, julgamento e contradições

Uma alternativa adotada por veganos em relação a produtos livres do uso de animais, e que também atrai não veganos, tem sido o desenvolvimento de versões caseiras do que antes era comprado ou desejado. Isso surge em consequência da falta de acesso a determinados produtos, do interesse em consumir algo produzido ou preparado por si mesmo ou que tenha como motivação a certeza de conhecer todos os ingredientes. Hoje há uma grande diversidade de conteúdos relacionados a isso em sites e redes sociais, e partindo também de sujeitos com

diferentes posicionamentos em relação ao veganismo – o que também mostra que pensar alternativas às ofertas do mercado não envolve somente uma vertente específica do veganismo.

Veganos também são motivados a cozinhare, cultivarem alimentos e a adotarem outras práticas caseiras. Esse incentivo pode não ser visto como atrativo ou praticável por todos, e também pela pluralidade que existe no meio vegano envolvendo disponibilidade de tempo, recursos, espaço, interesses e predileções. Se essa é uma forma positiva de incentivar novos hábitos, sem restringir-se às prontas ofertas do mercado, se a não adoção de determinadas práticas leva a julgamentos negativos, isso não surge porque é preconizado pelo veganismo, mas pelo que é determinado por sujeitos que não reconhecem que a heterogeneidade também é própria do veganismo.

A promoção do consumo de orgânicos no meio vegano também é controversa. O principal problema é que esse consumo hoje está longe de ser acessível à maioria dos consumidores, entrando em conflito com a ideia do popular, quando isso vem acompanhado de uma reprovação do consumo de não orgânicos, de transgênicos. Então é mais sensato reivindicar políticas de facilitação do acesso ao consumo de orgânicos e envolver não veganos para o fortalecimento dessa reivindicação. Também é possível incentivar a adoção de práticas alternativas, como as hortas e pomares comunitários ou coletivos, em vez de antagonizar alguém por ter um consumo que não é baseado em orgânicos – um consumo possível para muitos com base no fator econômico. Do contrário, isso pode levar a uma percepção conflitante de uma posição que surge com o objetivo de ser inclusiva.

O desenvolvimento do veganismo também depende do quanto as pessoas se sentem próximas do veganismo, e se uma transição não é vista como uma grande dificuldade. Afinal, quanto mais distante parecer a prática do veganismo para uma pessoa, menos ela estará inclinada a uma mudança.

3.4.15 Disputa pelo sentido de uma fácil transição para o veganismo

Analisando o que é apresentado sobre o veganismo popular e pragmático pode-se concluir que há também uma disputa não apenas sobre o que deve ser considerado para se atingir os objetivos do veganismo. Seus sujeitos também disputam o sentido de uma identificação com a facilidade de uma transição para o veganismo e com a sedimentação de um caminho para que o objetivo do veganismo seja alcançado, que é a libertação animal.

Se para o veganismo pragmático qualquer mudança é válida, e isso deve ser facilitado envolvendo o maior número possível de meios, incluindo as transnacionais com seus produtos, a mesma posição não é compartilhada pelo veganismo popular. Por outro lado, o sentido de acessível que envolve o veganismo popular está no diálogo que pode ser estabelecido entre os sujeitos veganos da periferia com os não veganos da periferia, mostrando que se o veganismo é possível para eles, também é possível para os outros.

Na sua identificação como de esquerda, um desafio para o veganismo popular é aproximar pessoas que não se veem nesse espectro ou que se veem, mas também podem não concordar com o que é defendido pelo veganismo popular. Segundo a pesquisa Panorama Político, realizada pelo Senado em 2022, a maioria dos eleitores brasileiros não se identifica como de esquerda ou direita e tampouco de centro (ESTADÃO, 2022). Isso tem relação com o que Martín-Barbero já havia observado, sobre a crise da identidade dos partidos políticos tradicionais e a ausência de um apelo eficaz ao popular por parte da esquerda (2008, p. 255). Então mesmo que um movimento busque fortalecer essa relação com o popular, a aproximação dos sujeitos com esse movimento também dependerá da percepção que as pessoas têm da relação da esquerda com o popular, se o movimento se apresenta dessa forma.

Hoje já não é somente uma questão do que significa ser de esquerda, mas também qual é a percepção que as pessoas têm da esquerda. Se há também setores populares que não se sentem representados pela esquerda, isso também pode dificultar a identificação de muitas pessoas com um movimento vegano que traz como identificação ser de esquerda. Se o movimento vegano depender somente de pessoas que se identificam hoje como de esquerda, e muitas pessoas de esquerda também não são veganas, então não haverá um apelo que promova uma grande mudança. Podemos usar como referência a observação de Singer (2017), de que não é possível fazer com que todo mundo deixe de financiar a exploração animal por meio do consumo por uma motivação ética. Isso leva-nos a perguntar como seria se houvesse uma especificidade em que o veganismo é condicionado a uma identificação de seus sujeitos como de esquerda. O discurso, e que deve pressupor um diálogo, precisa ter um apelo também a quem não tem essa identificação, principalmente se a maioria da população não se define politicamente por meio de um espectro. A percepção política fora do veganismo também deve ser pensada em relação ao veganismo, se o veganismo depende também dessa relação.

Se há diferentes vertentes e abordagens do veganismo hoje não é porque o veganismo está sendo despolitizado em comparação, por exemplo, ao período em que era promovido no Brasil nos anos 1990 e início dos anos 2000 pelo movimento *straight edge*⁸⁵.

Se o sentido político já está na antiopressão imanente ao veganismo, as disputas e conflitos sobre como aproximar as pessoas do veganismo surgem também porque há sujeitos que perceberam que quanto mais se restringe a abordagem do veganismo maior é o risco de tender ao isolamento e ao sectarismo, caso não haja um apelo a uma pluralidade de sujeitos.

No Brasil, como não há dados específicos sobre o número de veganos, e a pesquisa mais utilizada como referência continua sendo a já citada sobre vegetarianos, realizada pelo Ibope Inteligência (2018), menos ainda é possível estimar o número de veganos que se identificam com o veganismo pragmático ou com o veganismo popular. Um equívoco também é crer que veganos normalmente veem-se de um lado ou de outro. É mais plausível crer que a maioria não se define assim. Muitas pessoas podem ver coerência em estratégias e ações de um e de outro, mesmo que haja uma polarização.

Associar os sujeitos a partir de espectros políticos com uma posição definida em relação a essa polarização no veganismo também é equivocado. Há sujeitos que politicamente estão mais à esquerda do espectro político que apoiam a abordagem pragmática do veganismo. Isso se justifica pelo que foi apresentado sobre uma atuação diversa em que é preciso recorrer aos mais diversos meios para motivar os mais diferentes sujeitos em uma aproximação com o veganismo ou pelo menos ao que é relevante ao veganismo.

Há também pessoas que não se identificam como de esquerda que apoiam iniciativas do veganismo popular, já que não há motivos para não ver como positivas as ações que mostram que o veganismo também é possível para pessoas de baixa renda. Se as pessoas reconhecem que são oprimidas por causa da realidade econômica em que estão inseridas, essas mesmas pessoas podem ser motivadas a refletir se é aceitável continuar contribuindo com a opressão contra outros animais por meio do consumo. Uma experiência compartilhada por quem está inserido na mesma realidade pode favorecer ainda mais uma mudança por uma relação de proximidade. Só faria sentido alguém fazer oposição a isso, independentemente de como se define politicamente, se o objetivo do veganismo não fosse a libertação animal, e sim uma diferenciação em relação a outras pessoas; o que entraria em conflito com o próprio sentido do veganismo.

⁸⁵ Com base no que foi trazido nesta pesquisa, podemos perceber que a partir do movimento *straight edge* brasileiro era comum a defesa de uma relação entre veganismo e esquerda.

Se o veganismo popular promove ações que têm um efeito positivo nos locais em que atua, isso também pode levar a uma identificação de outros sujeitos com a esquerda e/ou a uma percepção mais favorável sobre a esquerda – porque será baseada em uma experiência positiva em que é estabelecida uma identificação a partir da relação com o popular e do que beneficia o popular. Logo um bom trabalho de sujeitos do veganismo popular também poderia ajudar a reduzir as indisposições em relação à esquerda quando são baseadas em uma percepção equivocada sobre a esquerda. No entanto a polarização que existe hoje no veganismo envolvendo esses dois movimentos cria uma visão enviesada.

3.4.16 A apropriação do saudável

Na disputa pelos sentidos do veganismo, afirmações podem ser feitas menos baseadas no que é realidade sobre o movimento que se deseja criticar e mais em narrativas de aproximação com o próprio movimento em detrimento do outro, se considerados os discursos apresentados.

Podemos usar como exemplo uma afirmação de sujeitos do veganismo popular de que enquanto esse movimento defende “comida de verdade”, o veganismo pragmático apoia produtos alimentícios lançados pelas transnacionais. Essa é uma afirmação que dá a entender que quem valoriza “comida de verdade”, numa associação com “mais saudável” e “mais natural” e em oposição ao que é oferecido pelas transnacionais, está ao lado do veganismo popular. Há uma indução de que há um lado certo e outro errado.

Não há inverdade na afirmação de que o veganismo pragmático apoia o lançamento de produtos por transnacionais, se são alternativas aos produtos de origem animal. Até porque inúmeras das novas opções também são vistas hoje por um crescente número de consumidores como melhores opções. Embora a abordagem pragmática apoie o lançamento desses produtos, assim como de empresas de qualquer tamanho, e porque não antagoniza nada que possa favorecer alguma mudança de consumo sem o uso de animais, mesmo que seja somente a redução do consumo de carne⁸⁶, essa abordagem também atribui importância à valorização de uma alimentação saudável.

⁸⁶ Segundo Leenaert, “muitos consumidores que estão reduzindo o consumo de carne podem mudar o sistema mais rapidamente do que alguns veganos” (2017, p. 34).

Nenhum vegano tem motivo para não reconhecer isso como importante, já que os benefícios de uma boa alimentação sem o uso de animais podem ser motivadores para que as pessoas mudem seus hábitos. Isso pode ser considerado bastante relevante porque se muitas pessoas não mudam seus hábitos alimentares pelos animais, mas por benefícios pessoais, essa mudança no futuro pode favorecer uma outra consideração não somente pessoal.

Também podemos usar como exemplo o projeto Alimentação Consciente Brasil (ACB), criado pela organização Mercy For Animals (MFA), que pratica a abordagem pragmática do veganismo. Em parceria com instituições públicas, o projeto, segundo dados publicados em seu site, alimentacaoconsciente.org (2023), viabilizou no Brasil mais de 15 milhões de refeições saudáveis à base de vegetais desde 2016. O objetivo é aproximar muitas pessoas, incluindo estudantes da rede pública de ensino, de uma alimentação acessível focada em alimentos de origem vegetal. Além de favorecer uma percepção positiva sobre essa alimentação e contribuir para sua popularização, o projeto visa estimular hábitos alimentares mais saudáveis que reduzam o uso de animais.

Iniciativas como essa coincidem com a importância de estimular o maior número possível de pessoas a reduzir o consumo de produtos de origem animal, o que ocorre também sem exigir uma transição para o veganismo ou a adoção de uma alimentação à base de vegetais. Ainda assim, uma mudança mais significativa pode ocorrer espontaneamente, dependendo do impacto que isso tem para as pessoas e de quais informações elas recebem que possam favorecer esse interesse.

3.4.17. FPA e a superação dos produtos de origem animal

Um grande número de pessoas reduzindo a quantidade de carne que comem pode ser a maneira mais rápida de derrubar o sistema - chegando ao ponto em que a carne se torna muito mais cara devido à menor demanda, e os subsídios são cortados e os produtos à base de vegetais se tornam muito mais baratos, melhores e mais disponíveis. [...] Não consigo identificar nenhum argumento pragmático ou idealista forte contra dar a devida atenção a um apelo à ação reducionista. Tem tanto a seu favor que pelo menos não deveria ser ativamente contestado, assim como os proponentes do pedido de redução não deveriam se opor ativamente às pessoas que gostam de espalhar um consistente "Torne-se vegano!" à mensagem (LEENAERT, 2017, p. 54-55)

No que é afirmado por Tobias Leenaert, ele cita algo que é motivo de preocupação hoje da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), e que sustenta os antagonismos que envolvem os projetos de lei já citados que visam fazer oposição ao mercado de produtos lançados como

alternativas aos produtos de origem animal. Ou seja, o efeito que esses produtos podem ter em interesses que eles não querem que sejam revistos. É perceptível que esses novos produtos também incomodam porque podem ser vistos como a potencial superação dos produtos de origem animal a partir do que é possível oferecer fazendo uso de vegetais. Nisso há um desgosto que inexistente quando é sobre alimentos de origem vegetal sem semelhança com os de origem animal. Afinal, são produtos que surgem pela compreensão de que há mudanças hoje que também dependem de novos usos dos vegetais para que sejam atrativos para um maior número de consumidores.

Leenaert não defende que é melhor reduzir o consumo do que abdicar do consumo de produtos de origem animal, mas sim reconhece o que é mais facilmente alcançável envolvendo um número muito maior de pessoas do que somente focar no interesse de as pessoas serem veganas. O que podemos perceber na abordagem pragmática é que é incentivada também uma mudança gradativa. Pessoas que optam por reduzir o consumo de produtos de origem animal podem depois considerar o veganismo porque já terão reconhecido a importância de uma redução desse consumo. Mesmo que isso não ocorra, a redução, se houver uma grande adesão, já beneficia o veganismo, porque resulta em uma redução da exploração de animais. Então produtos semelhantes aos de origem animal podem servir como facilitadores, e notamos que esse também é um dos motivos que tem gerado oposição ao crescimento dessa disponibilidade.

Esse é um exemplo de como o discurso no veganismo, se não pode perder de vista o que é imanente ao veganismo, ao mesmo tempo, não pode ignorar que a mudança também depende da disposição dos sujeitos não veganos, que são a grande maioria. Então o “tudo ou nada” é um risco que pode ser substituído pela viabilidade de alternativas, como um meio de negociação em que não se perde a oportunidade de motivar alguém a uma mudança que esteja mais próxima de não ser facilmente rejeitada. A negociação é também o meio pelo qual evita-se o isolamento e o sectarismo. Se isso pode não ser pensado dessa forma, por outro lado, defender que a mudança deve ocorrer somente de uma forma é ignorar a complexidade que envolve as motivações que movem os sujeitos.

Se os discursos ganham mais pluralidade com o tempo, e se há veganos que veem viabilidade não apenas no discurso voltado à mensagem “seja vegano”, mas também no discurso de redução do consumo de animais, isso ocorre porque a realidade leva a uma compreensão de que a diversidade dos discursos pode resultar em mais chances de mudanças envolvendo mais sujeitos. Então o movimento vegano não pode se pautar somente nos interesses dos animais sem considerar que beneficiar os animais dependerá também do tipo de

interesse estimulado nas pessoas, o que demanda uma compreensão sobre o que pode tornar relevante essa mudança para elas.

3.4.18 Uso do hegemônico para favorecer o não hegemônico

Visando uma aproximação voltada a uma mudança de consumo, o veganismo pragmático exige menos, e também por isso é alvo constante de críticas de veganos contrários a essa abordagem. As mudanças não são reduzidas a um rompimento com o que é hegemônico, porque vale-se também do que é hegemônico para favorecer as mudanças desejadas. Há um estímulo e apoio também às alternativas aos alimentos de origem animal lançadas por empresas que também oferecem produtos de origem animal, assim como a redução do consumo de animais e não apenas a abstenção do consumo de animais, além de recorrer a um estímulo que não restringe-se a uma motivação ética.

Por outro lado, já apresentamos exemplos de que as interações com o que é hegemônico, mesmo que sejam apontadas como somente relacionadas com a abordagem pragmática do veganismo por seus críticos ou opositores, elas existem em relação com todas as vertentes do veganismo. Isso envolve desde as relações de consumo, como fazer compras de produtos veganos em estabelecimentos não veganos (como as redes de supermercados), ao uso de meios hegemônicos de comunicação para obter visibilidade. Hoje, as grandes mídias sociais e os veículos tradicionais (em menor proporção, mas ainda com maior possibilidade de impacto, e que pode levar ao interesse de acompanhar esses sujeitos nas mídias sociais), são os meios pelos quais sujeitos de qualquer vertente do veganismo obtêm mais visibilidade, mesmo quando esses mesmos veículos são os que promovem mais o que é antagonizado pelo veganismo. Podemos perceber que isso é possibilitado pelas mediações.

Se comparada a realidade atual com a dos anos 1990 e 2000, há grandes diferenças nos meios mais utilizados no Brasil para promover o veganismo. Também há muito mais pessoas envolvidas com o veganismo, portanto as tensões tornam-se mais notórias. Vivemos um período dos movimentos sociais em rede amplamente fundamentados na internet, como lembramos Manuel Castells (2013, p. 134-135), e os conflitos também ganham mais repercussão por meio da internet. É também por esse meio que a reação das pessoas é avaliada pelas controversas articulações profissionais em relação com o movimento vegano e levando também a uma consideração sobre o que mais funciona e o que menos funciona em relação ao que é veiculado e sugerido visando uma mudança favorável aos objetivos do veganismo.

Se há veganos que reconhecem a importância de uma mudança gradual, isso ocorre pelo reconhecimento de que não incentivá-la é perder uma oportunidade de envolver quem hoje não está disposto a ser vegano. Os discursos então transformam-se não por uma questão de escolha, mas de necessidade. Para estabelecer uma proximidade com mais sujeitos é preciso levar em conta o que é importante para esses sujeitos, e quais são os facilitadores que podem aproximá-los de uma mudança que possa favorecer o veganismo mesmo quando as pessoas não se importam com os objetivos do veganismo. Há diferenças também entre os sujeitos do veganismo pragmático, assim como entre os do veganismo popular. Um exemplo disso é que inúmeros dos atores dessas vertentes deixam claro que estão se posicionando a respeito, mas sem que isso deva ser visto como uma espécie de “voz de todos”.

No site veganismo estratégico, por exemplo, consta que embora seus colaboradores defendam essa abordagem do veganismo, isso não significa que eles tenham a mesma opinião favorável sobre tudo que é publicado. Já Robson Fernando de Souza, declara a partir do blog Veganagente, apoiado pela União Vegana de Ativismo (UVA), iniciativa que mantém links para esse blog no site da UVA, que o que é publicado sobre veganismo interseccional/popular é sua posição, não a de todos que defendem o veganismo interseccional/popular. Porém a visibilidade e associação de sujeitos, organizações, entidades e coletivos com um tipo de veganismo é o que fortalece uma determinada percepção. Também é o que leva pessoas a compartilharem-na ou rejeitarem-na, porque não ser a voz de um movimento dentro de outro não anula o impacto dessa voz, se ganha ressonância e se outros sujeitos a compreendem como um referencial do que deve ser feito ou antagonizado a partir desses movimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordamos nesta pesquisa como o meio vegano é hoje um meio de disputa sobre os sentidos do veganismo e pelas diferenças que são estabelecidas entre seus diferentes sujeitos. Ao trazer diferentes abordagens que surgem no veganismo, nosso objetivo não é apenas chamar atenção para como esses movimentos percebem a si mesmos e também percebem os outros. No entanto nos preocupamos em trazer isso precedentemente porque, como lembra-nos Néstor García Canclini, em um primeiro momento é importante apresentar os movimentos a partir das expressões e discursos de seus próprios sujeitos (2015, p. 23), para que depois possamos discutir essas posições, sem ignorar as contradições que permeiam os discursos em conflito.

Nesta dissertação, pensamos as diferenças no movimento vegano em relação ao consumo e à política à luz das mediações e das negociações, com base no que é proposto por Jesús Martín-Barbero (2008) e Néstor García Canclini (2015), porque percebemos que os conflitos no movimento vegano estão mais relacionados a uma questão de meios. Ou seja, o que um movimento considera aceitável ou não para aproximar as pessoas do veganismo ou do que é relevante ao veganismo. Afinal, o objetivo do veganismo é o fim da exploração animal, e o que é variável a partir dos movimentos são as diferenças sobre o que fazer para tornar a libertação animal uma realidade.

Ao trazermos os sentidos do consumo e da política a partir do veganismo, mostramos como isso ocorre por um processo de mediação sociocultural, já que o consumo e a política ganham novos sentidos a partir desse movimento, tornando-se mais abrangentes na consideração dos animais não humanos. O sentido de opressão no veganismo, que trazemos também logo no início da discussão envolvendo consumo e política (já que o político no veganismo já está na defesa da antiopressão), também resulta de uma mediação, do reconhecimento da experiência animal não humana como opressão, quando resultante da exploração ou de um arbitrário uso. Além disso, é um sentido que, conforme mostramos, remete a períodos anteriores à definição do veganismo.

É por isso também que uma das primeiras preocupações nesta pesquisa foi trazer uma construção, com base em diferentes períodos, mostrando a atenção que alguns sujeitos que já rejeitavam outras formas de opressão deram para a exploração animal, ampliando uma percepção sobre a opressão por um processo de inclusão dos animais não humanos. Mas é a partir do veganismo que o sentido mediado de antiopressão ganha maior abrangência, porque

na ampla recusa em participar da exploração animal por meio do uso e do consumo, se visa uma mudança da percepção comum de que a opressão só existe a partir da experiência humana.

Ainda assim, mesmo que essa seja uma constatação básica sobre o veganismo, os sentidos do consumo e da política passam a ser disputados com a emergência das divisões que são estabelecidas com o surgimento de vários movimentos dentro do movimento vegano. Entretanto, se esses movimentos não pensam o veganismo da mesma forma, nem por isso eles podem dissociar-se da definição do veganismo. Portanto concluímos que a disputa se dá pelos meios, porque são os meios, não os fins, que mudam em relação à premissa do veganismo envolvendo diferentes abordagens. Mas isso não é visto dessa forma por todo mundo, e permite que alguns atores, como trouxemos, afirmem que um movimento dentro do veganismo esteja atuando contra o veganismo – o que surge pelo interesse no prevalecimento de uma perspectiva sobre as demais.

A necessidade dessa discussão está em pensar também além de uma polarização, já que os Estudos Culturais são utilizados nesta pesquisa, com base nos estudos de Martín-Barbero (2008) e Canclini (2015), para analisar e problematizar a crença de que um movimento vegano deve ser defendido e outro deve ser antagonizado, como notamos nos conflitos entre o veganismo popular e o veganismo pragmático. Também encontramos exemplo disso com base no veganismo interseccional, que hoje também é representado pelo veganismo popular, quando há uma afirmação de que o veganismo não interseccional é um “não veganismo”. Isso ocorre mesmo que haja uma contradição nessa afirmação pelo conflito com a própria definição do veganismo. Logo esse tipo de ação discursiva surge para ressignificar o veganismo, levando a uma crença de “incompletude” sobre o veganismo não interseccional. Se isso ocorre, há um interesse na apropriação do sentido do veganismo e não apenas em apresentar uma defesa dentro do veganismo.

O que também trouxemos e consideramos importante não ignorar sobre as disputas no movimento vegano é que as tensões no veganismo são diferentes do que ocorre somente entre hegemônico e não hegemônico, porque as disputas dentro do movimento se dão entre interesses não hegemônicos. Mesmo no diálogo e na negociação com o que é hegemônico, o veganismo não deixa de ser não hegemônico. Essa conclusão baseia-se na compreensão de que, independentemente da abordagem, não deixa de haver um interesse na superação da exploração animal, que é uma prática hegemônica por ser culturalmente dominante. Ao reconhecer isso fica mais fácil compreender as contradições que surgem nos discursos em que se afirma também que um movimento é pela libertação animal e o outro, não, como também trouxemos nesta pesquisa por meio, por exemplo, de uma acusação feita pelo Movimento Vegano Anticapitalista

(MOVA) contra o veganismo pragmático. Podemos citar também a crítica de Gustavo Guadagnini em “O veganismo que não é sobre os animais” (2018). Mas nesse caso a crítica é sobre “policiar outros veganos”. Ou seja, é contra a atitude de julgar outras pessoas como mais ou menos veganas em vez de se concentrar no que pode ser feito para aproximar outras pessoas de hábitos que sejam relevantes aos interesses veganos.

As diferenças que trazemos em relação ao veganismo surgem porque os discursos são construídos por sujeitos que, mesmo que tenham o veganismo em comum, ainda assim têm diferentes crenças, valores e interesses. Mas se os discursos levam a uma conclusão de que a disputa é sobre fins (libertação animal) e não sobre meios (o que fazer para aproximar as pessoas do veganismo ou do que favorece o veganismo), sendo os meios onde se concentram a disputa, isso ocorre pelas apropriações em que meios passam a ser confundidos com fins.

Sendo esses discursos transformados e promovidos como crenças, a conclusão a que chegamos é de que inviabilizam um diálogo ou debate entre diferentes posições a partir do momento em que um movimento nega o reconhecimento do sentido do veganismo em relação ao outro em vez de discutir somente os antagonismos e as contradições, e que não podem ser resumidos à totalidade. Se isso ocorre é porque é ignorado que o veganismo em si é não hegemônico (e não que torna-se não hegemônico), pelo que se propõe no antagonismo a uma cultura dominante de consumo e uso de animais pela normalização do especismo.

Afinal, para que no meio vegano um movimento tivesse somente motivos para antagonizar outro movimento, seria preciso provar que o outro movimento não contribui para aproximar pessoas do veganismo. Mas não encontramos nenhum movimento que, mesmo mediante as diferenças que possam ser vistas por uns ou outros como inconciliáveis, seja em si uma expressão de “não veganismo” ou, por contradição, de oposição à libertação animal.

O que o veganismo pragmático faz, e que é reprovado por veganos que antagonizam essa abordagem, é valer-se também do que é hegemônico⁸⁷ para favorecer o que é não hegemônico⁸⁸, pelo reconhecimento de que fazer uso do que é hegemônico é um meio de alcançar um número de pessoas que não seria possível recorrendo somente aos meios não hegemônicos. Para clarificar isso, podemos citar a oposição que surge pelas negociações que são admitidas pela abordagem pragmática, mas não pela popular, em relação ao mercado. A percepção de mercado difere partindo do veganismo pragmático e do veganismo popular. Para o primeiro, o mercado é um meio que deve ser envolvido nas mudanças de consumo favoráveis

⁸⁷ Como as grandes indústrias que ainda se concentram em produtos de origem animal.

⁸⁸ Uma produção que não seja baseada em animais.

ao veganismo, por ser o meio onde se articula a diversidade do consumo com base nos interesses dos consumidores.

Para o segundo, o mercado passa a ter somente um sentido pejorativo de meio de apropriação. Isso decorre das mediações em disputa que encontramos no veganismo. O mercado passa a ser citado por sujeitos do veganismo popular como meio de reprodução hegemônica, de perpetuação dos interesses de grandes empresas e superficialização ou banalização do sentido do veganismo. No veganismo popular, o mercado passa a ser referenciado com o sentido de “algo a ser combatido”. Isso leva a uma afirmação de que nessa não negociação com o mercado, um movimento (popular) se constitui como “mais verdadeiro” do que o outro (pragmático), mesmo que o “não verdadeiro” promova mudanças favoráveis aos interesses em oposição à exploração animal a partir também do uso do hegemônico em benefício do não hegemônico. Conforme apresentado, encontramos exemplo disso no apoio da posição pragmática ao desenvolvimento e oferta de produtos como alternativas aos produtos de origem animal, independentemente do tipo e tamanho da empresa, assim como no interesse em dialogar também com a indústria de produtos de origem animal.

Percebemos que a oposição do veganismo popular em relação ao veganismo pragmático se concentra nas diferenças na relação com o mercado. Porém, na acusação de que o veganismo pragmático é um “veganismo de mercado”, o veganismo popular faz uma afirmação que entra em conflito com a definição do veganismo pragmático, já que o envolvimento do mercado é parte da abordagem pragmática, mas não é a própria abordagem, porque para sê-la precisaria limitar-se a ela. Logo a disputa também decorre do quanto é possível fazer dos antagonismos entre um movimento e outro algo que possa ser utilizado discursivamente para superar o sentido que um movimento dá para si mesmo pelo sentido que outro movimento cria sobre ele. Ademais, como mostramos, o veganismo popular também recorre aos meios hegemônicos para obter visibilidade e seus sujeitos também consomem o que é oferecido por transnacionais ou grandes empresas, porque isso também é parte das contradições engendradas pelo capitalismo (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 287).

“Veganismo de mercado” é um termo também que, pelo sentido estritamente pejorativo que é dado ao mercado e pela vinculação entre veganismo e mercado, é usado para inibir as associações com o sentido ético e político do veganismo, como se esse sentido fosse inexistente nessa abordagem a ser pensada também como “não veganismo”. É como se veganismo e mercado estivessem desconectados de uma mudança que surge como resultado das mediações em relação aos novos sentidos do consumo. O problema em presumir e afirmar isso é que as mudanças no mercado também podem decorrer de uma consideração ética e política dos

consumidores, sendo eles próprios também mediadores das transformações que ocorrem nesse meio quando passam a recusar o que é ofertado. Não são simplesmente sujeitos passivos, já que a identificação de um produto como “vegano” ou “livre de testes em animais”, por exemplo, não surge senão pelo que é criado, definido e estabelecido fora do mercado. Portanto o termo “veganismo de mercado” é muito utilizado na desconsideração dos outros sentidos em relação também com a abordagem antagonizada (pragmática). Isso faz com que a força de um discurso opositivo, se aceito como a verdade sobre o movimento criticado, resulte em ignorar o próprio sentido que um movimento atribui a si mesmo. Assim a disputa também baseia-se no quanto é possível reduzir a percepção sobre um movimento para que melhor corresponda a uma lógica opositiva.

A relação do veganismo pragmático com o mercado e as negociações que são defendidas resultam das novas mediações que surgem no veganismo a partir do momento em que há veganos que já não veem coerência em somente antagonizar a indústria de produtos de origem animal. É sobre olhar para a realidade e avaliar o que está funcionando ou não e o que fazer para que o movimento vegano não continue sendo um movimento pequeno ou que seus interesses continuem sendo relevantes somente para uma minoria. Por isso, busca-se meios de fazer com que atores dessa indústria sejam envolvidos em mudanças, ao motivá-los a uma oferta de alternativas aos produtos de origem animal. Nisso há também um reconhecimento de que o movimento vegano hoje não pode colocar um fim na indústria de produtos de origem animal. Logo há um entendimento de que uma transformação dependerá também de mais do que o envolvimento de veganos. Então recorre-se aos mais diversos meios para que se possa, de alguma forma, mudar ou influenciar novas relações de produção e consumo, como podemos concluir também com base nas iniciativas que citamos e que estão em desenvolvimento no Brasil.

Trazido com brevidade nesta pesquisa, o caso do Good Food Institute Brasil (GFI), que surge a partir da abordagem pragmática do veganismo, também é um exemplo das novas mediações. A organização interage com meios oficiais, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, que traz no próprio nome a relevância dada ao setor agropecuário, para motivar, por meio de apoio oferecido a pesquisadores, o desenvolvimento de novas alternativas à carne explorando potencialidades regionais.

Também resultam de novos processos de mediação, como também referenciamos, as iniciativas de aproximação das mudanças favoráveis ao veganismo sem falar em veganismo. Esse também é um exemplo do motivo pelo qual a abordagem pragmática vê relevância no mercado como um meio de favorecer mudanças. Diferentemente do veganismo popular, o

veganismo pragmático não concorda com a afirmação de que o mercado está se apropriando do veganismo, se tais mudanças resultam das mediações em relação com o movimento vegano e de novos interesses de consumo. Logo há um entendimento de que são mudanças que favorecem a redução da exploração animal e sua relevância está no reconhecimento de que é impossível fazer com que todas as pessoas se tornem veganas ou pelo menos deixem de consumir animais pela motivação ética e política do veganismo. Ainda assim, seriam mudanças que não deixariam de favorecer o que é ético e político nos interesses do veganismo.

Hoje a abordagem pragmática é a que reconhece que os produtos de origem não animal precisam ser mais atrativos do que os de origem animal para favorecer a redução da exploração animal, viabilizando uma mudança que não envolva somente veganos e que não dependa somente de uma transição para o veganismo. Nessa mediação, o veganismo pragmático propõe a superação da crença de que o que beneficia os animais depende somente da consideração pelos animais, se em um sentido prático eles podem ser beneficiados também por pessoas que não se importam com eles. Isso torna relevante outra discussão que trouxemos sobre a importância da viabilização de políticas públicas para que alimentos e outros produtos veganos ou *plant-based* sejam mais acessíveis para a população. Mesmo que os autores dos projetos de lei citados (534/2020 e 2556/2019) falem em veganos e em veganismo, isso não quer dizer que esses produtos sejam direcionados somente a veganos ou que beneficiam somente veganos.

O que também torna relevante o apoio político a esse tipo de produção é que mesmo que possibilite um impacto ambiental muito menor, esses produtos e as cadeias de produção relacionadas a eles não recebem grande apoio político, enquanto os produtos de origem animal, e que estão relacionados aos problemas que apresentamos, recebem. Como mostramos, há projetos de lei de membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) antagonizando esse tipo de produção e também pelos novos sentidos que são atribuídos em relação com as mudanças de consumo que não favorecem a exploração animal. Afinal, os sentidos das palavras mais relacionadas aos produtos de origem animal, como carne e leite, também ganham outros usos. Eles passam a ser usados em referência a novos produtos identificados como veganos ou à base de vegetais. Tais sentidos mediados ganham tanto a validação de muitos consumidores, incluindo aqueles que nem mesmo consomem esses produtos, quanto de meios hegemônicos ou de reprodução hegemônica, conforme já discutido. Isso também está no interesse da aceitação do que é relevante ao movimento vegano mesmo como expressão simbólica. Além disso, chamar atenção para o reconhecimento de que um outro tipo de produção é possível e benéfico à população, até porque um meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito

(2016), também resulta de uma mediação que cresce com os apontamentos em relação com o movimento vegano.

A contribuição desta pesquisa para os Estudos Culturais também está em pensar o movimento vegano como um movimento de mediadores socioculturais, que visa o reconhecimento de outros sentidos do consumo e da política. São esses sentidos que levam às diferenças dentro do movimento vegano e a conflitos que, com base no que foi discutido, concentram-se nos meios, não nos fins. Se o objetivo do veganismo é a libertação animal, as diferenças estão no que é considerado e aceito hoje para alcançá-la.

Porém, Independentemente dessas diferenças, como um movimento de mediação sociocultural, podemos reforçar que o movimento vegano como um todo propõe uma maior abrangência do que deve ser reconhecido como opressão. No interesse em um reconhecimento de outros animais como oprimidos por interesses humanos, em oposição ao que é normalizado pelo especismo, é reivindicada uma outra percepção sobre o consumo e a política; que seja mais inclusiva, que não seja voltada exclusivamente para o ser humano.

Também não podemos deixar de mencionar que mesmo entre ativistas que combatem a diferentes formas de opressão, bem como defensores da justiça social e dos direitos humanos, ainda são incomuns as discussões sobre especismo e veganismo. Por isso também fizemos uma observação nesta pesquisa de que se há um movimento de intersecção do veganismo com outras causas, o veganismo raramente é discutido a partir de outras causas. Portanto chamamos a atenção para a importância de uma mudança nessa realidade.

Lembramos que não por acaso a definição do especismo (RYDER, 2010) surgiu em um contexto em que as pessoas olhavam para os interesses humanos, para as lutas por direitos, mas não viam problema em ignorar os interesses não humanos. Isso prevalece ainda hoje.

Não haver ainda sinal de um “mundo vegano” também é o que leva veganos a entrarem em conflito sobre o que fazer para mudar essa realidade e quais relações estabelecer para superar a normalização dessa lógica de dominação. Isso é perceptível a partir das abordagens trazidas nesta pesquisa, incluindo as disputas em torno dos sentidos do consumo e da política e que se tensionam em torno do idealismo-pragmatismo.

Mas também é notório que o movimento vegano como um todo existe para expandir a percepção sobre empatia, respeito, solidariedade e alteridade ao estender consideração aos animais não humanos. Isso coincide com o que é relevante aos Estudos Culturais porque, como lembra-nos Canclini, os Estudos Culturais também são sobre uma política de reconhecimento (2015) e uma afirmação de solidariedades (2019) a partir do que é consideração e inclusão. Então por que não pensar nos animais não humanos como sujeitos a serem levados em

consideração em relação aos seus próprios interesses de não serem prejudicados por interesses humanos?

REFERÊNCIAS

- ACB. Página principal. São Paulo, SP; Alimentação Consciente Brasil, c2024. Disponível em: <https://alimentacaoconsciente.org>. Acesso em: 5 set. 2023.
- ADAMS, C.J. A política sexual da carne. 2. ed. São Paulo: Alaúde, 2018. 384 p.
- AL-MA'ARRĪ, A. The luzumiyat of Abu'l-Ala, Project Gutenberg, 2015. E-book. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/50457/50457-h/50457-h.htm>. Acesso em: 13 jun. 2022.
- ALTRO, N. Minha participação na movimentação straight edge, 2020. 1 vídeo (25 min.). Publicado pelo canal Nenê Altro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1iAwjGZuQuU>. Acesso em: 17 mar. 2023.
- ALTRUÍSMO EFICAZ. Página principal. São Paulo, SP: Altruísmo Eficaz, c2023. Disponível em: <https://altruismoeficaz.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2023.
- ALVARENGA, L. A importância da profissionalização do movimento vegano no Brasil. *In: Veganismo Estratégico*. São Paulo, 20 jan. 2019. Disponível em: <https://veganismoestrategico.com.br/artigos/profissionalizacao-do-movimento-vegano-no-brasil>. Acesso em: 19 mar. 2023.
- ALVARENGA, L. BRF, Nestlé, Unilever, Burger King e McDonald's estão de olho no mercado vegano. *In: Veganismo Estratégico*. São Paulo, 19 jan. 2019. Disponível em: <https://veganismoestrategico.com.br/artigos/grandes-empresas-visam-mercado-vegano>. Acesso em: 16 mar. 2023.
- ALVARENGA, L. Os princípios básicos da abordagem pragmática no ativismo vegano. *In: Veganismo Estratégico*. São Paulo, 20 mai. 2018. Disponível em: <https://veganismoestrategico.com.br/artigos/ativismo-focado-em-resultados-praticos-e-pautado-em-pesquisas-e-analises>. Acesso em: 16 mar. 2023.
- ANDRIJAUSKAITĖ, U. M. Vegetarizmas ir veganizmas Lietuvoje: XX a. pirmoji pusė. *In: Kauno Žinios*. Kaunas, 3 fev. 2014. Disponível em: https://kaunozinios.lt/virtuvele/vegetarizmas-ir-veganizmas-lietuvoje-xx-a-pirmoji-puse_74733.html. Acesso em: 17 jun. 2022.
- ANIMAL EQUALITY. Junte-se aos protetores de animais. São Paulo, SP; Animal Equality, c2023. Disponível em: <https://animalequality.org.br/blog/junte-se-aos-protetores-de-animais>. Acesso em: 9 fev. 2023.
- ANIMALS ASIA. Dog and cat abuse in china. Chengdu, SC; Animals Asia, c2023. Disponível em: <https://www.animalsasia.org/uk/facts-about-the-abuse-of-dogs-and-cats-in-asia.html>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- ARIOCH, D. DxE São Paulo prepara ato para o Dia Mundial Anti-McDonald's. *In: Vegazeta*. Paraná, 8 out. 2022. Disponível em: <https://vegazeta.com.br/dxe-sao-paulo-prepara-ato-para-o-dia-mundial-anti-mcdonalds>. Acesso em: 10 set. 2022.
- ARISTÓTELES. A política. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 321 p.
- ASSOCIAÇÃO VEGETARIANA PORTUGUESA (AVP). A história do vegetarianismo em Portugal: de 1908 ao presente. 8 de jun. 2021. Disponível em: <https://www.avp.org.pt/historia-do-vegetarianismo-em-portugal-1908-presente/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

ASSUMPÇÃO, D.J.F.; PINA, E.M.; SOUZA, J.C.P. de; Fanzine como mídia alternativa: uma análise do cenário belemense. *Revista Alterjor*, v. 4, n. 2, p. 1-19. 2012.

BAGDONAVICIUS, V. Lithuanian philosophy: Persons and ideas. *Cultural Heritage and Contemporary Change Series IVA, Central and Eastern Europe*, Washington, v. 17, p. 64, 2000.

BEZERRA, D.A.P. O movimento rastafári: da Jamaica para identidade e cultura em Fortaleza. 2012. 317 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

BHABHA, H. K.. *O local da cultura*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. 395 p.

BITTENCOURT, J.B.M. Negociando condutas: estilo de vida Straightedge no Brasil e os discursos sobre política e sexualidade. *Cadernos de Arte e Antropologia*, Salvador, v. 6, n. 1, p. 53-69. 2017.

BLANKINSHIP, K. Suffering the sons of Eve: Animal ethics in al-Ma-arrī's Epistle of the Horse and the Mule. *Religions*, Basiléia, v. 11, n. 8, n.p., ago. 2020.

BLOOMBERG. The world's top meat supplier is eyeing a plant-based company. *Nova York*, 25 fev. 2021. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-02-25/world-s-top-meat-supplier-envisions-separate-plant-based-company>. Acesso em: 3 ago. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 12 de mai. 2023.

CANCLINI, N.G. *Consumidores e cidadãos – Conflitos multiculturais da globalização*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. 227 p.

CANCLINI, N.G. *Culturas híbridas – Estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2019. 385 p.

CAMPBELL, T.C. History of the term 'whole food, plant-based'. *In: Center for Nutrition Studies*. Webster, 4 jan. 2019. Disponível em: <https://nutritionstudies.org/history-of-the-term-whole-food-plant-based>. Acesso em: 20 ago. 2022.

CARVALHO, G. O ativismo é de mercado, também. *In: Veganismo Estratégico*. São Paulo, 13 de set. 2018. Disponível em: <https://veganismoestrategico.com.br/artigos/o-ativismo-e-de-mercado-tambem>. Acesso em: 17 mar. 2023.

CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 296 p.

CASTRO, K. L.; CASTRO, J. L.; OLIVEIRA, A. N. A moda como objeto de informação: o caso do movimento feminista punk riot grrrl. *AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento*, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 24-33, jan./jun. 2015.

CHUAHY, R. *Manifesto pelos direitos dos animais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009. 252 p.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021. 288 p.

COWSPIRACY. Direção de Kip Andersen e Keegan Kuhn. San Francisco/West Hollywood: Appian Way, A.U.M. Films, First Spark Media, 2014. 1 vídeo (91 min.). Disponível em: <https://www.netflix.com/title/80033772>. Acesso em: 10 fev. 2022.

DARWIN, C. A expressão das emoções no homem e nos animais. 1. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2021. 343 p.

DINES, M. An investigation into the emergence of the anarcho-punk scene of the 1980s. 2004. 264 p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Escola de Mídia, Música e Performance, Universidade de Salford, Salford, 2004.

DISCHORD RECORDS. Teen Idles. *In*: Dischord Records, Washington, 2023. Disponível em: <https://www.dischord.com/band/teen-idles>. Acesso em: 30 jun. 2022.

DISCOGS. Self Conviction. Portland, Oregon: Discogs, c2023. Disponível em: https://www.discogs.com/pt_BR/artist/2681677-Self-conviction. Acesso em: 12 fev. 2023.

EMBRAPA. Brasil é o quarto maior produtor de grãos e o maior exportador de carne bovina do mundo, diz estudo. *In*: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 1 jun. 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/62619259/brasil-e-o-quarto-maior-produtor-de-graos-e-o-maior-exportador-de-carne-bovina-do-mundo-diz-estudo>. Acesso em: 10 mar. 2023.

EMBRAPA. Brasil lidera e é referência no desenvolvimento de tecnologias sustentáveis para produção de soja. *In*: Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária. Brasília, 3. jul. 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/81613580/brasil-e-referencia-no-desenvolvimento-de-tecnologias-sustentaveis-para-producao-de-soja>. Acesso em: 19 de jul. 2023.

ESTADÃO. Mais eleitores se declaram à direita do que à esquerda, revela pesquisa do Senado. São Paulo, 14 mai. 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/mais-eleitores-se-declaram-a-direita-do-que-a-esquerda-revela-pesquisa-do-senado>. Acesso em: 2 ago. 2023.

FALA. Sobre. Brasília, 24 jan. 2014. Voluntariado FALA. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/voluntariadoFALA/about>. Acesso em: 4 mar. 2023.

FAUNALYTICS. Aquaculture doesn't solve 'overfishing' — It relies on it. *In*: Faunalytics. San Diego, 11 fev. 2022. Disponível em: <https://faunalytics.org/aquaculture-doesnt-solve-overfishing-it-relies-on-it>. Acesso em: 2 abr. 2023.

FAUSTO, J. A cosmopolítica dos animais. 1. ed. São Paulo: N-1edições e Hedra, 2020. 342 p.

FERNANDES, W.P. Straight edge: uma genealogia das condutas na encruzilhada do punk. 2015. 276 p. Dissertação (Mestrado em Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

FIGUEIRA, C. A. R. A trajetória de José Oiticica: o professor, o autor, o jornalista e o militante anarquista. 2008. 284 p. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

FPA. Todos os membros. Brasília, DF; Frente Parlamentar da Agropecuária, c2023. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/todos-os-membros>. Acesso em: 17 set. 2023.

FRANCIONE, G. L; CHARLTON, A. Coma com consciência: Uma análise sobre a moralidade do consumo de animais. 1. ed. São Paulo: Exempla Press-Amazon, 2014. E-book, 114 p.

FRANCIONE, G.L. Introdução aos direitos animais. 1. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013. 312 p.

FRANCIONE, G L. On capitalism and animal exploitation. Camden, NJ, 24 ago. 2014. Facebook: Gary L. Francione: The abolitionist approach to the animal rights @abolitionistapproach Disponível em: <https://www.facebook.com/abolitionistapproach/posts/pfbid02CYSbawq5cvWcZndXLvxcTizNsAQ4aUZyUu9JA9aPfcFPRxbve8MH4sk81N4QpZzxl>. Acesso em: 22 set. 2022.

FUNAPA – Fundo de Apoio a Periferias Antiespecistas. São Paulo, SP: Funapa, c2023. Disponível em: <https://funapa.org.br/>. Acesso em: 21 mai. 2023.

GALVÍNCIO, A.S. Atuação educacional de Carlos Dias Fernandes na Parahyba do Norte (1913-1925): jornalismo, literatura e conferências. 2013. 170 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

GFI BRASIL. Cientistas estudam aplicação de espécies nativas do Cerrado e da Amazônia no mercado de proteínas alternativas. São Paulo, SP: GFI Brasil, c2022. Disponível em: <https://gfi.org.br/cientistas-estudam-aplicacao-de-especies-nativas-do-cerrado-e-da-amazonia-no-mercado-de-proteinas-alternativas-conheca-os-projetos>. Acesso em: 3 de ago. 2023.

GOODALL, J. Harvest for hope: A guide to mindful eating. 1. ed. Nova York: Warner Books, 2006. 296 p.

GUADAGNINI, G. Eu! Eu! Eu! O veganismo que não é sobre os animais. *In: Veganismo Estratégico*. São Paulo, 15 ago. 2018. Disponível em: <https://veganismoestrategico.com.br/artigos/eu-eu-eu-o-veganismo-que-nao-e-sobre-os-animais>. Acesso em: 10 mar. 2023.

GUIMARÃES, S. MST e veganismo popular. *In: MST*. Londrina, 10 nov. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/11/10/mst-e-veganismo-popular>. Acesso em: 13 out. 2022.

HAENFLER, Ross. Straight edge: Clean living youth, hardcore punk, and social change. 1. ed. Nova Jersey: Rutgers University Press, 2006. 264 p.

HANNERZ, U. Fronteras - Borders. *Educacion Superior y Sociedad*, Caracas, ano 15, n. 2, p. 210-234, jul./dez. 2010.

HARAWAY, D. Quando as espécies se encontram. 1. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 412 p.

HARLAND, S. On Abū al-‘Alā’ al-Ma‘arrī, or What it means to be blind and vegan during the islamic middle ages. *Modern Poetry in Translation (The Fingers of Our Souls: The Bodies Focus)*, Oxford, n. 1, p. 57-63, 2022.

HARTOG, F. Memória de Ulisses: Narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. 274 p.

HARTOG, F. O Espelho de Heródoto: Ensaio sobre a representação do outro. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, 486 p.

HENDRICK, G. Henry Salt – Humanitarian reformer and man of letters. 1. ed. Urbana: Universidade de Illinois, 1977. 228 p.

HSI. Plant-based eating. Washington, WA; Humane Society International, c2023. Disponível em: <https://www.hsi.org/issues/plant-based-eating>. Acesso em: 30 fev. 2023.

HSI. About animal testing. Washington, WA; Humane Society International, c2023. Disponível em: <https://www.hsi.org/news-resources/about>. Acesso em: 30 de fev. 2023.

IBGE. Em 2022, abate de bovinos volta a subir e produção de ovos de galinha bate recorde. *In: Agência IBGE Notícias*. Rio de Janeiro, 15 mar. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/36455-em-2022-abate-de-bovinos-volta-a-subir-e-producao-de-ovos-de-galinha-bate-recorde>. Acesso em: 12 abr. 2023.

JAUNIMAS. Vydūnas. Tilsit, p. 16, mar. 1912.

JBS. Página principal. São Paulo, SP: JBS, c2023. Disponível em: <https://jbs.com.br>. Acesso em: 10 out. 2022.

JOY, M. Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 2021. 198 p.

JUNIOR, R L. L. José Oiticica: reflexões e vivências de um anarquista. Dissertação (Mestrado em História). 2009. 137 p. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

KELLNER, D. A cultura da mídia – estudos culturais: Identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. 1. ed. Bauru: Edusc, 2001. 454 p.

KUPFER-KOBERWITZ, E. Dachau diaries. *In: University of Chicago Library*. Chicago, 2006. Disponível em: <https://www.lib.uchicago.edu/e/scrc/findingaids/view.php?eadid=ICU.SPCL.KOBERWITZ>. Acesso em: 10 set. 2020.

KUPFER-KOBERWITZ, Animals, my brethren. *In: Never Again*. Chicago. Disponível em: <https://neveragain.org.il/articles/animals-my-brethren-edgar-kupfer-koberwitz>. Acesso em: 10 set. 2020.

LEENAERT, T. How to create a vegan world: A pragmatic approach. 1. ed. Woodstock: Lantern Publishing & Media, 2017. 214 p.

LIEKIS, S. 1939: The year that changed everything in Lithuania's history. 1. ed. Leiden: Brill Academic Pub, 2010, 386 p.

MACIEL, M.E. Literatura e animalidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. 174 p.

MAGALHÃES, H. O que é Fanzine. Coleção primeiros passos, nº 283. São Paulo: Brasiliense, 1993. 80 p.

MAPBIOMAS. Área plantada com soja no Brasil é maior que a Itália. *In: MapBiomás*. Brasília, 20 out. 2021. Disponível em: <https://mapbiomas.org/area-plantada-com-soja-no-brasil-e-maior-que-a-italia>. Acesso em: 12. mai. 2022.

MARTÍN-BARBERO, J. Dos meios às mediações – Comunicação, cultura e hegemonia. 5. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. 356 p.

MASCHETTE, L.C. Conservadores e cidadania: a história de um conceito nos governos Thatcher (1979-1990), Major (1990-1997) e Cameron (2010-2016). 2022. 300 p. Tese

(Doutorado em Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

MASSUMI, B. O que os animais nos ensinam sobre política. 1. ed. São Paulo: N-1 edições, 2021. 188 p.

MCGUIRK N. It's not about sitting in your slippers - an interview with Conflict's Colin Jerwood. *In: The Thumped*. Dublin, 5 mai. 2013. Disponível em: <https://thumped.com/features/interviews/it-s-not-about-sitting-in-your-slippers-an-interview-with-conflict-s-colin-jerwood>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MEEK, A. Biopolitical media: Catastrophe, immunity and bare life. 1. ed. Oxfordshire: Routledge, 2015. 166 p.

MELVILLE. H. *Moby Dick*. 1. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2008. 656 p.

MFA. Entenda como a Mercy For Animals trabalha para acabar com o confinamento de galinhas em gaiolas na indústria de ovos. *In: Mercy For Animals*. São Paulo, 29 ago. 2019. Disponível em: <https://mercyforanimals.org.br/blog/entenda-como-a-mercy-for-animals-trabalha-3>. Acesso em: 2 fev. 2023.

MFA. O que fazemos. São Paulo, SP; Mercy For Animals, c2023. Disponível em: <https://mercyforanimals.org.br/o-que-fazemos/>. Acesso em: 2 fev. 2023.

MFA. Projetos de Nordeste, Sudeste e Sul sobre libertação animal e veganismo periférico receberão R\$ 100 mil. *In: Mercy For Animals*. São Paulo, 17 mai. 2022. Disponível em: <https://mercyforanimals.org.br/blog/projetos-de-nordeste-sudeste-e-sul-sobre-libertacao-animal-e-veganismo-periferico-receberao-r-100-mil>. Acesso em: 5 fev. 2023.

MICHAELIS. Dicionário brasileiro da língua portuguesa. Carne. São Paulo, SP; MICHAELIS, c2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/carne>. Acesso em 25 set. 2023.

MIGHTY EARTH. Mighty Earth soil and cattle deforestation. *In: Mighty Earth*. Washington, 20 dez. 2020. Disponível em: <https://www.mightyearth.org/wp-content/uploads/Mighty-Earth-Brief-V5.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MIGHTY EARTH. The boys from Brazil: How JBS became the world's largest meat company – and wrecked the climate to do it. *In: Mighty Earth*. Washington, 20 abr. 2022. Disponível em: <https://www.mightyearth.org/2022/04/20/the-boys-from-brazil-how-jbs-became-the-worlds-largest-meat-company-and-wrecked-the-climate-to-do-it>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MIGNOLO, W. O lado mais obscuro do renascimento. *Universitas Humanística*, Bogotá, n. 67, p. 165-203, jan./jun. 2009.

MOVA. “Polícia Vegana” – disputa de narrativas e coerência da prática vegana. *In: Movimento Vegano Anticapitalista*. Porto Alegre, 17 de mar. 2021. Disponível em: <https://mova.noblogs.org/?p=504>. Acesso em: 28 out. 2022.

MUDIMBE, V.Y. *A Invenção de África: Gnose, filosofia, e a ordem do conhecimento*. 1. ed. Luanda: Edições Pedagogo/Edições Mulemba, 2013, 278 p.

MÜLLER, B.F. Debates interseccionais e Veganismo – Parte III – Não há caminho para o Veganismo: O Veganismo é o caminho. *In: Agência de Notícias de Direitos Animais (ANDA)*. São Paulo, 3 nov. 2015. Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/debates-interseccionais-e-veganismo-parte-iii-nao-ha-caminho-para-o-veganismo-o-veganismo-e-o-caminho/251238923>. Acesso em: 10 out. 2

NAÇÃO VEGANA BRASIL. Apresentação. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.facebook.com/nacaoveganabrasil>. Acesso em: 3 fev. 2023.

NAÇÃO VEGANA BRASIL. Milhões assinam pelo fim do Festival Yulin de Carne de Cachorro #PareYulin. *In*: Change.org, São Paulo, 6 jun. 2018. Disponível em: <https://www.change.org/p/milh%C3%B5es-assinam-pelo-fim-do-festival-yulin-de-carne-de-cachorro-pareyulin>. Acesso em: 10 mar. 2023.

NEWMYER, S. *Animals, rights and reason in Plutarch and modern ethics*. 1. ed. Abingdon: Routledge, 2005, 156 p.

NIC.BR. Pesquisa aponta que 80% dos domicílios brasileiros têm acesso à Internet. *In*: NIC.br, São Paulo, 24 mai. 2023. Disponível em: <https://www.nic.br/noticia/namidia/pesquisa-aponta-que-80-dos-domicilios-brasileiros-tem-acesso-a-internet>. Acesso em: 11 ago. 2023.

NICHOLSON, R.A. *Studies in islamic poetry*. Ann Arbor: The University Press, 1921. 300 p.

OITICICA, J. *Ação direta: Meio século de pregação libertária*. 1. ed. São Paulo: Germinal, 1970. 284 p.

OLIVEIRA, B.F.A; BOTTINO, M.J.; NOBRE, P; NOBRE, C. Deforestation and climate change are projected to increase heat stress risk in the Brazilian Amazon. *Nature. Commun Earth Environ* 2, 1 out. 2021. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s43247-021-00275-8>. Acesso em: 3 out. 2023.

ONU: a pecuária ameaça o clima global. Nova York: ONU, 2020. 1 vídeo (58 seg.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ni1ppWDKMnk>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

OSTFELD, R. J. Definition of a plant-based diet and overview of this special issue. *Journal of Geriatric Cardiology*. Nova York, v. 14, n. 5, p. 315, mai. 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5466934/#:~:text=1.,%2C%20eggs%2C%20and%20dairy%20products>. Acesso em: 21 de novembro de 2022.

OXFAM BRASIL. Fome avança no Brasil em 2022 e atinge 33,1 milhões de pessoas. *In*: Oxfam Brasil. São Paulo, 8 jun. 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas>. Acesso em: 28 ago. 2023.

PATTERSON, C. *Eternal Treblinka: Our treatment of animals and the holocaust*. 1. ed. Lagos: Lantern Books, 2002. 296 p.

PEDDIE, I. *Popular Music and Human Rights: Volume II: World Music*: 1. ed. Oxfordshire: Routledge, 2011. 222 p.

PESAVENTO, S.J. *Além das fronteiras – fronteiras culturais*. 1. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. 260 p.

PL 6357/2013. Projeto de Lei que dispõe sobre a proibição do uso de veículos de tração animal em área urbana. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/592145>. Acesso em: 10 jun. 2023.

PL 10556/2018. Projeto de Lei que dispõe sobre a utilização da palavra “leite” nas embalagens e rótulos de alimentos. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2181415>. Acesso em: 9 out. 2023.

PL 2556/2019. Projeto de Lei que fixa benefícios tributários para empresários e empresas que atuam exclusivamente no ramo do comércio vegano. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2199512>. Acesso em: 11 out. 2023.

PL 2876/2019. Projeto de Lei que dispõe sobre a utilização da palavra “carne” e seus sinônimos nas embalagens, rótulos e publicidade de alimentos. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2203209>. Acesso em: 12 out. 2023.

PL 534/2020. Projeto de Lei que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI os produtos alimentícios considerados veganos. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2238455>. Acesso em: 10 out. 2023.

PL 5499/2020. Projeto de Lei que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, para proibir a utilização da palavra “carne” e de seus sinônimos para anunciar ou comercializar alimentos que não contenham, em sua composição, proporção mínima de tecidos comestíveis de espécies de açougue, nos termos do regulamento. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2266894>. Acesso em: 13 out. 2023

PLANT-BASED. *In*: Cambridge Dictionary, Dicionário Online de Português. Cambridge, 2024. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/plant-based>. Acesso em: 20 out. 2023.

PLANT-BASED Treaty. Página principal. Toronto, ON, c2022. Disponível em: <https://plantbasedtreaty.org/pt>. Acesso em: 19 ago. 2022.

POLLAN, M. O dilema do onívoro – uma história natural de quatro refeições. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007. 480 p.

POORE, J; NEMECEK, T. Reducing food’s environmental impacts through producers and consumers. *Science*. Cambridge, v. 360, n. 6392, 1 jun. 2018. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.aag0216>. Acesso em: 27 set. 2023.

PREECE, R. Sins of the flesh: A history of ethical vegetarian thought. 1. ed. Vancouver: UBC Press, 2008. 416 p.

PNUMA. How to feed 10 billion people. *In*: Unep. Nairóbi, 13 jul. 2020. Disponível em: <https://www.unep.org/news-and-stories/story/how-feed-10-billion-people>. Acesso em: 10 jan. 2023.

PNUMA. Sem ação urgente, o mundo caminha para uma catástrofe climática: Secretário-geral da ONU. *In*: Unep. Nairóbi, 27 out. 2022. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/sem-acao-urgente-o-mundo-caminha-para-uma-catastrofe-climatica>. Acesso em: 11 fev. 2023.

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS. Farra do boi. *In*: Prefeitura de Florianópolis. Florianópolis, 24 nov. 2019. Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/bemestaranimal/index.php?cms=farra+do+boi&menu=6&submenuid=451>. Acesso em: 10 mar. 2023.

- PROTEÇÃO ANIMAL MUNDIAL. Os impactos ocultos da pecuária industrial intensiva. *In: Proteção Animal Mundial*. São Paulo, abr. 2022. Disponível em: https://www.worldanimalprotection.org.br/sites/default/files/media/Relatorio_Os-impactos-ocultos-da-pecuaria-industrial-intensiva.pdf. Acesso em: 12 set. 2022.
- PROVEG INTERNATIONAL. Why we need food systems that leave no one behind. *In: ProVeg International*, Berlim, 16 out. 2022. Disponível em: <https://proveg.com/blog/world-food-day-why-we-need-food-systems-that-leave-no-one-behind/>. Acesso em: 21 nov. 2022.
- PT. Partido dos Trabalhadores cria Setorial de Direitos Animais. Brasília, DF; Partido dos Trabalhadores, c2023. Disponível em: <https://pt.org.br/partido-dos-trabalhadores-cria-setorial-de-direitos-animais>. Acesso em: 15 out. 2023.
- PUNK ROCK VEGAN MOVIE. Direção de Moby. Nova York: Little Walnut Productions, 2023. 1 vídeo (86 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W9q1IidazY8>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, Buenos Aires, set. 2005, p. 107-126.
- REIA, Jhessica. Hardcore, sobriedade e direitos dos animais: reflexões sobre as relações entre produção musical, veganismo, e abstinência na subcultura straightedge. 9º Encontro Internacional de Música e Mídia – O gosto da música, São Paulo, v. 1, p. 83-102, set. 2013. Disponível em: http://musimid.mus.br/9encontro/wp-content/uploads/2013/11/9musimid_reia.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.
- RECLUS, E. Anarquia e os animais. Ateneu Diego Giménez, 2010. E-book. 17 p. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/reclus/1897/mes/40.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- RECLUS, E. A propos du végétarisme. 1. ed. Arles: Hop-Frog Éditions, 2014. 11 p.
- REPÓRTER BRASIL. Floresta Racionada. *In: Repórter Brasil*. São Paulo, 17 out. 2022. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/10/220926-Monitor-Ra%C3%A7%C3%A3o-Animal-PT-07.pdf>. Acesso em: 3 de nov. 2022.
- REPÓRTER BRASIL. McDonald's: As pegadas de um gigante. *In: Repórter Brasil*. São Paulo, mar. 2022. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/03/220309-Monitor-McDonalds-PT-13.pdf>. Acesso em: 24 de set. 2022.
- REGAN, T. Jaulas vazias. 1. ed. Porto Alegre: Lugano, 2006. 208 p.
- REIS, V. Moradora de Guarulhos cria grupo 'Veganos Pobres' para troca de receitas no Facebook. *In: G1*. São Paulo, 8 abr. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/moradora-de-guarulhos-cria-grupo-veganos-pobres-para-troca-de-receitas-no-facebook.ghtml>. Acesso em: 3 mar. 2023.
- RIBEIRO, E. Uma história oral do anarcopunk em São Paulo – parte 1. *In: Vice*. São Paulo, 13 jul. 2018. Disponível em: <https://www.vice.com/pt/article/bjvx5m/historia-oral-anarcopunk-parte-1>. Acesso em: 5 mar. 2023.
- ROSA, J.G. Sagarana. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. 328 p.
- ROUSSEAU, J.J. A origem da desigualdade entre os homens. 1. ed. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2017. 147 p.

- RYDER, R. D. Speciesism again: the original leaflet. *Critical Society*, n. 2, mar./mai. 20. Disponível em: https://www.academia.edu/8218459/Speciesism_Again_the_original_leaflet. Acesso em: 2 de fevereiro de 2022.
- SALT, H. S. *Animals' rights – Considered in relation to social progress*. Project Gutenberg, 2021. E-book. 124 p. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/cache/epub/64498/pg64498-images.html>. Acesso em: 20 jun. de 2022.
- SALT, H. S. *The logico f vegetarianism*. Project Gutenberg, 2015. E-book. 115 p. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/49949/49949-h/49949-h.htm>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006. 259 p.
- SATYA. The Satya interview with Ian MacKaye – Part 2: Shining a light on straight edge and veganism. *In: Satya*. Nova York, ago. 2006. Disponível em: <http://www.satyamag.com/aug06/mackaye.html>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- ŠAULAUŠKAS M.P. Vydūnas ir Indijos filosofija. *Problemos*, Vilnius, n. 39, p. 30-36, 1988.
- SECOM SALVADOR. Crianças da rede municipal aprovam o programa Educando para a Sustentabilidade. *In: Prefeitura de Salvador*. Salvador, 8. set. 2022. Disponível em: <http://educacao3.salvador.ba.gov.br/criancas-da-rede-municipal-aprovam-o-programa-educando-para-a-sustentabilidade>. Acesso em: 15 set. 2022.
- SENA, F. *A tradição da civilidade nos livros de leitura no império e na primeira república*. 1. ed. Campina Grande: Eduepb, 2017. 379 p.
- SETORIAL DE DIREITOS ANIMAIS DO PT. *In: Vegazeta*. Brasília, 2 nov. 2022. Disponível em: <https://vegazeta.com.br/wp-content/uploads/2022/11/CARTA-ABERTA-DOS-MOVIMENTOS-SOCIAIS-PELOS-DIREITOS-ANIMAIS-SOBRE-O-RESULTADO-DAS-ELEICOES-2022.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2022.
- SHELLEY, P. B. *A vindication of natural diet*. Chapel Hill: Project Gutenberg, 2012. E-book. 34 p. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/cache/epub/38727/pg38727-images.html>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- SINCLAIR, U. *The Jungle*. 1. ed. Mineola: Dover Publications, 2001. 320 p.
- SINGER, I. B. The letter writer. *The New Yorker*, Nova York, 5 jan. 1968. Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/1968/01/13/the-letter-writer>. Acesso em: 10 abr. 2022.
- SINGER, P. About. *In: The life you can save*. Novato, 2023. Disponível em: <https://www.thelifeyoucansave.org/peter-singer>. Acesso em: 9 abr. 2023.
- SINGER, P. *Libertação animal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013. 461 p.
- SINGER, P. *Ética prática*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018. 480 p.
- SINGER, P. *Why vegan?* 1. ed. Londres: Penguin Books, 2020. 85 p.
- SOCIEDADE VEGANA. *Manifesto*. São Paulo, SP; Sociedade Vegana, c2023. Disponível em: <https://sociedadevegana.org/manifesto/>. Acesso em 3 mar. 2023.

- SOUZA, R. F. de. Resposta ao texto. Debates interseccionais e veganismo – Partes I, II e III. *In: Veganagente*. Recife, 19 nov. 2015. Disponível em: <https://veganagente.com.br/resposta-ao-texto-debates-interseccionais-e-veganismo-partes-i-ii-e-iii>. Acesso em: 12 de out. 2022.
- SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 13.
- STEVENSON, R. L. *In the south seas*. Project Gutenberg, 1996. E-book. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/cache/epub/464/pg464-images.html>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- STRAIGHT EDGE. GloboNews – Entrevista para Caco Barcellos em 1997. YouTube, 10 mai. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CBIEGXuqjlk>. Acesso em: 13 fev. 2023.
- STRAIGHT EDGE – ALÉM DE UM X. Direção de Everton de Andrade e Pedro Fernandes. São Paulo: Independente, 2007. 1 vídeo (10 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EYpEAbnVwAs>. Acesso em: 12 mar. 2023.
- STRAIGHT-EDGE, VEGAN, POLÍTICA, LEGALIZAÇÃO - Juninho (RDP) (2/2), 2018. 1 vídeo (19 min.). Publicado pelo canal OVO Graudo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w99w7STqvlU>. Acesso em: 23 mar. 2023.
- SVB. Página principal. São Paulo, SP; Sociedade Vegetariana Brasileira, c2023. Disponível em: <https://svb.org.br>. Acesso em: 20 fev. 2023.
- SVB. Selo vegano. São Paulo, SP; Sociedade Vegetariana Brasileira, c2023. Disponível em: <https://svb.org.br/selovegano>. Acesso em: 21 nov. 2023.
- TARROW, S. *O poder em movimento*. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 320 p.
- TERRA. Terra lança plataforma para amplificar vozes das periferias. *In: Terra*. São Paulo, 6 de dez. 2021. Disponível em: <https://www.terra.com.br/comunidade/visao-do-corre/terra-lanca-plataforma-para-amplificar-vozes-das-periferias,88f61472d13c55d58bbdae384b4f83fdq61d78rv.html>. Acesso em: 4 mar. 2023.
- THAROOR, K; MARUF, M. Museum of lost objects: The unacceptable poet. *In: BBC News*. Londres, 8 mar. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/magazine-35745962>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- THOMAS, K. *O Homem e o Mundo Natural*. 1. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010. 544 p.
- TOLSTÓI, L. *Os últimos dias*. 1.ed. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2011. 432 p.
- TRANSFARMATION. *The case for Transformation*. Los Angeles, CA: Transformation, c2023. Disponível em: <https://thetransformationproject.org/#the-case-for-transformation>. Acesso em: 15 de mar. 2023.
- TRIGUEIRO, A. Consumo, ética e natureza: o veganismo e as interfaces de uma política de vida. *INTERthesis*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 237-260, jan./jun. 2013.
- USDA. *Cattle & Beef*. Washington, WA; Departamento de Agricultura dos EUA, c2023. Disponível em: <https://www.ers.usda.gov/topics/animal-products/cattle-beef>. Acesso em: 25 de março de 2023.
- UVA. *UVA e a carta de Recife*. Recife, PE; União Vegana de Ativismo, c2023. Disponível em: <https://uniaovegana.org/uva-carta-de-recife>. Acesso em: 18 fev. 2023.

VEDDAS. Sala de imprensa. São Paulo, SP; VEDDAS, c2023. Disponível em: <https://veddas.org.br/sala-de-imprensa>. Acesso em: 3 mar. 2023.

VEGA, S. Why I love Crass. *In: Louder*. Londres, 12 jun. 2016. Disponível em: <https://www.louder.com/features/deftones-crass-sergio-vega-anarcho-punk>. Acesso em: 10 jun. 2022.

VEGAN e straight edge. Hiperreal. São Paulo: SescTV. 1 vídeo (50 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Nuqw3_ki0so. Acesso em: 10 fev. 2023.

VEGAN SOCIETY. Definition of veganism. Birmingham, Inglaterra. Vegan Society, c2022. Disponível em: <https://www.vegansociety.com/go-vegan/definition-veganism>. Acesso em: 20 jan. 2023.

VEGAN SOCIETY. History. Birmingham, Inglaterra. Vegan Society, c2022. Disponível em: <https://www.vegansociety.com/about-us/history>. Acesso em: 13 jun. 2022.

VEGANO PERIFÉRICO. 3 livros acessíveis sobre veganismo que você precisa ler. *In: Terra*. Campinas, 3 mai. 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/comunidade/visao-do-corre/rango-esperto/3-livros-acessiveis-sobre-veganismo-que-voce-precisa-ler,72121c4696a34d1d5e79b6e738eaf102alogwdg1.html>. Acesso em 5 mai. 2023.

VEGANO PERIFÉRICO. Entenda por que o veganismo popular apoia o MST. *In: Terra*. Campinas, 18 mai. 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/comunidade/visao-do-corre/rango-esperto/entenda-por-que-o-veganismo-popular-apoia-o-mst,849dcd57fc6f9fee5ae72e1635981178dcvr7435.html>. Acesso em: 19 mai. 2023.

VEGANO PERIFÉRICO. O veganismo não é um movimento elitista, ele está elitizado. *In: Vegano Periférico*. Campinas, 2 jan. 2021. Disponível em: <https://www.veganoperiferico.com.br/post/o-veganismo-n%C3%A3o-%C3%A9-um-movimento-elitista-ele-est%C3%A1-elitizado>. Acesso em: 2 abr. 2023.

VEGANO PERIFÉRICO. Será que mais produtos é o caminho? O Veganismo Popular não é o mesmo que o Veganismo de Mercado. *In: Vegano Periférico*. Campinas, 23 nov. 2020. Disponível em: <https://www.veganoperiferico.com.br/post/ser%C3%A1-que-mais-produtos-%C3%A9-o-caminho-o-veganismo-popular-n%C3%A3o-%C3%A9-o-mesmo-que-o-veganismo-de-mercado>. Acesso em: 2 abr. 2023.

VEGANO PERIFÉRICO. O veganismo popular é uma necessidade, não uma escolha. *In: Mídia Ninja*. Campinas, 18 dez. 2019. Disponível em: <https://midianinja.org/xepaativismo/o-veganismo-popular-e-uma-necessidade-nao-uma-escolha>. Acesso em: 2 abr. 2023.

VEGANUARY. Página principal. Inglaterra, Reino Unido; Veganuary, c2023. Disponível em: <https://veganuary.com/pt-br>. Acesso em: 21 nov. 2022.

VEGANUARY. 78% of Veganuary 2023 participants plan significant diet change. *In: Veganuary*. Inglaterra, 4. abr. 2023. Disponível em: <https://veganuary.com/veganuary-2023-participant-survey>. Acesso em: 5 mai. 2023.

VEGAZETA. Cientistas recebem R\$ 20 mi para pesquisas em novas proteínas. Paraná, 23 mar. 2020. Disponível em: <https://vegazeta.com.br/cientistas-recebem-r-20-mi-para-pesquisas-em-novas-proteinas>. Acesso em: 10 ago. 2023.

VEGAZETA. GFI destinará R\$ 135 mil para projetos de desenvolvimento de ingredientes para a indústria de proteínas alternativas. Paraná, 1 jul. 2021. Disponível em:

<https://vegazeta.com.br/gfi-destinara-r-135-mil-para-projetos-de-desenvolvimento-de-ingredientes-para-a-industria-de-proteinas-alternativas>. Acesso em: 10 ago. 2023.

VEGAZETA. Incubadora procura startups que desenvolvem alternativas aos alimentos de origem animal. Paraná, 11 jun. 2022. Disponível em: <https://vegazeta.com.br/incubadora-procura-startups-que-desenvolvem-alternativas-aos-alimentos-de-origem-animal>. Acesso em: 5 ago. 2023.

VEJA SAÚDE. Entrevista: Veganismo é coisa de rico?. *In: Veja Saúde*. São Paulo, 10 jan. 2020. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/alimentacao/entrevista-veganismo-e-coisa-de-rico>. Acesso em: 8 mar. 2023.

VERDURADA – A face sóbria do punk. Direção de Guilherme Frimm, Paulo Henrique Marçaioli e Rafael Takano. São Paulo: Independente, 2007. 1 vídeo (43 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K688paVX6nA>. Acesso em: 3 mar. 2023.

VIOLIN, M. A. Pythagoras - The first animal rights philosopher. *Between the species*, San Luis Obispo, v. 6, n.3, pp. 122-127, 1990.

VOLTAIRE. Pensamentos Vegetarianos. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2021. 102 p.

VOORST, R.V. O futuro da comida. 1. ed. São Paulo: Nacional, 2022. 207 p.

VOZES EM LUTO. Quem somos. São Paulo, SP; *Vozes em Luto*, c2023. Disponível em: <https://vozesemluto.wordpress.com/quem-somos>. Acesso em: 4 de fevereiro de 2023.

WILLIAMS, J.K. Rock against Reagan: The punk movement, cultural hegemony and reaganism in the eighties. 2016. 222 p. Dissertação (Mestrado em Artes) – University of Northern Iowa, Cedar Falls, 2016.

WWF-BRASIL. Soja. Brasília, DF: Fundo Mundial para a Vida Selvagem, c2023. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/agricultura/agr_soja. Acesso em: 20 mar. 2023.